

2022

Relatório de Gestão Integrado



Sumário

Introdução 3

 Mensagem do Ministro 4

 Determinação da Materialidade das Informações.....7

 Ministério em Números.....7

1. Governança do Ministério 15

 1.1. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo..... 16

 1.2. Estrutura organizacional 18

 1.3. Planejamento Estratégico 20

 1.4. Políticas e Programas de Governo..... 21

 1.5. Cadeia de Valor 26

 1.6. Estrutura de Governança..... 26

 1.7. Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional 29

2. Resultados da Gestão 32

 2.1. Fomentar a geração de trabalho, emprego e renda 33

 2.2. Ampliar a cobertura e garantir a sustentabilidade dos regimes previdenciários 38

 2.3. Conciliar as políticas de qualificação e intermediação profissional com a evolução do mercado de trabalho 41

 2.4. Promover a inclusão previdenciária 45

 2.5. Promover a conformidade às normas trabalhistas e previdenciárias 46

 2.6. Promover a modernização e a simplicidade dos marcos regulatórios trabalhista e previdenciário..... 52

 2.7. Promover a negociação coletiva entre trabalhadores e empregadores 55

 2.8. Aprimorar as atividades de monitoramento, supervisão e prevenção a irregularidades e fraudes trabalhistas e previdenciárias.....56

 2.9. Aprimorar o acesso e a usabilidade dos serviços públicos trabalhistas e previdenciários59

 2.10. Outros resultados de gestão 63

3. Conformidade e Eficiência da Gestão 65

 3.1. Gestão da Orçamentária, Financeira e de Custos 66

 3.2. Gestão de Pessoas 71

 3.3. Gestão de Licitações e Contratos 77

 3.4. Gestão Patrimonial e Infraestrutura 78

 3.5. Gestão da Tecnologia da Informação 79

 3.6. Sustentabilidade Ambiental..... 84

 3.7. Relacionamento com a sociedade 85

4. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis 89

 4.1. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis 90

Anexo I - Principais Acórdãos do TCU recebidos pelo MTP no ano de 2022 94

Anexo II - Principais Relatórios de Auditoria Interna recebidos da CGU em 2022 95

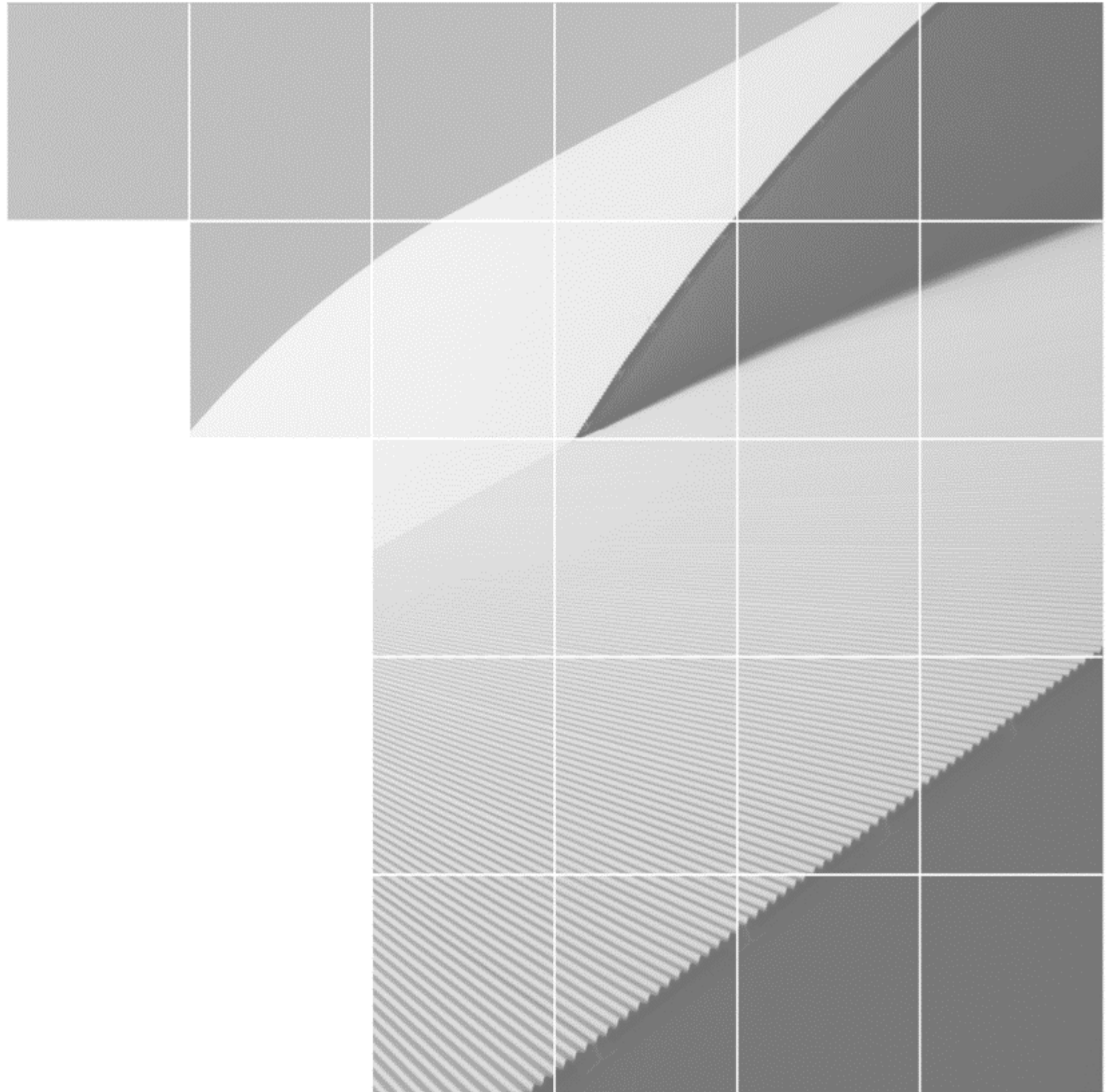
Lista de Gráficos 96

Lista de Tabelas 97

Lista de Figuras..... 98

Introdução

RELATORIO DE GESTÃO MTP



Apresentação

Considerando o que dispõe o **Decreto nº 11.068, de 10 de maio de 2022** que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do **Ministério do Trabalho e Previdência** e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança;

Considerando o que dispõe o **Decreto nº 11.359, de 1º de janeiro de 2023** que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do **Ministério do Trabalho e Emprego** e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Considerando o que dispõe o **Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023** que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do **Ministério da Previdência Social** e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

Considerando o que consta na **Decisão Normativa - TCU nº 198, de 23 de março de 2022** que estabelece normas complementares para a prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, nos termos do inciso I do art. 2º; § 1º do art. 5º; inciso III e § 3º do art. 8º; § 3º do art. 9º; e art. 14 da Instrução Normativa-TCU nº 84, de 22 de abril de 2020; e

Considerando o que dispõe a **Portaria TCU nº 49, de 07 de abril de 2022** que atualiza e divulga a relação das unidades prestadoras de contas (UPC) e daquelas que terão processo formalizado para julgamento das contas dos responsáveis, no exercício de 2022, conforme inciso I do art. 2º e § 1º do art. 5º da instrução normativa-TCU nº 84, de 22 de abril de 2020; § 2º do art. 2º e arts. 12 e 13 da decisão normativa-TCU nº 198, de 23 de março de 2022.

Apresenta-se o **Relatório de Gestão do extinto Ministério do Trabalho e Previdência - MTP**, referente ao **exercício de 2022**, da gestão do então **Ministro José Carlos Oliveira**, contendo informações no que toca tanto às políticas do Trabalho e Emprego como as da Previdência Social.

Na oportunidade, informa-se que o referido relatório foi elaborado ainda na sua gestão (Ministro José Carlos Oliveira), tendo, neste exercício de 2023, sido atualizados apenas com os dados ali constantes do final de 2022, sem nenhuma avaliação meritória ou interferência nas informações apresentadas, motivo pelo qual o então ministro já deixou, no final de sua gestão, a mensagem de dirigente máximo da pasta, ficando sob a sua inteira responsabilidade as informações contidas no Relatório de Gestão do MTP (exercício 2022).

Salienta-se ainda que tendo em vista a extinção do **Ministério do Trabalho e Previdência - MTP**, desdobrando-se no **Ministério do Trabalho e Emprego - MTE** e no **Ministério da Previdência Social - MPS**, o MTE será a UPC responsável pela apresentação da mencionada prestação de contas a esse Egrégio Tribunal.

Ressalta-se que além de constar na própria página do MTP, ambos os Ministérios (MTE e MPS) divulgarão em suas páginas na rede mundial de computadores o Relatório de Gestão do MTP - exercício 2022 - como forma de prestação de contas à sociedade, tão logo estas estejam disponíveis.

Assim sendo, as administrações do **Ministério do Trabalho e Emprego - MTE** e do **Ministério da Previdência Social - MPS** ficam à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se tornem necessários.

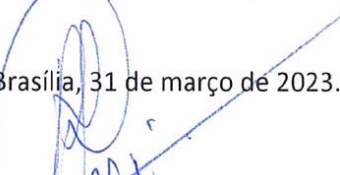
Aproveita-se a ocasião para apresentar-lhe protestos de estima e consideração de apreço.



LUIZ MARINHO

Ministro do Trabalho e Emprego

Brasília, 31 de março de 2023.



CARLOS LUPI

Ministro da Previdência Social

Mensagem do Ministro

O ano de 2022 foi marcado por grandes resultados das políticas públicas executadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) e voltadas à melhoria de vida da população brasileira. Os investimentos feitos pelo MTP, além do seu caráter social, denotam relevância econômica, principalmente em momentos de crise, assegurando emprego e renda aos cidadãos.

Um dos objetivos principais do Ministério é fomentar a geração de trabalho, emprego e renda, além de garantir a concessão de benefícios aos trabalhadores. Pensando nisso, em 2022, o MTP garantiu o pagamento de R\$ 41,8 bilhões de Seguro-Desemprego para mais de 6,4 milhões de trabalhadores e R\$ 23,4 bilhões de Abono Salarial para 25,9 milhões brasileiros.

Foram contratados mais de R\$ 12 bilhões no universo de mais de 3,3 milhões de contratos firmados pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), estimulando a geração de trabalho e renda entre microempreendedores populares, com a disponibilização de fontes específicas de financiamento ao microcrédito produtivo.

Quanto às medidas emergenciais, foram liberados R\$ 225,8 milhões em parcelas adicionais de Seguro-Desemprego para trabalhadores residentes nos municípios em emergência ou calamidade pública, atendendo 82,9 mil trabalhadores. Vale destacar que, no intuito de amenizar as consequências dos aumentos no preço de combustíveis, foram investidos R\$ 4,2 bilhões no pagamento do benefício Caminhoneiro -TAC e do benefício Taxista.

No Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que recolhe contribuições de mais de 50 milhões de brasileiros todo ano e paga mais de 32 milhões de benefícios, até outubro de 2022, foram garantidas 22,3 milhões de 325.387 aposentadorias, 8,3 milhões de 278.873 pensões por morte, 1, 6 milhões de 636.721 auxílios, 72 mil .021 salários maternidade, entre outros. Consolidar as políticas de qualificação e intermediação profissional com a evolução do mercado de trabalho é uma das prioridades do MTP.

O Programa Caminho Digital, parceria entre o MTP e a Microsoft para preparar o trabalhador para os novos desafios do mercado de trabalho, inovou as iniciativas de capacitação com foco no desenvolvimento de habilidades digitais e inserção profissional voltados para a Economia 4.0. Também houve melhoria

de performance do Sistema Nacional do Emprego (Sine), com mais de 13 milhões de atendimentos, dos quais foram acolhidos 2,9 milhões de inscrições, gerando 4,5 milhões de encaminhamentos para processos seletivos e 387 mil colocações em postos de trabalho.

Para promover a inclusão previdenciária, a Secretaria de Previdência (Sprev), em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional e a B3, lançou um novo título do Tesouro Direto chamado “Tesouro RendA+”, Aposentadoria Extra. Trata-se de um instrumento simples e prático, apropriado para complementar a renda da aposentadoria pública. Não oferece risco para o cidadão, já que é garantido pelo Tesouro Nacional, de baixo custo, rentável e seguro contra a inflação, uma vez que é corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Outra novidade desse investimento é a isenção de cobrança de Taxa de Custódia da B3 para quem carregar o título até a data de vencimento, com o limite de até seis 6 salários-mínimos de renda mensal.

Para melhorar a negociação coletiva entre trabalhadores e empregadores, e a relação de trabalho, foram feitas 3,2 mil mediações coletivas, tornando desnecessário o envolvimento da Justiça e ampliando os pactos nas relações laborais. Além disso, foram realizadas 41,7 mil convenções e acordos coletivos, garantindo a publicidade nas relações trabalhistas.

O aplicativo da Carteira de Trabalho Digital, desenvolvido pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev), atingiu a marca de 56 milhões de trabalhadores beneficiados, alcançando aproximadamente 19 milhões de novos atendimentos desde janeiro de 2022, contra apenas 3 mil carteiras físicas emitidas. O uso do aplicativo pelo trabalhador trouxe agilidade na obtenção do documento, que pode ser solicitado sem a necessidade de se dirigir a uma unidade física de atendimento, estando previamente emitido a todos inscritos no Cadastro de Pessoa Física (CPF), sendo apenas necessária sua habilitação pelo próprio aplicativo ou por meio da página eletrônica no portal gov.br. Sobre a transformação digital do Seguro-Desemprego, as solicitações digitais do benefício atingiram 71,9%.

Outra importante linha de atuação a destacar trata-se da realização da Perícia Médica Federal, que executou mais de 4,5 milhões de perícias com atendimento presencial e, aproximadamente, 1,4 milhão de atendimentos não presenciais. A

iniciativa ainda aprimorou as atividades de monitoramento, supervisão e prevenção a irregularidades e fraudes trabalhistas. Foram realizadas também operações especiais e ações de flagrante para desarticular esquemas, associações e organizações que atuavam em detrimento da previdência e do Trabalho. Os ilícitos investigados evitaram um prejuízo estimado de R\$ 650 milhões aos cofres públicos.

Com relação ao Combate ao Trabalho Escravo, foram realizadas 476 ações fiscais com resgate de cerca de 2,5 mil trabalhadores, que receberam mais de R\$ 8,7 milhões de títulos rescisório e salarial. Vale ressaltar o Combate ao Trabalho Infantil, que registrou 2,3 mil crianças e adolescentes encontrados em 1,3 mil ações fiscais realizadas, com encaminhamento. Eles foram encaminhados para inclusão em políticas públicas voltadas aos egressos ao trabalho infantil. Houve ainda ação de Combate à Informalidade. Foram realizadas mais de 57,7 mil ações, alcançando 127 mil empregados em situação irregular, dos quais 39,3 mil foram regularizados sob ação fiscal.

Foi feita ainda a fiscalização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Foram 36,7 mil ações fiscais e R\$ 5,8 bilhões em valor recolhido e notificado de FGTS e Contribuição Social. No âmbito do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), foram encerradas 203 auditorias diretas, sendo 87 de investimentos que geram subsídios para o trabalho investigativo da Polícia Federal no combate a crimes financeiros.

O ano se encerra com um importante destaque, a revisão de 11 Normas Regulamentadoras (NR) de Segurança e Saúde no Trabalho, sendo elas, a NR 29, Segurança e Saúde no Trabalho Portuário; NR 33, Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados; NR 13, Caldeiras, vasos de pressão, tubulações e tanques metálicos de armazenamento; NR 08, Requisitos técnicos mínimos

observados nas edificações, para garantir segurança e conforto dos trabalhadores; NR 14, Requisitos para a operação de fornos com segurança; NR 06, Equipamentos de Proteção individual; NR 04, Serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho; NR 23, Proteção contra incêndios; NR 26, Sinalização de segurança; NR 25, Resíduos Industriais; e NR 35, Trabalho em altura.

Outro feito relevante foi a aprovação da Lei que regulamenta o Teletrabalho, contribuindo para garantir direitos dos trabalhadores no novo contexto laboral, provendo segurança jurídica e maior flexibilidade para o trabalho remoto. Além disso, merece destaque a isenção de carências para benefícios por incapacidade e publicação de normativo que atualiza a lista de doenças para isenção de carência a concessão de benefícios por incapacidade pelo INSS, reduzindo o risco de judicialização.

É com a sensação de dever cumprido que compartilho, de forma transparente, as informações e dados citados nesse documento. Escrevo sobre uma vitória para o País e para a população brasileira. As conquistas relatadas aqui somente foram possíveis pelo trabalho, perseverança e contribuição de toda equipe do MTP, nossos parceiros e a sociedade. Desejo que todos os brasileiros sintam positivamente em suas vidas o impacto de cada trabalho realizado e cada objetivo alcançado por essa pasta em 2022.

José Carlos Oliveira

Ministro de Estado de Trabalho e Previdência



Determinação da Materialidade das Informações

O Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) coordenou a elaboração do Relatório de Gestão Integrado (RGI) por meio da Assessoria Especial de Gestão Estratégica (AEGE), vinculada à Secretaria-Executiva (SE).

O processo de elaboração seguiu as diretrizes da [Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União – TCU nº 84, de 22 de abril de 2020](#), da [Decisão Normativa TCU nº 198, de 23 de março de 2022](#) e da [Portaria TCU nº 49, de 7 de abril de 2022](#).

O documento foi estruturado em 4 capítulos, distribuídos em: (1) Governança do Ministério, (2) Resultados da Gestão, (3) Conformidade e Eficiência da Gestão e (4) Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis.

O primeiro capítulo apresenta as informações institucionais, abrangendo temas como estrutura, planejamento, governança, integridade e correição.

O segundo capítulo aborda as principais entregas do MTP no ano de 2022, sendo organizado pelos objetivos estratégicos sob as perspectivas de resultados para a sociedade e processos finalísticos.

Ministério em Números

Essa seção apresenta, de forma resumida, as informações mais relevantes do Ministério. Ainda, elenca as principais entregas, organizadas por objetivo estratégico das perspectivas de resultados para a sociedade e de processos finalísticos.

Referenciais estratégicos



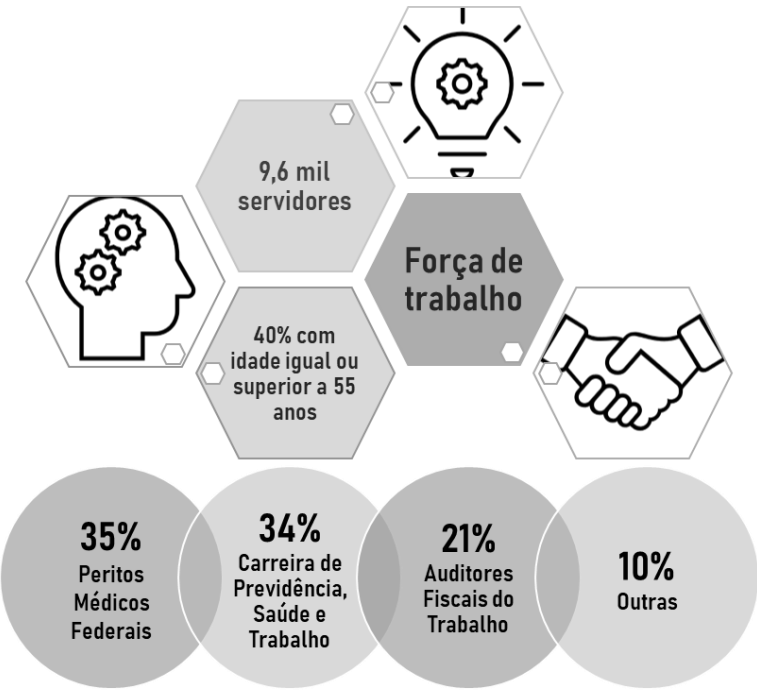
Os terceiro e quarto capítulos contemplam as informações de gestão de pessoas, tecnologia da informação, logística e patrimônio, relacionamento com a sociedade, orçamento e finanças, além das demonstrações contábeis.

A elaboração do RGI prezou pela transparência da prestação de contas, mostrando à sociedade a aplicação dos recursos pelo Ministério e os resultados mais significativos alcançados ao longo do ano.

A produção do conteúdo foi compartilhada entre as diversas unidades do Órgão, considerando as competências regimentais de cada área, e buscando preservar a unicidade do documento como um relato integrado.

Ressalta-se que todo o conteúdo foi validado pelas áreas técnicas e, posteriormente, pela Alta Administração. Assim, o Ministério apresenta seu RGI 2022 sob os pilares da fidedignidade, precisão e completude das informações.

Força de trabalho



Estrutura



Recursos Orçamentários

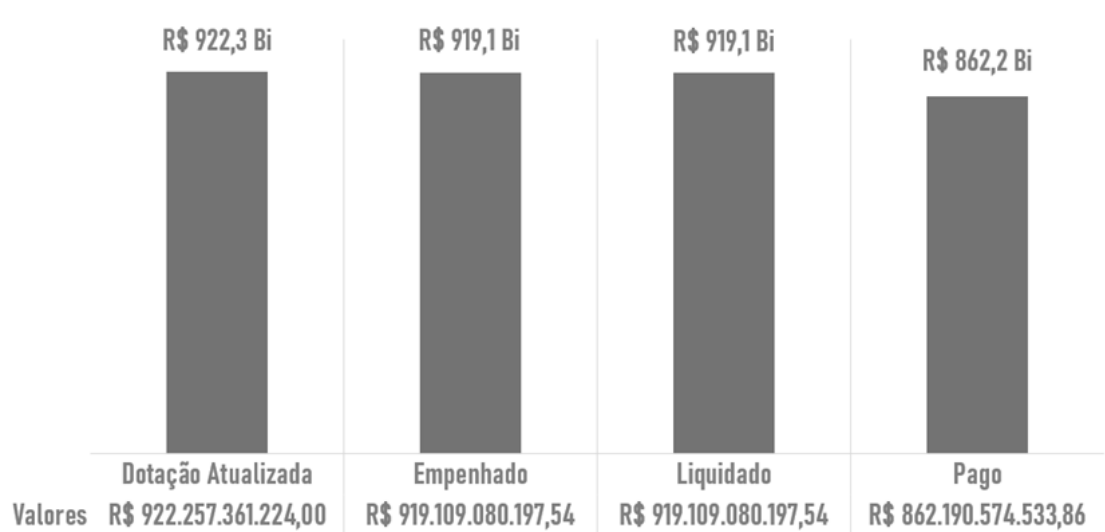
R\$ 907,1 bilhões*

Unidade Orçamentária	Dotação Atual (Ano Exercício: 2022)	
Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc	R\$	82.596.851,00
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro	R\$	103.409.073,00
Ministério do Trabalho e Previdência - Administração Direta - MTP	R\$	6.218.970.898,00
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	R\$	90.283.978.622,00
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	R\$	13.534.273.667,00
Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS	R\$	796.966.124.470,00

*Excluídos os créditos extraordinários e especiais

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 10/02/2023

Execução do Orçamento MTP 2022 (até dezembro/22)

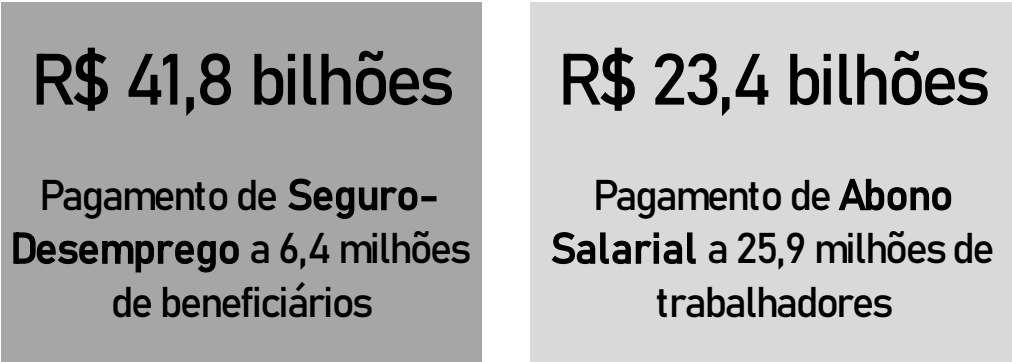


Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 10/02/2023

Objetivos estratégicos

Fomentar a geração de trabalho, emprego e renda

Concessão de benefícios aos trabalhadores

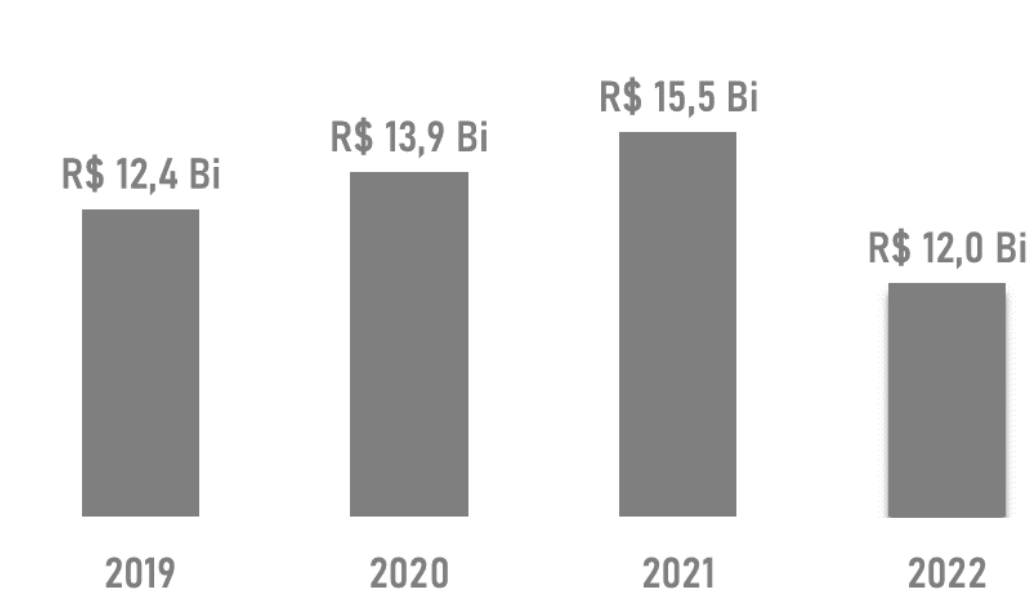


Fonte: base de gestão do Seguro-Desemprego - CGGB/SPPT/STRAB/MTP e Base de Gestão do Abono Salarial

Fomento à renda

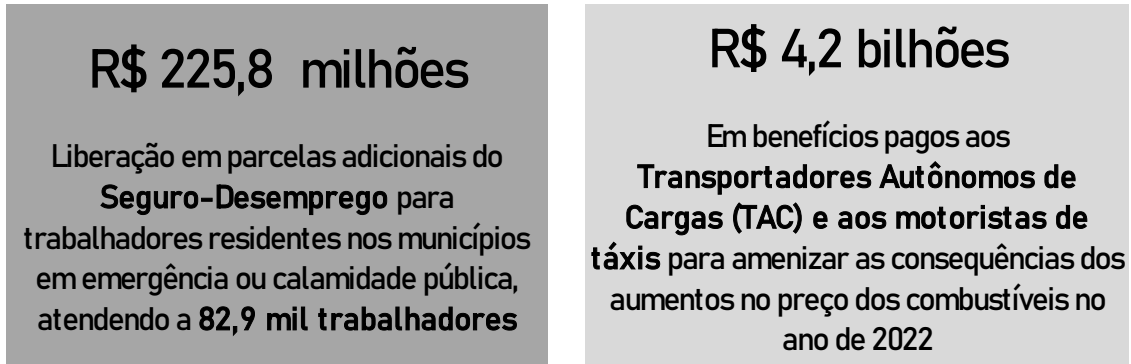
Foram contratados mais de R\$ 12 bilhões de recursos, em mais de 3,3 milhões de contratos realizados pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

PNMPO – Volume de crédito concedido



Fonte: Coordenação-Geral de Políticas de Trabalho e Renda/SPPT/STRAB/MTP

Medidas emergenciais



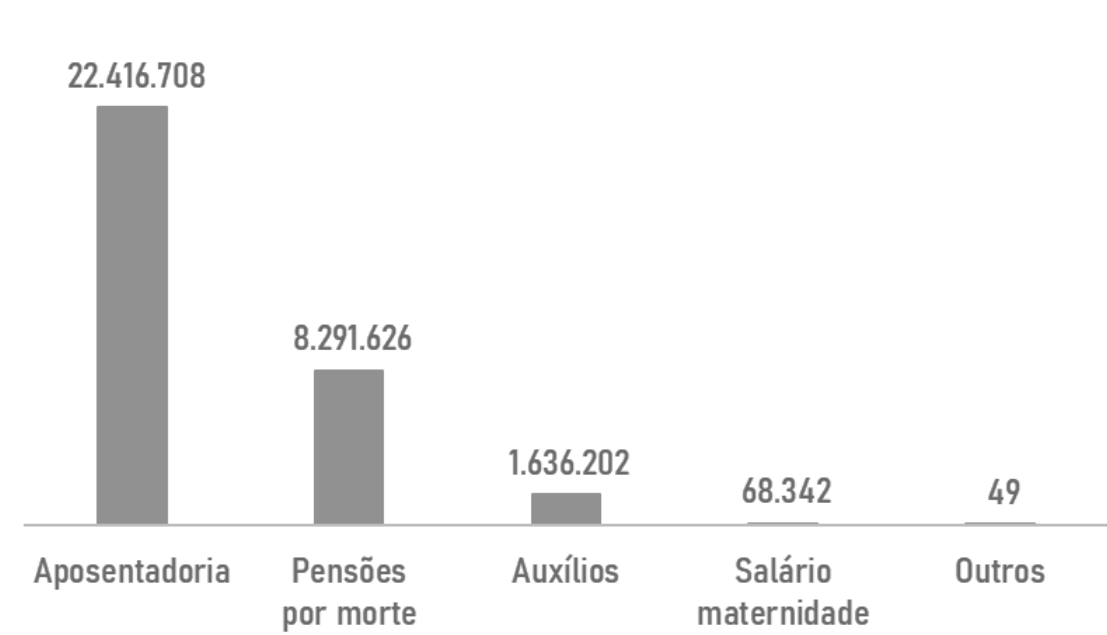
Fonte: Base de Gestão do Seguro Desemprego e Base de Gestão do Benefício Emergencial TAC e Taxi

Ampliar a cobertura e garantir a sustentabilidade dos regimes previdenciários

Concessão de benefícios previdenciários

O RGPS recolhe contribuições de mais de 50 milhões de brasileiros todo ano e paga mais de 32 milhões de benefícios mensalmente.

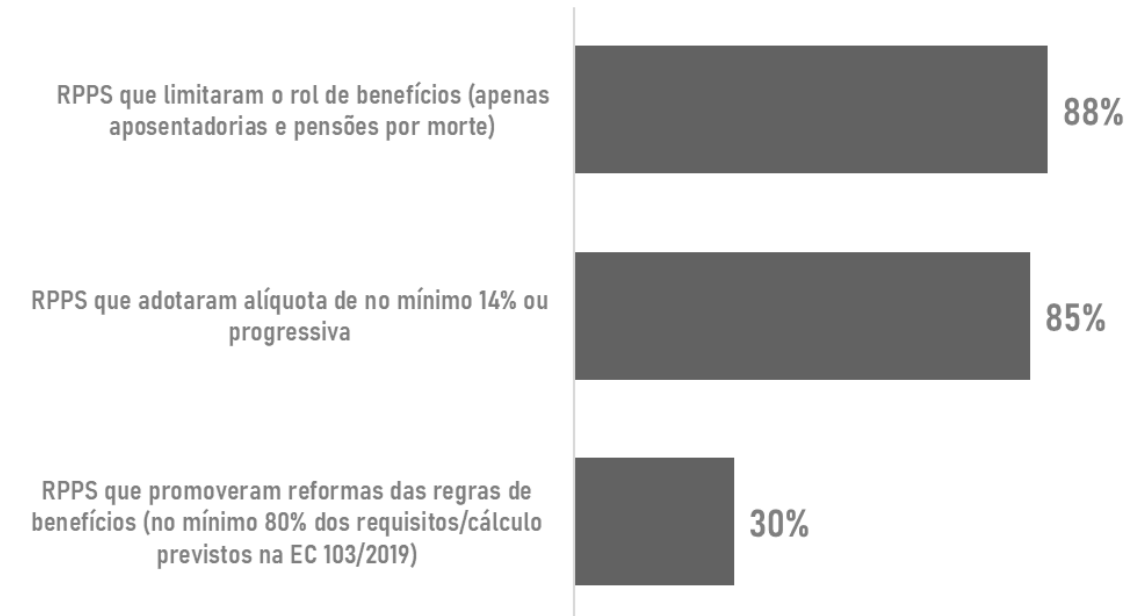
Número de benefícios do RGPS emitidos – Outubro/2022



Fonte: Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social – CADPREV/SRPPS/SPREV.

Implementação de reformas previdenciárias nos entes subnacionais

Reformas previdenciárias dos entes subnacionais com RPPS



Fonte: GESCON-RPPS

Conciliar as políticas de qualificação e intermediação profissional com a evolução do mercado de trabalho

Programa Caminho Digital

Parceria entre o MTP e a Microsoft, promove qualificação profissional com foco no desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas à economia digital, preparando o trabalhador para os novos desafios do mercado de trabalho.

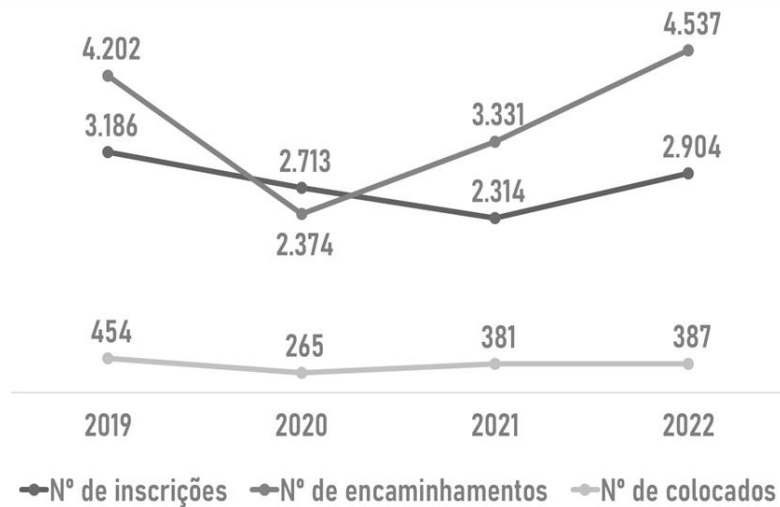


Fonte: Painel do Programa Caminho Digital

Melhoria da Performance do Sine

Foram realizados 13 milhões de atendimentos, nos quais foram acolhidas 2,9 milhões de inscrições, gerando 4,5 milhões de encaminhamentos para processos seletivos e 387 mil colocações em postos de trabalho.

Performance do Sine



Fonte: Base de Gestão da Intermediação de Mão de Obra - BGIMO

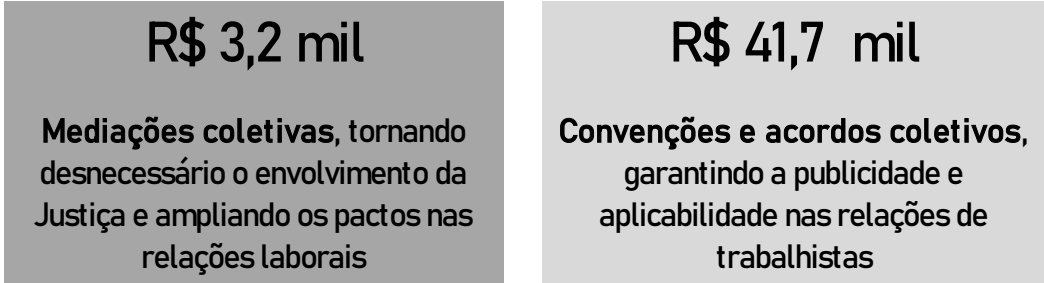
Promover a inclusão previdenciária

Tesouro RendA+

Nova espécie de título da dívida pública federal, que será negociada por meio da plataforma do Tesouro Direto com a denominação "Tesouro RendA+". Este instrumento simples e prático é apropriado para complementar a renda da aposentadoria pública.

Promover a negociação coletiva entre trabalhadores e empregadores

Relações de trabalho



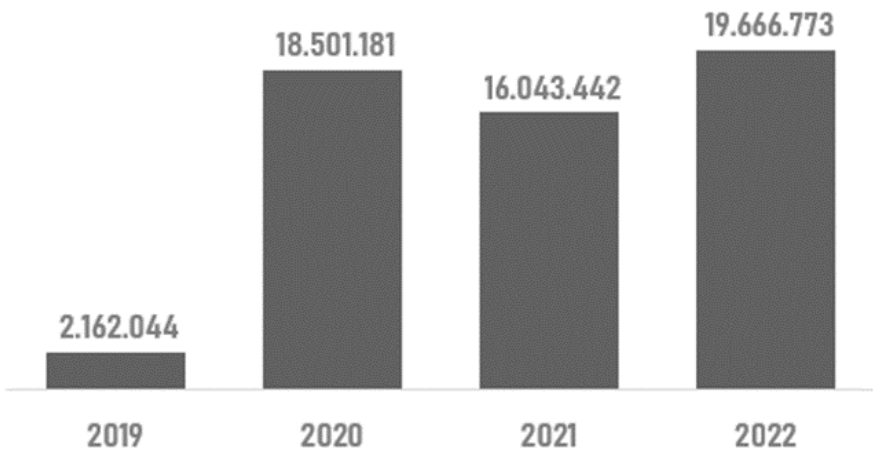
Fonte: Sistema Mediador

Aprimorar o acesso e a usabilidade dos serviços públicos trabalhistas e previdenciários

Ampliação do acesso às Jornadas Digitais

O aplicativo atingiu a marca de 70 milhões de trabalhadores beneficiados, alcançando aproximadamente 17,9 milhões de novos usuários desde janeiro de 2022, contra apenas 3 mil carteiras físicas emitidas.

Carteira de Trabalho Digital Habilitada – App

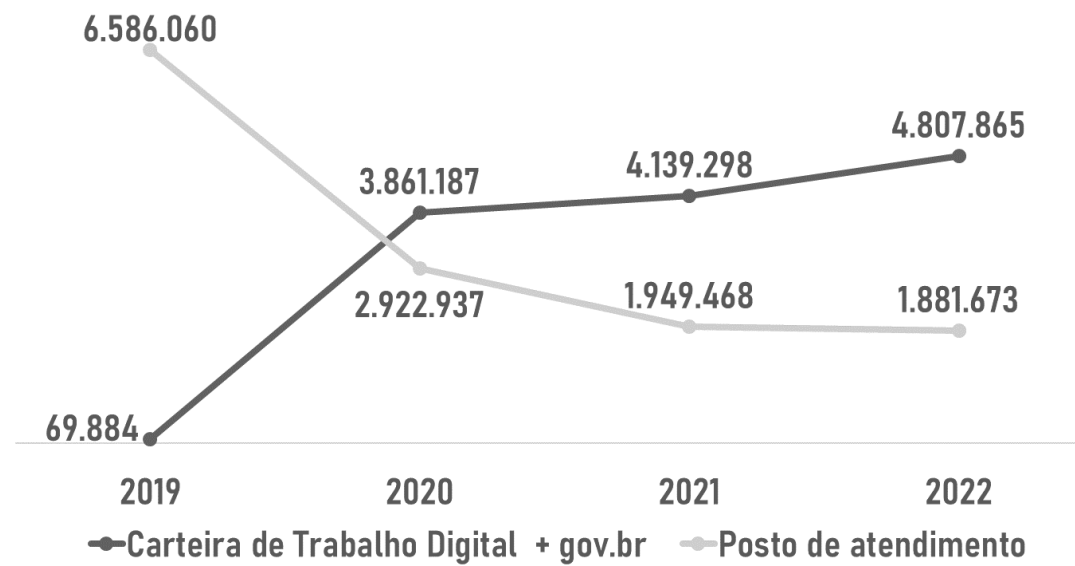


Fonte: CDIG/CGTR/SPPT/STRAB/MTP

Transformação Digital do Seguro-Desemprego

As solicitações digitais do benefício do Seguro-Desemprego (SD 100% Web) atingiram 71,7%.

Transformação Digital do Seguro-Desemprego 2019 a 2022

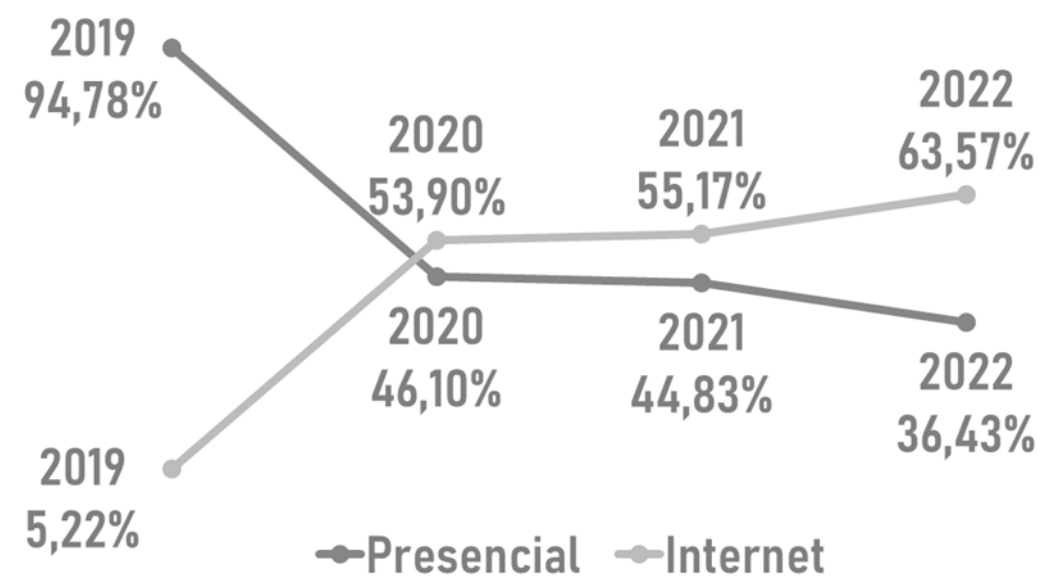


Fonte: base de gestão do Seguro-Desemprego - CGGB/SPPT/STRAB/MTP

Novo Sistema Nacional de Emprego - Sine

Desde 2020, o atendimento online de intermediação de mão de obra (IMO) ultrapassou o atendimento presencial.

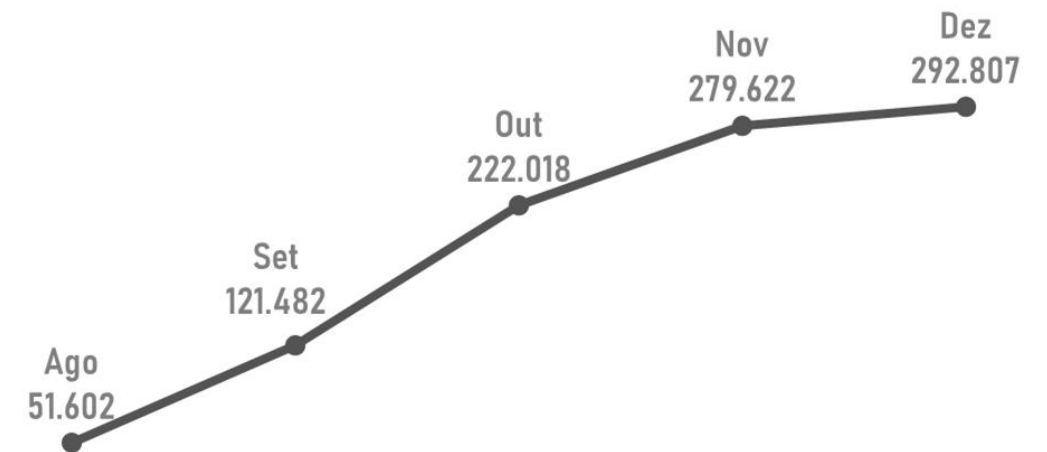
Canal de ingresso para Intermediação de Mão de Obra - IMO



Fonte: Base de Gestão de Intermediação de Mão de obra - BGIMO

Análise do benefício por incapacidade mediante conformidade documental

Evolução dos requerimentos de Benefícios por incapacidade na modalidade de análise documental - 2022

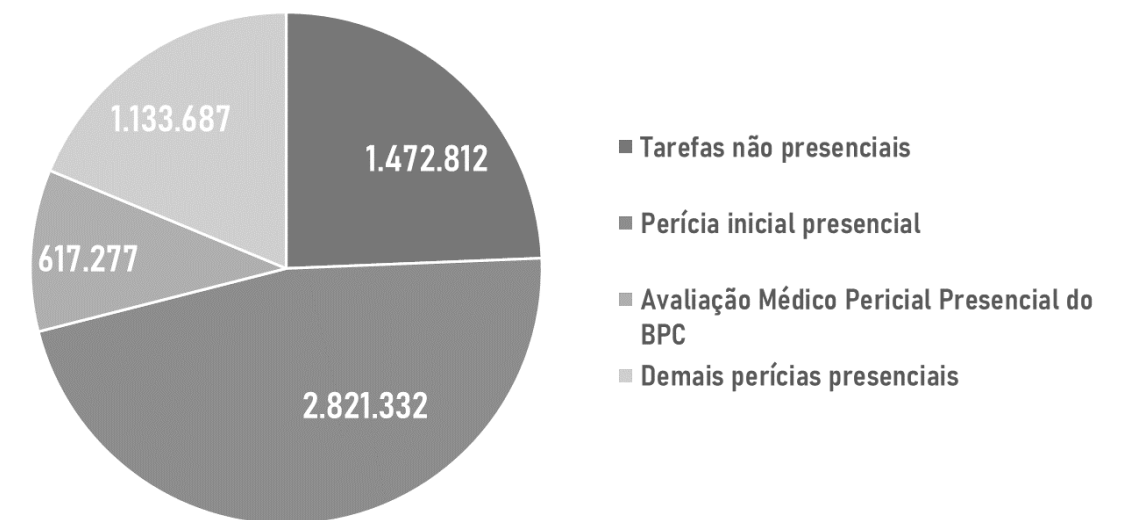


Fonte: Subsecretaria da Perícia Médica Federal/SPREV/MTP

Realização de perícias médicas

A Perícia Médica Federal executou mais de 4,5 milhões de perícias com atendimento presencial e, aproximadamente, 1,4 milhão de tarefas não presenciais.

Tarefas realizadas pela Perícia Médica



Fonte: Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social/SPREV/MTP

Aprimorar as atividades de monitoramento, supervisão e prevenção a irregularidades e fraudes trabalhistas e previdenciárias

Inteligência trabalhista e previdenciária

Foram realizadas operações especiais e ações de flagrantes para desarticular esquemas, associações e organizações criminosas que atuavam em detrimento da Previdência e do Trabalho.



Fonte: Coordenação-Geral de Inteligência Previdenciária e Trabalhista/SE/MTP

Os ilícitos investigados evitaram um prejuízo estimado de R\$ 650 milhões aos cofres públicos.

Prejuízo identificado X economia gerada



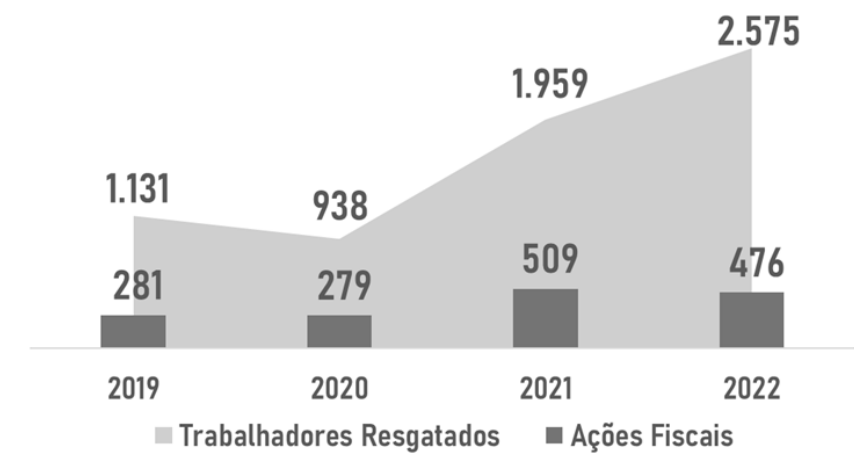
Fonte: Coordenação-Geral de Inteligência Previdenciária e Trabalhista/SE/MTP

Promover a conformidade às normas trabalhistas e previdenciárias

Combate ao trabalho análogo ao de escravo

Foram realizadas 243 ações fiscais com resgate de cerca de 1,6 mil trabalhadores, que receberam mais de 3,8 milhões de reais a título rescisório e salarial.

Combate ao Trabalho Análogo ao de Escravo

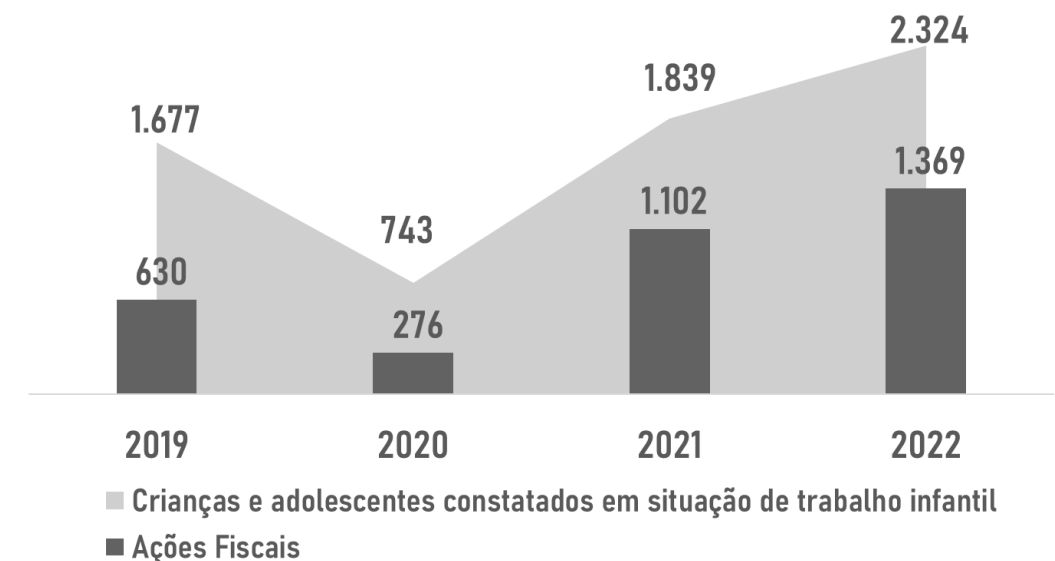


*Nota: Os dados de 2019, 2020 e 2021 foram atualizados.

Fonte: Radar SIT – Trabalho escravo. Atualizado até 24/01/2023.

Combate ao Trabalho Infantil

2,3 mil crianças e adolescentes foram encontrados em 1,3 mil ações fiscais e encaminhadas para inclusão em políticas públicas voltadas aos egressos do trabalho infantil.

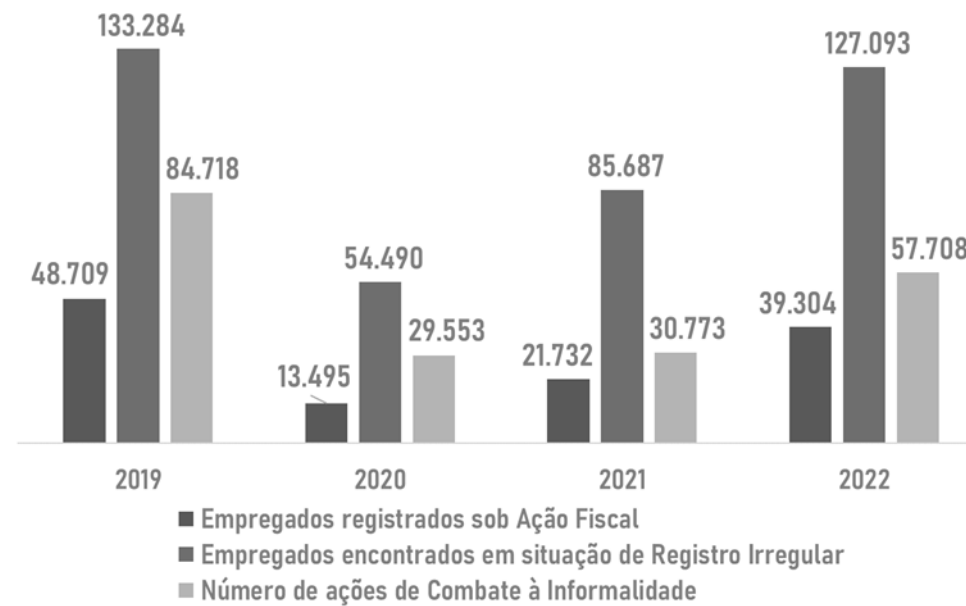


*Nota: Os dados de 2019, 2020 e 2021 foram atualizados.

Fonte: Radar SIT – Trabalho infantil. Atualizado até 12/2022.

Combate à Informalidade

Foram realizadas 57,7 mil ações de combate à informalidade, alcançando 127 mil empregados em situação irregular, dos quais 39,3 mil foram regularizados sob ação fiscal.



*Nota: Os dados de 2019 e 2020 foram atualizados.

Fonte: SFITWeb. Atualizado até 12/2022

Fiscalização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS

36,7 mil

Ações fiscais realizadas
relacionadas ao FGTS

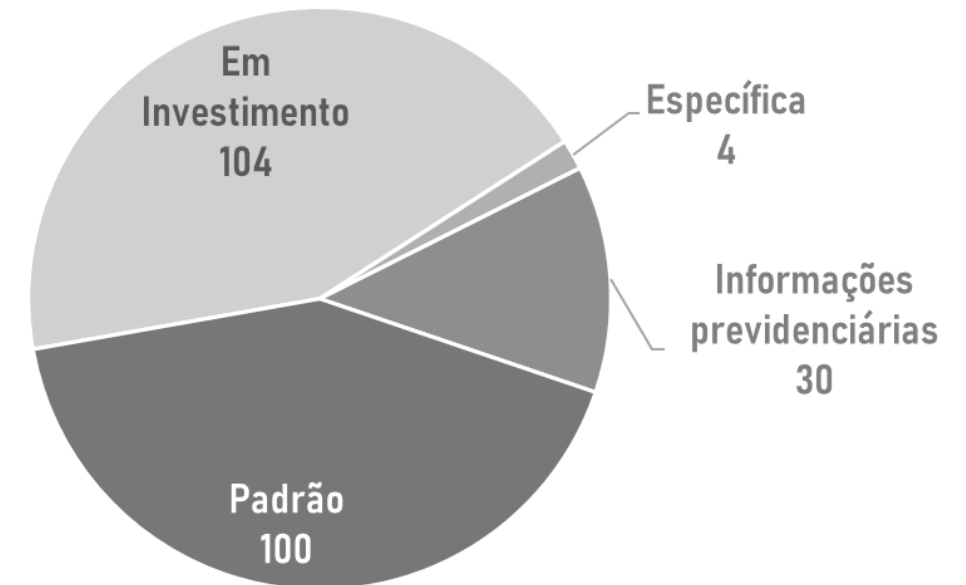
R\$ 5,8 bilhões

Valor recolhido e notificado de
FGTS e Contribuição Social

Fonte: Radar SIT - FGTS. Atualizado até 31/12/2022.

Realização de auditorias diretas em RPPS

Foram encerradas 238 auditorias diretas em RPPS, sendo 104 auditorias de investimentos que geram subsídios para o trabalho investigativo da Polícia Federal no combate a crimes financeiros.



Fonte: Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social/SPREV/MTP

Promover a modernização e a simplicidade dos marcos regulatórios trabalhista e previdenciário

Revisão das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho

11 NR revisadas

- NR 29 - Segurança e Saúde no Trabalho Portuário (<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-29-atualizada-2022.pdf>)
- NR 33 - Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados (<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-33.pdf>)
- NR 13 - Caldeiras, vasos de pressão, tubulações e tanques metálicos de armazenamento (<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-13.pdf>)
- NR 08 - Requisitos técnicos mínimos observados nas edificações, para garantir segurança e conforto dos trabalhadores (<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-08.pdf>)

- NR 14 – Requisitos para a operação de fornos com segurança (<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-14-atualizada-2022.pdf>)
- NR 06 – Equipamentos de Proteção individual (<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-06-atualizada-2022.pdf>)
- NR 04 – Serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho (<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-04.pdf>)
- NR 23 – Proteção contra incêndios (<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-23-atualizada-2022.pdf>)
- NR 26 – Sinalização de segurança (<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-26-atualizada-2022.pdf>)

- NR 25 – Resíduos Industriais (<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-25.pdf>)
- NR 35 – Trabalho em altura (<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-35.pdf>)

Regulamentação do Teletrabalho

Aprovada a Lei que regulamenta o Teletrabalho, contribuindo para garantir direitos dos trabalhadores no novo contexto do mundo do trabalho, provendo segurança jurídica e maior flexibilidade para o trabalho remoto.

Isenção de carências para benefícios por incapacidade

Publicação de normativo que atualiza a lista de doenças que isentam de carência a concessão de benefícios por incapacidade pelo INSS, reduzindo o risco de judicialização.

1. Governança do Ministério

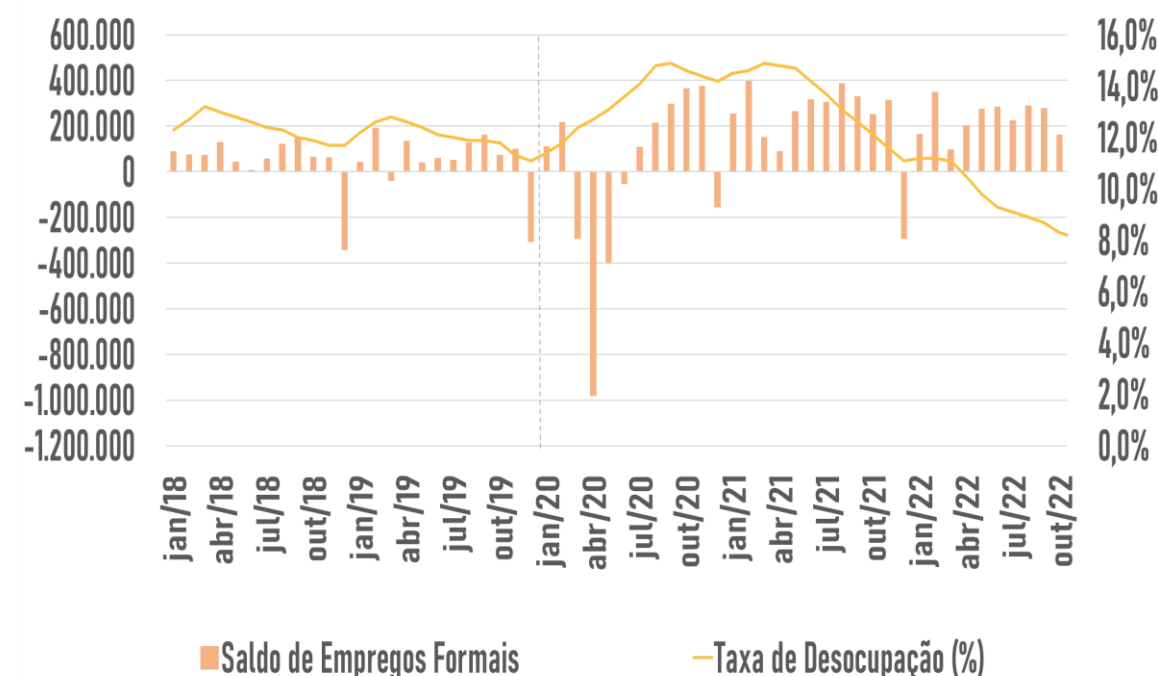


1.1. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

Trabalho

Durante o ano de 2022, houve significativa melhora no panorama do emprego no Brasil, sob vários aspectos. Este cenário reflete a tendência já verificada no fim do ano de 2021 de retomada de atividades econômicas em razão da redução do número de infectados com a pandemia de Covid-19.

Gráfico 1 - Saldo de empregos e taxa de desocupação (%) mensal -jan 2018 a dez 2022



Fontes: Novo Caged-MTP; PNADC-IBGE

Os dados mensais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), disponíveis até dezembro de 2022 deste ano, demonstraram a melhora da empregabilidade em todo o País, com o saldo de admissões e demissões positivo em 11 meses do ano de 2022. A média mensal, em 2022, foi de um saldo positivo de 169 mil empregos formais gerados por mês. No acumulado em 12 meses foram 22,64 milhões de admissões contra 20,61 milhões de desligamentos, resultando no saldo positivo de 2,03 milhões no ano e de 42,71 milhões de empregos formais no estoque.

Considerando o perfil sócio-ocupacional dos trabalhadores, destacou-se o aumento do saldo em magnitude dentre trabalhadores de nível médio, completo ou incompleto, com 1,76 milhões de pessoas nessa faixa de escolaridade contratadas em empregos formais. Em seguida aparece o grupo de nível superior, completo ou incompleto, com 197 mil novas vagas preenchidas, seguido dos trabalhadores de nível fundamental, com mais de 72 mil empregados a mais.

Quanto às faixas etárias dos trabalhadores consideradas no mesmo levantamento, o destaque ficou para aqueles com idade entre 18 e 24 anos, com 1,26 milhão de saldo positivo em novas contratações formais, resultado positivo para a redução da desocupação entre os jovens. Ao todo, foram 253 mil novos jovens até 17 anos empregados.

Por fim, quando se faz o recorte por sexo, nota-se que dos 2,03 milhões de novos empregos formais, 1,07 milhão foram ocupados por homens e aproximadamente 960 mil, ocupados por mulheres.

Ao considerar toda a população ocupada em números absolutos, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) trimestral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observa-se a manutenção da tendência de crescimento verificada nos anos anteriores. Após a queda ocasionada pela crise sanitária, verifica-se uma recuperação constante da população ocupada desde o quarto trimestre de 2020, chegando, no terceiro trimestre de 2022 a um novo recorde histórico de 99,2 milhões de homens e mulheres trabalhando no Brasil.

Em relação ao nível de ocupações entre os diferentes setores de atividade econômica, no ano de 2022 nota-se que o setor de comércio e serviços manteve uma fatia que oscila entre 58% e 70% do total de vagas preenchidas, seguido pelo setor de indústria e construção, que varia de 20% a 34%, e setor agropecuário, que oscila entre 7% e 9% - valores semelhantes àqueles observados em anos anteriores. O aumento no número absoluto de cada setor reflete a melhora geral nos índices nacionais de emprego, mas não chega a alterar a proporcionalidade histórica dos últimos anos, nem a criar tendências.

A taxa de desocupação manteve a trajetória de queda acentuada que vinha sendo observada desde 2021, quando teve início o movimento de rápida recuperação após o choque ocorrido no início da pandemia. Segundo os dados da PNADC Mensal - IBGE, em 2022, a taxa recuou de 11,2% em janeiro para 8,1% em novembro entre as pessoas maiores de 14 anos, a menor desde 2015.

O rendimento real médio do trabalhador brasileiro, também medido pela PNAD Contínua, apresentou uma leve recuperação em relação ao ano anterior, quando houve uma queda no índice. A renda subiu de R\$ 2.603,00 para R\$ 2.665,00, quando comparados os terceiros trimestres de 2021 e 2022, respectivamente, considerando apenas o rendimento da ocupação principal. No entanto, ao se considerar o montante da renda de todas as ocupações de cada trabalhador pesquisado, a variação na média entre 2021 e 2022 é de R\$ 2.682 para R\$ 2.748 no rendimento médio do trabalhador brasileiro.

Os dados permitiram verificar significativa melhora no mercado de trabalho e na ocupação brasileiros. Em linhas gerais, a evolução ao longo do ano de 2022 mostrou a ultrapassagem dos indicadores apresentados pelo País no período anterior à crise sanitária.

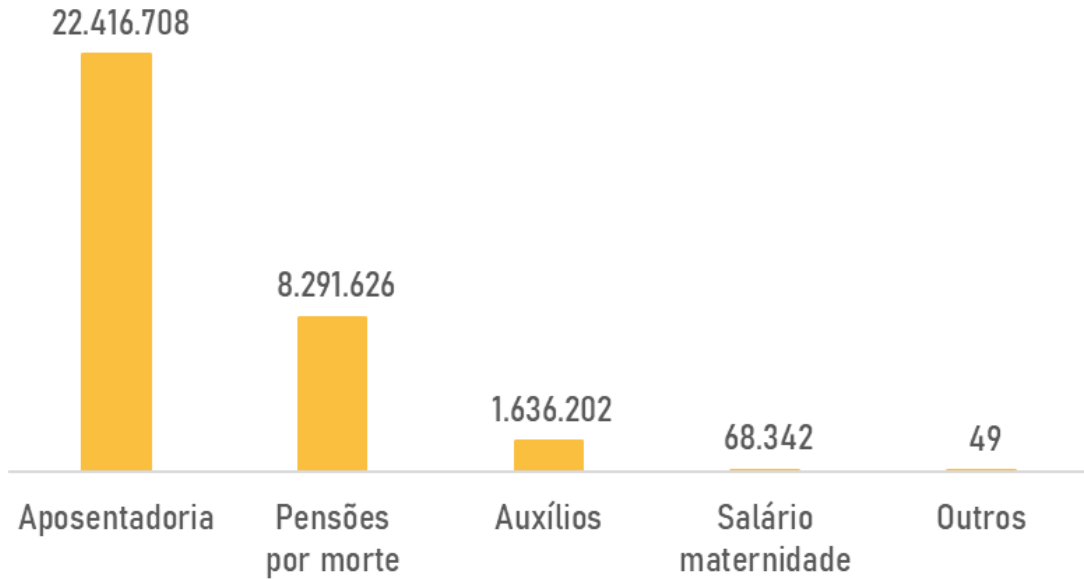
Previdência

A previdência brasileira é formada pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e pelo Regime de Previdência Complementar (RPC). Esses regimes são pilares importantes da política social do País constituindo fonte de renda para os trabalhadores brasileiros e suas famílias diante da perda da capacidade de trabalho, seja ela parcial ou total, temporária ou permanente.

Adicionalmente, vale lembrar que o RGPS e os RPPS apresentam grande relevância do ponto de vista fiscal e que o RPC pode fazer a diferença para o crescimento de longo prazo da economia brasileira ao estimular a poupança privada e o desenvolvimento do mercado de capitais.

Os grandes números da previdência pública e privada confirmam a importância desses setores sob os diferentes aspectos citados. De fato, o RGPS recolhe contribuições de mais de 69 milhões de brasileiros todo ano e paga mais de 32 milhões de benefícios mensalmente.

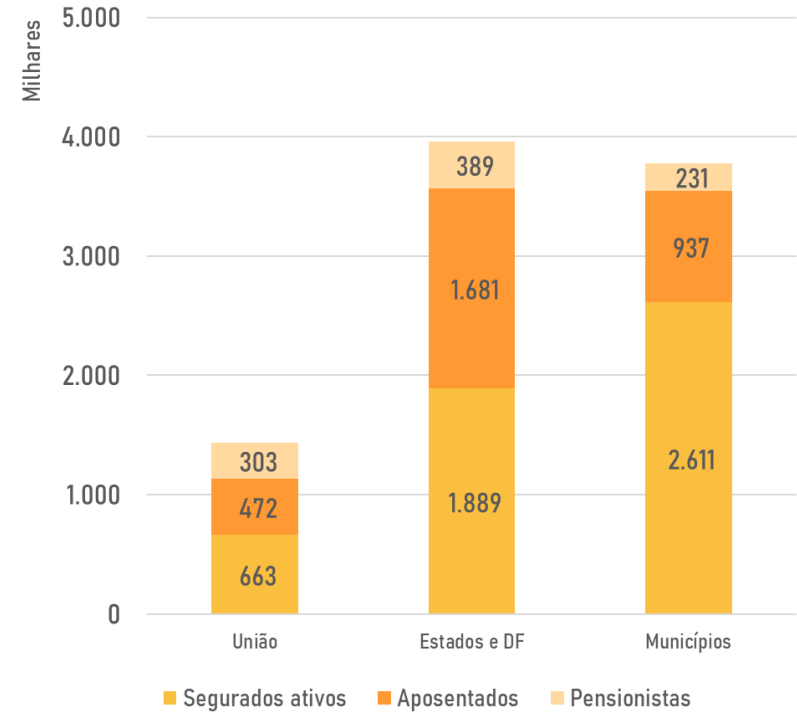
Gráfico 2 - Benefícios do RGPS emitidos por grupo de espécie - Outubro/2022



Fonte: Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV/SRPPS/SPREV.

Os RPPS estão presentes em 2,1 mil entes federativos, além da União, incluindo os estados, o Distrito Federal, as capitais e mais de dois mil municípios. Quanto ao alcance, os RPPS abrangem mais de 5 milhões de segurados ativos, 3 milhões de aposentados e cerca de 1 milhão de pensionistas.

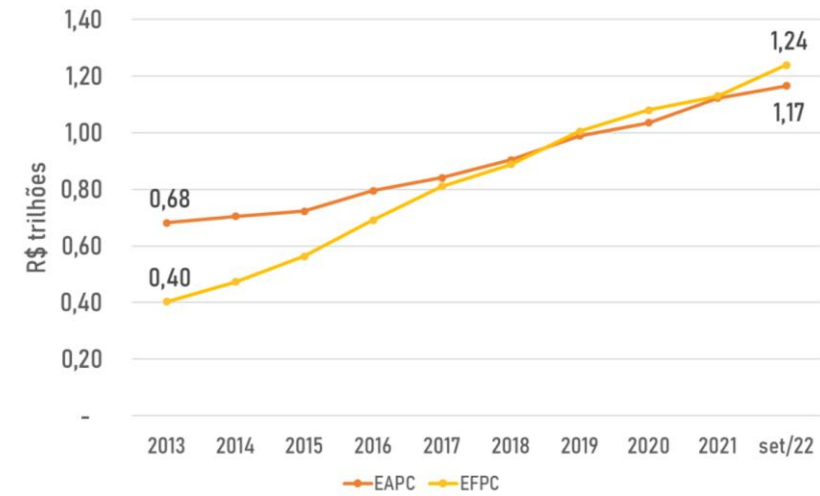
Gráfico 3 - Segurados ativos e beneficiários dos RPPS por esfera do ente federativo - 2021/2022



Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social.

O RPC, por sua vez, é formado por 272 entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) e 44 entidades abertas (EAPC) que, juntas, são responsáveis por aproximadamente 17 milhões de contratos, incluindo 946 mil aposentados e pensionistas, e acumulam R\$ 2,40 trilhões (26% do PIB) em ativos, patrimônio este que mais do que dobrou nos últimos 10 anos.

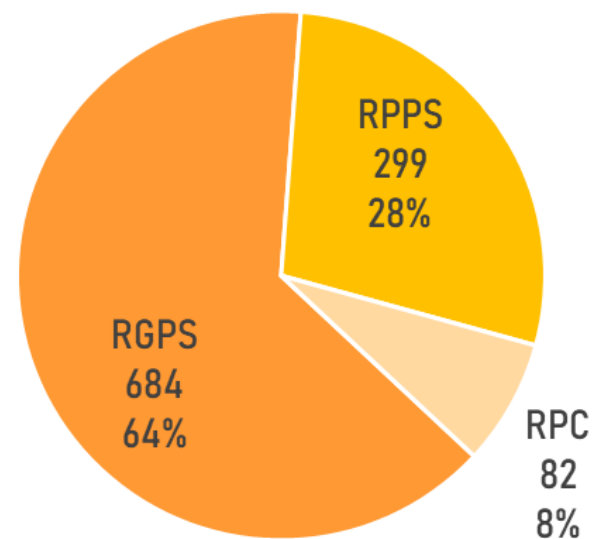
Gráfico 4 - Evolução dos ativos da previdência complementar por tipo de entidade - 2013 a setembro/2022



Fonte: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e Superintendência de Seguros Privados - Susep.

A previdência brasileira, considerando os segmentos público e privado, paga anualmente mais de R\$ 1 trilhão em benefícios (RGPS: R\$ 797 bilhões; RPPS: R\$ 299 bilhões; RPC: R\$ 86 bilhões), valor fundamental para a manutenção de significativa parcela da população brasileira e para o funcionamento da economia.

Gráfico 5 - Despesa dos três regimes de previdência (valores aproximados em R\$ bilhões) - 2021



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO/STN, Divisão de Informações Previdenciárias/CGEIP/SRPPS/SPREV, Previc e SUSEP.

O cenário do início de 2022 apresentava diferentes desafios para esses três segmentos da previdência brasileira.

No RGPS, o elevado número de requerimentos pendentes de análise pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou pela Perícia Médica Federal, reflexo da interrupção no atendimento presencial durante a pandemia, o crescimento na demanda por benefícios e a redução na força de trabalho, se mostrou persistente. O estoque de requerimentos pendentes, excluindo os benefícios por incapacidade, era superior a 930 mil em dezembro de 2022, sem contar os quase 160 mil casos de exigências emitidas para os segurados. Para completar esse quadro, houve a

1.2. Estrutura organizacional

O MTP é órgão da administração pública federal direta criado pela Medida Provisória nº 1.058, de 27 de julho de 2021, e convertida em [Lei nº 14.261, de 16 de dezembro de 2021](#), a partir da transferência de competências do ME.

Constituem-se áreas de competência do MTP: previdência; previdência complementar; política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador; política e diretrizes para a modernização das relações de trabalho; fiscalização do trabalho, inclusive do trabalho portuário, e aplicação das sanções previstas em normas legais ou coletivas; política salarial; intermediação de mão de obra, formação e desenvolvimento profissional; segurança e saúde no trabalho; regulação profissional; e registro sindical.

paralisação dos profissionais do INSS e da Perícia Médica por quase dois meses. Este quadro mobilizou a gestão do MTP e do INSS em busca de soluções. Entre as medidas adotadas, estão aquelas autorizadas pela Medida Provisória nº 1.113, de 20 abril de 2022, convertida na Lei nº 14.441, de 2 de setembro de 2022: (1) ampliação do número de tarefas extraordinárias no âmbito do INSS, incluindo os processos de reconhecimento inicial de direito; (2) possibilidade de realização de perícias extraordinárias nas unidades com tempo de espera acima de 45 dias e (3) dispensa de parecer conclusivo da Perícia Médica nos requerimentos de benefício por incapacidade, mediante análise de conformidade documental. A primeira medida é relevante para a fila do INSS e a segunda e terceira medidas para a fila da perícia e para o Tempo Médio de Espera para o Atendimento Agendado - TMEA em locais de difícil provimento. Além dessas medidas, houve a expansão da automação no âmbito do INSS. Como resultado dessas medidas, verificou-se rápida redução do estoque de requerimentos pendentes no Instituto. Os agendamentos da Perícia Médica ultrapassaram a marca de 1,1 milhão no primeiro semestre e terminam o ano em trajetória de queda. Como consequência, o tempo médio de espera do atendimento agendado apresentou notável redução nos últimos meses do ano.

Nos RPPS, a promoção da responsabilidade na gestão previdenciária é a principal diretriz do Ministério para a formulação de políticas e para a condução das atividades de fiscalização. Desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, o desafio da gestão é estimular a aprovação de reformas similares pelos estados e municípios, de forma a promover a instituição de alíquotas de 14% ou progressivas, a delimitação do rol de benefícios dos RPPS às aposentadorias e pensões por morte, a atualização das condições de acesso e as fórmulas de cálculo dos benefícios e a instituição da previdência complementar dos servidores. Não obstante os resultados positivos obtidos em anos anteriores, o processo de reformas ainda estava incompleto e teve continuidade ao longo de 2022, devendo prosseguir nos próximos anos.

No âmbito da previdência complementar, houve, em 2022, expressivo incremento de planos no âmbito RPC em todos os estados e municípios com RPPS, em atendimento à Emenda nº 103, de 2019. Porém, o desenvolvimento pleno do segmento depende da continuidade da atualização normativa em curso e da disseminação da educação financeira e previdenciária entre os trabalhadores brasileiros.

A Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério foram aprovados em duas etapas: em caráter provisório pelo [Decreto nº 10.761, de 2 de agosto de 2021](#) e, em caráter definitivo pelo [Decreto nº 11.068, de 10 de maio de 2022](#).

Em 2022, o ME, durante a vigência do [Decreto nº 10.761, de 2021](#), continuou prestando ao MTP apoio jurídico e administrativo, incluindo os assuntos relativos a controle interno, correição e ouvidoria. O Decreto previu, ainda, que, até a entrada em vigor da estrutura organizacional definitiva do MTP, as unidades do ME responsáveis pelas políticas e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador; intermediação de mão de obra e formação e de-

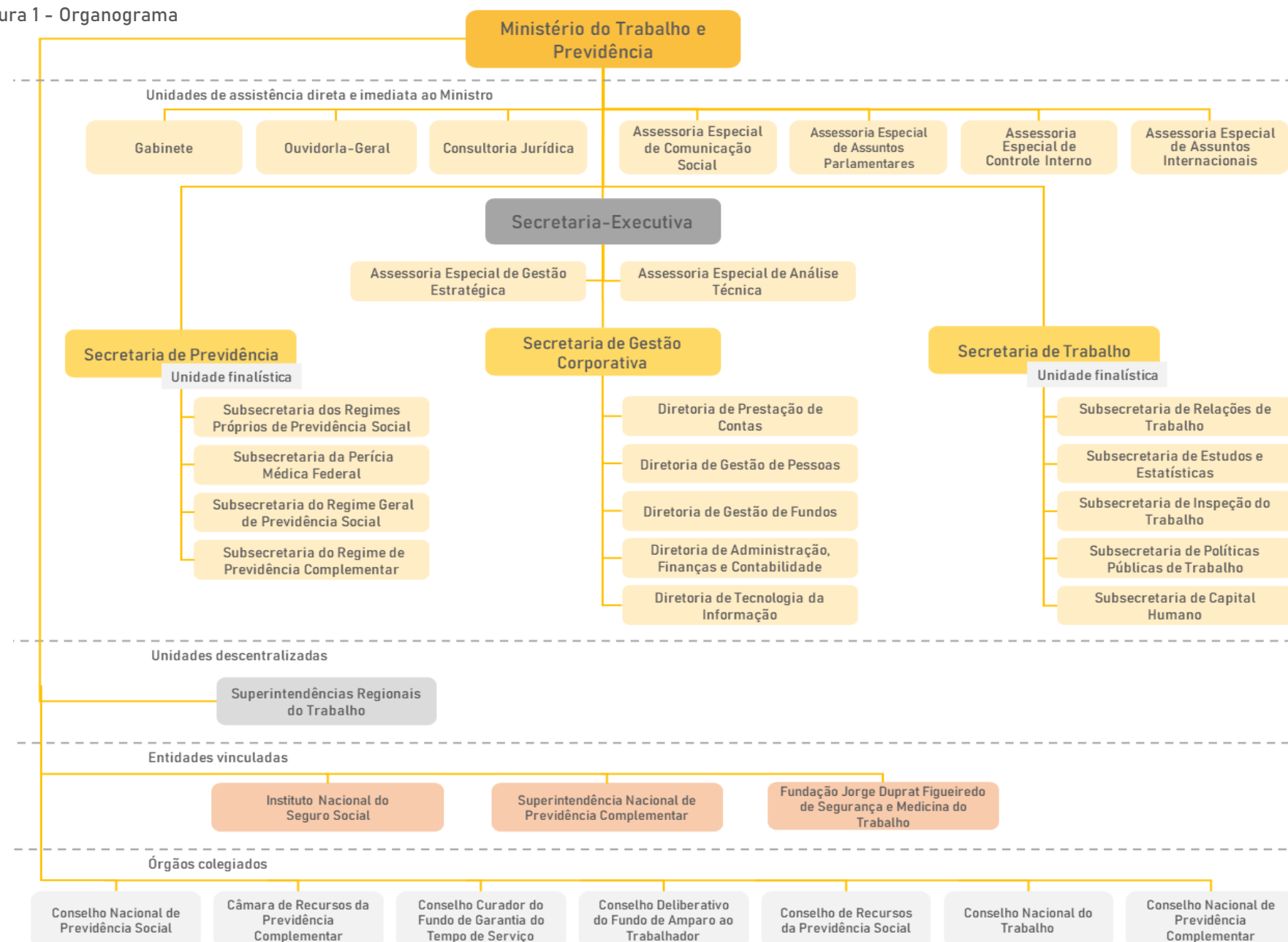
envolvimento profissional; e promoção, supervisão e orientação da gestão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ficariam subordinadas ao MTP.

Com a vigência do [Decreto nº 11.068, de 10 de maio de 2022](#), o período de transição passou a ser disciplinado pelo [Decreto nº 11.036, de 7 de abril de 2022](#), que previu regime de cooperação entre o MTP e o ME, envolvendo, entre outros temas: gestão de aquisições e contratações, incluídos

o Plano Anual de Contratações; a gestão de convênios e demais instrumentos congêneres; gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial; gestão de pessoas; gestão de tecnologia da informação; gestão documental; as atividades da Assessoria Especial de Controle Interno, da Corregedoria e da Ouvidoria; e atividades de assessoramento jurídico.

A seguir é apresentado o organograma do MTP, de acordo com o [Decreto nº 11.068, de 10 de maio de 2022](#).

Figura 1 - Organograma



1.3. Planejamento Estratégico

O Plano Estratégico do MTP para o período de 2022-2023, instituído pela [Portaria MTP nº 3.676, de 3 de novembro de 2022](#), foi elaborado sob a coordenação da Secretaria-Executiva (SE) e contou com ampla participação dos gestores. Durante o processo de formulação da estratégia, foram realizadas entrevistas individuais com representantes da alta gestão do Ministério, incluindo as Superintendências Regionais do Trabalho.

Importante ressaltar que o processo de elaboração da estratégia prezou pelo alinhamento aos eixos estratégicos e às diretrizes do Plano Plurianual (PPA), considerando os três Programas

Temáticos sob a responsabilidade do MTP: (1) 2210 – Empregabilidade, (2) 2213 – Modernização Trabalhista e Trabalho Digno e (3) 2214 – Nova Previdência.

Como resultado do processo de construção coletiva, foram definidos os referenciais estratégicos (missão, visão, valores e princípios) e 13 objetivos estratégicos distribuídos entre as perspectivas de resultados para a sociedade; de processos finalísticos; de governança, controles internos e gestão de riscos; e de pessoas e tecnologia. Sua representação gráfica encontra-se abaixo:

Figura 2 – Mapa Estratégico



MISSÃO

Implementar políticas públicas que promovam trabalho e renda, empregabilidade e um sistema previdenciário justo e sustentável



VISÃO

Ser reconhecido nacional e internacionalmente como uma instituição que promove um ambiente de negócios favorável à geração de oportunidades de trabalho e renda e assegura proteção previdenciária ao trabalhador

RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

Fomentar a geração de trabalho, emprego e renda

Ampliar a cobertura e garantir a sustentabilidade dos regimes previdenciários

FINALÍSTICOS

Conciliar as políticas de qualificação e intermediação profissional com a evolução do mercado de trabalho

Promover a inclusão previdenciária

Promover a conformidade às normas trabalhistas e previdenciárias

Promover a modernização e a simplicidade dos marcos regulatórios trabalhista e previdenciário

Promover a negociação coletiva entre trabalhadores e empregadores

Aprimorar as atividades de monitoramento, supervisão e prevenção a irregularidades e fraudes trabalhistas e previdenciárias

Aprimorar o acesso e a usabilidade dos serviços públicos trabalhistas e previdenciários

GOVERNANÇA, CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

Fortalecer a gestão de riscos e controles internos

Aprimorar a governança e integração das bases de dados

PESSOAS E TECNOLOGIA

Promover a valorização dos servidores e sua capacitação permanente

Propiciar suporte tecnológico a soluções inovadoras

#NOSSO TRABALHO TEM VALOR!



Comprometimento

Ética

Empatia

Determinação

Proatividade



#NOSSA GESTÃO TEM PRINCÍPIOS!

Inovação

Transparência

Resolutividade

A mencionada Portaria apresenta também os descritores dos objetivos estratégicos conforme Figura 3.

Figura 3 – Descritores dos Objetivos Estratégicos –

GOVERNANÇA	1	Fomentar a geração de trabalho, emprego e renda Contribuir para a inserção dos trabalhadores em atividades produtivas, assim como a geração e manutenção de trabalho, emprego e renda	6	Promover a modernização e a simplicidade dos marcos regulatórios trabalhista e previdenciário Promover o aperfeiçoamento e a simplificação da legislação trabalhista e previdenciária por meio da revisão e simplificação de decretos, normas regulamentadoras, portarias e instruções normativas	11	Aprimorar a governança e integração das bases de dados Aprimorar a governança e integração das bases de dados que subsidiam os processos de tomadas de decisão
	2	Ampliar a cobertura e garantir a sustentabilidade dos regimes previdenciários Ampliar a cobertura e garantir a sustentabilidade financeira e atuarial dos regimes de previdência social	7	Promover a negociação coletiva entre trabalhadores e empregadores Contribuir para a negociação de conflitos trabalhista entre entidades sindicais ou entre entidades sindicais e empresas, quando as possibilidades de entendimento direto entre os envolvidos no conflito tiverem se esgotado	12	Promover a valorização dos servidores e sua capacitação permanente Promover um ambiente de trabalho que valorize os servidores, com inovação, colaboração e capacitação permanente
	3	Conciliar as políticas de qualificação e intermediação profissional com a evolução do mercado de trabalho Conciliar as políticas públicas relacionadas à formação e qualificação profissional e à intermediação de mão de obra com as atuais demandas do sistema produtivo	8	Aprimorar as atividades de monitoramento, supervisão e prevenção a irregularidades e fraudes trabalhistas e previdenciárias Intensificar o emprego das metodologias e processos de monitoramento e detecção de indícios de irregularidades, supervisão baseada em riscos e modelos preditivos, visando a prevenção do descumprimento da legislação e do cometimento de irregularidades e fraudes a benefícios trabalhistas e previdenciária	13	Propiciar suporte tecnológico a soluções inovadoras Assegurar soluções de tecnologia da informação e comunicação inovadoras e aderentes aos objetivos estratégicos
RESULTADOS	4	Promover a inclusão previdenciária Promover a inclusão previdenciária dos trabalhadores brasileiros	9	Aprimorar o acesso e a usabilidade dos serviços públicos trabalhistas e previdenciários Aprimorar o acesso e a usabilidade dos serviços públicos trabalhistas e previdenciários pelo emprego de soluções digitais	! Foram publicados 29 indicadores de desempenho associados aos objetivos estratégicos, com metas previstas para os anos de 2022 e 2023.	
	5	Promover a conformidade às normas trabalhistas e previdenciárias Promover ações de fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social e de cumprimento da legislação trabalhista	10	Fortalecer a gestão de riscos e controles internos Fortalecer a identificação e o tratamento dos riscos nos processos do Ministério		
CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA						
INFORMAÇÕES						

1.4. Políticas e Programas de Governo

O PPA 2020-2023 foi instituído pela [Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019](#), orientando a atuação governamental, definindo diretrizes, programas, objetivos e metas para o período. O MTP participa por meio de três Programas Temáticos: 2210 – Empregabilidade, 2213 – Modernização Trabalhista e Trabalho Digno e 2214 – Nova Previdência. A Secretaria de Trabalho (STrab) e a Secretaria de Previdência (SPrev) são as unidades responsáveis pela coordenação das ações previstas para alcance das metas definidas.

Retratando a agenda governamental nas áreas de trabalho e previdência, cada Programa Temático parte do diagnóstico de um problema e suas causas para propor uma intervenção na realidade. Assim, cada Programa é composto por um objetivo e uma meta a serem alcançados e mensurados por meio de um indicador. Ainda, apresenta resultados intermediários em forma de produtos/serviços ou resultados da ação governamental que contribuem de forma relevante para o alcance do objetivo ou da meta do Programa.

O quadro a seguir apresenta o problema, suas causas, a justificativa para a intervenção governamental, o objetivo, a meta, o indicador e os resultados intermediários para cada um dos três Programas Temáticos sob a responsabilidade do MTP.

Tabela 1 – Programa 2210 – Empregabilidade

Programa 2210 - Empregabilidade						
Problema	Baixa efetividade na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva.					
Causas do Problema	- Falta de alinhamento entre a oferta de trabalho do setor produtivo e o perfil profissional do trabalhador. - Assimetria de informação entre o trabalhador e o potencial empregador. Limitação do mercado de trabalho para absorção da mão de obra. - Ambiente de negócios desfavorável para estruturação de pequenos negócios como alternativa de autoemprego.					
Justificativa para a intervenção	Compete ao poder público formular e coordenar as políticas relacionadas a formação e qualificação profissional, de forma conectada às demandas do setor produtivo. No Brasil, a competência para coordenar as ações de qualificação profissional, com vistas à empregabilidade, à produtividade e ao empreendedorismo é da Secretaria de Trabalho, do Ministério do Trabalho e Previdência.					
Objetivo	1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva					
Meta	050C - Alcançar 4% de participação das políticas ativas de emprego (Intermediação de mão de obra e Qualificação) na colocação do trabalhador no mercado de trabalho formal. Sendo 6% em 2021, 3,2% em 2022 e 4% em 2023.					
Indicador	Taxa de participação das políticas ativas de emprego (Intermediação de mão de obra e Qualificação) na colocação do trabalhador no mercado de trabalho formal					
Resultados intermediários	0365 - Inserção de trabalhadores na atividade produtiva mediante a concessão de microcrédito produtivo orientado	Indicador: Número de clientes atendidos em operações de microcrédito produtivo orientado	Meta 2020: 1.000.000	Meta 2021: 1.000.000	Meta 2022: 1.200.000	Meta 2023: 1.200.000
	0342 - Qualificação social e profissional de trabalhadores via transferências de recursos entre fundos da União para Estados, DF e Municípios	Indicador: Número de pessoas beneficiadas de Qualificação social e profissional de trabalhadores via transferências de recursos financeiros entre fundos	Meta 2020: 0	Meta 2021: 2.000	Meta 2022: 2.000	Meta 2023: 2.000
	0274 - Escola do Trabalhador 4.0	Indicador: Quantidade de alunos qualificados	Meta 2020: 100	Meta 2021: 1.200.000	Meta 2022: 50.000	Meta 2023: 50.000

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

Tabela 2 - Programa 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno

Programa 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno						
Problema	Marco regulatório trabalhista em desarmonia com a realidade do mundo do trabalho, déficit de conformidade e dificuldade de acesso aos serviços ofertados.					
Causas do problema	▪ Desconhecimento e complexidade das normas trabalhistas; ▪ Não compreensão dos custos e benefícios da conformidade; ▪ Baixa percepção de riscos de punição por descumprimento; ▪ Descrença do valor social das normas trabalhistas pelos empregadores e sociedade; ▪ Assimetria na relação de forças entre trabalhadores e empregadores; ▪ Falta de espaço para resolução de conflito e dificuldades burocráticas para acesso a informações oficiais dos trabalhadores e aos serviços a eles prestados (habilitação ao Seguro-Desemprego e emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS).					
Justificativa para a intervenção	A ação do poder público é essencial para a organização e o compartilhamento de informações sobre as relações de trabalho, no intuito de promover o crescimento da formalidade e o cumprimento da legislação. A implantação dos projetos da CTPS e FGTS digitais e Seguro-Desemprego 100% Web reduzirá custos para o Governo, diminuindo o atendimento presencial e ampliando o alcance da fiscalização. A promoção do trabalho digno gera importantes impactos sociais e econômicos. A redução da informalidade é ação prioritária para assegurar conformidade com as normas trabalhistas, já que o registro do trabalhador é que dá acesso à proteção trabalhista com aumento de arrecadação do FGTS e da previdência. Adicionalmente, as ações de verificação das condições e ambientes de trabalho aumentam a conformidade, gerando redução de acidentes, adoecimentos, mortes ocupacionais e reduzindo custos com saúde e previdência. O combate ao trabalho infantil e escravo, a inclusão de PCD e aprendizes são ações voltadas para a garantia do trabalho digno e prevenção de barreiras aos produtos brasileiros.					
Objetivo	1218 - Modernizar as relações trabalhistas para promover competitividade e proteção ao trabalhador					
Meta	0524 - Atingir o índice 1 de condições e relações de trabalho (ICRT), que contempla ações de promoção da conformidade legal e melhoria dos serviços.					
Indicador	Índice de Condições e Relações de Trabalho					
Resultados intermediários	0349 - Promoção da prevenção de acidentes e doenças ocupacionais	Indicador: Número de estabelecimentos alcançados por fiscalização, ação setorial ou ação preventiva realizada pela Inspeção do Trabalho para aumentar conformidade com Normas Regulamentadoras	Meta 2020: 43.316	Meta 2021: 50.000	Meta 2022: 43.000	Meta 2023: 43.000
	0348 - Investigação das causas de acidentes e doenças ocupacionais	Indicador: Número de acidentes ou doenças do trabalho analisados	Meta 2020: 909	Meta 2021: 1.600	Meta 2022: 1.520	Meta 2023: 1.520
	0277 - Fiscalização do Trabalho - Promoção da conformidade às normas trabalhistas	Indicador: Taxa de acerto em fiscalizações estratégicas diretas e indiretas	Meta 2020: 50%	Meta 2021: 50%	Meta 2022: 50%	Meta 2023: 50%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP

Tabela 3 - Programa 2214 - Nova Previdência

Programa 2214 – Nova Previdência						
Problema	Desequilíbrio financeiro, econômico e atuarial do sistema previdenciário brasileiro, com geração de custos excessivos para futuras gerações e potencial comprometimento do pagamento de benefícios previdenciários e de demais políticas sociais; cobertura e atendimento previdenciário insuficientes do ponto de vista quantitativo e qualitativo; sistema previdenciário gerador de desigualdades sociais.					
Causa do Problema	▪ Parâmetros de concessão, cálculo e reajuste de benefícios previdenciários bastante benevolentes quando comparados com o resto do mundo e incompatíveis com a realidade econômica do País. ▪ Mudança da estrutura da pirâmide etária (redução da população economicamente ativa e crescimento da população idosa), refletida na deterioração da relação entre contribuintes e beneficiários. ▪ Aumento real do salário-mínimo (indexador do piso previdenciário) nos anos recentes. ▪ Existência de regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios que redistribuem renda de maneira regressiva, reproduzindo e ampliando os já elevados níveis de desigualdade. ▪ Inadimplência e recebimento indevido de benefícios previdenciários em razão de irregularidades e fraudes não identificadas/combatidas e de dificuldades na cobrança de créditos previdenciários. ▪ Estímulos à inadimplência, desincentivo à participação, alto nível de informalidade, deficiências nos processos de reconhecimento de direitos. ▪ Fragilidades na gestão e governança dos regimes próprios dos entes subnacionais.					
Justificativa para a intervenção	A despesa com benefícios previdenciários já respondeu por mais da metade do orçamento da União em 2017, momento em que a população em idade ativa atingiu seu ápice (69,5% da população total). Esta proporção cairá continuamente ao longo do tempo, atingindo 59,8% em 2060. Com isso, a atual relação de dois contribuintes para cada beneficiário de aposentadoria e pensão cairá para menos de 1 na década de 2050. Mesmo que se reduza muito a informalidade e se aumente significativamente a cobertura previdenciária, ainda teremos uma relação bem mais desfavorável que a atual. Com isso, restará cada vez menos espaço para despesas com outras políticas sociais, atualmente já comprimidas, em especial: saúde, educação, segurança e investimentos. É imperioso, portanto, a busca por sustentabilidade, maior equidade, convergência entre os diferentes regimes e aproximação com as regras vigentes no resto do mundo. Já a cooperação internacional ocorre, por exemplo, via bancos multilaterais de desenvolvimento, para financiar projetos dos entes subnacionais e na forte presença no processo decisório dos regimes internacionais econômicos, nos eixos comercial, financeiro e de cooperação econômica.					
Objetivo	1172 - Garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário, com foco na proteção do cidadão e na melhoria da qualidade dos serviços					
Meta	0504 - Melhorar o indicador de qualidade previdenciária em 1 unidade, incluindo melhorias na cobertura, sustentabilidade, suficiência e qualidade do serviço					
Indicador	Índice de Qualidade Previdenciária, composto por dados relativos à cobertura previdenciária, sustentabilidade, suficiência e qualidade do serviço					
Resultados intermediários	0279 - Aumento da poupança previdenciária do Regime de Previdência Complementar (RPC)	Indicador: Ativos Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) + Ativos Entidade Aberta de Previdência Complementar (EAPC) em R\$	Meta 2020: 2.110.000.000	Meta 2021: 2.140.000.000	Meta 2022: 2.260.000.000	Meta 2023: 2.420.000.000
	0278 - Redução do crescimento acelerado da	Indicador: Variação da despesa previdenciária anual	Meta 2020: 4,04	Meta 2021: 3	Meta 2022: 2,5	Meta 2023: 2,5

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP

O acompanhamento das metas definidas nos Programas é realizado mediante a inserção dos resultados alcançados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), processo sob a coordenação da Subsecretaria do Plano Plurianual, do ME.

Cabe ainda mencionar que no âmbito das Leis Orçamentárias Anuais (LOA), os Programas Temáticos do MTP são financiados pelas seguintes ações orçamentárias:

Tabela 4 - Ações Orçamentárias Associadas aos Programas Temáticos

Programa Temático	Ação Orçamentária
2210 - Empregabilidade	20JT Gestão do Sistema Nacional de Emprego - Sine
	20Z1 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores
	2B12 Fomento à Inclusão Produtiva
	1218 Modernizar as relações trabalhistas para promover competitividade e proteção ao trabalhador
	00H4 Seguro-Desemprego
	00UK Pagamento de Auxílio aos Transportadores Autônomos de Cargas (Emenda Constitucional nº 123, de 2022)
	00UL Pagamento de Auxílio aos Motoristas de Táxi (Emenda Constitucional nº 123, de 2022)
2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	581 Abono Salarial
	20YU Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho
	20YW Produção de Conhecimento Aplicado para Subsidiar Políticas Públicas que promovam o trabalho seguro, saudável e produtivo
	20YY Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda
	20Z3 Apoio Operacional ao Pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial
	21AZ Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial
	2553 Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS
	2C43 Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
	4245 Classificação Brasileira de Ocupações - CBO
	4741 Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego
2214 - Nova Previdência	009W Compensação Previdenciária
	00SJ Benefícios Previdenciários
	2292 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários
	2294 Defesa Judicial da Previdência Social Básica

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP

1.5. Cadeia de Valor

Expressa como uma organização está estruturada e o conjunto de atividades desempenhadas para alcançar sua missão e entregar valor público.

O MTP iniciou neste ano os trabalhos para a elaboração de sua cadeia de valor. De início, fez-se um levantamento de cadeias de valor anteriores do órgão e de suas unidades, considerando as diferentes configurações e estruturas que apresentou ao longo de sua história recente. Com base em tais documentos e nas atuais competências do órgão, foi realizado o esforço de identificar macroprocessos, processos e subprocessos de trabalho para construir sua cadeia de

1.6. Estrutura de Governança

Modelo de Governança

A estrutura de governança do MTP está organizada em instâncias externas e internas responsáveis por avaliar, direcionar e monitorar a condução das políticas públicas e da prestação de serviços de trabalho e previdência.

Essa estrutura, amparada no modelo proposto no referencial básico de governança para organizações públicas e outros entes jurisdicionados pelo TCU (2020), estabelece interface entre instâncias de governança e de gestão, em que, diretrizes definidas por instâncias internas e externas de governança direcionam a atuação das instâncias de gestão, exercidas pelas unidades táticas e operacionais do Ministério.

As instâncias externas, representadas pelo Poder Legislativo, TCU, Poder Judiciário e Ministério Público, têm o papel de controle e regulamentação. A CGU, o Comitê Interministerial de Governança e o ME, atuam como instâncias externas de apoio à governança e são incumbidos da avaliação, auditoria e monitoramento independente.

valor. Em seguida foi elaborado um documento preliminar apresentando uma proposta de organização dos macroprocessos identificados em grandes áreas temáticas e mostrando os valores entregues à sociedade. Para dar maior consistência e clareza ao trabalho, foi elaborada ainda minuta de descritores dos macroprocessos e dos processos identificados.

A segunda etapa prevista para esse trabalho será a validação da minuta com a alta gestão e com as áreas meio e fim, diretamente envolvidas nos processos de trabalho, no intuito de realizar os ajustes finais. Tendo em vista todo o trabalho que vem sendo desenvolvido na estruturação do Ministério, não foi possível finalizar a cadeia de valor neste exercício.

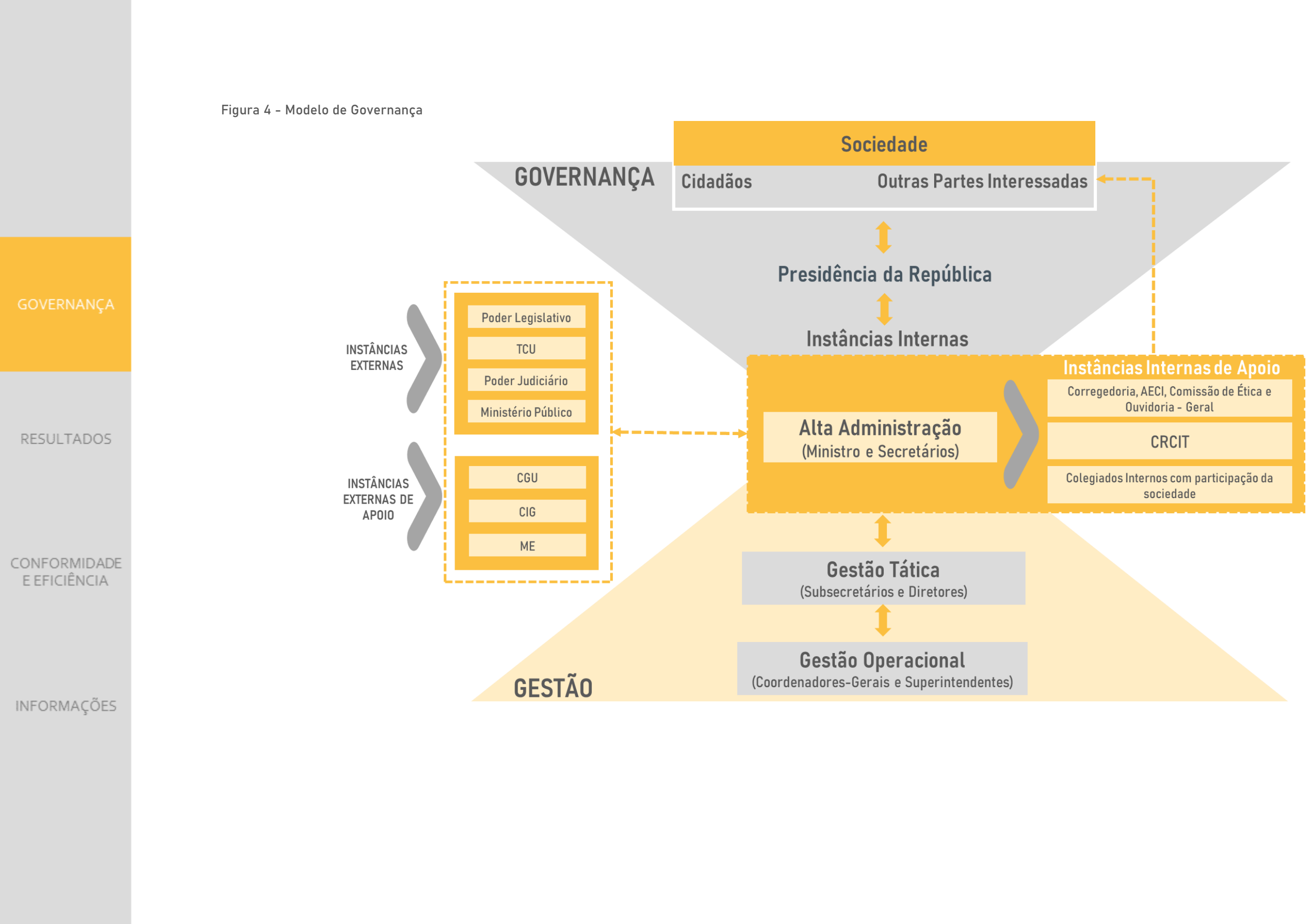
A alta administração, constituída pelo Ministro e Secretários, é instância interna responsável por definir, avaliar e monitorar a estratégia e as políticas internas. É auxiliada pelas instâncias internas de apoio representadas pela Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), Corregedoria, Comissão de Ética, Ouvidoria-Geral e por colegiados internos.

Como relevantes instâncias internas de apoio à governança, cabe destacar os órgãos colegiados do Ministério que contam com a participação da sociedade: Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS); Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC); Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social (CNRPPS); Conselho Nacional do Trabalho; Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; e Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

As instâncias de gestão, por sua vez, estão divididas em tática e operacional, e são responsáveis por planejar, executar e controlar as políticas, ações e processos de trabalho.

A figura a seguir representa o modelo de governança adotado pelo Ministério.

Figura 4 - Modelo de Governança



Representantes da Alta administração

José Carlos Oliveira

Ministro de Estado



Lucio Rodrigues Capelletto

Secretário-Executivo



Carlos Marne Dias Alves

Secretário de Gestão Corporativa



André Rodrigues Veras

Secretário de Previdência



Mauro Rodrigues de Souza

Secretário de Trabalho



Instâncias internas de apoio à Governança:

- Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), subordinada ao Ministro de Estado do Trabalho, atua nas áreas de controle, risco, transparência e integridade da gestão;
- Corregedoria, subordinada à Secretaria-Executiva e sob a supervisão técnica da Controladoria-Geral da União (CGU), é responsável pelas atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades, por meio da instauração e condução de procedimentos correcionais;
- Comissão de Ética, criada pela [Portaria nº 2.449, de 9 de agosto de 2022](#), detém funções educativa, consultiva, preventiva, conciliadora e repressiva, atuando como órgão setorial junto à Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP);
- Ouvidoria-Geral, subordinada ao Ministro de Estado do Trabalho e Previdência, é o canal de comunicação com a população para o recebimento de reclamações, sugestões, críticas, elogios e denúncias referentes a procedimentos e ações de agentes diretamente subordinados ao MTP; e
- Comitê de Riscos e Controles, Integridade e Transparência (CRCIT): instituído pela [Portaria nº 2.281, de 2 de agosto de 2022](#), com a finalidade de auxiliar a alta administração na definição de diretrizes e na implementação de medidas relacionadas à gestão de riscos e controles, à integridade e à transparência.

Colegiados internos com participação da sociedade:

- Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), tem por função estabelecer diretrizes gerais, participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão previdenciária, bem como apreciar as decisões de políticas aplicáveis à Previdência Social;
- Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), tem por função regular o regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar;
- Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social (CNRPS), tem por função deliberar sobre os parâmetros, diretrizes e critérios de responsabilidade previdenciária na instituição, organização e funcionamento dos RPPS;
- Conselho Nacional do Trabalho, tem por função, dentre outras, propor políticas e ações para modernizar as relações de trabalho e diretrizes para a elaboração dos planos, dos programas e das normas sobre políticas públicas em matéria trabalhista;
- Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, tem por função principal estabelecer as diretrizes e os programas de alocação de todos os recursos do FGTS e acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas aprovados; e
- Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, responsável por definir diretrizes para alocação de recursos do FAT, avaliar o impacto social das políticas por ele financiadas e exercer controle social da execução destas políticas.

1.7. Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional

Comitê de Riscos e Controles, Integridade e Transparência

Por meio da [Portaria MTP nº 2.281, de 02 de agosto de 2022](#), foi instituído o Comitê de Riscos e Controles, Integridade e Transparência (CRCIT) no âmbito do MTP, órgão colegiado de natureza deliberativa, com a finalidade de auxiliar a alta administração na definição de diretrizes e na implementação de medidas relacionadas à gestão de riscos e controles, à integridade e à transparência.

O CRCIT é composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades do MTP: Secretaria-Executiva, Secretaria de Trabalho, Secretaria de Previdência, Assessoria Especial de Controle Interno, Assessoria Especial de Análise Técnica, Assessoria Especial de Gestão Estratégica, Corregedoria, Ouvidoria-Geral, Comissão de Ética, Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, e Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro.

Após sua instituição, em agosto de 2022, foi realizada a primeira reunião, em 25 de outubro, na qual foram deliberadas a Resolução CRCIT nº 01, que dispõe sobre os membros titulares e suplentes do CRCIT do MTP; e a Resolução CRCIT nº 02 que aprova seu Regimento Interno. Ademais, na citada reunião, foi apresentada a metodologia de apuração da avaliação da maturidade em gestão de riscos aplicada neste exercício.

Programa de Integridade do Ministério do Trabalho e Previdência

O Programa de Integridade do MTP foi instituído pela [Portaria MTP nº 3.192, de 06 de outubro de 2022](#), em conformidade com as diretrizes do [Decreto nº 9.203, de 22 novembro de 2017](#) e da [Portaria CGU nº 57, de 4 janeiro de 2019](#). Possui especial importância para o governo federal - e, portanto, para todo e qualquer cidadão brasileiro ao se considerar o rol de competências que estão sob a pasta do MTP, seja diretamente ou por meio de autarquias e fundação vinculadas.

Criado com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, detecção, remediação e punição de fraudes, atos de corrupção, irregularidades e desvios éticos e de conduta, sua gestão está a cargo da AECl do MTP que atua como unidade responsável pela gestão da integridade.

A AECl, na elaboração, desenvolvimento e implementação do Programa de Integridade, atua em conjunto com as seguintes unidades: Ouvidoria-Geral, Corregedoria, Secretaria de Gestão Corporativa (SGC) e Comissão de Ética.

Após sua instituição, em outubro do corrente ano, o Programa está em processo de implementação, atualmente em fase de coleta das informações necessárias para sua materialização: caracterização do MTP; levantamento de riscos à integridade e ações e medidas para seu tratamento; cronograma de execução das ações e medidas para tratamento de riscos à integridade e seus respectivos responsáveis; e previsão sobre a forma de monitoramento e de atualização periódica.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética do MTP, instituída pela [Portaria nº 2.449, de 9 de agosto de 2022](#), é instância deliberativa, integrante do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, vinculada tecnicamente à Comissão de Ética Pública da Presidência da República, que tem a finalidade de difundir os princípios da conduta ética do servidor no relacionamento com o cidadão, com os seus pares e superiores e no resguardo do patrimônio público.

Compete à Comissão de Ética, nos moldes do art. 7º do [Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007](#), atuar como instância consultiva de dirigentes e servidores do MTP; aplicar o Código de Ética dos Servidores do Executivo, aprovado pelo [Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994](#), dirimir dúvidas a respeito da interpretação de suas normas e deliberar sobre casos omissos; apurar, mediante denúncia ou de ofício, conduta em desacordo com as normas éticas; recomendar, acompanhar e avaliar, no âmbito do MTP, a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de ética e disciplina; representar o MTP nos eventos da Rede de Ética; e supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração.

Além disso, possui atribuições relativas ao cumprimento da [Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013](#), conhecida como “Lei de Conflito de Interesses”, como instância julgadora dos pedidos de autorização e de consultas dos servidores para praticarem atividade privada. Nesse tema, a Comissão delibera se há potencial conflito entre o interesse público e o interesse privado, em função de atividades privadas que os servidores do MTP pretendam realizar fora de seu horário de trabalho. A Comissão de Ética deste Ministério ainda atua como instância de suporte e mediação de conflitos entre servidores, propiciando que sejam prevenidos incidentes que possam resultar em infrações éticas.

No ano de 2022 foram realizadas 50 ações de apuração de denúncias, consultas e mediações. O quantitativo de ações por tipo está disposto na Tabela 5.

Tabela 5 - Quantitativo de ações

Ações de Apuração de Denúncias, Consultas e Mediações	
Denúncias recebidas - CEMTP	6
Processos Instaurados - CEMTP	6
Instaurados pela CEME e transferido para CEMTP	6
Acordo de conduta Pessoal e profissional Firmado	0
Mediações	0
Consultas sobre conflitos de Interesse respondidas	25
Consultas diversas	7
Total	50

Fonte: SEI e FalaBR

Gestão de Riscos

No MTP, as atividades de gestão de riscos são conduzidas de forma centralizada pela AECI, sob a orientação e acompanhamento do CRCIT, que conta com representantes de nove unidades do Ministério, além de representantes das três vinculadas: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e Fundação Jorge Duprat (Fundacentro), conforme instituído na [Portaria MTP nº 2.281, de 02 de agosto de 2022](#).

A política de gestão de riscos, contendo a metodologia de priorização de processos para o gerenciamento de riscos está em fase de aprovação, dado que a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do MTP somente entraram em vigor com a edição do [Decreto nº 11.068, de 22 de junho de 2022](#) e que o mapa estratégico do MTP só foi instituído em novembro, mediante a edição da [Portaria MTP nº 3.676, de 3 de novembro de 2022](#).

Não obstante, a AECI vem dando continuidade à identificação dos riscos nas fases de planejamento, execução e monitoramento da fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho, lotados na Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), da Secretaria do Trabalho (Strab), face determinação da CGU (ID 919150).

Controles Internos

A AECI é responsável pelo acompanhamento de implementação das deliberações proferidas em acórdãos, das solicitações de informação e das requisições do Tribunal de Contas da União (TCU). Além disso, a Assessoria monitora as recomendações e as orientações elaboradas pela Controladoria-Geral da União (CGU), decorrentes dos trabalhos de auditoria interna conduzidos pelo referido órgão e endereçadas ao MTP.

Ao longo do exercício 2022, a AECI registrou a entrada de 5 acórdãos no Ministério. O TCU, por meio de seus acórdãos, encaminha deliberações ao Ministério que podem resultar em determinações, recomendações ou entendimentos para conhecimento dos gestores.

Nesses acórdãos foram emitidas 11 determinações às unidades desta Pasta. Entre os principais Acórdãos do TCU recebidos pelo MTP, no ano de 2022, destacam-se os que estão listados no Anexo I.

Ao final do exercício de 2022, a Assessoria contabilizou cerca de 119 recomendações com o estado “em execução/monitoramento” que estão sendo tratadas pelas unidades do MTP. Desse total, 45 novas recomendações foram emitidas em 2022, das quais 7 já foram respondidas e estão em análise pela unidade de auditoria. O Anexo II registra os principais relatórios de auditoria interna recebidos da CGU em 2022.

Corregedoria

A competência correccional do MTP se iniciou em 31 de maio de 2022, com o [Decreto nº 11.068, de 10 de maio de 2022](#), encontrando-se a atribuição, até então, sob responsabilidade do ME

Para garantir a continuidade dos trabalhos, o ME e o MTP atuaram em regime de cooperação em matéria correccional até 31/10/2022, nos termos do [Decreto 11.036, de 07 de abril de 2022](#), e da [Portaria Interministerial ME/MTP nº 4.861, de 27 de maio de 2022](#).

Com a designação do Corregedor do MTP, que se deu por meio da [Portaria MTP nº 1.679, de 15 de junho de 2022](#), a estruturação da Corregedoria foi iniciada, ocorrendo também a transferência dos processos e servidores do ME oriundos do antigo Ministério do Trabalho.

Por meio da [Portaria MTP nº 2.160 de 27 de julho de 2022](#), o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência regulamentou a delegação de competência para instauração, condução e julgamento dos processos disciplinares no âmbito do MTP.

Feitas essas considerações, informa-se que a Corregedoria do MTP é unidade seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SISCOR), responsável pelo planejamento, coordenação, execução e controle das atividades correccionais no âmbito da pasta ministerial, conduzindo-as em consonância, dentre outros normativos, com o [Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005](#), e com a [Portaria Normativa CGU Nº 27, de 11 de outubro de 2022](#).

Ao longo do segundo semestre de 2022, foi recepcionado o estoque de processos relacionados a fatos ocorridos no âmbito de sua estrutura que se encontravam na Corregedoria do ME, inclusive os processos arquivados, encontrando-se ainda em fase de avaliação das providências cabíveis.

Considerando que o processo de migração dos procedimentos nos sistemas correccionais ainda está em curso, destaca-se que os números acostados ao presente relatório podem apresentar alguma divergência em relação aos disponíveis nos referidos sistemas.

Em relação à gestão de pessoas, houve a conclusão do processo seletivo de remoção dos Auditores-Fiscais do Trabalho (AFT), tendo sido efetivada a lotação de 14 servidores na Corregedoria.

Com foco no resultado, evidencia-se que a maioria do quadro de servidores da Corregedoria se encontra inserida no Programa de Gestão, autorizado pela [Portaria MTP nº 886, 6 de dezembro de 2021](#) e instituído por meio da [Portaria Conjunta SE/SPREV/STRAB/MTP nº 1, de 10 de março de 2022](#) e [Portaria MTP nº 1.566, de 6 de julho de 2022](#).

Em busca de maior qualidade dos trabalhos realizados, a Corregedoria promoveu, com a colaboração da CGU, ação de capacitação ministrada de forma híbrida sobre Processo Administrativo Disciplinar (PAD), de vinte e quatro horas, que contou com a participação de 49 servidores presenciais e de quatro servidores online, e sobre Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), de dezesseis horas, que contou com a participação de 47 servidores presenciais e quatro online, ambos no mês de novembro em Brasília/DF.

Ademais, considerando a natureza das atividades desempenhadas, foram recepcionados 28 pedidos de informação oriundos de órgãos externos, como Polícia Federal, Ministério Público Federal e Advocacia-Geral da União.

Do juízo de admissibilidade

Em relação ao fluxo dos processos pendentes de decisão em sede de juízo de admissibilidade, considerando o estoque oriundo da Corregedoria do ME e as denúncias e/ou representações recepcionadas, encontram-se em curso 224 processos, distribuídos conforme Tabela 6, sendo

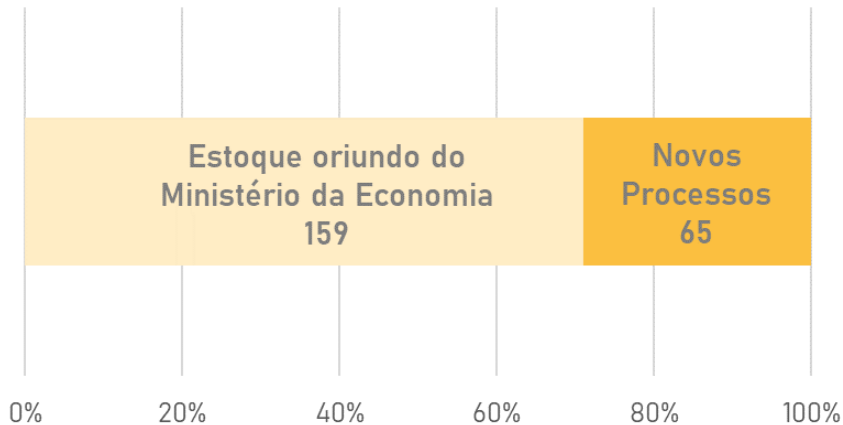
que o Gráfico 6 apresenta o total considerando o estoque de oriundo do Ministério da Economia e os novos processos.

Tabela 6 - Total de processo em análise

Classificação	Número de processos
Análise Inicial da Demanda	50
Aguardando Distribuição para Análise	18
Em Análise	54
Nota Técnica Pendente de Aprovação	95
Sindicâncias Patrimoniais em Curso	7
Total	224

Fonte: Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Gráfico 6 - Total de processos considerando estoque



Fonte: Diário Oficial da União, Boletins de Gestão de Pessoas, Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Ressalta-se, ainda, a existência de 25 processos em monitoramento do cumprimento do termo de ajustamento de conduta (TAC) celebrado no âmbito da Corregedoria do ME, encontrando-se

cinco (5) processos aptos ao arquivamento. Destaca-se, até este momento, que foram concluídos seis processos submetidos a juízo de admissibilidade, dos quais três com a decisão de arquivamento e três com instauração de PAD.

Do processo administrativo disciplinar

Os Colegiados que se encontravam constituídos para a condução dos processos administrativos disciplinares no ME foram reconduzidos para a continuidade dos trabalhos apuratórios no âmbito do MTP, encontrando-se, atualmente, 52 processos acusatórios em curso e 24 pendentes de instauração.

Do acervo processual recepcionado, além do controle dos prazos prescricionais, houve uma priorização dos esforços na conclusão dos processos contraditórios pendentes de julgamento, tendo sido julgados, ao todo, 25 processos, Tabela 7.

Tabela 7 - Decisões exaradas

Decisão	Servidores alcançados
Arquivamento	23
Advertência	2
Suspensão	1
Demissão*	15
Cassação de Aposentadoria*	2
Conversão de Exoneração em Destituição do Cargo em Comissão	4
Total	47
*Inclusive por determinação judicial	

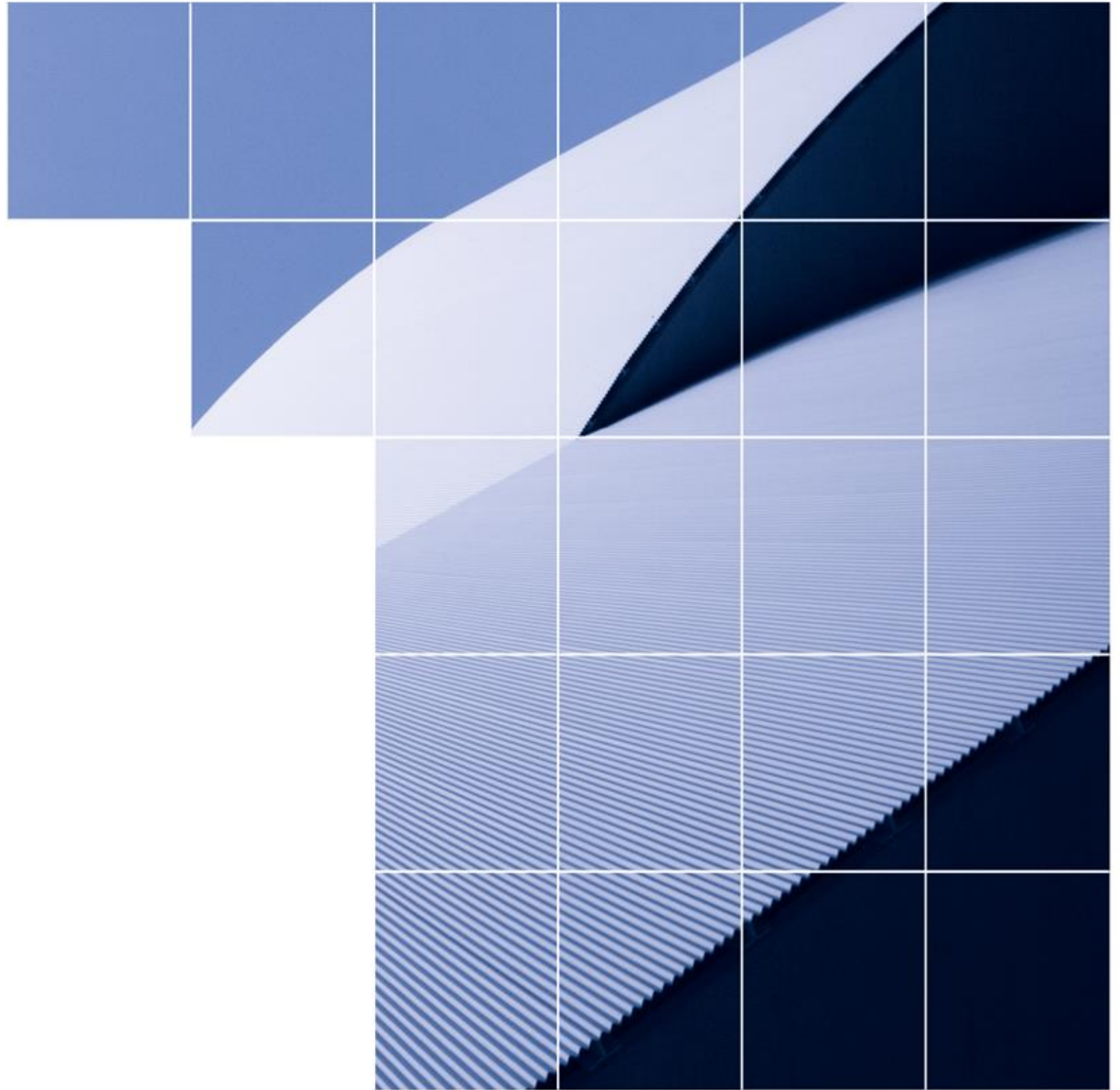
Fonte: Sistema Eletrônico de Informações - SEI

Encontram-se, ainda, 33 Processos Administrativos Disciplinares (PADs) pendentes de julgamento, sendo que, desde o início das atividades correcionais no âmbito do MTP, 12 PADs já foram finalizados pelas Comissões.

Do procedimento da responsabilização da pessoa jurídica

Foram recepcionados cinco procedimentos administrativos de responsabilização da pessoa jurídica oriundos do ME, encontrando-se um em acompanhamento do cumprimento da sanção, um com julgamento proferido pelo arquivamento, um concluso para fins de julgamento e dois em curso, com comissão processante constituída.

2. Resultados da Gestão



2.1. Fomentar a geração de trabalho, emprego e renda

O objetivo visa contribuir para a inserção dos trabalhadores em atividades produtivas, assim como a geração e manutenção de trabalho, emprego e renda

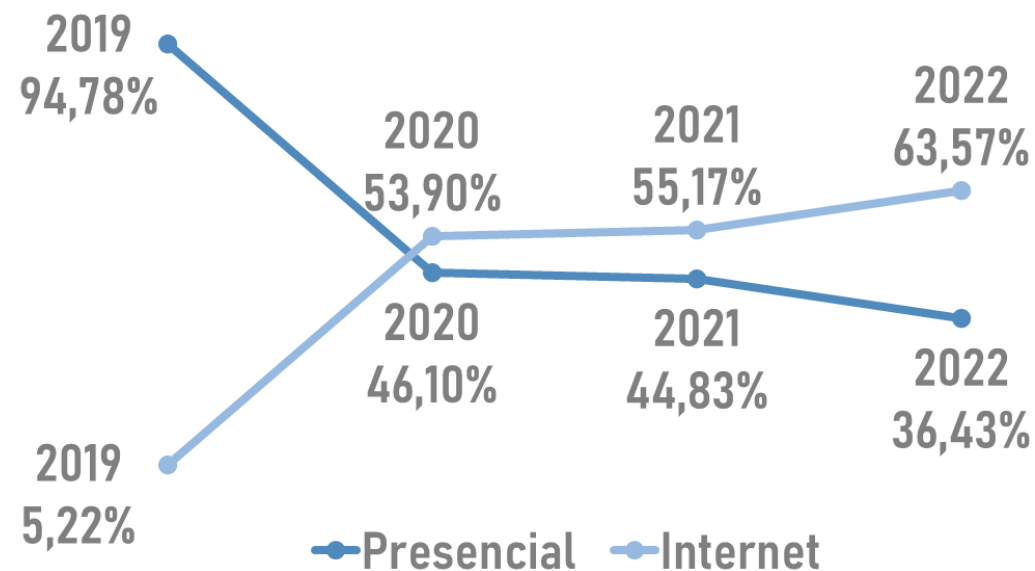
1 – Principais atividades e resultados alcançados

Novo Sistema Nacional de Emprego – Sine

Trata-se de ferramenta disponível no Portal Gov.br que possibilita a correspondência entre a vaga de emprego e o perfil do trabalhador de forma autônoma, por interação direta entre as partes, sem necessidade de mediação presencial de atendentes. Atualmente, os serviços ofertados são a busca por emprego (pelo trabalhador) e a busca pelo trabalhador (por empresas).

Desde 2020, o canal de ingresso online ultrapassou o presencial, alcançando a taxa de 63,57% no ano de 2022.

Gráfico 7 – Canal de ingresso Intermediação de Mão de obra – IMO



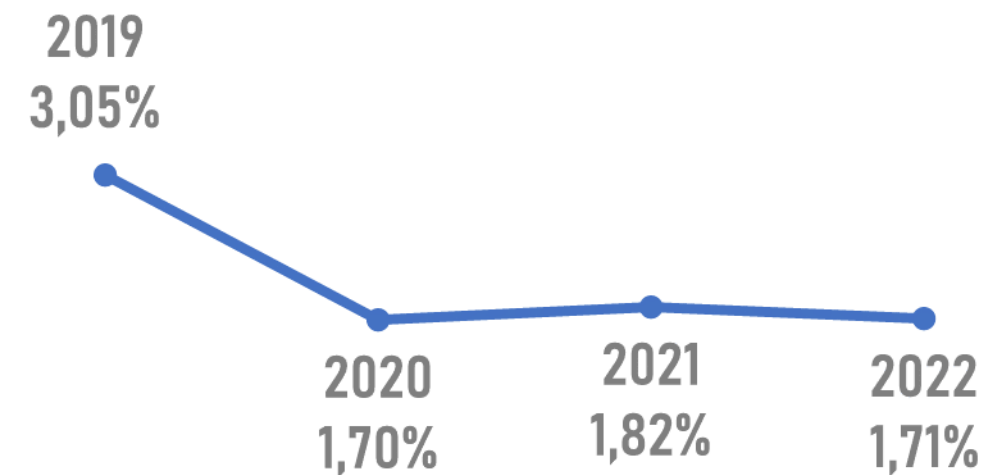
Fonte: Base de Gestão de Intermediação de Mão de obra – BGIMO

Melhoria da efetividade da IMO

A efetividade do serviço de intermediação é medida pela taxa de participação da Intermediação de Mão de Obra (IMO) na colocação do trabalhador no mercado de trabalho formal. Essa taxa mensura o total de trabalhadores colocados e recolocados pelo Sine no período, dividido pelo total de admissões de 1º emprego e reemprego no período, expressa em termos percentuais.

Os dados para a apuração do indicador são extraídos periodicamente da Base de Gestão de Intermediação de Mão de Obra (BGIMO) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged).

Gráfico 8 – Contratações via Serviço de IMO x Contratações Reportadas no Caged

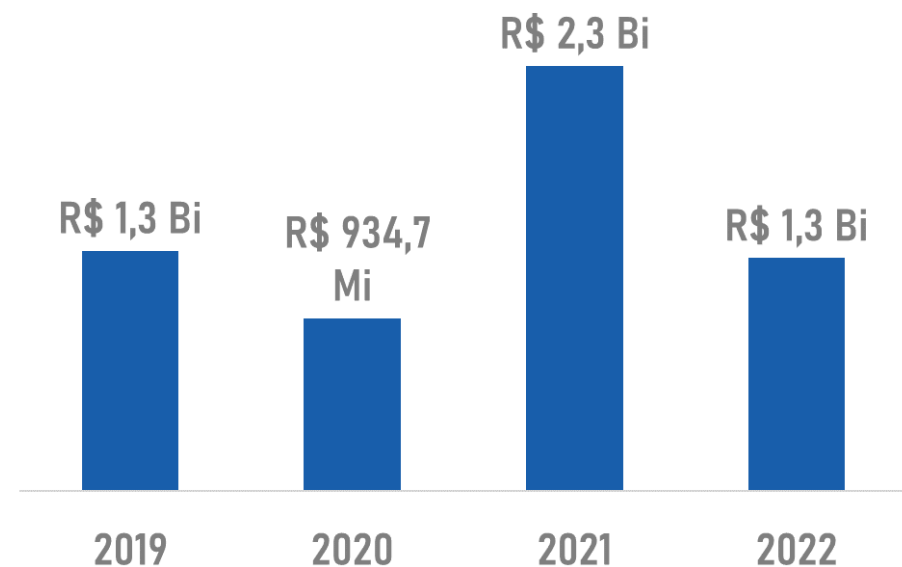


Fonte: Base de Gestão de Intermediação de Mão de obra – BGIMO e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Novo Caged

Programa de Geração de Emprego e Renda do Fundo de Amparo ao Trabalhador – PROGER

Por meio das linhas de crédito do PROGER, foram aplicados no período de janeiro a dezembro de 2022, cerca de R\$ 1,3 bilhão de recursos, apoiando mais de 16 mil empreendimentos.

Gráfico 9 – PROGER – Volume de crédito concedido

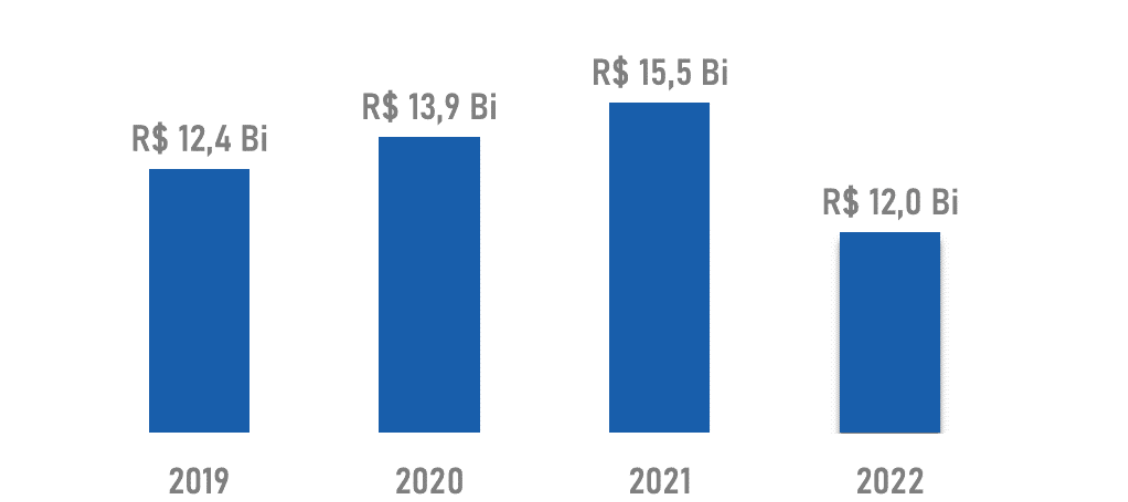


Fonte: CGTR/SPPT/STRAB/MPT

Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO

Em 2022, 123 instituições possuem cadastro ativo junto ao MTP para operar ou participar do Programa. Somente em 2022, foram contratados mais de R\$ 12 bilhões de recursos, em mais de 3,3 milhões de contratos realizados.

Gráfico 10 – PNMPO – Volume de crédito concedido



Fonte: Coordenação-Geral de Políticas de Trabalho e Renda/SPPT/STRAB/MTP

Programa de Simplificação do Microcrédito Digital – SIM Digital

O SIM Digital foi criado pela Medida [Provisória nº 1.107, de 17 de março de 2022](#), convertida na [Lei nº 14.438, de 24 de agosto de 2022](#), sendo destinado a criar incentivos à formalização do trabalho e ao empreendedorismo, bem como fomentar a inclusão financeira e o acesso ao microcrédito produtivo para empreendedores excluídos do sistema financeiro.

O Programa iniciou sua operação em meados do mês de março de 2022 e até o mês de dezembro já proporcionou a aplicação de mais de R\$ 3 bilhões, beneficiando aproximadamente 3,9 milhões de clientes. Desse montante mais de 50% das operações foram formalizadas por mulheres.

Em novembro de 2022, como resultado do 1º Chamamento aos Ministérios da Administração Pública Federal para a Concessão do Selo de Modernização do Estado, o SIM Digital foi premiado com a categoria “Bronze com Distinção”, passando a fazer parte do Portal da Modernização, por meio do Painel de Indicadores da Modernização –(Modernizômetro).

Pagamento do Calendário do Abono Salarial Ano-Base 2020

Houve a identificação de um total de 25,98 milhões de abonos cujos valores são da ordem de 23,4 bilhões de reais. Até o dia 31 de dezembro de 2022, verificou-se um total de saques de 98,44% dos abonos salariais efetivamente creditados em contas de poupança social digital, percentual nunca alcançado na série histórica do Abono Salarial, desde 1990.

Tabela 8 – Abono Salarial – Calendário de Pagamento do ano de 2022 – Ano-base 2020 – Quantidade e valores de abonos (PIS e PASEP) identificados, sacados e a sacar.

Descrição		PIS		PASEP		Total
Abonos Identificados	Quant.	23.232.340		2.755.022		25.987.362
	Valores	R\$	20.435.910.346,00	R\$	3.017.693.352,00	R\$ 23.453.603.698,00
Abonos Sacados	Quant.	23.108.369		2.473.612		25.581.981
	Valores	R\$	20.332.441.502,00	R\$	2.757.930.442,00	R\$ 23.090.371.944,00
Abonos Não Sacados	Quant.	121.633		279.734		401.367
	Valores	R\$	101.160.691,00	R\$	258.098.127,00	R\$ 359.258.818,00
Índice de Cobertura do Abono Salarial		99,47%		89,79%		98,44%

Fonte: Base de Gestão do Abono Salarial

Embora o calendário de pagamento permitisse o saque até o dia 29 de dezembro de 2022, os pagamentos dos beneficiários foram concentrados nos meses de fevereiro e março, e aqueles residentes de municípios em emergência ou de calamidade pública receberam de forma prioritária em relação aos demais.

Concessão do Seguro-Desemprego

O benefício do Seguro-Desemprego é a principal política de proteção ao trabalhador formal, representando a principal rubrica orçamentária da Secretaria de Trabalho do MTP, totalizando R\$ 42,1 bilhões. Mensalmente, são concedidos, em média, mais de 500 mil novos benefícios, apenas na modalidade Trabalhador Formal, que responde por aproximadamente 87% do total de recursos.

Tabela 9 – Execução do orçamento por modalidade do Seguro-Desemprego

Modalidade	Orçamento Autorizado (R\$ Milhões)	% do total	Orçamento Executado (R\$ Milhões)	% Execução
Trabalhador Formal	36.982,98	87,8%	36.980,41	99,9%
Bolsa de Qualificação Profissional	160,60	0,3%	142,21	88,5%
Trabalhador Resgatado	9,13	0,0%	7,7	84,6%
Trabalhador Doméstico	729,30	1,7%	720,5	98,8%
Pescador Artesanal	4.229,71	10,4%	3.965,65	93,7%
Total	42.111,74	100,0%	41.816,56	99,3%

Fonte: base de gestão do Seguro-Desemprego – CGGB/SPPT/STRAB/MTP

Medidas Trabalhistas Emergenciais

A [Medida Provisória nº 1.109, de 25 de março de 2022](#), que veio a ser convertida na [Lei nº 14.437, de 15 de agosto de 2022](#), autorizou a aplicação de medidas trabalhistas alternativas a serem adotadas em casos de calamidade pública em âmbito nacional, estadual, municipal ou distrital. O objetivo das medidas previstas é o de preservar o emprego e a renda, garantir a continuidade das atividades na economia afetada, e reduzir o impacto social trazido pela calamidade.

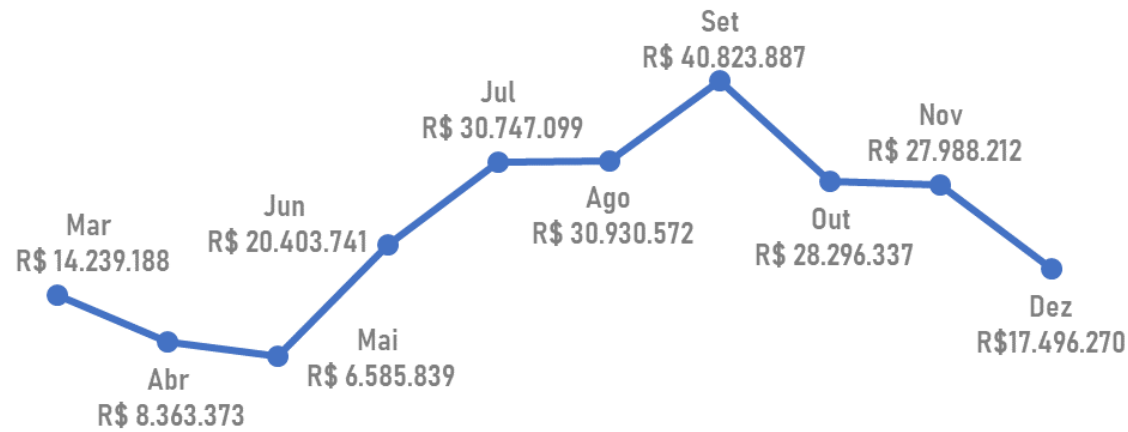
As medidas trabalhistas alternativas, que podem ser adotadas por empregados e empregadores, conforme definido pelo MTP, incluem a adoção do regime de teletrabalho, a antecipação de férias individuais, a concessão de férias coletivas, o aproveitamento e a antecipação de feriadões, regime diferenciado de banco de horas e o diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O acompanhamento do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda se deu por meio da Carteira de Trabalho digital, onde o trabalhador tem acesso a informações sobre o benefício, datas de pagamento, valores a receber, além de poder indicar o banco de destino e interpor recursos administrativos.

Também se alinha às medidas implementadas, o pagamento de parcelas adicionais do Seguro-Desemprego para trabalhadores residentes nos municípios em emergência ou calamidade pública.

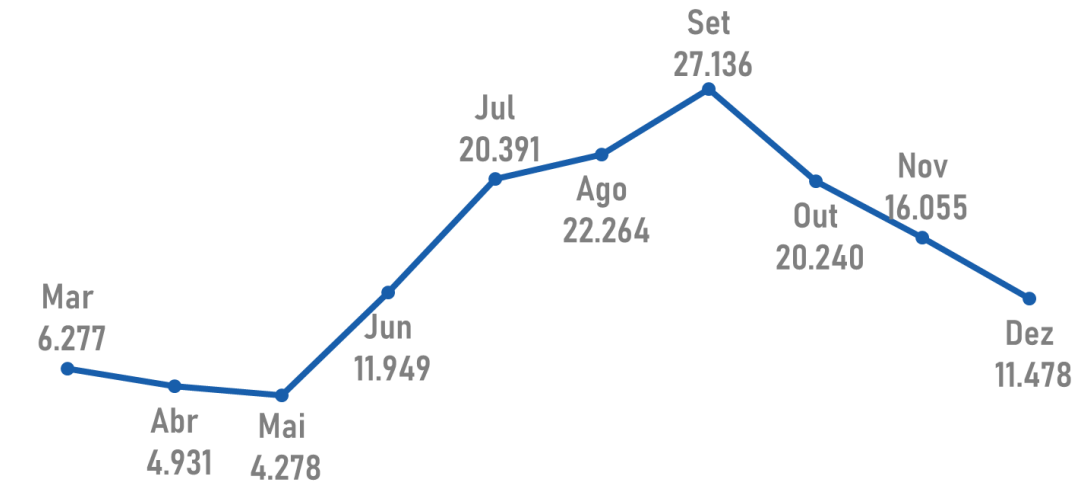
Em 2022, o CODEFAT editou 7 resoluções garantindo a liberação do montante de R\$ 225,8 milhões e atendendo a 82,9 mil trabalhadores.

Gráfico 11 - Concessão de Parcelas Adicionais do Seguro-Desemprego - 2022, em Reais



Fonte: Base de Gestão do Seguro Desemprego

Gráfico 12 - Concessão de Parcelas Adicionais do Seguro-Desemprego - 2022



Fonte: Base de Gestão do Seguro Desemprego

Benefícios Emergenciais a Caminhoneiros e Taxistas

Por meio da [Emenda Constitucional 123, de 14 de julho de 2022](#), foram instituídos os benefícios concedidos aos Transportadores Autônomos de Cargas (TAC) e aos motoristas de táxi, cabendo ao MTP a responsabilidade pela operacionalização dos pagamentos.

Os benefícios foram estabelecidos para amenizar as consequências dos diversos aumentos no preço dos combustíveis ocorridos no ano de 2022, que imputaram elevado ônus a todos os setores que dependem do transporte rodoviário.

Pela norma, foram concedidas 6 parcelas de mil reais aos TAC, até o limite de R\$ 5,4 bilhões, 6 parcelas aos motoristas de táxi devidamente registrados, até o limite de R\$ 2 bilhões.

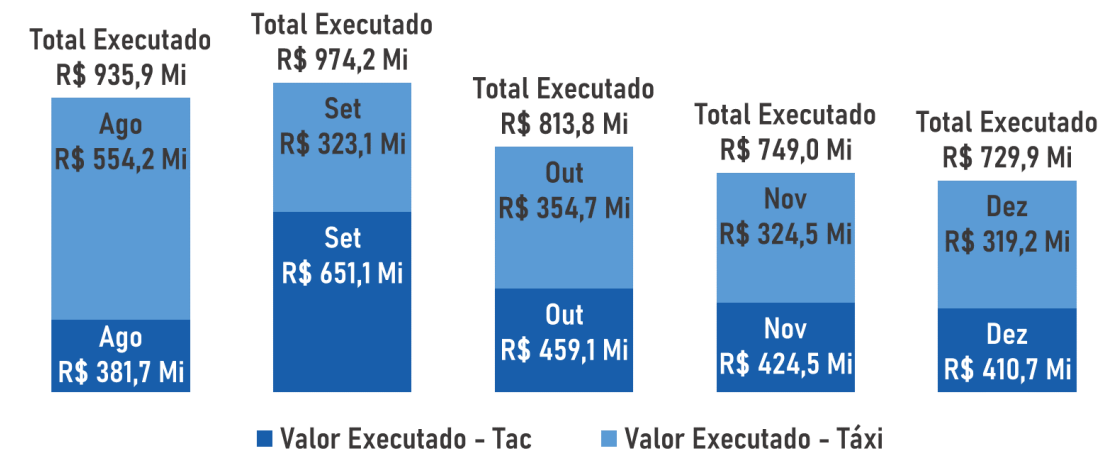
A Carteira de Trabalho Digital foi o meio pelo qual os beneficiários puderam acompanhar o Programa e verificar se tinham direito aos novos benefícios. A execução dos pagamentos se deu por meio de contas digitais previamente abertas, assegurando a efetividade dos créditos e reduzindo os custos com pagamentos.

Os benefícios foram concedidos independentemente de requisição. A aceitação do benefício pelo trabalhador materializou-se no saque do valor depositado na conta de poupança social digital.

No caso dos taxistas foi concedido com base em lista encaminhada pelos municípios. No caso dos TACs foi concedido com base no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC) da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aos transportadores autônomos com registro de transporte e àqueles que autodeclararam por meio de aplicativo estarem exercendo ativamente a profissão.

De agosto até dezembro de 2022, o total de beneficiários atendidos somou 717 mil trabalhadores, sendo 314 mil taxistas e 403 mil TAC. Foram pagos aproximadamente R\$ 4,2 bilhões aos titulares dos dois benefícios, sendo R\$ 1,8 bilhão aos taxistas e R\$ 2,3 bilhão aos TAC.

Gráfico 13 - Valores Pagos por Parcela- Benefício Emergencial aos Taxistas e TAC

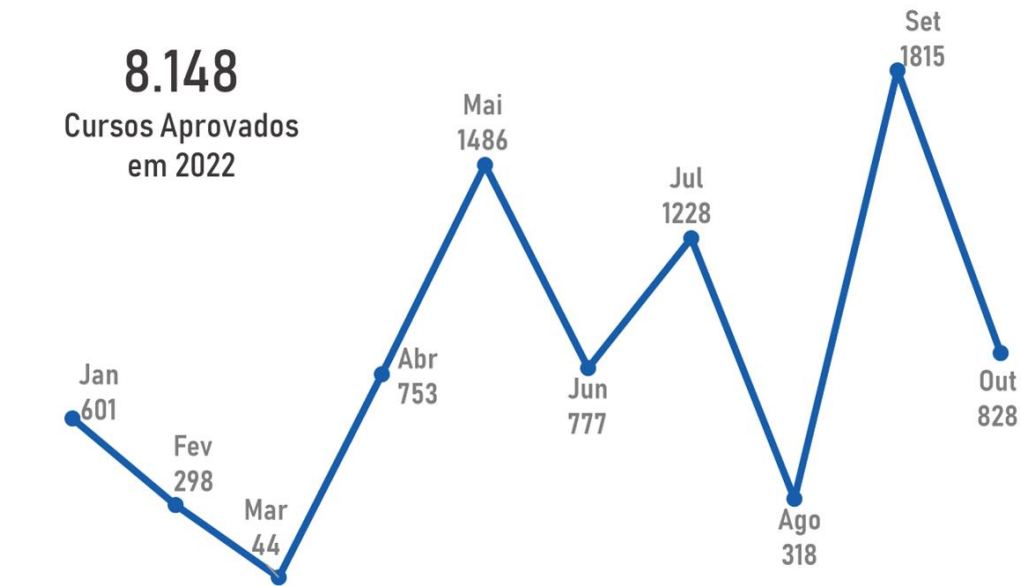


Fonte: Base de Gestão do Benefício Emergencial TAC e Taxi

Aprimoramento dos fluxos de análise das entidades formadoras, programas e cursos de Aprendizagem Profissional

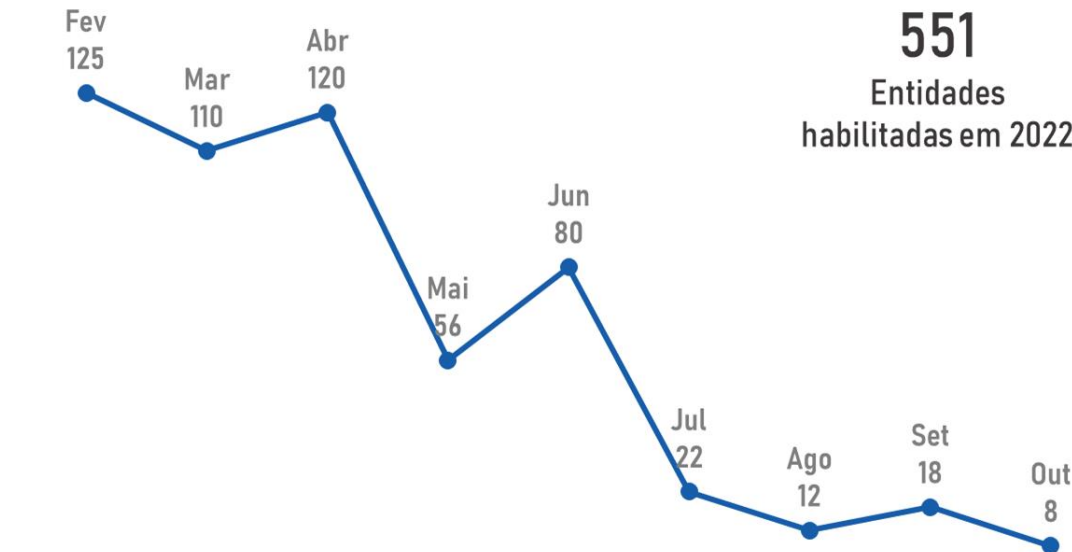
A medida resultou na habilitação de 551 entidades e na aprovação do cadastro de 8,1 mil cursos nas modalidades à distância e presencial, os quais foram devidamente inseridos no Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional (CNAF).

Gráfico 14 - Números validação dos cursos no período de janeiro a outubro de 2022.



Fonte: Plataforma utilizada para a automação dos processos referentes aos programas e cursos de Aprendizagem Profissional - LECOM BPM

Gráfico 15 - Números de entidades habilitadas no período de janeiro a outubro de 2022.



Fonte: Plataforma utilizada para a automação dos processos referentes aos programas e cursos de Aprendizagem Profissional - LECOM BPM

Emprega Mais - Voucher Empresarial

O Voucher Empresarial do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) foi resultado da união de esforços entre o SENAI e o MTP, com o objetivo de fomentar a realização de ações de qualificação voltadas ao atendimento gratuito de trabalhadores brasileiros, empregados ou desempregados (com preferência aos desempregados), em alinhamento com as demandas das empresas industriais.

Foram atendidas pela ação cerca de 2,1 mil empresas até o mês de novembro, tendo sido emitidos mais de 16 mil vouchers empresariais.

2 - Inovações e melhorias implantadas

Projeto de transformação digital do Sine

Teve por objetivo melhorar a experiência do usuário, tornando a plataforma mais amigável e útil, além de aumentar a qualidade dos dados coletados utilizados para IMO, contribuindo para aumentar a probabilidade de pareamento (*matching*) entre trabalhador e vaga de emprego.

Nova sistemática de transferência de recursos do Sine

Trazida pela [Lei nº 13.667/2018](#) a nova sistemática possibilitou o financiamento, mediante transferências voluntárias de recursos para fundos do trabalho criados pelas esferas de governo, permitindo a execução descentralizada de ações e serviços de gestão e manutenção da Rede Sine.

Desde 2019, tanto a União quanto os entes subnacionais vêm se adequando aos requisitos contidos na Lei. O destaque do novo modelo de execução vai para o fortalecimento dos conselhos de trabalho locais, que assumem o papel de fiscalizar a execução dos respectivos planos de ação.

A nova sistemática permitiu a eliminação de controles que sobrecarregavam a estrutura operacional do MTP, reduzindo custos e aumentando o foco nas atividades de elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas de emprego, enquanto uma estrutura transitória foi criada especificamente para a finalização dos processos remanescentes, decorrentes dos convênios anteriormente firmados e ainda em fase de liquidação.

Contrato de consultoria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Contrato para a criação de novo modelo de alocação de recursos para repasse fundo a fundo, utilizando critérios de performance e indicadores sociais e econômicos da região, contribuindo para a evolução do Sistema e para a melhoria dos indicadores de acompanhamento da execução da política.

Parceria com a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Acordo de cooperação técnica firmado para apoiar a melhoria do Sine e a sua eficiência e transparência no mercado de trabalho. Para tanto, a AFD vai despendar a quantia de EUR 1,2 milhão para as ações que forem executadas no âmbito do projeto.

Protocolo digital do ME

Trata-se de medida de simplificação e desburocratização no Registro Profissional e de Contratante. No ano de 2022, foi dada a continuidade na melhoria do fluxo de emissão das 15 categorias do registro profissional e do registro de contratante de forma online, tornando o processo de análise mais eficiente.

Criação da Comissão Nacional de Aprendizagem Profissional – CNAP

O [Decreto nº 11.061, de 4 de maio de 2022](#), criou a Comissão Nacional de Aprendizagem Profissional (CNAP), no âmbito do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), à qual compete monitorar, avaliar e propor políticas relacionadas à Aprendizagem Profissional e articular os principais atores no tema para a melhoria contínua das políticas, entre outros.

Execução de projetos com o Ministério Público do Trabalho – MPT, a Organização Internacional do Trabalho – OIT e União Europeia

Foram realizadas ações como o Projeto da Aprendizagem Inclusiva, desenvolvido em parceria com o MPT e a OIT, com o objetivo de desenvolver programa de aprendizagem profissional voltado a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, e também o Projeto de apoio ao fortalecimento da Aprendizagem Profissional para adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, fruto de uma parceria entre o MTP e a União Europeia, no âmbito do Programa EUROsociAL+.

Gestão das informações das estatísticas de Trabalho

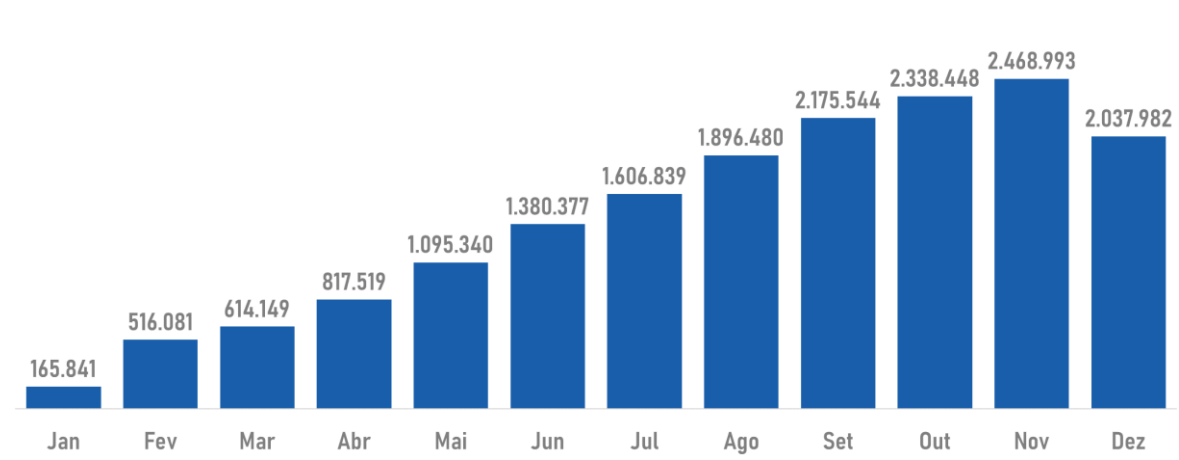
Em 2022, teve início a estruturação de uma nova base de dados sobre mercado de trabalho denominada eSocial Trabalho, com desenvolvimento de novos painéis de informação sobre mercado de trabalho, em especial o GBO e, por fim, a elaboração do Plano de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Trabalho (PMAPPT).

Produção e Disseminação de Estatísticas de Trabalho

Em 2022, o Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET) disponibilizou à sociedade um conjunto de estatísticas sobre o mercado de trabalho formal. Estas estatísticas subsidiam a tomada de decisão pelos agentes econômicos em suas decisões de investimento e contratação e aos agentes públicos no que se refere ao aprimoramento e elaboração de Políticas Públicas de fomento à geração de trabalho, emprego e renda. Cabe citar que as principais estatísticas disseminadas são provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Estas bases de dados estão em constante processo de aprimoramento, com a perspectiva de unificação, uma vez que estão gradualmente passando a ser captadas da mesma fonte, o eSocial. A unificação permitirá conciliar a abrangência da primeira com a tempestividade mensal da segunda.

Gráfico 16 – Evolução do saldo acumulado no Novo Caged em 2022



Fonte: PDET

Planejamento do Aperfeiçoamento das Ações de Geração de Trabalho e Renda

Trata-se do estabelecimento de agenda de monitoramento e avaliação objetivando a utilização de evidências na gestão de políticas públicas de trabalho que induza seu aprimoramento, permitindo o redesenho de processos, a revisão do desenho e alterações na estratégia de implementação, buscando, com isso, a ampliação do alcance, do impacto e da efetividade dessas políticas.

Negociações G20 – Grupo de Trabalho – GT sobre Emprego – EWG

GT voltado a elaborar a declaração de Ministros a ser entregue aos líderes mundiais durante a cúpula 2022, com o tema "Melhorar a condição de emprego para recuperação conjunta" e os respectivos anexos:

- Plano de Ação para acelerar e monitorar os princípios do G20 para a Integração de Pessoas com Deficiência (PCD) no Mercado de Trabalho;
- Recomendações de Políticas do G20 para o crescimento sustentável e a produtividade no desenvolvimento da capacidade humana através do fortalecimento da formação profissional de Base Comunitária;
- Estratégia atualizada do G20 para formação profissional; e
- Anexo relacionado à Saúde e Segurança no Trabalho (produzido pelo G20 OSH Network).

3 – Desafios e riscos

Entre os vários desafios e riscos identificáveis nos avanços relativos às políticas de trabalho, emprego e renda, destacam-se:

- obtenção e tratamento dos dados coletados do novo modelo de intermediação implementado no Módulo Novo Sine;
- implementação da inclusão dos dados de IMO coletados pelo Novo SineE e Sine Aberto na Base de Gestão da IMO;

2.2. Ampliar a cobertura e garantir a sustentabilidade dos regimes previdenciários

O objetivo estratégico visa ampliar a cobertura e garantir a sustentabilidade financeira e atuarial dos regimes de previdência social.

1 – Principais atividades e resultados alcançados

Divisor mínimo no cálculo das aposentadorias

A introdução do divisor mínimo no cálculo das aposentadorias, realizada em articulação com o Congresso Nacional por meio da [Lei nº 14.331, de 4 de maio de 2022](#), corrigiu distorção decorrente da aplicação abusiva da regra do descarte da [Emenda nº 103, de 12 de novembro de 2019](#), fortalecendo a vinculação entre contribuições e benefícios.

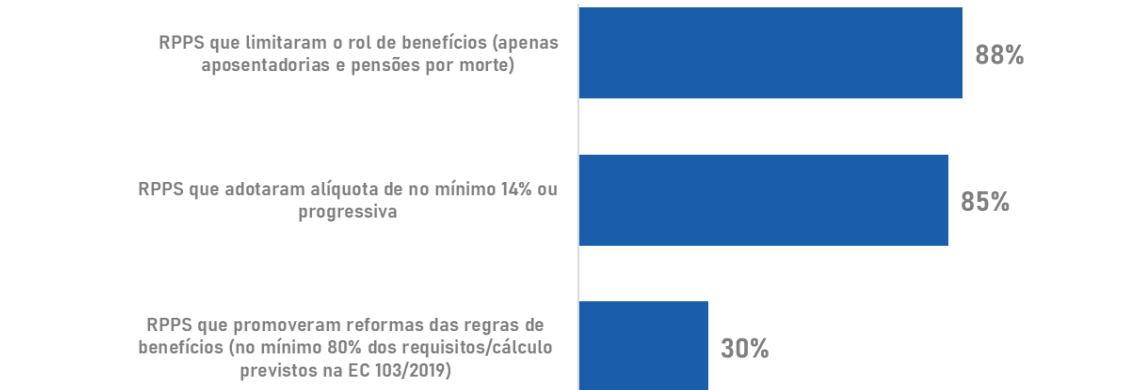
O divisor mínimo requer que a média dos salários de contribuição seja calculada a partir de pelo menos 108 meses posteriores a julho de 1994 e, conseqüentemente, impede que o valor das aposentadorias seja artificialmente elevado mediante o uso de uma ou poucas contribuições, como vinha ocorrendo.

Implementação de reformas previdenciárias nos entes subnacionais

- contorno dos efeitos da redução gradativa do orçamento destinado à gestão do Sine, que tem impactado no resultado da política. Destaque para o bloqueio de recursos pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), ocorrido no final do mês de novembro/2022, da ordem de mais de R\$ 7 milhões;
- avanço na implementação do Bloco de Fomento à geração de emprego e renda por meio de repasses via Fundo do Trabalho. Destaque para o bloqueio de recursos pela SOF, ocorrido no final do mês de novembro/2022, de mais de R\$ 3 milhões na ação orçamentária destinada ao fomento à inclusão produtiva;
- regulamentação do disposto na [Lei nº 14.438/2022](#) mediante Resolução do Conselho Curador do FGTS para dispor sobre a aplicação de recursos do Fundo em operações de microcrédito, inclusive as de microcrédito produtivo orientado, realizadas pelas instituições financeiras (FGTS Microcrédito);
- proposição de Projeto de Lei para utilização do patrimônio do Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (FUNPROGER), de que trata a [Lei nº 9.872/1999](#), para a constituição de instrumentos de garantia de crédito para pessoas naturais e jurídicas com renda ou receita bruta anual limitada a R\$ 360 mil;
- retomada das ações do Fórum Nacional de Microcrédito, instância prevista no art. 7º da Lei nº 13.636/2018;
- revisão do marco regulatório do PNMPPO, para atender demanda do conjunto das instituições operadoras do segmento; e
- contratação de operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, visando financiar a implementação dos projetos em desenvolvimento, incluindo a contratação de serviços para superar a carência de estrutura e equacionar a capacitação do pessoal alocado para atuar na implementação dos projetos.

Do total de 2,1 mil RPPS de estados e municípios, 88% restringiram o rol de benefícios a aposentadorias e pensões, 85% ajustaram a alíquota de contribuição para no mínimo 14% ou progressivas e 30% adequaram as regras de acesso e fórmulas de cálculo aderente à [Emenda nº 103, de 2019](#).

Gráfico 17 – Reformas previdenciárias dos entes subnacionais com Regimes Próprios de Previdência

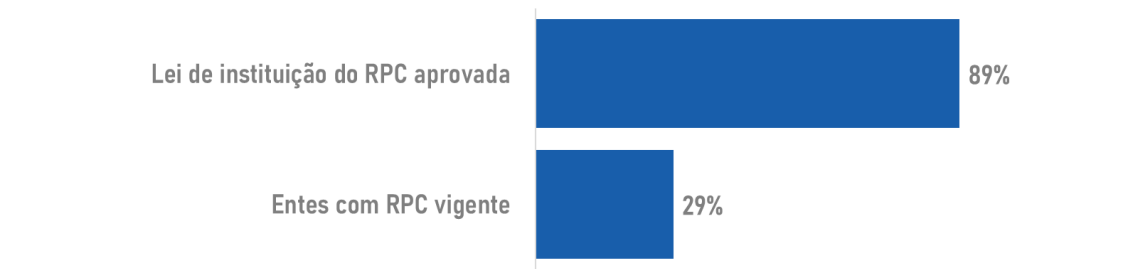


Fonte: GESCON-RPPS

Instituição de RPC nos estados e municípios que possuem RPPS

89% dos 2,1 mil entes subnacionais com RPPS possuem lei de instituição do RPC aprovada e 29% estão com o RPC vigente, pois aprovaram o convênio de adesão ao plano de benefícios da EFPC.

Gráfico 18 – Situação da instituição de RPC nos estados e municípios que possuem RPPS



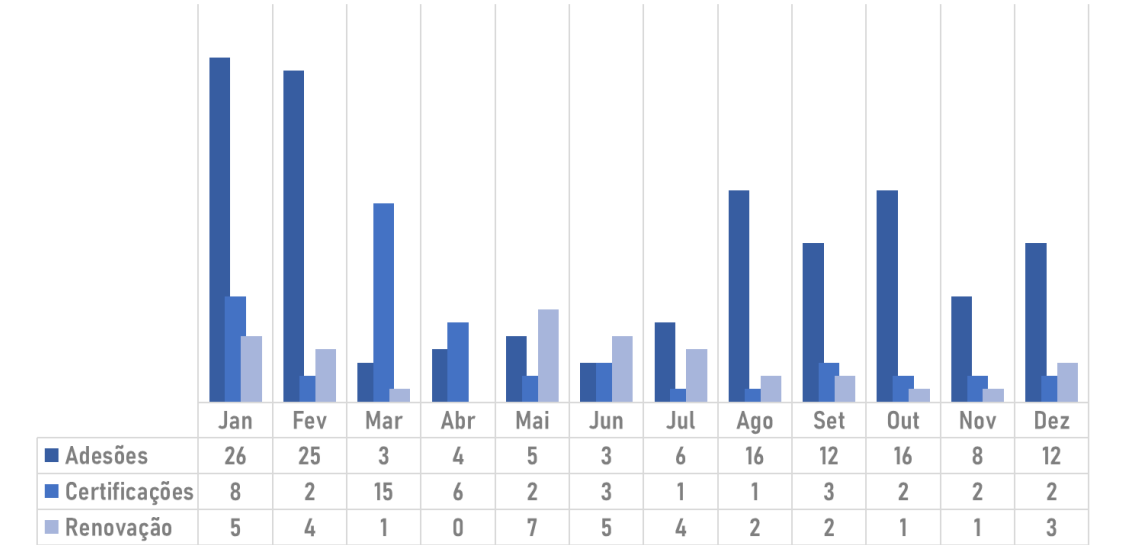
Fonte: GESCON-RPPS

Para disseminar o RPC em estados e municípios, vale destacar a participação de técnicos do MTP em eventos visando a orientação de dirigentes, a recepção e análise de 1,9 mil leis de implantação e a emissão de cerca de 400 notificações para adequação das referidas leis.

Implementação do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS – Pró-Gestão

O Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS (Pró-Gestão) registrou, de janeiro a dezembro de 2022, 136 adesões, 47 certificações e 35 renovações. Criado para estimular melhorias na gestão dos RPPS, o Pró-Gestão acumula 522 adesões e 184 certificações desde 2015. Do total de adesões do programa, desde 2015, 26% ocorreram em 2022.

Gráfico 19 – Evolução do Pró-Gestão



Fonte: Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social/SPREV/MTP

Proposta de Lei Complementar com normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade na gestão dos RPPS

Foi enviada à Casa Civil proposta de Lei Complementar prevista no [§ 22](#) do art. 40 da Constituição Federal, contendo normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade na gestão dos RPPS, elaborada em conjunto com o Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social (CNRPPS) e o ME.

Plano de Ação Integrado do Governo Federal

Em 2022, o MTP deu continuidade à diretriz do Plano de Ação Integrado do Governo Federal com a finalidade de aumentar a cobertura previdenciária por meio de ações e negociações de acordos internacionais de previdência.

Tais acordos têm por objetivo garantir os direitos de seguridade social previstos nas legislações dos países contratantes aos respectivos trabalhadores e dependentes legais, residentes ou em trânsito naqueles países. Ademais, os acordos preveem a totalização de tempos de contribuição para os segurados e evitam a dupla tributação para o empregador.

2 – Inovações e melhorias implantadas

Avanço na implantação do eSocial nos entes públicos

Todas as fases previstas para segurados e beneficiários de RPPS foram executadas. A primeira fase foi iniciada em julho de 2021, a segunda em novembro de 2021 e a terceira em agosto de 2022. A quarta fase, relativa aos eventos de saúde e segurança do trabalho, abrangerá os segurados do RGPS.

Publicação de nova versão do manual do Pró-Gestão

Uma melhoria relativa ao Pró-Gestão foi a publicação da versão 3.3 do seu manual, conforme autorizado pela [Portaria SPREV nº 918, de 2 de fevereiro de 2022](#). O Pró-Gestão obteve o Selo Ouro de Modernização pelo Fórum Nacional de Modernização do Estado, em novembro de 2022.

Aperfeiçoamento do sistema Gestão de Consultas e Normas – Gescon-RPPS

Contemplando a evolução dos planos de custeio e de benefícios, entrega do módulo de gestão do termo de adesão ao Sistema de Compensação Previdenciária (Comprev) e integração com o Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (Cadprev) para fins de emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), abrangendo o novo critério de adesão ao RPC.

Desenvolvimento de painéis para acompanhamento das reformas dos RPPS

Dois painéis foram desenvolvidos: um para o acompanhamento da implementação do RPC e outro voltado para as demais reformas (alíquotas, rol de benefícios, regras de acesso e fórmulas de cálculo). Outro painel relativo à sustentabilidade é o de acompanhamento do Comprev.

2.3. Conciliar as políticas de qualificação e intermediação profissional com a evolução do mercado de trabalho

O objetivo visa conciliar as políticas públicas relacionadas à formação e qualificação profissional e à intermediação de mão de obra com as atuais demandas do sistema produtivo.

1 – Principais atividades e resultados alcançados

Transferências automáticas de recursos do FAT aos fundos de trabalho estaduais, distrital e municipais de trabalho para execução de políticas de qualificação profissional

No período de janeiro a dezembro de 2022, foram repassados mais de R\$ 15 milhões, oriundos do FAT a estados e municípios, para o desenvolvimento de ações de qualificação profissional no âmbito do Sistema Nacional do Emprego – Sine, nos termos da [Lei nº 13.667, de 2018](#) e da [Resolução Codefat nº 905, de 26 de maio de 2021](#), custeando a capacitação de mais de 10 mil trabalhadores desempregados.

Aperfeiçoamento do modelo de projeção de longo prazo do RGPS

Realizado para melhorar o monitoramento da sustentabilidade do regime. Os dados de entrada foram atualizados e as regras da [Emenda nº 103, de 2019](#) foram introduzidas no cenário base. Adicionalmente, a nova versão do modelo permite a realização de outros tipos de simulação.

3 – Desafios e riscos

As propostas legislativas com impactos financeiros negativos representam risco para o RGPS, pois prejudicariam a sua sustentabilidade. Além disso, há ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) contra dispositivos da Emenda nº 103, de 2019.

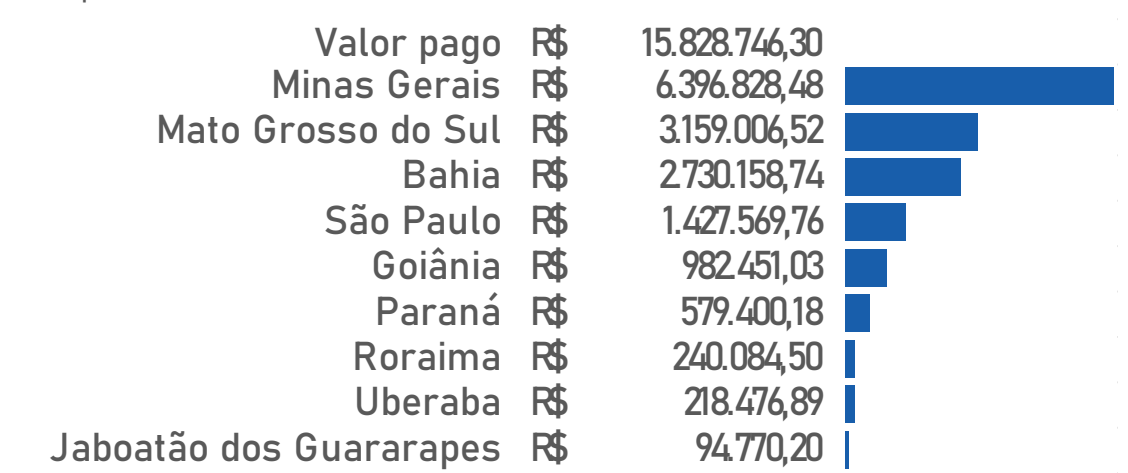
Um desafio para promover a sustentabilidade dos RPPS é reverter a tendência de judicialização do CRP, a partir da Emenda nº 103, de 2019. As ações judiciais questionam o alcance da competência legislativa da União para dispor sobre normas gerais em matéria previdenciária, com fulcro na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

Outro desafio é apoiar a efetiva implantação do RPC nos estados e municípios, avançando na realização do processo seletivo das EFPC e na aprovação do convênio de adesão.

A Proposta de Lei Complementar prevista no § 22 do art. 40 da Constituição Federal, contendo normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade na gestão dos RPPS precisa ser enviada ao Congresso Nacional. O MTP elaborou um projeto em conjunto com o CNRPPS e o ME, que recebeu contribuições de RPPS, secretários estaduais e representantes de Tribunais de Contas. A proposta foi objeto de consulta pública e enviada à Casa Civil.

Por fim, registra-se que os cortes no orçamento representam riscos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas.

Gráfico 20 - Transferências de recursos do FAT aos fundos de trabalho estaduais, distrital e municipais de trabalho



Fonte: Plataforma Transfere gov.br

Programa Caminho Digital

O Programa Caminho Digital é fruto de parceria entre o MTP e a Microsoft, que visa centralizar e promover iniciativas de qualificação profissional com foco no desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas à economia digital, preparando o trabalhador para os novos desafios do mercado de trabalho.

Nesse contexto, em 2022, foram alcançados mais de 550 mil beneficiários por meio da Escola do Trabalhador 4.0, principal ação do Programa Caminho Digital, que oferece 134 cursos gratuitos, divididos em 7 trilhas de conhecimentos, com temas que vão desde o letramento digital até o uso de inteligência artificial e programação.

Figura 6 - Números do Programa Caminho Digital no período de janeiro a dezembro de 2022.

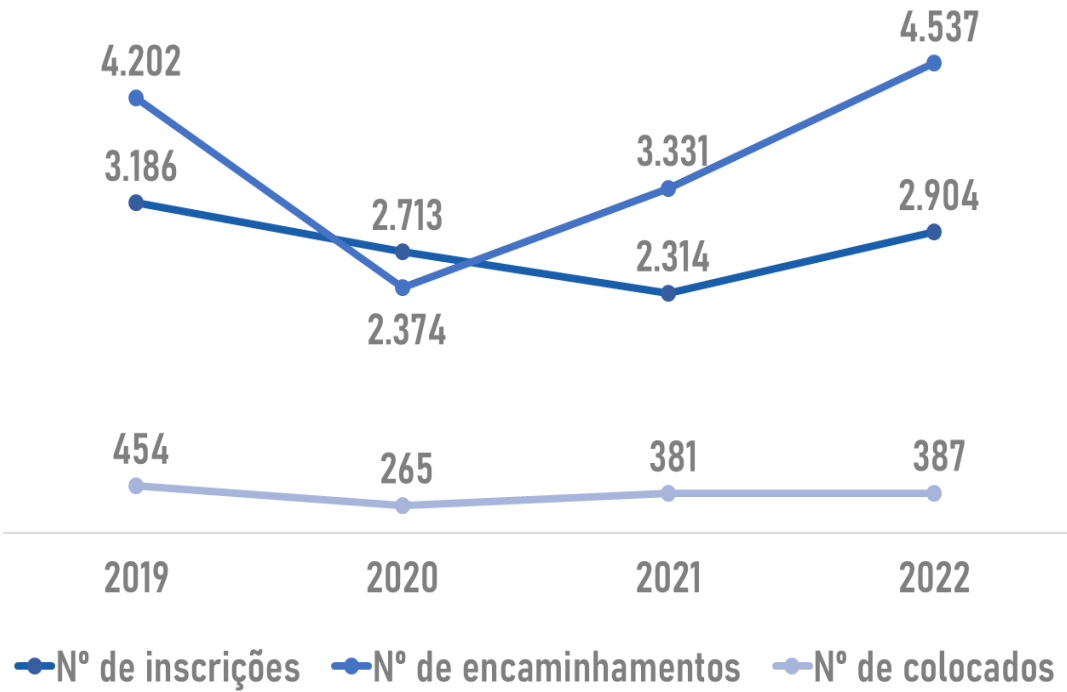


Fonte: Painel do Programa Caminho Digital

Melhoria da Performance do Sine

Melhoria da efetividade da performance dos serviços de intermediação de mão de obra, aferível pela evolução do número de atendimentos, inscrições, encaminhamentos e colocações em postos de trabalho. Entre janeiro e dezembro de 2022, foram realizados 13 milhões de atendimentos, nos quais foram acolhidas 2,9 milhões de inscrições, gerando 4,5 milhões de encaminhamentos para processos seletivos e 387 mil colocações em postos de trabalho.

Gráfico 21 - Performance do Sine



Fonte: Base de Gestão da Intermediação de Mão de Obra - BGIMO

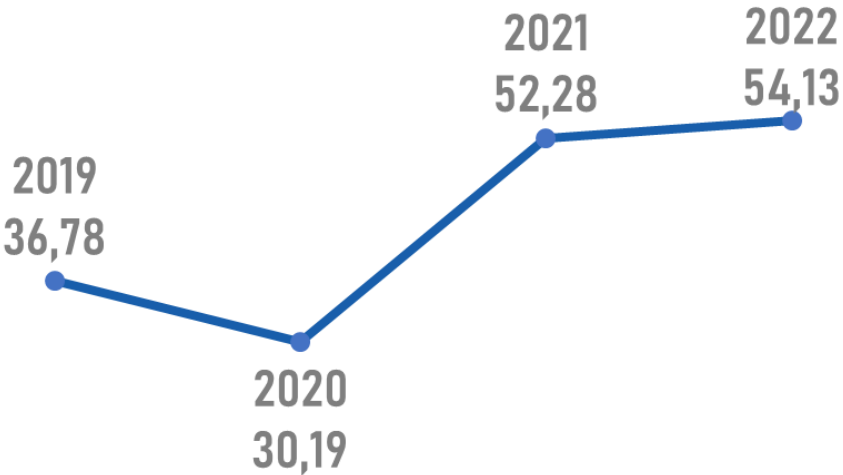
Monitoramento das Metas de Resultado

Como parte das ações de acompanhamento das políticas de emprego, o MTP iniciou o monitoramento automatizado das metas de resultado estabelecidas nos planos de ações e serviços do bloco de gestão e manutenção das unidades de atendimento do Sine, apresentados pelos entes parceiros, como fruto do esforço de conciliar políticas de qualificação profissional e intermediação de mão de obra, na regulamentação da [Lei nº 13.667/2018](#) (Lei do Sine).

Este acompanhamento ocorre por meio de 4 indicadores que avaliam as dimensões importantes do trabalho realizado pelas unidades de atendimento do Sine:

- esforço na captação de vagas - é a razão entre a quantidade de vagas de emprego ofertadas e a quantidade de inscrições e ativações de cadastro de trabalhadores, multiplicada por 100.

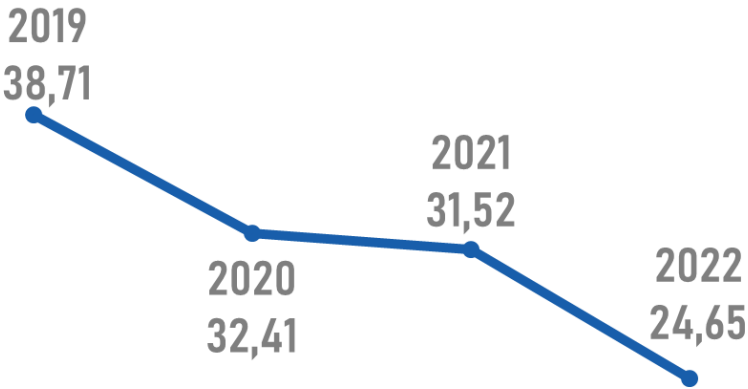
Gráfico 22 - Taxa esforço de captação de vagas



Fonte: Base de Gestão da Intermediação de Mão de Obra – BGIMO

- adequação do perfil das vagas captadas (relativamente ao perfil da mão de obra demandante dos serviços do Sine) – é a razão entre a quantidade de colocações de trabalhadores, na condição de gestor da vaga, e a quantidade de vagas de emprego ofertadas, multiplicada por 100.

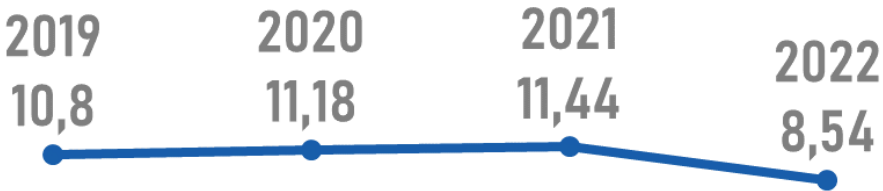
Gráfico 23 - Taxa de adequação das vagas



Fonte: Base de Gestão da Intermediação de Mão de Obra – BGIMO

- eficiência dos encaminhamentos (o encaminhamento certo para a vaga certa) – é a razão entre a quantidade de colocações de trabalhadores, na condição de responsável pelo encaminhamento, e a quantidade de encaminhamentos de trabalhadores, multiplicada por 100.

Gráfico 24 - Taxa de eficiência do encaminhamento



Fonte: Base de Gestão da Intermediação de Mão de Obra – BGIMO

- a eficiência dos encaminhamentos dos requerentes do Seguro-Desemprego – é a razão entre a quantidade de colocações de trabalhadores requerentes do Seguro-Desemprego, na condição de responsável pelo encaminhamento, e a quantidade de encaminhamentos de trabalhadores requerentes do Seguro-Desemprego, multiplicada por 100.

Gráfico 25 - Taxa de eficiência do encaminhamento do Seguro Desemprego



Fonte: Base de Gestão da Intermediação de Mão de Obra – BGIMO

Mapeamento de Transformações

A partir de análises ocupacionais, o MTP realizou o mapeamento de transformações ocorridas no mercado de trabalho. Destacou-se o acréscimo de 600 ocupações no Quadro Brasileiro de Qualificações (QBQ), totalizando o mapeamento de 1,8 mil códigos, e atualização de 13 famílias na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

Disponibilização do Guia Brasileiro de Ocupações – GBO

O Guia Brasileiro de Ocupações (GBO) facilitou o acesso do público em geral às informações sobre as ocupações existentes no mercado de trabalho brasileiro, seus componentes e principais indicadores.

2 – Inovações e melhorias implantadas

Implementação de mecanismos de interlocução com os órgãos gestores e com os conselhos de trabalho locais

No processo de aperfeiçoamento das transferências automáticas entre fundos para a execução de ações de qualificação profissional, foram implementados mecanismos de interlocução com os órgãos gestores e com os conselhos de trabalho locais, visando estreitar parcerias, alinhar o conhecimento sobre as normas aplicáveis ao sistema, bem como estabelecer medidas proativas voltadas a regular a execução das ações, de forma a criar um ambiente de previsibilidade e segurança jurídica na política pública.

Divulgação do Programa Caminho Digital

Destacaram-se medidas de divulgação da ação à sociedade por meio de notificações emitidas pelo aplicativo da Carteira de Trabalho Digital, que alcançaram simultaneamente mais de 60 milhões de trabalhadores, bem como a disponibilização da plataforma Sine Atende, desenvolvida pela Microsoft do Brasil, que facilita a orientação e o encaminhamento de trabalhadores em atendimento nos postos do Sine aos cursos disponibilizados na Escola do Trabalhador 4.0.

Plataforma TER – Trabalho, Emprego e Renda

Trata-se de um modelo digital de prestação de políticas públicas de Trabalho, Emprego e Renda, que conecta trabalhadores, empregadores, empreendedores e entidades de qualificação profissional, para criar novas soluções e projetos de alto valor agregado tendo o trabalhador como centro, permitindo otimizar ou criar novos fluxos de intermediação de empregos, qualificação profissional e empreendedorismo. Além disso, agrega componentes de inteligência artificial e uso intensivo de diversas bases de governo para a tomada de decisão, equalização de experiências de uso e unificação de resultados em todos os canais de atendimento disponíveis, sempre respeitando as políticas de proteção e uso dos dados.

Ainda em desenvolvimento, o software da plataforma tem foco na inovação ativa e no atendimento personalizado, no qual os atores envolvidos podem otimizar os resultados pretendidos em suas jornadas, sendo, para tanto, assistidos por assistentes virtuais e *Application Programming Interface* (API) que reúnam todos os dados e informações necessárias para o processamento inteligente, junto a todas as bases de governo e demais atores parceiros.

Em sua primeira etapa de implementação, a Plataforma TER objetiva melhorar a experiência dos atores no processo de intermediação, tornando a jornada mais amigável e resolutive. Por meio dos dados coletados, aplicam-se mecanismos de inteligência artificial e processamento de linguagem natural para aumentar a probabilidade de pareamento (*matching*) entre trabalhador e vaga de emprego e identificar os gaps de competências existentes, conectando o Sine aos processos de aprendizagem.

As implementações subsequentes preveem a integração de carteiras digitais (wallets) à plataforma, além da interligação entre empreendedores, financiadores e investidores, unindo o ecossistema do empreendedorismo (trabalho e renda) ao ecossistema do emprego. A principal interface da Plataforma TER com o cidadão será sempre a Carteira de Trabalho Digital, nas versões Web, via portal Gov.br, e o Aplicativo para celular.

A Plataforma TER foi premiada recentemente com o nível “Bronze com Distinção” do Selo da Modernização da Administração Pública e passa a integrar o Painel de Indicadores de Modernização do Estado, o Modernizômetro.

Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Com o objetivo de fortalecer os serviços públicos de emprego e de intermediação de mão de obra do Brasil, por meio de suporte ao MTP no fortalecimento da atuação da Secretaria de Trabalho na gestão do Sine.

Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Alemã de Cooperação – GIZ

Com a finalidade de aperfeiçoar as ofertas de formação e qualificação profissional nas áreas de bioeconomia, economia circular, energia e digitalização, para acelerar a retomada econômica, a empregabilidade e a produtividade.

Realização do Censo Sine 2021

O Censo teve por objetivo permitir ao MTP conhecer de forma detalhada a rede de parceiros responsáveis pela operação do Sine, gerando informações que auxiliem o planejamento e a gestão.

Capacitação para Formação de Multiplicadores

Formação de multiplicadores para orientar o atendimento dos serviços de intermediação de mão de obra no âmbito do Sine por meio do sistema operacional da IMO – Transacional.

Plataforma de Orientação Profissional

Teve a finalidade ofertar à rede de atendimento do Sine ferramenta de suporte à intermediação de mão de obra personalizada do trabalhador, voltada para a orientação profissional. Trata-se de ferramenta de informática, desenvolvida em parceria com a Microsoft, para apoiar os atendentes das unidades Sine, proporcionando informações sobre a trajetória ocupacional do trabalhador, sobre o mercado de trabalho local e possibilidades de colocação em postos de trabalho. No primeiro semestre de 2022, entrou em operação, com pilotos em Minas e Paraná, a plataforma que integrou a ferramenta de orientação profissional e da Escola do Trabalhador 4.0, ampliando a oferta de cursos de qualificação para os trabalhadores que buscam atendimento presencial na rede do Sine.

Sine Debate

Teve por objetivo promover o debate com as equipes dos postos de atendimento do Sine, através de palestras, oficinas e uma série de eventos visando sensibilizar a rede para diferentes temas que impactam no dia a dia das unidades. Entre eles, destacou-se a discriminação e a exclusão que reduzem o acesso de públicos específicos ao mercado de trabalho. Além disso, buscou-se o compartilhamento de boas práticas e experiências bem-sucedidas.

Projeto Dia D

O Dia D é o dia da luta da inclusão e de reflexão sobre a contratação da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Os meses de agosto, setembro e outubro foram marcados por datas que buscaram dar visibilidade à promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Inclusão de 13 novas famílias ocupacionais na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO

A inclusão permitiu que os trabalhadores fossem atendidos corretamente por políticas de qualificação e intermediação.

Descrições dos conhecimentos, habilidade e atitudes inseridas no Quadro Brasileiro de Qualificação - QBQ

Descrição de 600 ocupações permitiu aprimorar a estruturação e oferta de cursos para essas ocupações já consolidadas, bem como construir novas possibilidades de pareamentos de trabalhadores e vagas com conteúdo de tarefas semelhantes.

Um fator destacado das inovações trazidas pela atualização da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e as descrições das respectivas competências no Quadro Brasileiro de Qualificações (QBQ) foi a criação de uma ontologia qualificada para que os algoritmos de processamento de linguagem natural que estão em desenvolvimento para a Plataforma TER possam operar com inteligência e precisão.

Entrega do Guia Brasileiro de Ocupações - GBO

O Guia Brasileiro de Ocupações (GBO), entregue em março de 2022, disseminou as informações da CBO e do QBQ de forma didática e com design acessível para a sociedade, trazendo informações sobre, de um lado, a natureza e o conteúdo das ocupações e, de outro as principais características e comportamentos do mercado de trabalho. O Guia já contabilizou mais de 11 mil acessos online, permitindo a trabalhadores e empregadores orientar suas ações de acordo com as informações mais atualizadas do mercado de trabalho.

3 – Desafios e riscos

Os principais desafios à conciliação das políticas de qualificação e intermediação profissional com a evolução do mercado de trabalho relacionam-se, no aspecto interno, à articulação das políticas públicas correlatas, que devem resultar no atendimento ao trabalhador de maneira eficiente, com a oferta de soluções apropriadas às suas necessidades.

No aspecto externo, é preciso garantir a correta identificação das demandas do setor produtivo, de maneira a suprir as suas necessidades de mão de obra qualificada. Neste sentido, é necessário que o MTP possa exercer seu papel de conciliar atores patronais e trabalhistas, partindo dos resultados da análise do gap de competências, promovendo grandes movimentos de qualificação profissional por meio dos sistemas nacionais de aprendizagem, integrados aos processos de intermediação laboral.

2.4. Promover a inclusão previdenciária

O objetivo estratégico visa estimular a ampliação do número de cidadãos brasileiros com proteção previdenciária.

1 – Principais atividades e resultados alcançados

Tesouro RendA+

No que se refere às transferências automáticas de recursos entre fundos, verifica-se a necessidade de contínua capacitação dos gestores e dos conselhos locais, bem como o constante aprimoramento dos mecanismos informativos, normativos e interlocutórios relacionados à política.

Quanto ao Programa Caminho Digital, é necessária a promoção cada vez mais ampla de medidas de divulgação à sociedade acerca dos cursos disponíveis, de seus benefícios à trajetória formativa dos trabalhadores e da conjuntura do mundo do trabalho associada às habilidades digitais fomentadas pela iniciativa. Ao programa, devem se juntar outras soluções de capacitação, de modo a que o trabalhador sempre possa contar com a indicação de um caminho de aprendizagem e aquisição de competências, que seja compatível com suas aspirações e com as demandas do mundo do trabalho.

Entre os desafios e riscos identificados para o atingimento dos objetivos de conciliação entre as políticas de qualificação e intermediação de mão-de-obra, destacam-se:

- integrar os serviços da qualificação profissional com a intermediação de mão de obra, implementando o primeiro Produto Mínimo Viável (MVP) da Plataforma TER;
- realizar novo Censo Sine, de forma a obter dados comparativos que permitam a adoção de medidas evolutivas junto a rede de atendimento;
- implementar a evolução do Sistema Operacional da IMO – Transacional disponível para a rede física do Sine, de modo a disponibilizar aos atendentes as funcionalidades de intermediação de mão de obra implementadas no Módulo Novo Sine;
- superar a deficiência de estrutura e de recursos humanos disponível para atuar nos projetos em fase de desenvolvimento e implementação; e
- superar o contínuo e crescente corte de recursos para execução da Política.

O acompanhamento e catalogação do processo de modernização e atualização das ocupações no mercado de trabalho é um desafio constante, nesse sentido a atualização da CBO e do QBQ é fundamental. Ademais, cabe citar como um fator de risco o fato de que os projetos em andamento relacionados são realizados por meio de parcerias (contratos e convênios), assim é essencial garantir a manutenção dos instrumentos listados para a continuidade dos serviços.

Por outro lado, uma vez implementada a Plataforma TER, espera-se que a atualização das ocupações e das competências desejáveis passe a ser um processo contínuo, a partir dos dados coletados nos milhões de atendimentos a serem efetuados aos trabalhadores, seja presencialmente, nos postos de atendimento do Sine, ou digitalmente, por meio da Carteira Digital de Trabalho, nas versões Web (Portal Gov.br) e no aplicativo.

O [Decreto nº 11.301, de 21 de dezembro de 2022](#), criou a NTN-B1, nova espécie de título da dívida pública federal, que será negociada por meio da plataforma do Tesouro Direto com a denominação “Tesouro RendA+”. Este instrumento simples e prático é apropriado para complementar a renda da aposentadoria pública e tem como grande objetivo difundir a educação previdenciária.

Lançamento de cursos sobre Previdência Privada e Complementar

Lançamento dos cursos, na modalidade educação a distância - EaD, "[Previdência Privada para Consumidores](#)" e "[Previdência Complementar para Servidores Públicos de Estados e Municípios](#)".

Difusão de conhecimento sobre Previdência

Produção de vídeos para as séries "Bate-Papo com Especialista" e "Guia Rápido de Previdência Complementar para Trabalhadores Autônomos".

Elaboração e divulgação da cartilha "Incorporando Critérios Ambientais, Sociais e de Governança - ASG na Previdência Privada".

2 – Inovações e melhorias implantadas

Tesouro RendA+

Novo título público com vocação previdenciária, de características pioneiras no mundo, destinado a proporcionar ao investidor uma renda extra mensal, durante o período de 20 anos a partir da data planejada para sua aposentadoria, cujo público principal são os trabalhadores por conta própria que não acessam os produtos tradicionais da previdência privada.

Plano de Educação Previdenciária 2022-2023

Plano que agrega ações inovadoras que objetivam difundir o conhecimento sobre previdência e estimular a poupança para a aposentadoria.

As ações incluem cursos, cartilhas e vídeos. A linguagem adotada é simples a fim de assegurar uma comunicação clara. Os materiais atingem públicos diversos e, em alguns casos, são direcionados a públicos específicos (por exemplo, trabalhadores autônomos).

3 – Desafios e riscos

Constitui-se como desafio a promoção da inclusão pela previdência pública e o crescimento da previdência complementar, em todos os segmentos do mercado de trabalho brasileiro.

2.5. Promover a conformidade às normas trabalhistas e previdenciárias

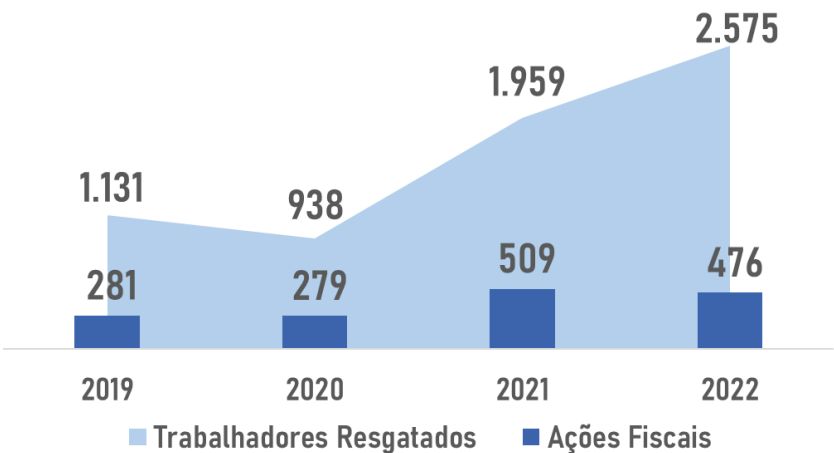
O objetivo estratégico visa promover ações de fiscalização dos RPPS e de cumprimento da legislação trabalhista.

1 – Principais Atividades e Resultados Alcançados

Combate ao trabalho análogo ao de escravo

Em 2022, as 476 ações fiscais realizadas para o combate ao trabalho análogo ao de escravo foram responsáveis pelo resgate de cerca de 2,5 mil trabalhadores, que receberam mais de R\$ 8,7 milhões a título rescisório e salarial, conforme dados apurados em janeiro de 2023.

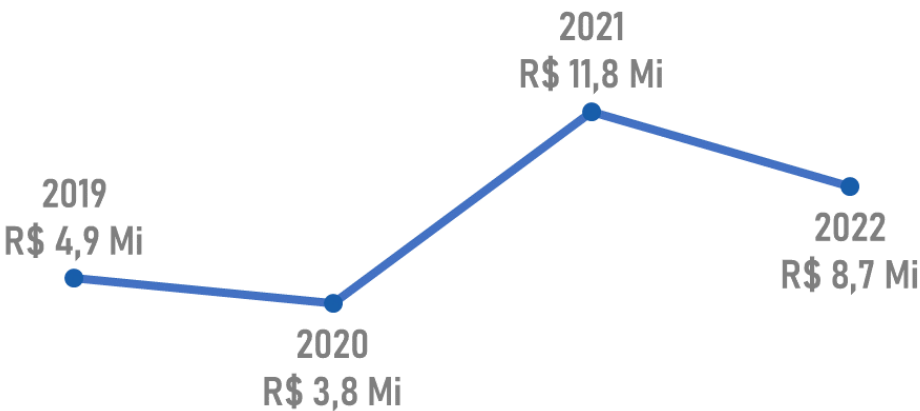
Gráfico 26 – Combate ao Trabalho Análogo ao de Escravo



*Nota: Os dados de 2019, 2020 e 2021 foram atualizados.

Fonte: Radar SIT – Trabalho escravo. Atualizado até 24/01/2023.

Gráfico 27 – Verbas salariais e rescisórias pagas aos trabalhadores resgatados



*Nota: Os dados de 2020 e 2021 foram atualizados.

Fonte: Radar SIT – Trabalho escravo. Atualizado até 24/01/2023.

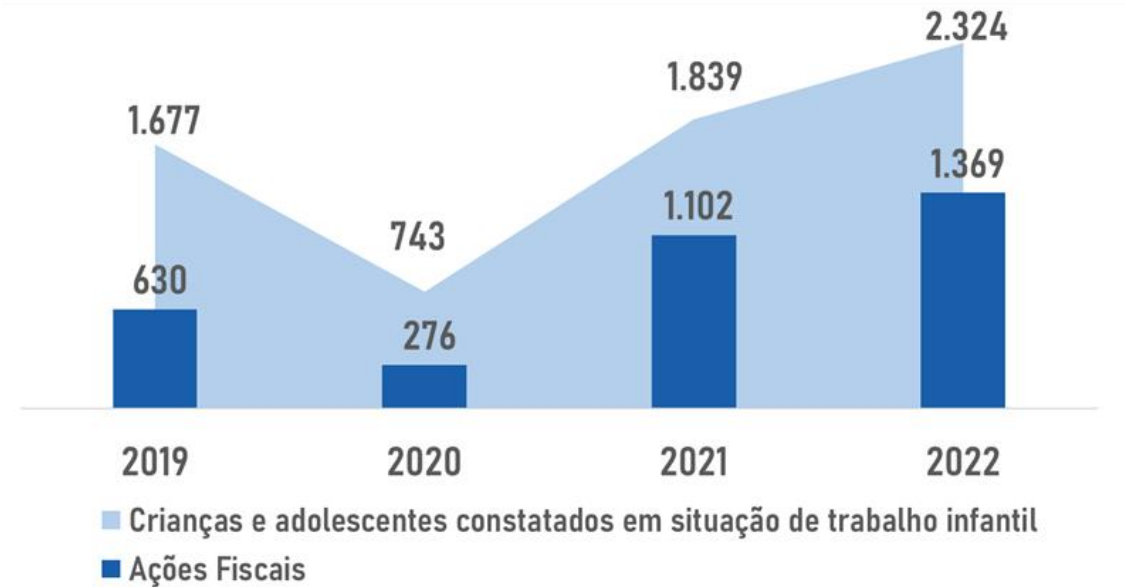
Combate ao Trabalho Infantil

Desde 2021 (Ano Internacional para a eliminação do trabalho infantil), o Governo Federal realizou diversas medidas para a redução do trabalho infantil, dentre as quais se destacaram: as campanhas de sensibilização e informação; as ações voltadas para a redução do trabalho infantil, como a inclusão de crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil em políticas

públicas de proteção social; e a inserção na aprendizagem profissional no caso de adolescentes.

Em 2022, essas atividades foram aperfeiçoadas, e os resultados das fiscalizações foram expressivos: 2,3 mil crianças e adolescentes foram encontrados em 1,3 mil ações fiscais em que houve crianças e adolescentes alcançados e encaminhados para inclusão em políticas públicas voltadas aos egressos do trabalho infantil.

Gráfico 28 - Combate ao Trabalho Infantil



*Nota: Os dados de 2019, 2020 e 2021 foram atualizados.

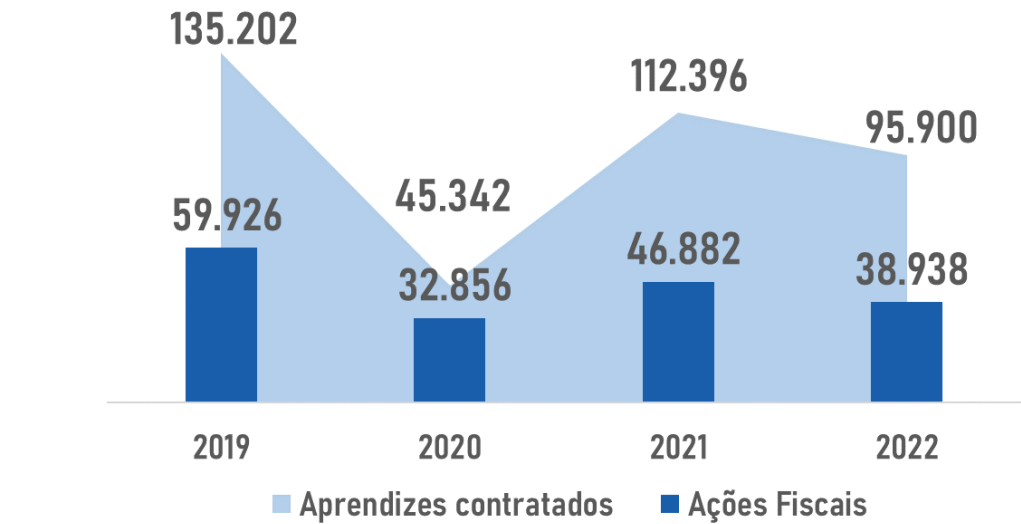
Fonte: Radar SIT - Trabalho infantil. Atualizado até 12/2022.

Inserção de Aprendizizes e Inclusão de Pessoas com Deficiência

Houve uma retomada no crescimento do número de aprendizizes inseridos no mercado de trabalho, decorrente de ações de fiscalização, que vem sendo melhoradas desde 2021, quando o número de aprendizizes inseridos representou um crescimento de 148% em relação ao ano de 2020.

Em 2022, foram inseridos 95,9 mil aprendizizes no mercado de trabalho, através da realização de 38,9 mil ações fiscais.

Gráfico 29 - Inserção de Aprendizizes



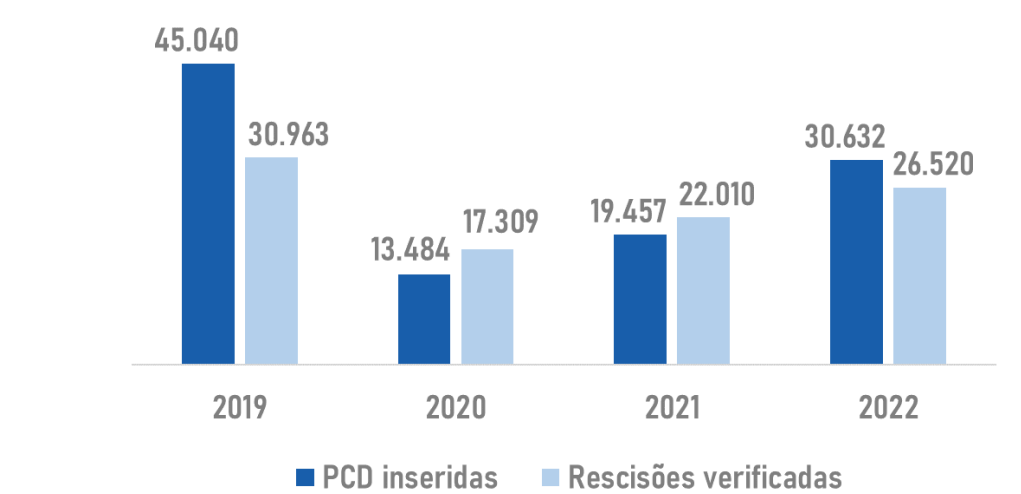
*Nota: Os dados de 2019 e 2020 foram atualizados.

Fonte: SFITWeb. Atualizado até 12/2022.

Em relação à inclusão de pessoas com deficiência (PCD) e beneficiários reabilitados pela Previdência Social no mercado de trabalho, a ação fiscal visa garantir a igualdade de oportunidades a essas pessoas, com a finalidade de fazer com que os empregadores cumpram suas obrigações legais.

Em 2022, foram incluídas, sob ação fiscal, 30,6 mil pessoas com deficiência/reabilitados no mercado de trabalho.

Gráfico 30 - Inserção de PCD e reabilitados



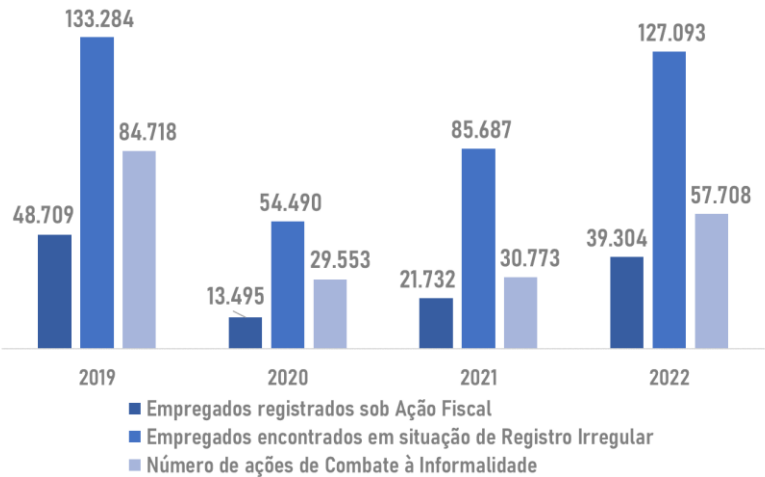
*Nota: Os dados de 2020 foram atualizados.

Fonte: SFITWeb. Atualizado até 12/2022.

Combate à Informalidade

Em 2022, foram realizadas 57,7 mil ações de combate à informalidade, alcançando 127 mil empregados em situação irregular, dos quais 39,3 mil foram regularizados sob ação fiscal.

Gráfico 31 - Combate à informalidade



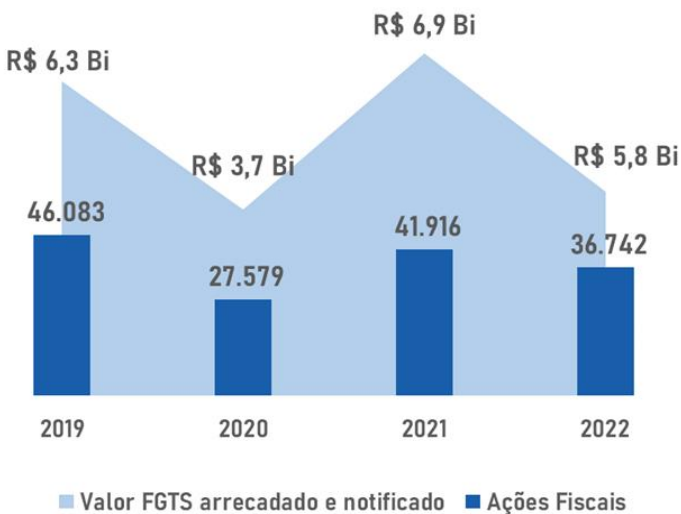
*Nota: Os dados de 2019 e 2020 foram atualizados.

Fonte SFITWeb. Atualizado até 12/2022

Fiscalização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS

Os resultados obtidos ao longo dos últimos anos demonstram o sucesso do planejamento e das ações da fiscalização. Em 2022, foram realizadas 36.742 ações fiscais relacionadas ao FGTS, resultando em mais de R\$ 5,8 bilhões de FGTS e Contribuição Social recolhidos e notificados.

Gráfico 32 - Fiscalização FGTS - Valores Arrecadados e Notificados

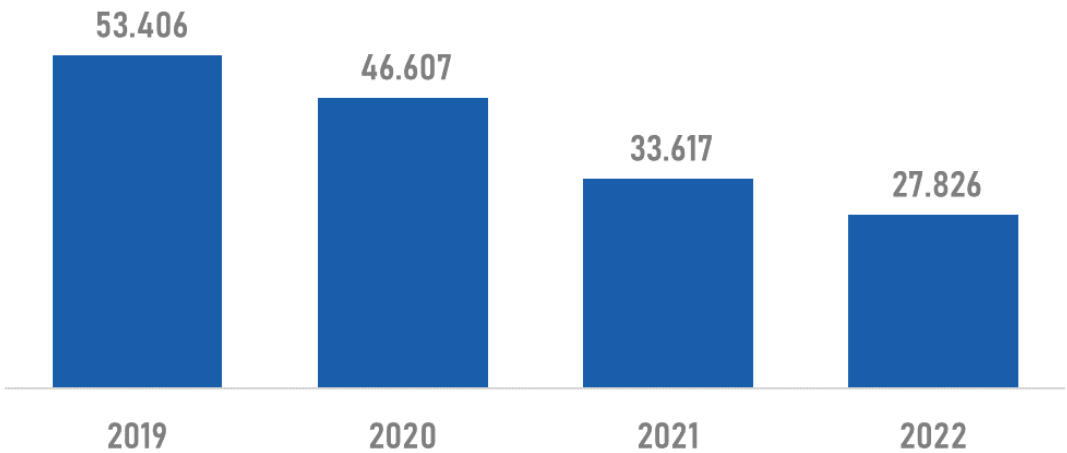


Fonte: Radar SIT - FGTS. Atualizado até 31/12/2022.

Fiscalização em Segurança e Saúde no Trabalho

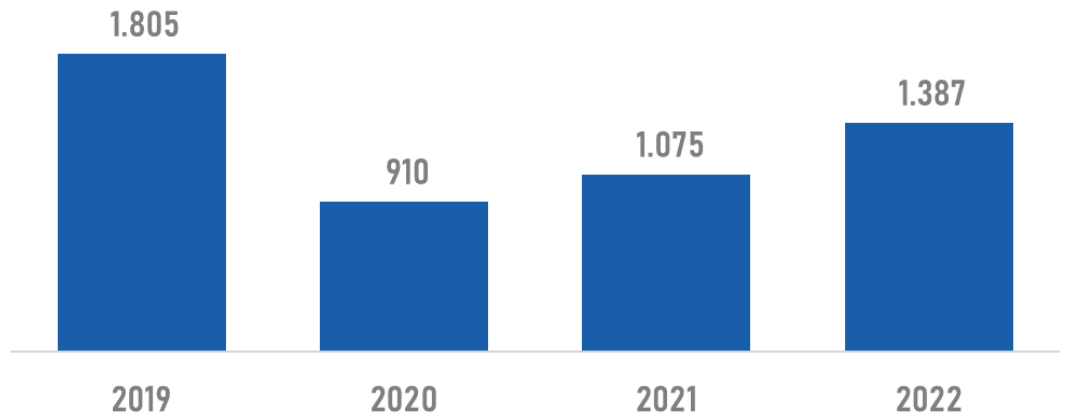
No âmbito das ações de segurança e saúde no trabalho (SST), visando a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais e, consequentemente, a melhoria dos ambientes de trabalho, o crescimento econômico sustentável, o exercício da cidadania pelos trabalhadores e a redução dos gastos públicos, a Inspeção do Trabalho, no ano de 2022, realizou 27.826 ações fiscais de SST e analisou em torno de 1.387 acidentes/doenças relacionados ao trabalho.

Gráfico 33 - Ações Fiscais em Segurança e Saúde no Trabalho



Fonte SFITWeb. Atualizado até 31/12/2022.

Gráfico 34 - Análises de Acidentes e Doenças do Trabalho



Fonte SFITWeb. Atualizado até 31/12/2022.

Pode se considerar que a redução no número de ações fiscais em Segurança e Saúde no Trabalho nos últimos anos tem mais de um fator.

Com efeito, foram implementadas melhorias no diagnóstico e no planejamento, com o desenvolvimento de ferramentas de inteligência artificial e estudos estatísticos que possibilitaram

direcionar as fiscalizações para os locais onde de fato havia indícios robustos de não cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

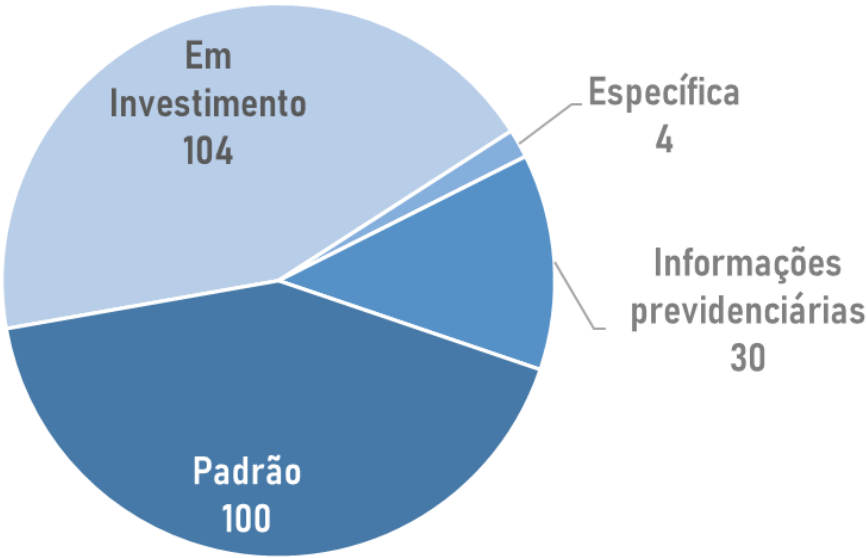
Consequentemente, foi ampliada a atuação em empregadores/empresas em que há maior número de acidentes, o que reflete no aumento da complexidade da ação fiscal, fator que a torna com maior duração.

Adicionalmente não se pode desconsiderar a ausência de concursos públicos e aposentadorias recentes de fiscais especialistas em Segurança e Saúde no Trabalho, o que diminui o número de fiscais disponíveis.

Realização de auditorias diretas em RPPS

Foram encerradas 238 auditorias diretas em RPPS, sendo 104 auditorias de investimentos que geraram subsídios para o trabalho investigativo da Polícia Federal no combate a crimes financeiros

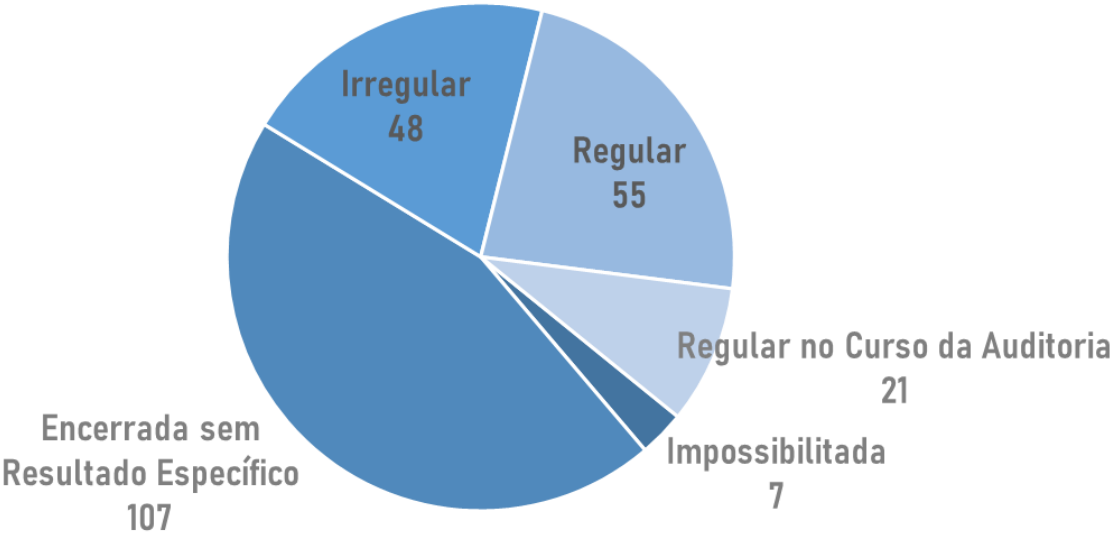
Gráfico 35 - Auditorias diretas em RPPS por tipo realizadas em 2022



Fonte: Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social/SPREV/MTP

Do total de 238 auditorias, 7 foram impossibilitadas e 107 foram concluídas sem resultado específico. Dos 124 restantes, 48 estavam irregulares, 55 estavam regulares e 21 ficaram regulares no curso da auditoria.

Gráfico 36 - Resultados das auditorias diretas em RPPS realizadas em 2022



Fonte: Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social/SPREV/MTP

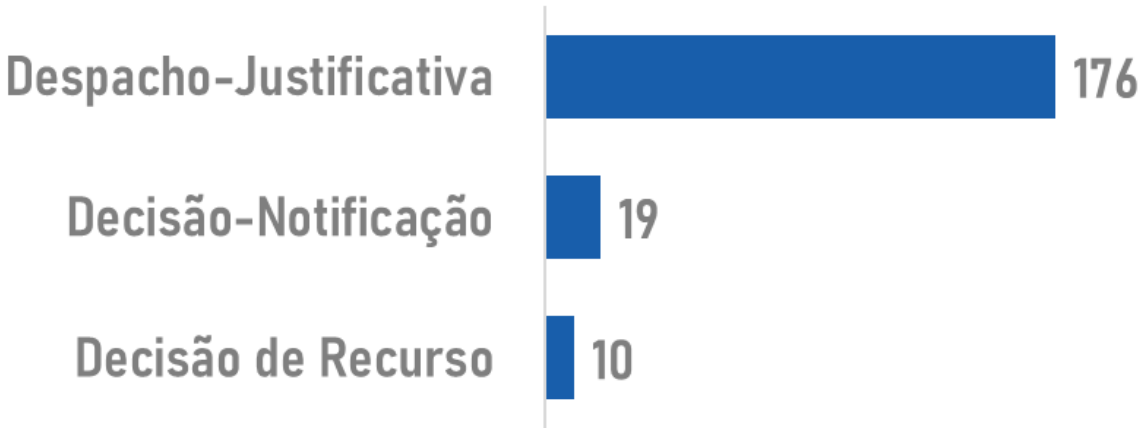
Supervisão dos RPPS municipais

Foram elaborados e concluídos os relatórios de Supervisão dos RPPS municipais do Maranhão (46 RPPS), Ceará (61 RPPS) e Alagoas (72 RPPS).

Decisões em Processos Administrativos Previdenciários

Foram emitidas 205 decisões em Processos Administrativos Previdenciários (PAP): 176 Despachos-Justificativa, 19 Decisões-Notificação e 10 Decisões de Recurso.

Gráfico 37 - Decisões em Processos Administrativos Previdenciários em 2022



Fonte: Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social/SPREV/MTP

2 – Inovações e melhorias implantadas

Modernização da Inspeção do Trabalho

O ano de 2022 representou um marco no processo de modernização da atuação da Inspeção do Trabalho, dado o ganho de escala na implementação do modelo estratégico de cumprimento que associa o pleno uso dos poderes conferidos pela [Convenção nº 81 da Organização Internacional do Trabalho – OIT](#).

Tais poderes são, de um lado, o fornecimento de informações e conselhos técnicos para trabalhadores e empregadores por meio: das campanhas; das Ações Especiais Setoriais; e do Programa Trabalho Sustentável, com a disponibilização ao administrado de ferramentas gratuitas e interativas que permitam o diagnóstico das situações irregulares, o que orienta quanto ao ajustamento da conduta, estimula a conformidade às normas trabalhistas e a observância dos direitos dos trabalhadores.

De outro, há o dever decorrente do poder de polícia por meio da execução das fiscalizações. Com dados considerados até setembro, observa-se uma retomada dos resultados aos patamares pré-pandemia.

Melhorias no diagnóstico e no planejamento nas ações da Inspeção do Trabalho

Desenvolvimento de ferramentas de inteligência artificial e estudos estatísticos que possibilitaram direcionar as fiscalizações para os locais onde de fato havia indícios robustos de não cumprimento das normas de proteção ao trabalho, o que foi primordial para o atingimento de resultados históricos.

Desenvolvimento do NOTDEBITO

Ferramenta computacional para coleta de dados em base de dados relacional no formato de planilha. Permite a redução do tempo de auditoria, padronização dos procedimentos e possibilidade de adoção de uma nova modalidade de auditoria (auditoria de custeio).

Essa nova modalidade, já implantada, visa a geração de relatórios focados em pontos de auditoria de competência compartilhada com os Tribunais de Contas, gerando uma integração do esforço da SPREV com o dos Tribunais de Contas Estaduais.

Criação de novas abordagens nas auditorias de investimentos

Uma auditoria voltada à análise da gestão dos investimentos e dos retornos obtidos em relação às metas atuariais e outra à adoção de boas práticas e lisura no processo de negociação de títulos públicos.

Agregação de relatórios e elaboração de Balanços Patrimoniais Financeiros

Outras inovações efetuadas foram a agregação de relatórios do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro da Secretaria do Tesouro Nacional (SICONFI/STN) aos papéis de auditoria e à elaboração de Balanços Patrimoniais e Financeiros a partir desses dados. A elaboração de relatórios de auditoria em lote, por entes da federação, também foi implementada.

Implementação do Sistema de elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)

A elaboração do PGR é uma obrigação do empregador, prevista na nova [Norma Regulamentadora nº 01](#) (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais) e que passou a ser exigível desde 3 de janeiro de 2022.

Foram disponibilizados módulos que já possibilitam a aproximadamente 1,5 milhão de microempresas, empresas de pequeno porte e pequenos empregadores rurais a elaboração do seu programa de gerenciamento de riscos ocupacionais gratuitamente a partir da ferramenta governamental. <https://pgr.trabalho.gov.br/>

Disponibilização da Ferramenta de Autodiagnóstico Trabalhista

Trata-se de uma ferramenta gratuita, voluntária e interativa que se propõe a fornecer informações e conselhos técnicos aos empregadores sobre os meios eficazes para promoção do trabalho decente, a partir de uma conduta empresarial responsável, gerando repercussões nas relações trabalhistas e na sociedade em geral.

Estão disponíveis 4 módulos: conduta social responsável para micro e pequenas empresas, para grandes empresas e multinacionais, para o setor rural e sobre a devida diligência para a conduta empresarial responsável na promoção do trabalho decente. <https://autodiagnostico.sit.trabalho.gov.br/>

Sistema Ipê de Trabalho Infantil

É uma ferramenta para a coleta e gestão de denúncias sobre a ocorrência do trabalho infantil em todo território brasileiro. Com a implementação do sistema, tornou-se possível: o recebimento qualificado de denúncias; a valoração, triagem e classificação de denúncias de forma automatizada; e a gestão, planejamento mais eficaz e apuração mais rápida das denúncias. <https://ipetrabalho infantil.trabalho.gov.br/#!/>

Sistema Ipê Trabalho Escravo (atualização)

Tem por objetivo a coleta, tratamento e priorização das denúncias que possuem um indicador de maior gravidade e que pode levar à constatação de condições análogas às de escravo.

A ferramenta passou a ser acessível aos imigrantes, na medida em que foi disponibilizada em mais 3 idiomas, além do português, a saber: inglês, espanhol e francês. <https://ipe.sit.trabalho.gov.br/#!/>

Radar SIT Trabalho Infantil

É uma ferramenta de divulgação de informações e estatísticas sobre as ações de fiscalização realizadas pela Auditoria Fiscal do Trabalho em que foi constatado trabalho infantil. As informações apresentadas são atualizadas periodicamente e garantem transparência às ações da inspeção e o acesso a informações relevantes sobre o tema.

<https://clusterqap2.economia.gov.br/extensions/RadarTrabalhoInfantil/RadarTrabalhoInfantil.html>

Cursos e Seminários

Disponibilização de conteúdos orientativos sobre as normas trabalhistas e seu cumprimento, e capacitações, como o curso autoinstrucional, por meio da Escola Nacional da Inspeção do

Trabalho (ENIT), aberto à sociedade, com o objetivo de disseminar informação. Ressalte-se que o canal da ENIT já conta com mais de 91 mil inscrições, tendo se transformado no canal com maior número de inscritos entre as escolas de governo, cujos eventos realizados em 2022 alcançaram mais de 1,7 milhões de visualizações.

Ressalte-se a série de webnários da “CANPAT 2022” no YouTube, que visa orientar o mercado sobre temas afetos à segurança e saúde no trabalho. Todas as informações e links de acesso aos vídeos dos eventos online estão disponíveis em <https://www.youtube.com/enit-escola>

Desenvolvimento e Implementação do Domicílio Eletrônico Trabalhista

É um sistema de comunicação eletrônica que se destina a: cientificar o empregador de quaisquer atos administrativos, ações fiscais, intimações e avisos em geral; e receber, por parte do empregador, documentação eletrônica exigida no curso das ações fiscais ou apresentação de defesa e recurso no âmbito de processos administrativos. O sistema entrou em produção em 13 de dezembro de 2022, apenas no estado de Sergipe.

Desenvolvimento e Implementação do FGTS Digital

Trata-se de um conjunto de sistemas e serviços de suporte que servirão para gerenciar e modernizar os processos de arrecadação, lançamento, fiscalização e cobrança do FGTS. Esta entrega objetiva o aperfeiçoamento dos processos de arrecadação, prestação de informações aos trabalhadores e aos empregadores, fiscalização, apuração, lançamento e cobrança dos recursos do FGTS, além de criar canal de comunicação entre a Inspeção do Trabalho e o administrado.

Em maio de 2022, foi lançado o Portal FGTS Digital, que é o canal oficial de divulgação do Projeto FGTS Digital, disponibilizado na página <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/servicos/empregador/fgtsdigital>. O portal apresenta os objetivos e funcionalidades, além de concentrar as comunicações importantes sobre a nova plataforma. Estão disponibilizados também o manual do sistema e um conjunto de perguntas e respostas frequentes.

O Contrato de Desenvolvimento e Sustentação da plataforma foi assinado em dezembro de 2022, tendo a Caixa Econômica Federal como contratante e agente operador do FGTS, o Ministério do Trabalho e Emprego como gestor dos serviços e o SERPRO como empresa contratada.

Pretende-se implantar a plataforma em 2023 com a mudança da arrecadação ocorrendo a partir de janeiro de 2024.

Atualização dos Manuais de Auditoria em RPPS

Adequação dos Manuais de Auditoria às novidades trazidas pela edição da [Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022](#).

3 – Desafios e riscos

O macroprocesso de fiscalização trabalhista foi objeto de auditoria pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2021, e, desde então, vem sendo aperfeiçoado de forma a atender as recomendações e, principalmente, prover respostas rápidas e sustentáveis à sociedade.

Neste processo, os projetos de fiscalização se apresentaram como eixo principal das demais atividades que são desenvolvidas, visando maior eficácia, efetividade e eficiência das atividades de fiscalização. Nesse sentido, destacaram-se as atividades de planejamento, execução orçamentária, comunicação interna e externa, capacitação de auditores fiscais do trabalho (AFT), e a implementação de soluções de tecnologia para o aperfeiçoamento da atuação.

Contudo, a despeito dos esforços, o MTP vem lidando com uma grande defasagem no número de AFT. Em 2022, havia 1.952 mil AFT em atividade, e parte desse efetivo não estava diretamente realizando fiscalizações. Caso não haja mudança desse cenário, poderá haver o comprometimento da capacidade do Estado de cumprir metas como a erradicação do trabalho infantil até 2025 e do trabalho análogo ao de escravo até 2030.

Apesar dos avanços alcançados, continua sendo um desafio o aperfeiçoamento da internalização dos procedimentos relativos ao planejamento, e ao aprimoramento dos diagnósticos organizacionais, além da adoção de ações efetivas para lidar com o excesso de demandas externas, na sua maioria recebidas como requisição do Ministério Público do Trabalho (MPT) e, assim, minimizar o impacto que elas causam na execução do planejamento.

Entre os desafios, destaca-se a migração do NOTDEBITO para a plataforma WEB.

O principal risco para a promoção da conformidade às normas previdenciárias é a redução gradativa na equipe de auditores já muito pequena. Atualmente, há somente 17 auditores responsáveis por 2,1 mil RPPS. A equipe interna de apoio administrativo, formada principalmente por colaboradores terceirizados, também apresenta carências.

Restrições orçamentárias dificultaram a obtenção de serviços de informações especializadas para suporte nas auditorias de investimentos e a participação em cursos sobre mercado financeiro.

O principal desafio no processo de transformação digital é disseminar a utilização das ferramentas disponibilizadas para a sociedade, de forma a tornar mais simples a prestação de serviços e promover a conformidade às normas de proteção, ao mesmo tempo em que gera economia de recursos humanos e financeiros para a Administração Pública.

2.6. Promover a modernização e a simplicidade dos marcos regulatórios trabalhista e previdenciário

O objetivo estratégico visa promover o aperfeiçoamento e a simplificação da legislação trabalhista e previdenciária por meio da revisão e simplificação de decretos, normas regulamentadoras, portarias e instruções normativas

1 – Principais atividades e resultados alcançados

Revisão das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho

No âmbito das ações governamentais da modernização trabalhista, em 2022, houve a continuidade do processo de revisão das Normas Regulamentadoras (NR) de Segurança e Saúde no Trabalho, conduzido no âmbito da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), sob o tripé de simplificação, desburocratização e harmonização, sem deixar de lado a necessária segurança e saúde dos trabalhadores.

A CTPP é o fórum oficial do governo federal responsável por discutir temas referentes à segurança e saúde no trabalho, em especial as NR, tendo como competência principal estimular o diálogo social com vistas a melhorar as condições e o meio ambiente do trabalho.

O trabalho de revisão e atualização abrangeu 11 Normas Regulamentadoras. Na Tabela 10, verifica-se o número de cada Portaria publicada no DOU, bem como o escopo adotado para cada NR.

Tabela 10 – Normas Regulamentadoras revisadas e atualizadas

Norma Regulamentadora	Escopo	Portaria
NR-29 - Segurança e Saúde no Trabalho Portuário	Revisão	Portaria MTP nº 671, de 30 de março de 2022
NR-33 - Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados	Revisão	Portaria MTP nº 1.690, de 15 de junho de 2022
NR-13 - Caldeiras, Vasos de Pressão, Tubulações e Tanques Metálicos de Armazenamento	Revisão	Portaria MTP nº 1.846, de 1º de julho de 2022
NR-6 - Equipamentos de Proteção Individual	Revisão	Portaria MTP nº 2.175, de 28 de julho de 2022
NR-8 – Edificações	Atualização	Portaria MTP nº 2.188, de 28 de julho de 2022
NR-14 - Fornos	Atualização	Portaria MTP nº 2.189, de 28 de julho de 2022
NR-4 - Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho	Revisão	Portaria MTP nº 2.318, de 03 de agosto de 2022
NR-23 - Proteção contra Incêndios	Atualização	Portaria MTP nº 2.769, de 5 de setembro de 2022
NR-26 - Sinalização de Segurança	Atualização	Portaria MTP nº 2.770, de 5 de setembro de 2022
NR-25 – Resíduos Industriais	Atualização	Portaria MTP nº 3.994, de 5 de dezembro de 2022
NR-35 – Trabalho em Altura	Revisão	Portaria MTP nº 4.218, de 20 de dezembro de 2022

Fonte: Elaboração própria (SIT)/Diário Oficial da União.

Além disso, foi elaborada uma nova Norma Regulamentadora (NR 38), que irá disciplinar as questões de segurança e saúde ocupacional no setor de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, publicada pela [Portaria nº 4.101, de 16 de dezembro de 2022](#).

As publicações encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes>

Regulamentação do Teletrabalho

A Medida Provisória nº 1.108, de 25 de março de 2022, convertida na [Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022](#), contribuiu para garantir direitos dos trabalhadores no novo contexto do mundo do trabalho, provendo segurança jurídica e maior flexibilidade para o trabalho remoto.

Com o objetivo de eliminar lacunas da reforma trabalhista para o trabalho remoto, a medida retirou travas e assegurou maior segurança jurídica, destacando-se os seguintes pontos:

- A retirada da limitação existente no regime de teletrabalho, que exigia sua realização preponderantemente fora das dependências do empregador, permitiu que regimes híbridos pudessem ser ajustados com prevalência do trabalho presencial sobre o remoto ou vice-versa;
- Previsão de que o teletrabalho fosse contratado por jornada ou por produção;
- O teletrabalho não se confunde e nem se equipara com a ocupação de telemarketing ou teleatendimento;
- Priorização para as vagas em teletrabalho de trabalhadores com deficiência e com filhos de até quatro anos completos;
- A aplicação das normas e convenções do local do estabelecimento de lotação do empregado, caso resida em localidade diversa do empregador. Do mesmo modo, se o empregado optar por residir no exterior, continuará sendo regido pela legislação brasileira, salvo estipulação contratual em contrário;
- Adoção prioritária para pais de crianças até 6 anos e pessoas com deficiência.

Revisão do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT

Além de regulamentar o Teletrabalho, a MP 1.108/2022, convertida na [Lei 14.442, de 2022](#), garantiu conformidade no uso do Auxílio-Alimentação, além de eliminar desalinhamentos deste benefício com o Programa de Alimentação do Trabalhador –PAT.

Para tratar estes desalinhamentos, tornou-se importante incluir na lei de referência que as despesas realizadas pelos trabalhadores beneficiários, inclusive quando viabilizadas por meio de empresas facilitadoras, devem ser utilizadas exclusivamente para o pagamento de refeições ou gêneros alimentícios.

Outra distorção combatida pela Lei foi coibir a possibilidade de concessão de deságio pelos arranjos de pagamento aos empregadores na compra dos vales refeição e alimentação. A prática afasta o trabalhador do centro da execução da política pública ao beneficiar duplamente as empresas beneficiárias, que já recebem isenção tributária, transferindo este custo aos restaurantes e supermercados, que de fato proveem a alimentação, encarecendo os preços finais. A lei concedeu um prazo de transição para o fim da prática, para que não ocorra insegurança jurídica em relação aos contratos vigentes.

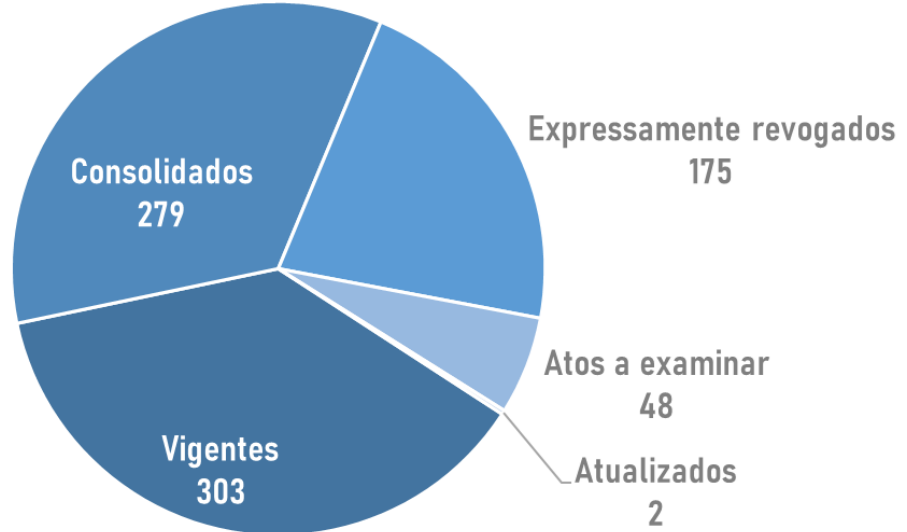
Ainda, ao estabelecer multa para os casos de execução inadequada do PAT, ou desvirtuamento das finalidades do Auxílio-Alimentação, a medida traz equiparação na forma de pagamento das duas políticas, que possuem a mesma finalidade e são operacionalizadas de forma similar, quando se trata de contratação de empresas que viabilizam arranjos de pagamento (vale-refeição e vale-alimentação).

Por fim, a norma previu a interoperabilidade da rede credenciada e a portabilidade dos créditos, medida que tende a equalizar os custos de contratação, permitindo melhor competição na execução do pagamento do auxílio alimentação.

Revisão e consolidação dos atos inferiores a decreto

A SPREV realizou, desde 2020, a revisão e a consolidação dos atos inferiores a decreto em atendimento ao [Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019](#). No total, 807 atos foram triados, sendo que 279 foram consolidados, 175 expressamente revogados, 2 atualizados e 303 continuaram vigentes, restando apenas 48 atos a revisar.

Gráfico 38 - Resultados da revisão e consolidação de atos normativos da SPREV



Fonte: Secretaria de Previdência/MTP

Proposta de decreto que trata do processo administrativo sancionador da previdência complementar fechada e das normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar e da Câmara de Recursos da Previdência Complementar

Foi enviada à Presidência da República, no final de outubro de 2022, a proposta de decreto que trata do processo administrativo sancionador da previdência complementar fechada e das normas do CNPC e da Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC), em substituição aos Decretos nos 4.942, de 30 de dezembro de 2003, e 7.123, de 3 de março de 2010. Apesar da importância do tema, não houve tempo hábil para conclusão de sua análise, sendo a proposta restituída pela Casa Civil para avaliação e possível retomada durante o ano de 2023.

Modernização e fomento do segmento de previdência complementar

O MTP formulou proposta de atualização das Leis Complementares números 108 e 109, de 29 de maio de 2001, visando a modernização e o fomento do segmento de previdência complementar, bem como a harmonização das regras das entidades abertas e fechadas, gestoras dos planos de benefícios de patrocínio público.

Além dos trabalhos de revisão e consolidação relativos ao Decreto nº 10.139, de 2019, foram aprovadas pelo CNPC os seguintes normativos:

- Resolução CNPC nº 55, de 29 de junho de 2022: Dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem adotados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em caráter de excepcionalidade, para o equacionamento de déficits relativos ao exercício de 2021.
- Resolução CNPC nº 56, de 14 de dezembro 2022: Altera a Resolução CNPC nº 46, de 1º de outubro de 2021, que dispõe sobre as condições e os procedimentos para a identificação e o cadastramento dos planos de benefícios no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica para fins de operacionalização da independência patrimonial dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Importante destacar que o ano de 2022 também foi dedicado a um importante debate do CNPC acerca do incentivo ao fomento do segmento e do aprimoramento de controles internos pelas entidades, realizado em Grupo de Trabalho - GT com o fim específico de debater a temática relacionada ao custeio administrativo das entidades de previdência, em especial o Plano de Gestão Administrativa - PGA, com regras voltadas ao fomento e inovação, o que resultou, após a elaboração de uma Análise de Impacto Regulatório - AIR, em minuta de Resolução.

Com o objetivo de aprimorar os controles e processos internos das entidades, mitigando riscos, fortalecendo a estrutura de governança e a confiabilidade do segmento junto à sociedade, a Previc apresentou ao CNPC proposta de normativo de Auditoria Interna que, após amplo debate entre os membros do governo e da sociedade civil resultou na elaboração de uma nova minuta, apresentada pela Surpc ao colegiado na reunião de dezembro.

As minutas de Resolução de Auditoria Interna e de Custeio Administrativo dos planos/PGA foram levadas para apreciação e deliberação na 46ª Reunião Ordinária do CNPC, porém a representação dos Participantes e Assistidos (Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão - Anapar) solicitou vista dos autos, ficando pendentes de deliberação para 2023.

Atualização da lista de doenças que isentam de carência a concessão de benefícios por incapacidade

Publicação da [Portaria Interministerial MTP/MS nº 22, de 31 de agosto de 2022](#), que atualiza a lista de doenças que isentam de carência a concessão de benefícios por incapacidade pelo INSS.

2 – Inovações e melhorias implantadas

Simplificação, desburocratização e harmonização das NR

As revisões implementadas nas normas permitiram simplificar requerimentos, conferir tratamento diferenciado a micro e pequenas empresas (quando cabível), separando as empresas

pelo seu efetivo grau de risco, reconhecendo certificações internacionais, além de usar a tecnologia para propiciar a proteção ao trabalhador em paralelo com a evolução da produtividade da economia brasileira.

Proporciona-se, assim, um sistema normativo protetivo, harmônico e moderno, que reduz o custo Brasil e favorece a geração de emprego e renda, reduzindo a quantidade de acidentes de trabalho, de modo a garantir proteção e segurança jurídica para todos.

Participação da sociedade e a transparência na revisão das NR de Segurança e Saúde no Trabalho

Ao todo, em 2022, foram realizadas 3 consultas públicas, 2 audiências públicas e publicados 4 relatórios de Análise de Impacto Regulatório. As consultas públicas foram realizadas por meio do portal Participe +Brasil (<https://www.gov.br/participamaibrasil/mtp-gabinete-da-secretaria-de-trabalho->). Quanto aos relatórios de AIR elaborados, estão disponibilizados no endereço eletrônico <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/analise-de-impacto-regulatorio-air/relatorios-de-air>.

Simplificação do ambiente normativo que orienta a ação da Previdência Social

Uma ação especialmente relevante foi a revisão e consolidação decorrente da implementação do disposto no [Decreto nº 10.139, de 2019](#). Este projeto promoveu notável simplificação do ambiente normativo que orienta a ação da Previdência Social, cabendo destacar alguns resultados:

- a [Portaria MTP nº 506, de 20 de outubro de 2021](#), as Portarias MTP nºs [239 de 3 de fevereiro de 2022](#) e [643, de 23 de março de 2022](#), as Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS nos [1.346](#) e [1.347](#), de 6 de dezembro de 2021 e a [Portaria Interministerial MTP/ME nº 2, de 10 de setembro de 2022](#), resultaram na revogação e consolidação de centenas de portarias e na consolidação das resoluções que regulamentam o Fator Acidentário de Prevenção (FAP);
- publicação da [Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022](#), que consolidou os atos normativos relacionados aos RPPS trazendo simplificação, objetividade e segurança jurídica; e
- consolidação normativa dos atos regulatórios do Conselho Nacional de Previdência Complementar CNPC, partindo de 57 atos em vigor para, ao final, 22 atos consolidados e vigentes.

Elaboração do informativo de consultas no Sistema de Gestão de Consultas e Normas do RPPS – Gescon

A divulgação de informativo destaque ocorre mensalmente e tem por respostas às consultas mais relevantes de interesse comum dos Regimes Próprios. A inovação visa uniformizar as práticas e entendimentos dos RPPS.

Atualização da lista de doenças que isentam de carência a concessão de benefícios por incapacidade

Trata-se de modernização importante. A [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#), demanda a revisão da lista a cada três anos e a atualização realizada em 2022 reduz o risco de discussões jurídicas, bem como de inclusão de novos casos de isenção diretamente na Lei.

3 – Desafios e riscos

Um grande desafio é dar continuidade ao cronograma do trabalho de revisão normativa previsto para 2023. Conforme a agenda regulatória deliberada na última reunião da CTPP de 2022, está prevista a revisão das seguintes NR:

Tabela 11 – Cronograma de elaboração/revisão de NR

Norma Regulamentadora	Data prevista*
NR-09 e NR-15 (Anexos de químicos)	jun/2023
Anexo I da NR 06 - Equipamentos de Proteção Individual	set/2023
NR 10 (Eletricidade)	mar/2023
NR 11 (transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de Materiais)	set/2023
NR 15 – Atividades e operações insalubres - parte geral e anexos	nov/2023
NR 16 - Atividades e operações perigosas -parte geral e anexos	nov/2023
NR 21 – Trabalhos a céu aberto	jun/2023
NR 22 – Segurança e saúde ocupacional na mineração	jun/2023
NR 32 (Serviços De Saúde)	nov/2023
NR 34 (Indústria Naval)	mar/2023

*Nota: data prevista para deliberação na CTPP.

Fonte: Comissão Tripartite Paritária Permanente

Para a previdência complementar, o primeiro desafio é a publicação do decreto que dispõe sobre o CNPC, a CRPC e o processo administrativo sancionador, conforme proposta de consolidação dos Decretos nos 4942/2003 e 7123/2010, já enviada à Casa Civil.

O segundo é viabilizar o envio, ao Congresso Nacional, da proposta de alteração das Leis Complementares nº 108 e 109/2001. A proposta visa modernizar e fomentar o segmento de previdência complementar, regular e harmonizar as regras aplicáveis às entidades abertas e fechadas, gestoras dos planos de benefícios de patrocínio público do RPC, bem como disciplinar a atuação das entidades abertas na administração dos planos de benefícios dos servidores públicos, nos termos do art. 33 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. O projeto foi elaborado a partir de discussões em grupo técnico da Iniciativa de Mercado de Capitais (IMK 2019/2020) e aprovado pelo MTP em maio de 2022.

O desafio para o RPPS da União é concluir a centralização dos benefícios, tal como previsto no Decreto nº 10.620, de 5 de fevereiro de 2021. Além disso, está em tramitação o Projeto de Lei Complementar nº 189, de 2021, que transforma o INSS na entidade gestora única.

2.7. Promover a negociação coletiva entre trabalhadores e empregadores

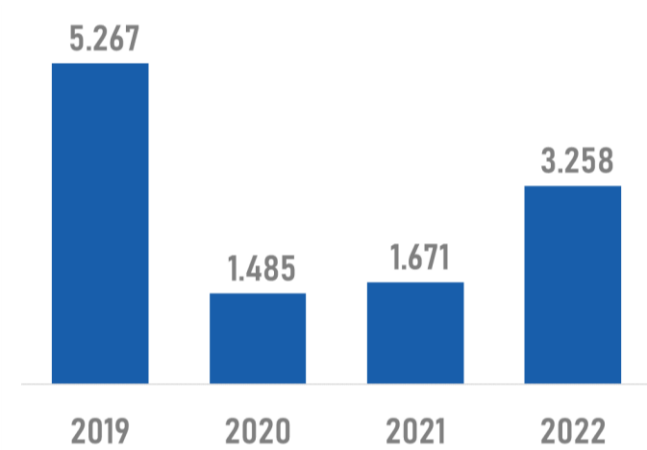
O objetivo estratégico visa contribuir para a negociação de conflitos trabalhistas entre entidades sindicais ou entre entidades sindicais e empresas, quando as possibilidades de entendimento direto entre os envolvidos no conflito tiverem se esgotado.

1 – Principais atividades e resultados alcançados

Mediações concluídas no ano

A negociação coletiva formaliza acordos e convenções, além dos conflitos apresentados entre empregados e empregadores, tornando desnecessário o envolvimento da Justiça e ampliando os pactos nas relações laborais. Até dezembro de 2022, foram concluídas mais de 3,2 mil mediações.

Gráfico 39 – Mediações Coletivas Concluídas – 2019 a 2022

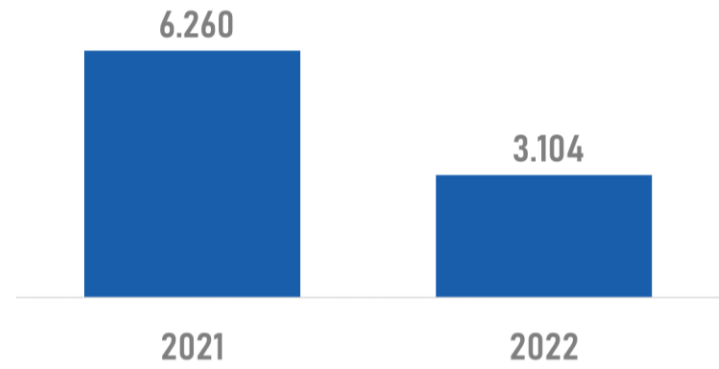


Fonte: Sistema Mediador

Publicação de atos administrativos sobre Registro Sindical

Em 2022, foram publicados 3,1 mil atos administrativos de Registro Sindical.

Gráfico 40 – Atos administrativos publicados – Registro Sindical – 01/2021 a 11/2022



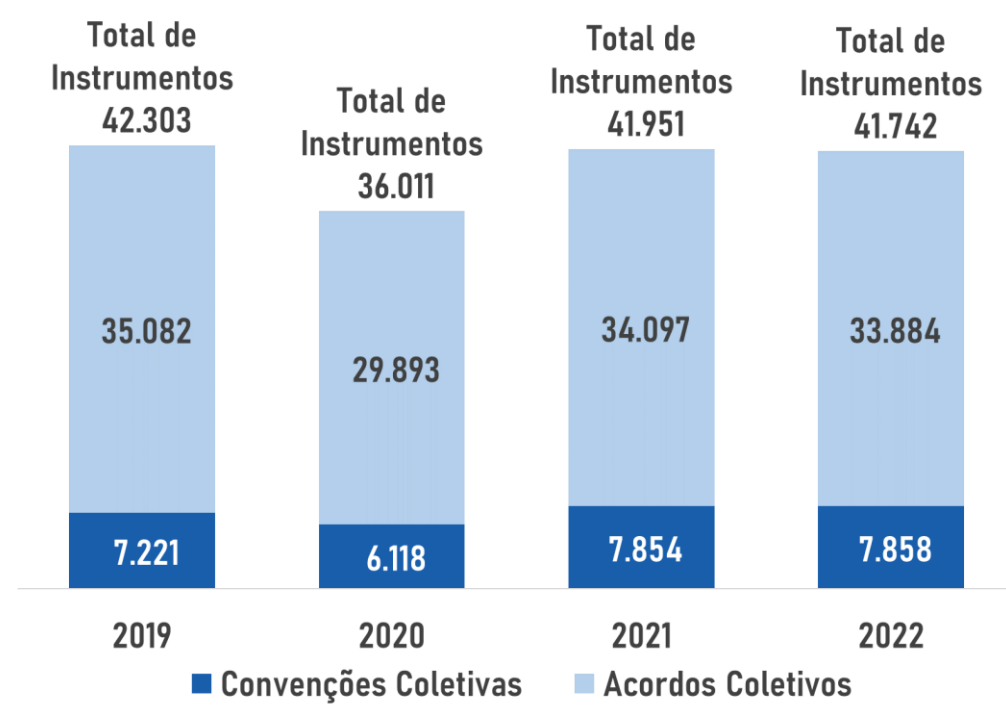
Fonte: Subsecretaria de Relações do Trabalho e Diário Oficial da União

Instrumentos coletivos de trabalho

Os instrumentos coletivos de trabalho representam a formalização da negociação entre empregados, por meio de seus sindicatos, e empregadores.

Até dezembro de 2022, foram registrados 41,7 mil instrumentos de trabalho, garantindo a publicidade e aplicabilidade nas relações de trabalhistas.

Gráfico 41 – Instrumentos Coletivos Registrados – 2019 a 2022



Fonte: Sistema Mediador

2 – Inovações e melhorias implantadas

Eliminação do passivo de processos de registro sindical

Processos acumulados há mais de 5 anos. Anteriormente, um pedido de registro sindical ou de alteração estatutária poderia demorar até 7 anos para ser distribuído. Em 2022, a distribuição para análise ocorre na mesma data de protocolo.

Adoção de videoconferência para a realização das mediações

A medida diminuiu a necessidade de deslocamento das partes e possibilitou a ampliação do atendimento.

Iniciação do desenvolvimento de novos sistemas e lançamento do Painel de Relações de Trabalho

Essas ações visaram superar os sistemas existentes para o registro de sindicatos e instrumentos coletivos (Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES e Sistema Mediador), que são antigos e incompatíveis com os avanços normativos e desburocratizados vigentes.

O Novo CNES terá funcionalidades de automação de rotinas operacionais e uso inteligente de tecnologias propiciando maior celeridade processual e eficiência do serviço público; diminuindo custos ligados a fatores humanos, contribuindo para uma adequada gestão de riscos operacionais e de integridade. Ademais, no caso do novo Sistema Mediador, os resultados dos instrumentos coletivos de trabalho poderão ser analisados pela sociedade de forma mais célere e fácil.

Por fim, destaca-se que o acesso aos sistemas ocorrerá por meio de login único do Governo Federal, e tem-se a previsão de facilitação de produção de dados com o aperfeiçoamento tecnológico, em consonância com as inovações e soluções informáticas.

3 – Desafios e riscos

2.8. Aprimorar as atividades de monitoramento, supervisão e prevenção a irregularidades e fraudes trabalhistas e previdenciárias

O objetivo estratégico tem a finalidade de intensificar o emprego das metodologias e processos de monitoramento e detecção de indícios de irregularidades, supervisão baseada em riscos e modelos preditivos, visando a prevenção do descumprimento da legislação e do cometimento de irregularidades e fraudes a benefícios trabalhistas e previdenciários.

1 – Principais atividades e resultados alcançados

Revisão do auxílio-acidente

A [Lei nº 14.441, de 2 de setembro de 2022](#) autorizou a revisão do auxílio-acidente. A maior parte dos benefícios ativos foi concedida judicialmente e muitos foram despachados durante a pandemia sem exame presencial. A gestão passou a dispor de um instrumento de verificação de benefícios cuja manutenção é irregular.

Instituição do Sistema Integrado de Dados

O Ministério desenvolveu um plano de ação para a instituição do Sistema Integrado de Dados previsto no art. 12 da [Emenda nº 103, de 2019](#). Durante o ano, avançou na definição das ferramentas tecnológicas, na pactuação de entregas com a empresa responsável e na formulação de normativos.

Considerando os avanços obtidos na análise processual dos pedidos de registro sindical e alteração estatutária, tem-se como desafio manter a gestão de distribuição das solicitações e do quadro funcional administrativo.

É de suma importância a continuidade da parceria com a Escola Nacional de Inspeção do Trabalho (ENIT) na formação, realização e suporte dos cursos de capacitação dos entes públicos que realizam mediações coletivas trabalhistas, além da participação nas reuniões periódicas com a Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior, com suporte nas mediações das instâncias específicas do Ponto de Contato Nacional do Brasil.

O Portal de Relações do Trabalho lançado, em 2022, exigirá um esforço de acompanhamento e verificação dos dados publicados, sugestões de melhoria e ampliação das informações no ano de 2023.

Ademais, com a implementação dos novos sistemas do CNES e Sistema Mediador em 2023, faz-se necessário prosseguir com o acompanhamento rotineiro das ferramentas, por meio das reuniões sistemáticas e periódicas.

Estabelecimento de procedimentos, requisitos e forma de encaminhamento das apurações de irregularidade ou fraude e de efetivação do bloqueio cautelar dos benefícios administrados pelo INSS

A [Portaria Conjunta MTP/INSS nº 28, de 27 de setembro de 2022](#), estabeleceu os procedimentos, requisitos e a forma de encaminhamento das apurações de irregularidade ou fraude e de efetivação do bloqueio cautelar dos benefícios administrados pelo INSS, que tenham sido objeto de apuração pela CGINT/SE/MTP.

Proposta de Medida Provisória para prorrogação do Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade e do Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade

O MTP apresentou proposta de Medida Provisória, a ser publicada em 2023, para prorrogar o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade (Programa Especial) e o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade (Programa de Revisão) da [Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019](#).

Parcerias da Atividade de Inteligência

Em 2022, foram publicados 3 Acordos de Cooperação Técnica: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, Secretaria de Estado da Fazenda-SEFA do Estado do Pará e Polícia Federal. Encontram-se em tramitação duas propostas de cooperação técnica, de caráter prioritário, a serem celebradas com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e com o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

Resultados Operacionais do Combate à Fraude em 2022

Produção de Conhecimento

Foram iniciados 144 novos casos, que são fatos ou situações de relevante ameaça, cuja compreensão possibilita a condução de processos investigativos, voltados à identificação e caracterização de fraudes estruturadas na concessão e manutenção de benefícios. Outros 133 casos foram concluídos e encaminhados para a investigação, havendo um acervo de 465 casos cujas investigações se encontram em andamento.

Ainda, o MTP produziu 828 documentos de inteligência, sendo 734 relatórios de informação e 94 relatórios de inteligência.

Figura 7 - Documentos de inteligência produzidos



Fonte: Coordenação-Geral de Inteligência Previdenciária e Trabalhista/SE/MTP

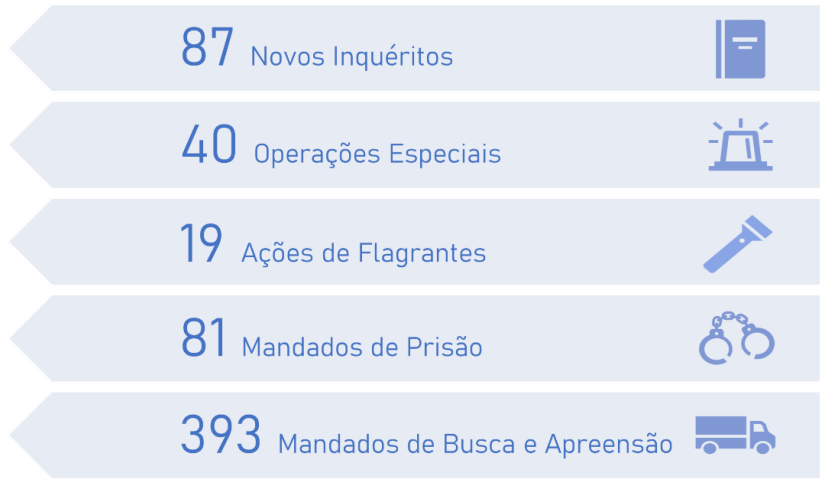
Inquéritos Policiais e Ações Conjuntas

Os relatórios de informação motivam a instauração de inquéritos policiais e subsidiam investigações da Polícia Federal, resultando em ações conjuntas na forma de Operações Especiais ou de Ações de Flagrantes. Em 2022, foram instaurados 87 inquéritos investigativos.

Foram realizadas 40 operações especiais e 19 ações de flagrantes para desarticular esquemas, associações e organizações criminosas que atuavam em detrimento da Previdência e do Trabalho. Nessas operações especiais, foram cumpridos 594 mandados judiciais, sendo 81 de prisão e 7 de suspensão de atividade, pública ou privada, além de 393 mandados de busca e apreensão e 113 de condução coercitiva.

As ações de flagrantes resultaram em 22 prisões. Entre mandados judiciais e flagrantes realizados foram computadas ao todo 103 prisões.

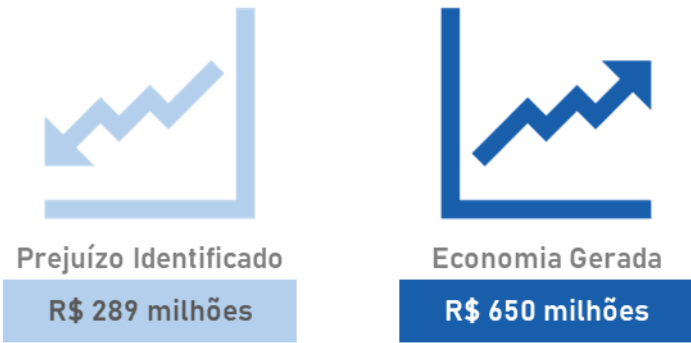
Figura 8 - Inquéritos Policiais e Ações Conjuntas



Fonte: Coordenação-Geral de Inteligência Previdenciária e Trabalhista/SE/MTP

Os ilícitos investigados provocaram um prejuízo estimado de pelo menos R\$ 289 milhões. No entanto, a desarticulação desses esquemas criminosos proporcionou uma economia projetada estimada em pelo menos R\$ 650 milhões aos cofres públicos. Nesta quantia são considerados os pagamentos futuros a supostos beneficiários que não serão mais realizados em função da desarticulação de esquemas criminosos.

Figura 9 - Prejuízo identificado X economia gerada



Fonte: Coordenação-Geral de Inteligência Previdenciária e Trabalhista/SE/MTP

Projeto de Combate à Fraude

O Projeto de Combate à Fraude (PCF) foi instituído pelo MTP e contou com a colaboração de representantes de diversas áreas e entidades vinculadas, como o INSS. O trabalho conjunto resultou na entrega dos seguintes produtos: Diagnóstico de Percepção do Combate à Fraude, Webinar Internacional Desafios e Oportunidades do Combate à Fraude no MTP, Normatização dos Fluxos de Informações voltadas ao Combate às Fraudes Previdenciárias e Trabalhistas,

Mapeamento do Acervo de Benefícios Administrados pelo INSS com indícios de fraude, Mapeamento de Vulnerabilidades e Riscos no Controle de Acesso via Sistema de Gerenciamento de Identidade e Tecnologia e compartilhamento de bases.

2 – Inovações e melhorias implantadas

Ferramenta para prova de vida de aposentados e pensionistas

O Ministério realizou experiência piloto com um município onde disponibilizou ferramenta para prova de vida de aposentados e pensionistas dos RPPS. A previsão é de que a continuidade dessa iniciativa, em 2023, reduzirá a ocorrência de pagamentos indevidos dos Regimes Próprios. A prova de vida será feita mediante o batimento de dados com a base de óbitos e posterior verificação no gov.br, via login com selo ouro.

Capacitações realizadas na área de Inteligência

Com objetivo de aperfeiçoar o corpo funcional e estreitar laços de mútua confiança com órgãos parceiros, foram realizados, aproximadamente, 17 cursos com instituições parceiras.

Painel de Informações – Argus

Foi desenvolvido, em parceria com o INSS, para o monitoramento e identificação de fraudes na reativação de benefícios previdenciários. O painel apresenta visões voltadas à área de monitoramento de benefícios e às áreas de segurança da informação e de combate a fraudes. Ainda, opera preventivamente, por meio do monitoramento contínuo, na identificação de fraudes estruturadas contra o erário previdenciário.

A iniciativa proporcionou o bloqueio do pagamento imediato de milhares de benefícios reativados, com uma economia estimada em pelo menos R\$ 500 milhões.

Painel Gerencial

Apresentação de informações da área de Inteligência Previdenciária e Trabalhista para a alta gestão do Ministério. Os dados referenciam as ações conjuntas desenvolvidas no âmbito da Força-Tarefa Previdenciária e Trabalhista, bem como detalhes sobre a ocorrência e o impacto financeiro das principais tipologias de fraude investigadas.

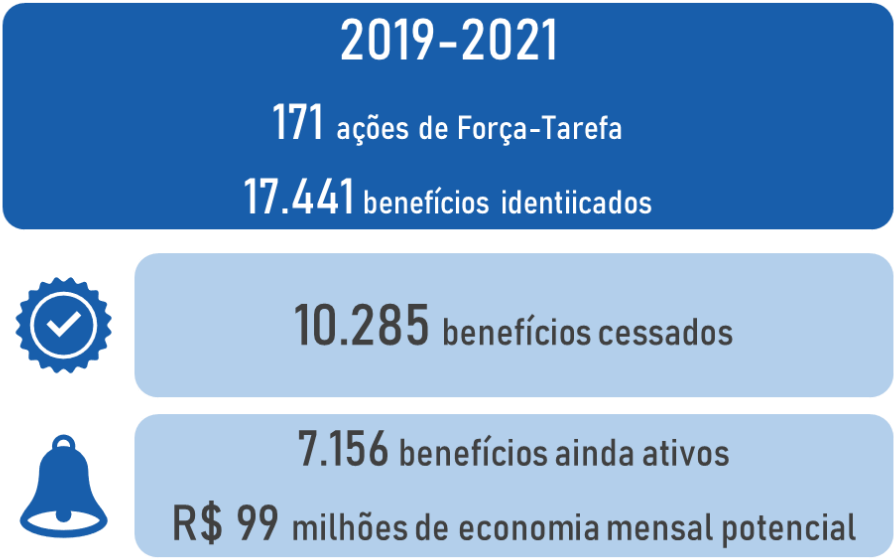
Ambiente Integrado de Pesquisa – AIP

O sistema contém as bases de conhecimento do MTP. Para facilitar o acesso às informações corporativas pelos analistas de inteligência, foram aperfeiçoadas as consultas do AIP, com inclusão de novas fontes de informação.

Mapeamento do Acervo de Benefícios Administrados pelo INSS com indícios de fraude

Apontou a existência de benefícios ainda ativos que poderão ser objeto de reanálise ou bloqueio cautelar por parte do INSS.

Figura 10 – Mapeamento do Acervo de Benefícios Administrados pelo INSS



Fonte: Coordenação-Geral de Inteligência Previdenciária e Trabalhista/SE/MTP

3 – Desafios e riscos

A instituição do sistema integrado de dados depende de disponibilidade orçamentária do Ministério e do pronto atendimento da empresa de tecnologia responsável, conforme cronograma pactuado.

Há o risco de restrições orçamentárias afetarem o desenvolvimento do projeto, não obstante a previsão constitucional e a determinação de órgão de controle (item 9.4 do [Acórdão 3142/2021-TCU](#)). Ainda, no tocante ao sistema integrado de dados, existe o desafio de articulação entre os diferentes órgãos da administração pública.

Do mesmo modo, a continuidade e o aprimoramento da ferramenta da prova de vida dos RPPS estão condicionados à existência de dotações orçamentárias suficientes.

A revisão do auxílio-acidente deve ser bem planejada para que os segurados dispensados não sejam convocados e os atendimentos regulares não sejam comprometidos.

A extensão do Programa Especial e do Programa de Revisão só poderá ser efetivada mediante a edição, em 2023, da Medida Provisória já proposta, devido à restrição do art. 21 da [Lei de Responsabilidade Fiscal](#), relativa aos últimos meses de mandato presidencial. Caso os programas não sejam prorrogados, as apurações de irregularidades pelo INSS e as revisões de benefícios previdenciários pela Perícia Médica serão prejudicados.

Os principais problemas de interesse da estratégia de combate à fraude no MTP estão relacionados às áreas de gestão de pessoas, de normas, fluxos e comunicação e de TI e compartilhamento de bases. Destacam-se os desafios advindos da digitalização dos serviços públicos e das ameaças do novo mundo cibernético que se apresenta diante da comunidade de servidores.

Na área trabalhista, dada a ausência de normas anteriores relacionadas ao fluxo e ao encaminhamento de informações sobre fraudes, bem como a necessidade de dar diferentes tipos de tratamento às informações recebidas, foi elaborada minuta de ato normativo para disciplinar o fluxo de informações no combate às fraudes trabalhistas.

Foi realizado o mapeamento de vulnerabilidades e riscos no controle de acesso via Sistema de Gerenciamento de Identidade (GERID). A partir desse diagnóstico, foram apresentadas as seguintes ações prioritárias para o ano de 2023:

Instituir a "Política de Segurança da Informação e Comunicações" e a "Norma de Controle de Acesso Lógico" no MTP; desenvolver sistema de informação gerencial e de auditoria das atuais

2.9. Aprimorar o acesso e a usabilidade dos serviços públicos trabalhistas e previdenciários

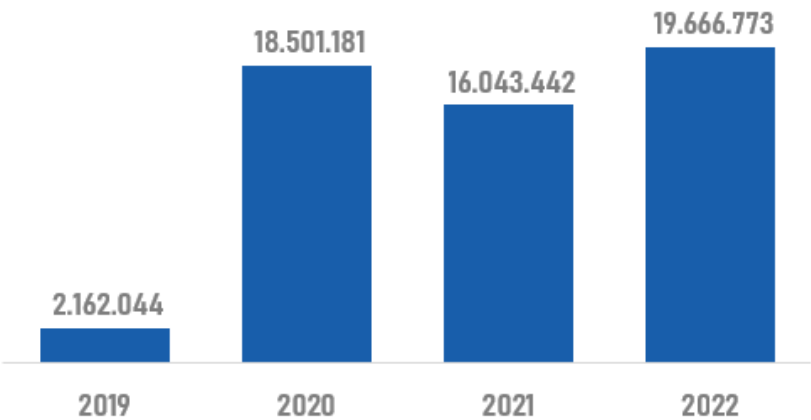
O objetivo estratégico visa aprimorar o acesso e a usabilidade dos serviços públicos trabalhistas e previdenciários pelo emprego de soluções digitais.

1 – Principais atividades e resultados alcançados

Ampliação do Acesso às Jornadas Digitais

Com a Carteira de Trabalho Digital o cidadão passou a ter acesso imediato às suas informações trabalhistas sem necessidade de deslocamento para emissão do documento físico. Em dezembro de 2022 o aplicativo atingiu a marca de mais de 56 milhões de trabalhadores beneficiados, alcançando aproximadamente 19 milhões de novos usuários desde janeiro de 2022, contra apenas 3 mil carteiras físicas emitidas.

Gráfico 42 – Carteira de Trabalho Digital Habilitada – App



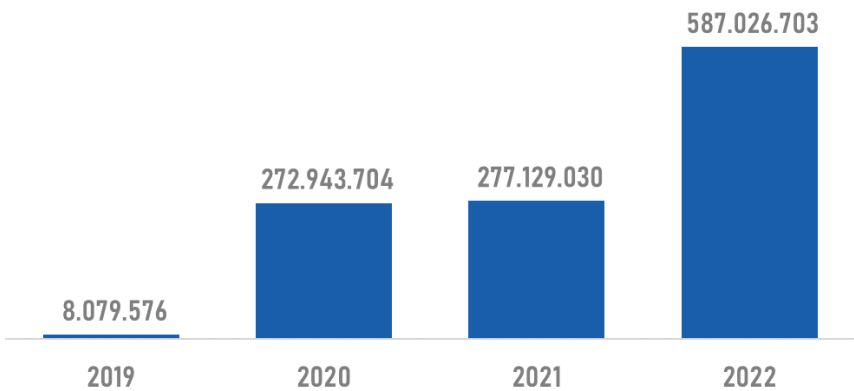
Fonte: CDIG/CGTR/SPPT/STRAB/MTP

O número de acessos também aumentou significativamente no período, atingindo 587 milhões entre janeiro e dezembro de 2022, frente a um número total de mais de 1,1 bilhão de acessos ao aplicativo, quando considerado o período desde seu lançamento, em 2019.

versões do GERID; aprimorar ou substituir o atual GERID; aperfeiçoar o contrato do MTP com a Dataprev, para incluir cláusulas referentes à segurança da informação e controle de acesso; e aperfeiçoar o contrato do MTP e do INSS com a Dataprev, para incluir cláusulas referentes ao GERID relacionados à segurança da informação e controle de acesso e outros.

Outro desafio é a necessidade de intensificação do uso da tecnologia para potencializar o combate à fraude. Nesse tema, foram levantados requisitos de infraestrutura de hardware e softwares especialistas e de bases de dados prioritárias para a implantação de um Laboratório de Combate à Fraude (LAB-CF) no MTP.

Gráfico 43 – Acessos da Carteira de Trabalho Digital – App



Fonte: CDIG/CGTR/SPPT/STRAB/MTP

Transformação Digital do Abono Salarial

O MTP concluiu, em 2022, passos importantes na internalização do processo de identificação dos trabalhadores com direito ao Abono Salarial, atividade antes realizada pelos bancos públicos federais, desde a criação do benefício. Com essa modificação materializada em 2022, a pasta ministerial passou a ter o controle integral da política em tempo real e de forma online, desde a recepção dos dados transmitidos pelos empregadores até o processamento das informações e a confirmação do pagamento do benefício.

Em 2022, houve o primeiro processamento de identificação do Abono Salarial executado pelo MTP, com a incorporação de requisitos e controles de segurança no processamento e pagamentos, além da construção de soluções digitais para o trabalhador e para a gestão do Programa, atendendo também a recomendações dos órgãos de controle.

Agora, as informações transmitidas pelos empregadores tanto pela RAIS quanto pelo eSocial, são apropriadas no processo de identificação dos trabalhadores com direito ao Abono Salarial,

evitando que a falta de dados impeça o recebimento do benefício dentro do calendário disponibilizado. Com isso, o cidadão verifica seu direito ao Abono, consulta o valor a receber e a data de pagamento, dentre outras informações. Isso representa desburocratização e o aumento da transparência, para os empregadores e trabalhadores, a segurança jurídica e confiabilidade nas informações prestadas e, finalmente, o controle gerencial da identificação e do pagamento do benefício.

Transformação Digital do Seguro-Desemprego

No início de 2019, o MTP deu início ao projeto denominado Transformação Digital do Seguro-Desemprego (SD 100% Web). A iniciativa permitiu que trabalhadores pudessem solicitar o Seguro-Desemprego pela via digital, garantindo maior eficiência na prestação do serviço público, redução nos custos, além de comodidade e segurança ao trabalhador.

Em 2022, as soluções para o serviço avançaram no cenário digital para as modalidades do empregado formal, do empregado doméstico e para a bolsa de qualificação profissional. Estes trabalhadores já não precisam mais solicitar o benefício presencialmente em uma das unidades da rede de atendimento, e a automação envolve o ciclo integral do Seguro-Desemprego, desde a solicitação, o pedido de revisão, por meio de recurso administrativo, até o pagamento de cada uma das parcelas a que tem direito.

Todo o processo é monitorado e acompanhado com informações acessíveis ao trabalhador nos canais digitais, no caso, a Carteira de Trabalho Digital ou o Portal Gov.br. Além disso, houve avanços na modernização dos canais de pagamento digitais, dispensando o trabalhador também do comparecimento às agências bancárias para recebimento do benefício.

Os números mostram forte adesão dos trabalhadores ao uso das soluções digitais, conforme evidencia a tabela seguinte.

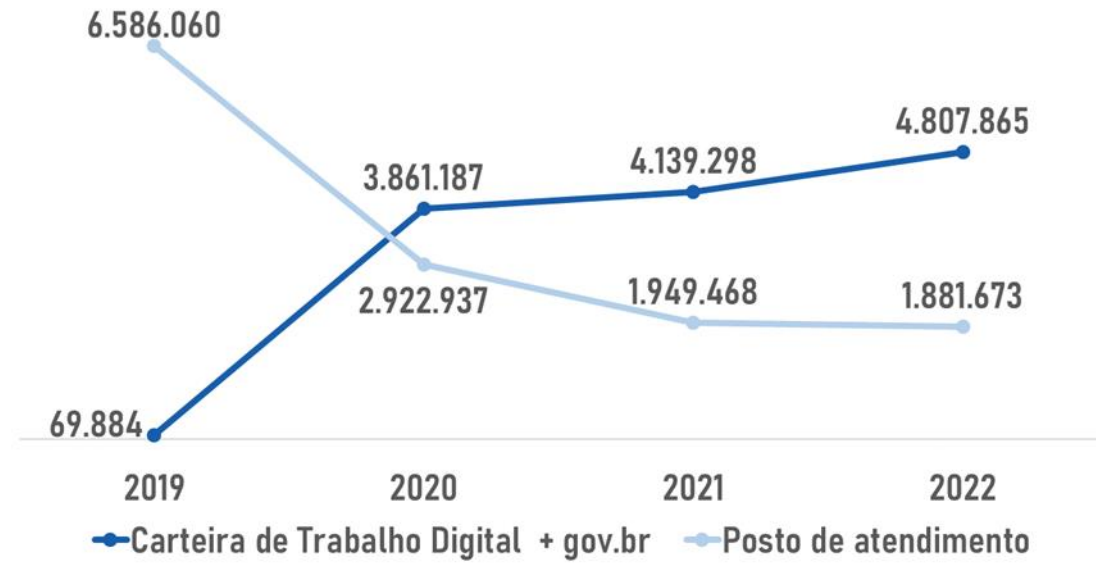
Tabela 12 - Adesão ao uso de soluções digitais

Ano	2019	2020	2021	2022
Carteira de Trabalho Digital	11.513	2.869.868	3.374.097	4.063.316
Serviço Digital				
Portal gov.br	58.371	991.319	765.201	744.549
Carteira de Trabalho + gov.br	69.884	3.861.187	4.139.298	4.807.865
Posto de Atendimento	6.586.060	2.922.937	1.949.468	1.881.673
Total de Solicitações (Digital + Presencial)	6.655.944	6.784.124	6.088.766	6.689.538
% Atendimento Digital	1,0%	56,9%	68,0%	71,9%

Fonte: base de gestão do Seguro-Desemprego - CGSAP/DGEB/SPT/MTE

O gráfico abaixo ilustra como em 2022, os números dos serviços digitais evoluíram para chegarem ao total de 71,9% das solicitações do benefício:

Gráfico 44 - Transformação Digital do Seguro-Desemprego 2019 a 2022



Fonte: base de gestão do Seguro-Desemprego - CGSAP/DGEB/SPT/MTE

Automação da Comprovação de Vínculos Trabalhistas

O serviço permitiu o autoatendimento para a emissão de relatórios sobre a existência de vínculos laborais (Rais e Caged) pelo cidadão, facilitando o processo de petições judiciais para alteração e/ou inclusão/exclusão de vínculos na plataforma Gov.br. Ao longo de 2022 foram efetuadas mais de 15 mil consultas.

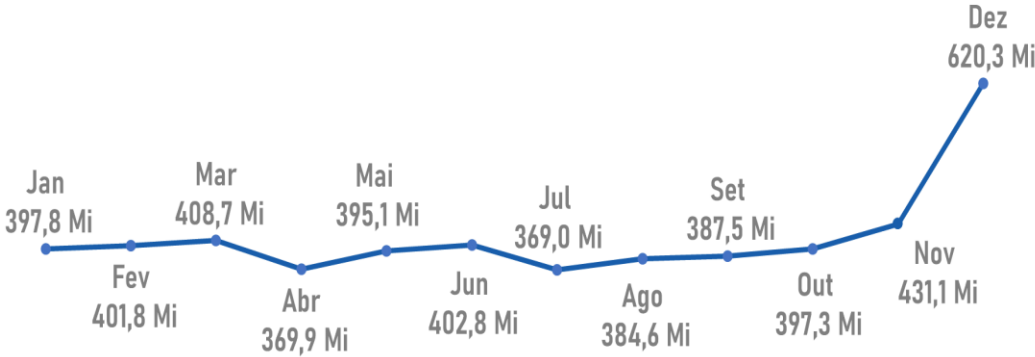
Novas fases do eSocial

Foram implantadas as novas fases do eSocial, plataforma online do governo que unificou diversas obrigações da área trabalhista para pessoas jurídicas e pessoas físicas. Com o avanço do alcance do serviço, o eSocial passou a incluir o grupo 4. O grupo 4 compreende os órgãos da Administração Pública e as organizações internacionais, nos termos do Anexo V da [Instrução Normativa 1863/18](#) da Receita Federal do Brasil.

Foi também disponibilizada a recepção de eventos de Segurança e Saúde para o 3º grupo, o que amplia em muito a capacidade de acompanhamento das políticas públicas de saúde e segurança no trabalho, por parte do Ministério. O grupo 3 do eSocial inclui as empresas que eram optantes do regime tributário do Simples Nacional em 1º de julho de 2018, todos os empregadores pessoa física exceto empregadores domésticos, os produtores rurais pessoa física e as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a alínea “a” do inciso II e o Inciso III do art. 2º da [Portaria Conjunta SEPRT/RFB 76/20](#).

O serviço elimina a necessidade de produção de informações redundantes pelas empresas, reduzindo custos, e aumenta a eficiência da gestão pública, por meio da entrega e do acesso às informações por meio eletrônico.

Gráfico 45 – Quantidade de eventos processados no eSocial em 2022

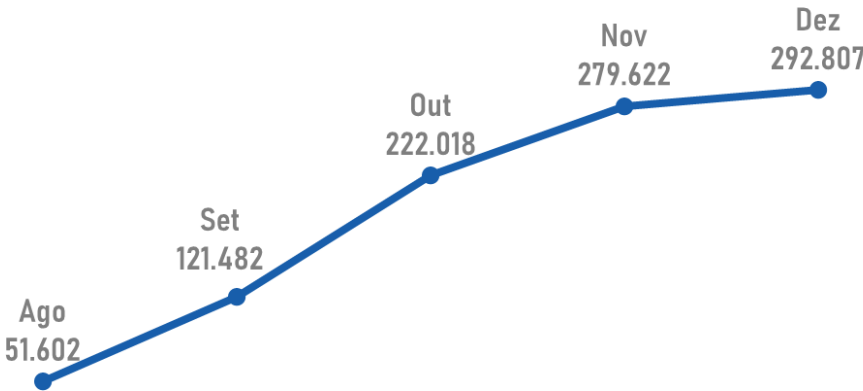


Fonte: eSocial

Concessão do benefício por incapacidade mediante análise de conformidade documental

A Medida Provisória nº 1.113, de 2022, convertida na [Lei nº 14.441, de 2 de setembro de 2022](#), autorizou a concessão do benefício por incapacidade mediante análise de conformidade documental. Cerca de 292,8 mil requerimentos foram apresentados de agosto a dezembro.

Gráfico 46 – Evolução dos requerimentos de Benefícios por incapacidade na modalidade de análise documental – 2022

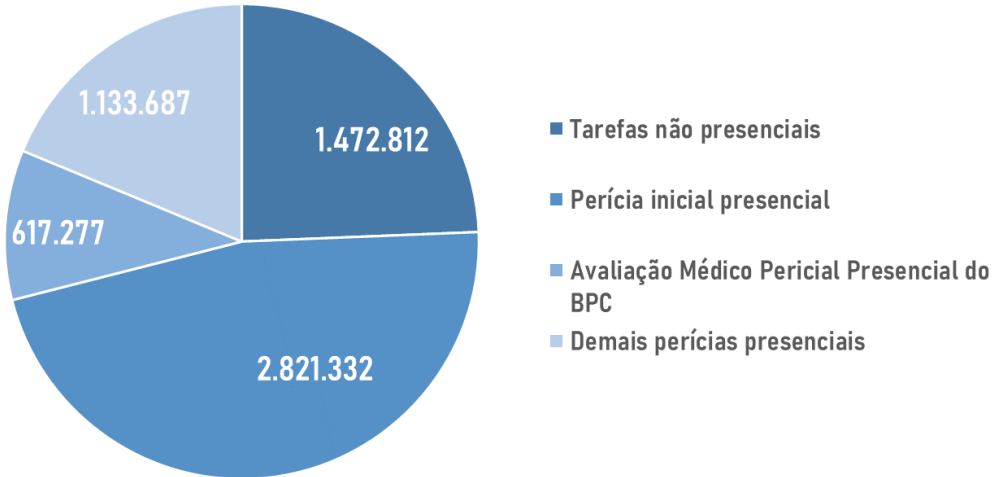


Fonte: Subsecretaria da Perícia Médica Federal/SPREV/MTP

Realização de perícias médicas

A Perícia Médica Federal executou, de janeiro a novembro de 2022, mais de 4,5 milhões de perícias com atendimento presencial e, aproximadamente, 1,4 milhão de tarefas não presenciais.

Gráfico 47 – Tarefas realizadas pela Perícia Médica



Fonte: Subsecretaria da Perícia Médica Federal/SPREV/MTP

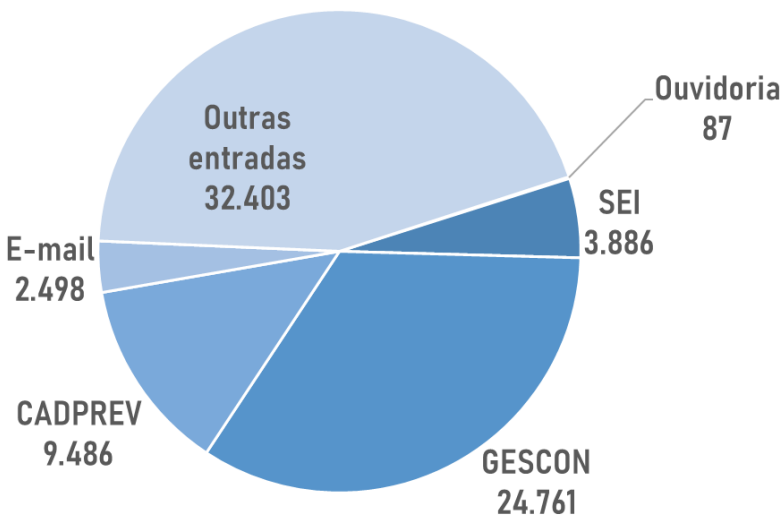
Realização de perícias médicas extraordinárias

A [Lei nº 14.441, de 2022](#), autorizou a realização de perícias extraordinárias (contraturno ou mutirão em dias não úteis) nas unidades com prazo máximo de agendamento acima de 45 dias. Esse instrumento vem contribuindo para suprir a escassez na oferta de atendimento em locais de difícil provimento.

Atendimentos aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS

A SRPPS realizou, até dezembro de 2022, cerca de 73,1 mil atendimentos ao público externo, com destaque para a participação dos canais eletrônicos.

Gráfico 48 – Atendimentos aos RPPS por modalidade

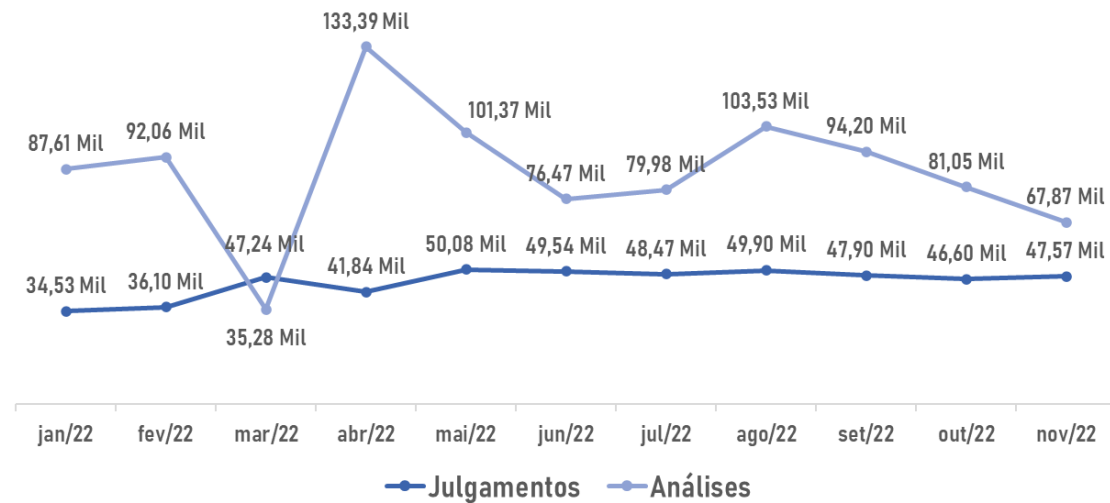


Fonte: Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social/SPREV/MTP

Melhoria de produção do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS

A [Portaria MTP nº 653, de 25 de março de 2022](#), aumentou o limite de processos relatados com voto por conselheiro do CRPS de 100 para 200 por mês. Como resultado, verifica-se um crescimento da produção do Conselho que chegou em 1.58 milhões de processos concluídos em 2022. Esse total é composto por 546 mil julgamentos, que ensejaram relatório e voto, e mais de 1,03 milhão de análise de recursos por outras formas de decisão/conclusão.

Gráfico 49 - Evolução mensal do número de processos julgados pelo CRPS



Fonte: Painel E-sisrec/CRPS

2 – Inovações e melhorias implantadas

Centralização dos principais serviços do MTP no aplicativo da Carteira de Trabalho Digital

Disponibilização de facilidades como:

- consultar as informações de qualificação civil obtidas da base de dados do CPF;
- verificar os contratos de trabalho, obtidos do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), e do eSocial;
- solicitar Seguro-Desemprego formal e doméstico, e apresentar recurso contra indeferimento;
- emitir alertas das movimentações realizadas pelas empresas nos contratos de trabalho;
- acompanhar o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm);
- consultar o calendário e disponibilidade do abono salarial;
- consultar os Benefícios Caminhoneiro (TAC) e Taxista; e
- acessar o Alô Trabalho – telefone 158.

O aplicativo também recebeu evoluções técnicas de performance para absorver de forma eficaz a crescente demanda de acessos, facilitando a consulta de contratos de trabalho e adequações ao novo login do Portal Gov.br.

Em novembro, como resultado do 1º Chamamento aos Ministérios da Administração Pública Federal para a Concessão do Selo de Modernização do Estado, a Carteira de Trabalho Digital foi premiada com a categoria “Ouro”, passando a fazer parte do Portal da Modernização, por meio do Painel de Indicadores da Modernização – Modernizômetro.

Estão planejadas alterações do layout, de forma a atender requisito de acessibilidade. O aplicativo da Carteira de Trabalho Digital está disponível nas Lojas Apple Store e Play Store e no Portal Gov.br, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-a-carteira-de-trabalho>

Desenvolvimento e atualização de serviços suportados por ferramentas tecnológicas

Visa subsidiar os empregadores a adotarem uma conduta empresarial responsável e se ajustarem, tendo em vista a promoção do trabalho decente nos respectivos ambientes laborais, bem como nos de seus parceiros.

Requerimento, por meio do Portal Gov.br, de relatórios com os vínculos empregatícios declarados na Rais e no Caged

O acesso a estas informações constitui importante fonte de comprovação de tempo de serviço para aposentadoria, como experiência de trabalho, para concessão do pagamento do Abono Salarial, cálculo de FGTS, dentre outras finalidades.

Com vistas ao aprimoramento deste serviço, disponibilizado no Portal Gov.br, já foi iniciada a implementação da consulta também no aplicativo da Carteira de Trabalho Digital, a ser concluída em 2023. Dessa forma, o trabalhador poderá emitir o relatório de seus vínculos em formato PDF instantaneamente, com certificação digital de autenticidade.

Disponibilização de ferramenta simplificada para envio da Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT por empregadores domésticos.

Instituição do Documento de Arrecadação do eSocial – DAE para o Microempreendedor Individual – MEI

Com a finalidade de simplificar o recolhimento de encargos sobre a folha de pagamentos desses contribuintes.

Lançamento de Módulo Web Simplificado

Para envio dos eventos de Segurança e Saúde no Trabalho.

Fim do período de convivência entre as versões 2.5 e S-1.0 do eSocial

Com a nova versão S-1.0 houve a simplificação do sistema, diversos campos foram excluídos e uma série de regras foram flexibilizadas.

Perícia Médica com Uso da Teleavaliação – Além do reconhecimento de direito a benefícios por incapacidade mediante análise de conformidade do atestado ou laudo médico, o Ministério instituiu a experiência piloto de Perícia Médica com Uso da Teleavaliação (PMUT). Essa iniciativa, estimulada pelo [Acórdão nº 2597/2020-TCU-Plenário](#), foi concretizada no primeiro semestre de 2022 em 8 municípios que firmaram convênio com o INSS, resultando em 550 agendamentos e 509 atendimentos no total.

Criação e aperfeiçoamento dos sistemas da Perícia Médica Federal – Embora a perícia médica federal ainda utilize sistemas mantidos pelo INSS, a unidade tem avançado na criação e no aperfeiçoamento dos seus próprios sistemas. O PMF Perícias já está em uso e recebeu novos módulos em 2022. De fato, já é possível realizar as perícias de Benefício de Prestação Continuada – BPC/LOAS nesse sistema e a tendência é de que ele substitua o Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade (SABI) em 2023. Houve, ainda, outros desenvolvimentos dignos de nota realizados em 2022: módulo de análise documental, adaptação para contabilizar a produtividade no Sistema de Execução e Mensuração de Atividades Médico Periciais (PMF-SEAMP), desenvolvimento do módulo da avaliação do idoso relativa à dependência de terceiros para realização de atividades básicas da vida diária e instituição da Base de Gestão.

Encaminhamento em lote de processos já instruídos pelo INSS ao CRPS – No que se refere aos recursos administrativos, vale citar a adoção, por parte do INSS, do encaminhamento em lote de processos já instruídos ao CRPS. Assim, os recursos contra as decisões do INSS serão enviados de forma mais célere ao Conselho, sem comprometer a instrução processual.

3 – Desafios e riscos

Um ponto fundamental para a continuidade dos avanços na oferta digital de serviços públicos é a capacidade de inclusão, na Carteira de Trabalho Digital, de funcionalidades que sejam pertinentes e relevantes para o cidadão, naquilo que se relaciona com as políticas de trabalho, emprego e renda.

Neste sentido, é importante que:

- o aplicativo esteja presente e se mantenha útil na vida do trabalhador;
- o trabalhador identifique o aplicativo como uma interface de contato com o MTP; e
- que o App possa ser um meio de coleta de informações e dados sobre o trabalhador, suas preferências, características e escolhas.

Trata-se, portanto, de um grande desafio para a evolução e a consolidação das funcionalidades da Carteira de Trabalho Digital, para que possa incorporar transações que complementem seu campo de atuação, como a gestão de carreira e empregabilidade, direitos trabalhistas e políticas públicas de trabalho e de renda.

O projeto deverá ser estruturado de tal forma que permita escalonar em um cronograma adequado, todas as funcionalidades que estiverem legalmente habilitadas e tecnicamente suportadas pelos devidos processos de retaguarda operacional.

2.10. Outros resultados de gestão

1 – Principais atividades e resultados alcançados

Com o objetivo de atingir um grau mais elevado de conformidade na gestão pública, reduzir riscos e promover maior celeridade na análise das prestações de contas e Tomadas de Contas Especial (TCE) de convênios, acordos e instrumentos congêneres, foi criada, por meio do [Decreto nº 11.068, de 2022](#), a Diretoria de Prestação de Contas (DPC), vinculada à Secretaria de Gestão Corporativa (SGC).

Além destes relevantes desafios, também se destacam:

- inserir o cartão de registro profissional no App da Carteira de Trabalho Digital, de forma que o cidadão possa ter em um único ambiente o acesso a esse dado;
- manter o aplicativo sempre atualizado de forma a auxiliar o cidadão a identificar sua real necessidade, por meio de monitoramento dos comentários das lojas e outros canais, sendo possível através de ferramentas de análise de dados, identificar sugestões e possíveis erros para atender de forma mais eficiente o cidadão que utiliza o documento digital, assegurando mais comodidade e segurança;
- avançar na transformação digital do Seguro-Desemprego, ampliando a ferramenta para atender as outras modalidades do benefício, como a destinada ao empregado doméstico; e
- ampliar as ações de divulgação das funcionalidades disponíveis nas plataformas digitais, pois muitos trabalhadores ainda recorrem ao posto de atendimento por desconhecer a ferramenta.

Necessidade de articulação entre os órgãos envolvidos na gestão do eSocial para o desenvolvimento de funcionalidades que possibilitem o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais e que sejam, ao mesmo tempo, de simples utilização pelos empregadores.

Há riscos subjacentes à evolução na forma de prestação de serviços da Perícia Médica. Um exemplo é a necessidade de adaptar os sistemas de atendimento e, no caso do PMUT, a ausência de infraestrutura adequada e pessoal disponível em certos locais.

O maior desafio para o atendimento é reduzir os requerimentos pendentes de análise da perícia e o tempo médio de espera para o atendimento agendado em todas as regiões, considerando os parâmetros definidos no termo de acordo do [Recurso Extraordinário nº 1171152](#), homologado no Supremo Tribunal Federal.

Há o desafio de reduzir o número de recursos administrativos pendentes de julgamento no CRPS. A produção do Conselho aumentou em resposta ao acréscimo no limite mensal de processos por conselheiro. Porém, quanto maior o número de requerimentos analisados pelo INSS, maior é a demanda ao Conselho. Ademais, o CRPS precisa de incremento na estrutura para exercer as competências criadas em 2019: contestações e recursos do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); e recursos relativos à compensação previdenciária, à supervisão e fiscalização dos RPPS.

O foco de atuação da DPC é a eliminação de um estoque, acumulado nos últimos 30 anos, de 835 processos pendentes de análise de prestação de contas e 206 TCE a serem instauradas. Tal acúmulo envolve aproximadamente R\$ 4 bilhões.

Para cumprimento do objetivo previsto, foi elaborado plano de trabalho de 5 anos para eliminação do passivo existente, cujas principais medidas foram iniciadas em janeiro de 2022, com a contratação de 100 analistas, agentes temporários.

Seguem abaixo as principais entregas realizadas pela área.

Digitalização de processos

Foram digitalizados 831 processos e 1,7 mil volumes pelas equipes de apoio dos agentes temporários contratados.

Triagem processual para fins de redução do risco de prescrição e definição de critérios de priorização de análise

Foram emitidos relatórios de check list de triagem processual para mil processos, com informações sobre prazos e eventos prescricionais, valores, situação de análise, além de outras informações que compuseram uma base de dados para gestão processual e tomada de decisões.

Organização de arquivos antigos

Foram verificados aproximadamente 2 mil processos distribuídos em arquivos nos subsolos e depósitos do MTP, com a localização de 570 processos ou partes perdidas e a respectiva digitalização e triagem, além de encaminhados ao armazenamento adequado.

Redução do passivo de processos de prestação de contas

Para que ocorra a conclusão de um processo de prestação de contas, são necessárias ao menos duas etapas de análises, além de observância de alguns prazos para garantia da ampla defesa e do contraditório ao conveniente. O término desse ciclo leva em média seis meses.

Em 2022, foram analisados 158 processos, e efetivamente concluídos 58 processos para redução do estoque. Neste mesmo período, havia 280 processos distribuídos e 126 em análise pelos agentes temporários e efetivos da prestação de contas.

Eliminação do passivo de TCE

A meta de redução do passivo de TCE se refere aos processos recebidos pelo ME, com pendência de análise de tomada de contas. Ressalte-se que aproximadamente 90% dos processos concluídos em prestação de contas são enviados para TCE. Desse modo, o objetivo em questão trata de eliminar o passivo recebido em maio de 2022, para que os novos processos sejam encaminhados para análise imediata e consequente cumprimento dos prazos previstos na [Instrução Normativa nº 71, de 28 de novembro de 2012](#) do TCU.

Em 2022, foram concluídos 59 processos de instauração de TCE, com a redução efetiva do passivo para 148. Neste mesmo período, havia 79 processos em análise pela equipe da TCE.

2 – Inovações e melhorias implantadas

Contratações temporárias de 100 postos de trabalho

Voltados exclusivamente para análise de prestação de contas e instauração de TCE, estando preenchidas, em dezembro de 2022, 62 dessas vagas.

Elaboração de Portaria para regulamentar o parcelamento dos débitos apurados em fase de prestação de contas

Foi publicada a [Portaria MTP nº 4.382, de 29 de dezembro de 2022](#), a qual visa facilitar a restituição dos recursos públicos e a aprovação dos instrumentos em análise. Tal medida, além de promover a recuperação do dano ao erário apurado, favorece a economia processual.

Implantação do painel em *Business Intelligence*

Foi implantado painel em Power BI para conferir transparência e modernização da gestão por meio de dados, com intuito de melhorar a gestão processual e subsidiar a tomada de decisão.

3 – Desafios e riscos

Renovação anual da contratação temporária de 100 analistas, recomposição das 40 vagas e continuidade de convocação com criação de novo certame, por motivo de esgotamento da relação de aprovados.

Redução de riscos referentes aos prazos prescricionais e às demandas dos órgãos de controle com relação ao atendimento das necessidades de análise e conclusão dos processos de prestação de contas.

Atualização dos registros financeiros do SIAFI com relação a julgamentos antigos no TCU e baixa dos cadastros restritivos de órgãos públicos, nos termos do Tema 327 de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal.

3. Conformidade e Eficiência da Gestão

—



3.1. Gestão da Orçamentária, Financeira e de Custos

Gestão da Execução Orçamentária, Financeira e de Custos

Em 2022, o MTP teve um orçamento de R\$ 907,1 bilhões, excluídos os créditos extraordinários e especiais.

Gráfico 50 – Composição do Orçamento 2022

Grupo de Natureza de Despesa	Dotação Atual Ano Exercício 2022	
1 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$	15.764.879.538,00
3 - Outras Despesas Correntes	R\$	867.366.726.705,00
4 - Investimentos	R\$	49.428.561,00
5 - Inversões Financeiras	R\$	23.847.127.344,00
9 – Reserva de Contingência	R\$	161.191.433,00
Total	R\$	907.189.353.581,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP – Extraído em 10/02/2023

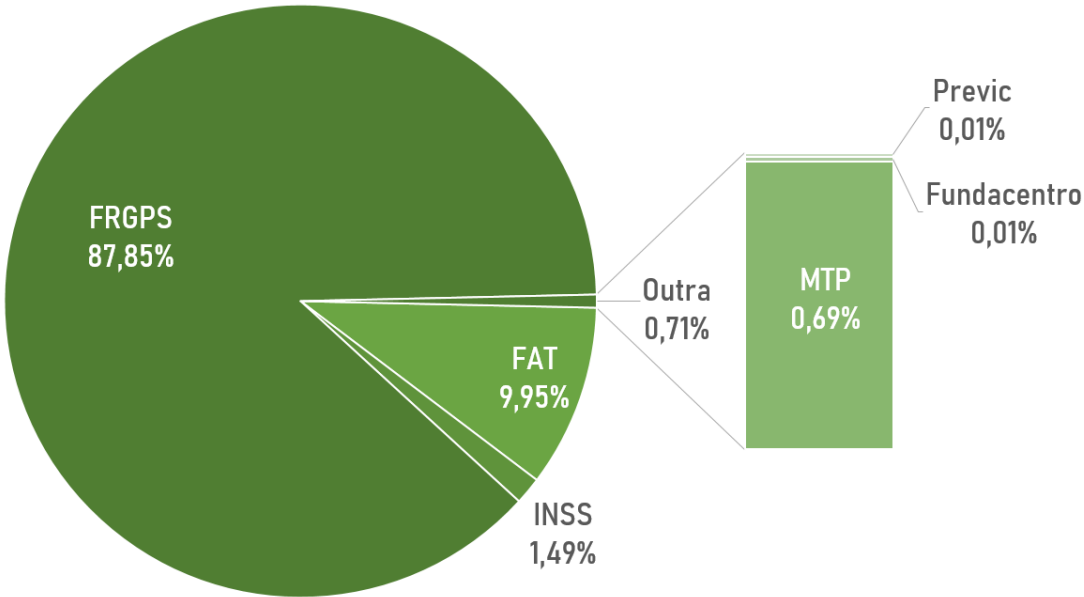
Destaca-se a distribuição do montante entre as Unidades Orçamentárias vinculadas ao órgão.

Tabela 13 – Unidades Orçamentárias vinculadas ao órgão

Unidade Orçamentária	Dotação Atual (Ano Exercício: 2022)	
Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc	R\$	82.596.851,00
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro	R\$	103.409.073,00
Ministério do Trabalho e Previdência - Administração Direta - MTP	R\$	6.218.970.898,00
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	R\$	13.534.273.667,00
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	R\$	90.283.978.622,00
Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS	R\$	796.966.124.470,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP – Extraído em 10/02/2023

Gráfico 51 – Distribuição do montante entre as Unidades Orçamentárias



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP – Extraído em 10/02/2023

Créditos Extraordinários e Créditos Especiais

O MTP atuou na execução de ações para pagamento dos honorários periciais referentes às perícias judiciais realizadas nas ações de competência da Justiça Federal em que o INSS figure como parte. Ainda se destaca a operacionalização de recursos provenientes da [Emenda Constitucional nº 123/2022](#), destinados ao pagamento de auxílio aos Transportadores Autônomos de Cargas e de auxílio aos Motoristas de Táxi.

Tabela 14 – Créditos Extraordinários e Créditos Especiais

Ação (descrição)	Soma de Dotação Atual Ano Exercício: 2022	
009W - Compensação Previdenciária	R\$	1.785.711.023,00
00SA - Pagamento de honorários periciais nas ações em que o INSS figure como parte e que sejam de competência da Justiça Federal	R\$	312.721.134,00
00SJ - Benefícios Previdenciários	R\$	5.778.785.175,00
00UK - Pagamento de Auxílio aos Transportadores Autônomos de Cargas (Emenda Constitucional nº 123, de 14 de julho de 2022)	R\$	5.101.168.432,00
00UL - Pagamento de Auxílio aos Motoristas de Táxi (Emenda Constitucional nº 123, de 14 de julho de 2022)	R\$	1.985.055.942,00
0643 - Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001)	R\$	104.565.937,00
Total	R\$	15.068.007.643,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP – Extraído em 10/02/2023

Também merecem destaque as ações orçamentárias destinadas à operacionalização do Seguro-Desemprego e Abono Salarial:

Tabela 15 - Ações orçamentárias destinadas à operacionalização do Seguro Desemprego e Abono Salarial

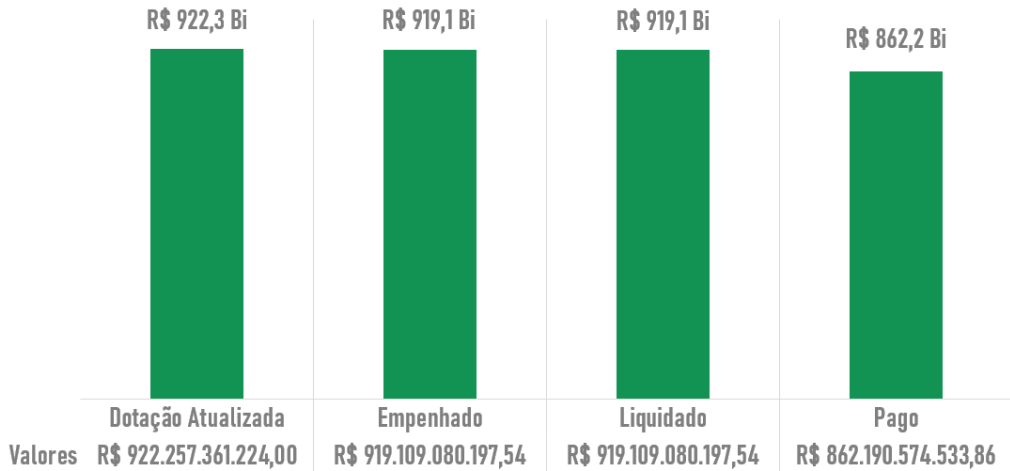
Ação Orçamentária/Programa	Dotação
00H4 - Seguro Desemprego	R\$ 42.111.741.966,00
0000 - Seguro Desemprego - Despesas Diversas	R\$ 0,00
0001 - Seguro Desemprego ao Trabalhador Dispensado sem Justa Causa (Lei nº 7.998, de 11/01/1990)	R\$ 36.982.989.924,00
0002 - Seguro Desemprego ao Trabalhador Doméstico (Lei nº 10.208, de 23/03/2001)	R\$ 729.302.773,00
0003 - Seguro Desemprego ao Trabalhador Resgatado de Condição Análoga à de Escravo (Lei nº 10.608, de 20/12/2002)	R\$ 9.130.152,00
0004 - Seguro Desemprego ao Pescador Artesanal (Lei nº 10.779, de 25/11/2003)	R\$ 4.229.717.984,00
0005 - Bolsa de Qualificação Profissional para Trabalhador (MP nº 2.164-41, de 24/08/2001)	R\$ 160.601.133,00
0581 - Abono Salarial	R\$ 24.008.589.387,00
0000 - Abono Salarial	R\$ 24.008.589.387,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 10/02/2023

Orçamento 2022

A recriação do MTP, pela [Lei nº 14.261, de 16 de dezembro de 2021](#), possibilitou a visualização da execução orçamentária apenas para o exercício de 2022.

Gráfico 52 - Execução do Orçamento MTP 2022 (até dezembro/22)



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 10/02/2023

Formação do Orçamento

A despesa obrigatória representou mais de 96% das despesas executadas pelo Órgão e unidades vinculadas, com destaque para a execução de Benefícios Previdenciários e a operacionalização do Seguro-Desemprego

Gráfico 53 - Formação do Orçamento

Resultado Primário - Atual (desc.)	Dotação Atual Ano Exercício 2022
0 - Financeira	R\$ 25.026.906.407,00
1 - Primária obrigatória, considerada no cálculo do RP	R\$ 887.479.515.361,00
2 - Primária discricionária, considerada no cálculo do RP	R\$ 9.747.976.548,00
6 - Primária discricionária, decorrente de emendas individuais, considerada no cálculo do RP	R\$ 2.962.908,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 10/02/2023

Perfil do Gasto por Finalidade

Pessoal e Encargos Sociais

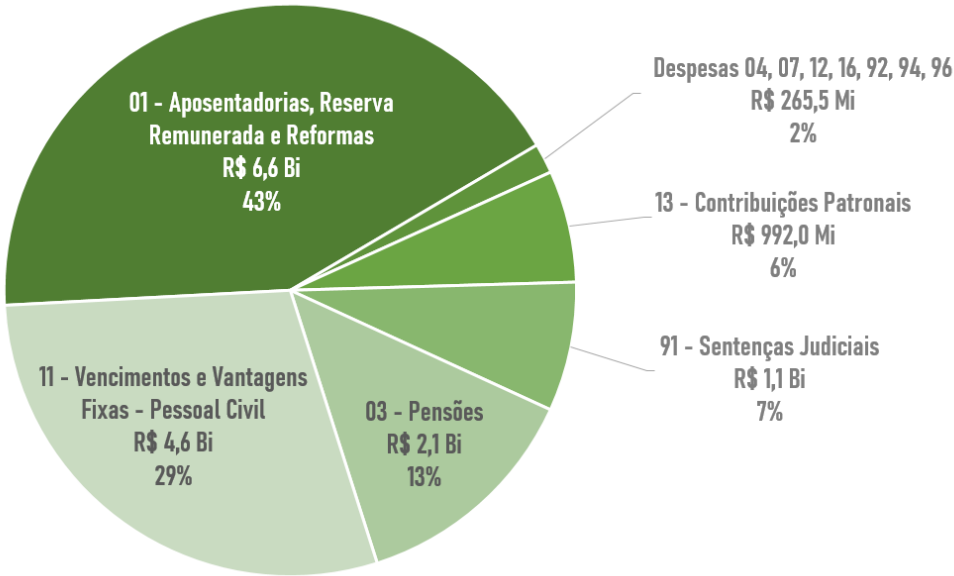
Especificamente quanto às despesas com pessoal e encargos sociais, o custeio com aposentadorias dos agentes públicos representou mais de 42,3% da despesa, seguido do pagamento de pensões, que correspondeu a 13,2%.

Tabela 16 - Pessoal e Encargos Sociais, empenhado em 2022

Elemento de Despesa (desc.)	Soma de Empenhado Ano Exercício 2022	
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	R\$	6.646.172.709,37
03 - Pensões	R\$	2.077.660.636,23
04 - Contratação por Tempo Determinado	R\$	32.486.326,86
07 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	R\$	22.233.670,33
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$	4.561.918.578,76
12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	R\$	29.012,69
13 - Contribuições Patronais	R\$	992.022.357,90
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$	123.573.672,34
91 - Sentenças Judiciais	R\$	1.145.557.701,50
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	R\$	22.507.212,67
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	R\$	462.443,27
96 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	R\$	64.242.795,73
Total	R\$	15.688.867.117,65

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 10/02/2023

Gráfico 54 - Pessoal e Encargos Sociais, percentual



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 10/02/2023

Perfil de Investimento

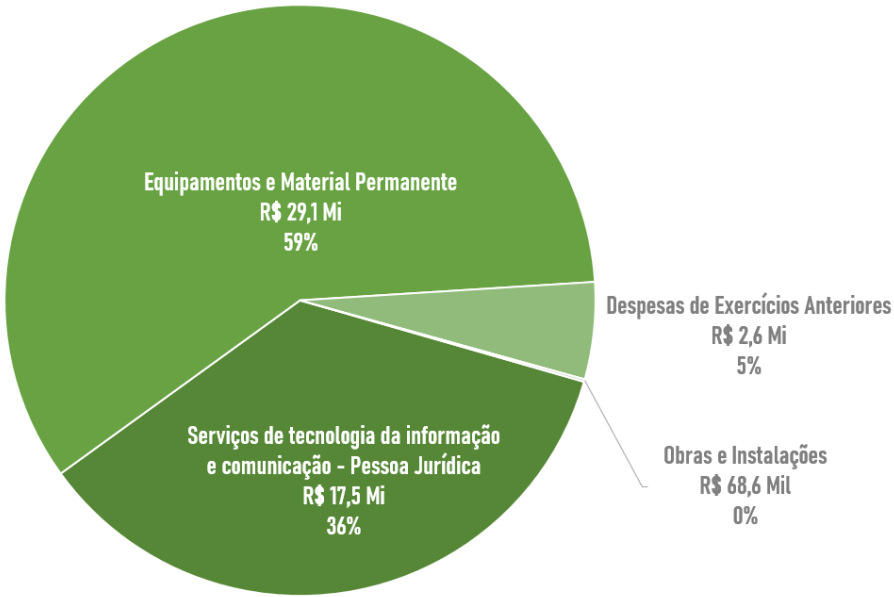
As despesas com Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) totalizaram R\$ 17,5 milhões em 2022 e representaram 35,51% dos gastos com investimento. A aquisição de material permanente, montante de R\$ 29 milhões, representou 58,9%.

Tabela 17 - Perfil de Investimento, empenhado em 2022

Elemento de Despesa	Empenhado Ano Exercício 2022	
Serviços de tecnologia da informação e comunicação - Pessoa Jurídica	R\$	17.543.423,37
Obras e Instalações	R\$	68.625,52
Equipamentos e Material Permanente	R\$	29.072.980,86
Despesas de Exercícios Anteriores	R\$	2.613.365,31
Total	R\$	49.298.395,06

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 10/02/2023

Gráfico 55 - Investimento - 2022



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 10/02/2023

Perfil - Outras Despesas Correntes

Entre as despesas correntes do MTP observa-se que a locação de mão de obra representou 29,7% do montante, contemplando despesas com contratos de prestação de serviços. Ainda, destacaram-se os serviços de TIC com 31,9%, nestes especialmente os valores com empresas públicas como a Dataprev e o SERPRO.

Gráfico 56 - Outras despesas correntes

Elemento de Despesa	Empenhado Exercício 2022	Gráfico	%
14 - Diárias - Civil	R\$ 39.382.772,87		1,5%
15 - Diárias - Militar	R\$ 274.162,58		0,0%
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	R\$ 344.127,61		0,0%
30 - Material de Consumo	R\$ 10.216.407,86		0,4%
32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	R\$ 11.974.120,00		0,5%
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 48.708.352,06		1,9%
35 - Serviço de Consultoria	R\$ 2.168.071,93		0,1%
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 128.202.131,67		4,9%
37 - Locação de Mão-de-Obra	R\$ 774.169.982,82		29,7%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 509.786.997,08		19,6%
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - Pessoa	R\$ 832.351.501,98		32,0%
41 - Contribuições	R\$ 29.391.222,66		1,1%
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 54.037.451,26		2,1%
48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R\$ 587.149,00		0,0%
91 - Sentenças Judiciais	R\$ 106.600,00		0,0%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 153.516.968,13		5,9%
93 - Indenizações e Restituições	R\$ 9.488.082,27		0,4%
96 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	R\$ 7.250,02		0,0%
Total	R\$ 2.604.713.351,80		100,0%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento SIOP - Extraído em 10/02/2023

Execução das Despesas Discricionárias – Orçamento Impositivo

Os valores alocados por parlamentares para o MTP foram de R\$ 2,9 milhões, que foram destinados, especialmente, para Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda com R\$ 1,1 milhão. Ainda, para a Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores, um montante de R\$ 1 milhão.

Execução Financeira no Plano Plurianual

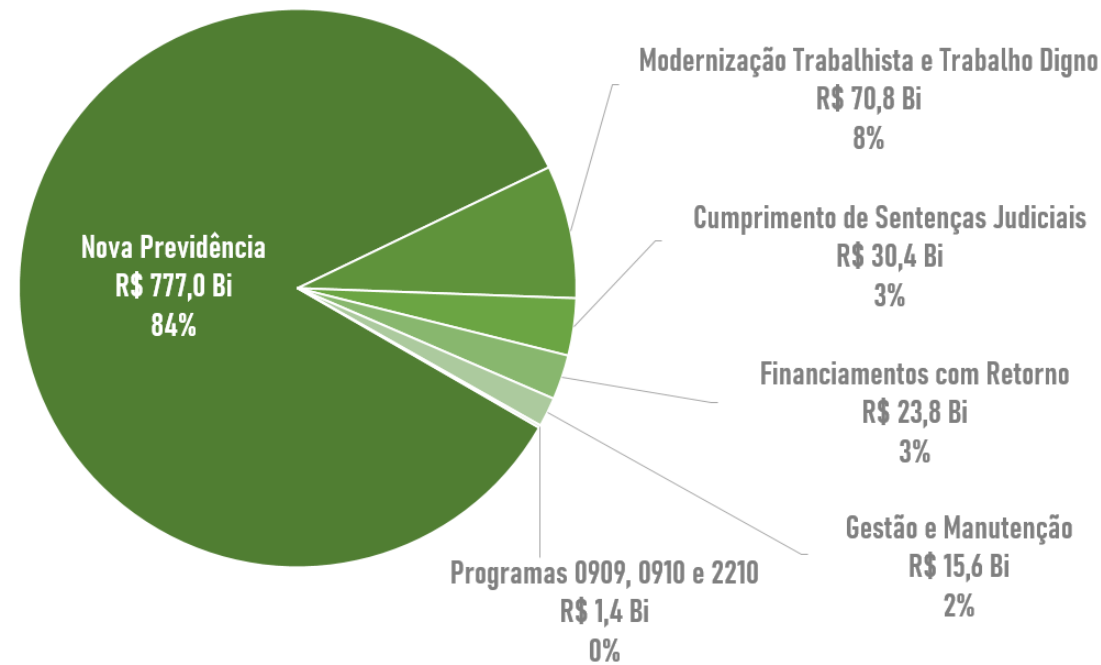
Quanto às programáticas do MTP, o programa temático Nova Previdência representa 84,5% do total das programáticas do Órgão.

Tabela 18 - Execução Financeira das Despesas Discricionárias do PPA

Programa	Soma de Empenhado Ano Exercício 2022
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	R\$ 15.638.413.337,84
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	R\$ 30.395.935.432,58
0902 - Operações Especiais: Financiamentos com Retorno	R\$ 23.847.127.344,00
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	R\$ 1.375.604.508,83
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	R\$ 1.039.241,32
2210 - Empregabilidade	R\$ 28.477.111,83
2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	R\$ 70.796.891.081,41
2214 - Nova Previdência	R\$ 777.025.592.139,73
Total	R\$ 919.109.080.197,54

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP - Extraído em 10/02/2023

Gráfico 57 - Execução Financeira das despesas discricionárias do PPA



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) - Extraído em 10/02/2023

Restos a Pagar

Devido à recriação do MTP em 2021, somente em 2022 ocorrerá a primeira inscrição de restos a pagar realizada pela entidade como órgão da União. Sendo assim, não há informações de avaliação sobre os restos a pagar.

Principais entregas

Desde a estruturação do MTP, por meio do [Decreto nº 11.068, de 2022](#), foram promovidos importantes ajustes visando ao cumprimento das diretrizes financeiras e orçamentárias.

Dentre as principais atividades realizadas em 2022, destacaram-se a emissão de relatórios mensais de execução orçamentária, relatórios diários de pagamentos efetivos e elaboração de ofícios/comunicados/notificações reiterando procedimentos e prazos a serem atendidos pelas unidades vinculadas. Todas essas medidas possibilitaram uma melhor programação das ações do Ministério.

Gestão de Custos

O MTP, em 2022, teve grande parte de sua execução orçamentária, financeira e patrimonial realizada pelo ME. Neste cenário, depara-se com a limitação de informações para implementação de qualquer modelo de custos.

Outro aspecto limitador, foi a ausência de pessoal na setorial de custos do MTP, figurando apenas um servidor até dezembro. Buscando solucionar esse problema, o MTP abriu processo de seleção e recebeu dois novos servidores para iniciar os trabalhos de custos no âmbito do Órgão.

Riscos, oportunidades e perspectivas na Gestão Orçamentária, Financeira e de Custos

A recente estruturação do MTP e as nomeações dos servidores em seus respectivos cargos, a partir de julho de 2022, configurou-se como um desafio.

Além disso, entre as questões mais importantes a serem resolvidas destacaram-se:

- A necessidade de criar estudos sobre riscos, entre os quais a análise do estoque de litígios judiciais, cujos impactos e probabilidades ainda não estão mapeadas;
- Implantação de um sistema de auditoria técnica do equilíbrio financeiro e atuarial de forma preventiva nos RPPS; e
- Gestão das entidades vinculadas que tornam o risco orçamentário e financeiro imprevisíveis, visto a necessidade de descentralizações rápidas de dotações de grande vulto.

Com relação aos riscos, historicamente, no que tange às entidades vinculadas, percebe-se grande precariedade nas previsões de gastos, sem a devida formação de fundos para mitigar os impactos de erros de planejamento. Pode-se propor a possibilidade de acordos de cooperação técnica com as entidades para que se melhore o entendimento sobre o ambiente e a forma em que se fazem tais previsões.

Por fim, dado que esta Pasta tem menos de um ano de formação, ainda não há auditorias dos órgãos de controle que possam nortear procedimentos mais assertivos no que se refere à atuação na gestão do orçamento deste Órgão.

3.2. Gestão de Pessoas

Conformidade

O MTP observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle, sendo a [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), a que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

Assim, o MTP segue o ordenamento dos atos de composição do Governo Federal, principalmente as normas publicadas pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do ME, órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), e ainda emite atos internos de gestão, quando necessário.

Tabela 19 – Quantidade de normativos observados no âmbito da DGP

Leis	Decretos	Portarias	Notas	Outros ¹	Total
73	70	61	87	107	398

¹Instruções e orientações normativas; resoluções, pareceres, súmulas, ofícios circulares, comunicações do Siape, entre outros.

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/SGC/MTP

A avaliação da conformidade nos processos de Gestão de Pessoas é realizada por meio de acompanhamento periódico. Os responsáveis pelos órgãos da Administração Pública e pelas unidades pagadoras declaram anualmente a observância às normas e o cumprimento dos tópicos indicados.

Apontamentos de Órgãos de Controle

No segundo semestre de 2022, foram enviados 6 registros de demissão para controle de registro de informações no sistema “e-Pessoal” (atos de pessoal). Resta pendente a revisão e atualização das contratações e rescisões de 100 temporários contratados no primeiro semestre de 2022, sob a gestão do ME à época.

Quanto ao atendimento às determinações e recomendações dos Órgãos de Controle, em relação às informações dos indícios de apurações indicados pelo TCU no sistema “e-Pessoal”, constam 698 registros de conclusão de análise que envolvem os seguintes assuntos:

- auxílio-creche pago em duplicidade;
- pensão civil sem ato de concessão;
- inativo sem ato de concessão de aposentadoria;
- inobservância do teto constitucional para pensionistas que possuem outro vínculo público;
- servidor/empregado mantido em folha de pagamento, apesar de o respectivo ato de admissão ter sido julgado ilegal ou inepto;
- servidor/empregado mantido em folha de pagamento como inativo, apesar de o respectivo ato de aposentadoria/reforma ter sido julgado ilegal ou inepto;

- auxílio alimentação pago em duplicidade;
- remuneração acima do teto;
- acumulação irregular de cargos, bem como o recadastramento dos atos de pessoal também no grupo indícios;
- ato de pessoal avocado do controle interno devolvido ao gestor de pessoal para ser reenviado pelo sistema e-pessoal;

No segundo semestre de 2022, foram validados e respondidos ao TCU 40 indícios.

Publicidade

Todas as concessões de licenças e benefícios concedidos pelo MTP encontram-se publicadas em atos oficiais no Diário Oficial da União e Boletim de Gestão de Pessoas do Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe), sem pendências de conformidade.

Transparência e acesso à informação

Além de publicar os atos de pessoal do MTP, as informações de pessoal do Ministério encontram-se disponibilizadas nos sites do [Painel Estatístico de Pessoal](#) e [Portal da Transparência](#).

Detalhamento da Despesa de Pessoal

Evolução Detalhada da Despesa de Pessoal

Remuneração da força de trabalho

A força de trabalho no MTP, em 2022, foi composta por carreiras estruturadas na Administração Pública Federal, conforme demonstrativo.

Gráfico 58 – Remuneração do teto das carreiras, quantidade de servidores e percentual por carreira

Remuneração	Carreira	Servidores
R\$ 30.303,62	Auditor Fiscal do Trabalho	1.958 22,60%
R\$ 20.765,56	Perito Médico Federal	3.383 39,05%
R\$ 15.208,69	Analista Técnico de Políticas Sociais	36 0,42%
R\$ 13.184,99	Cargos Específicos	10 0,12%
R\$ 8.924,74	Previdência Saúde e Trabalho – NS	237 2,74%
R\$ 8.924,74	Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – NS	4 0,05%
R\$ 8.753,56	Ciência e Tecnologia – N	1 0,01%
R\$ 4.514,23	Previdência Saúde e Trabalho – N	2.986 34,46%
R\$ 4.514,23	Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – N	17 0,20%
R\$ 3.451,40	Seguridade Social – N	2 0,02%
R\$ 3.224,94	Cargos de Nível Intermediário do PCC – N	30 0,35%

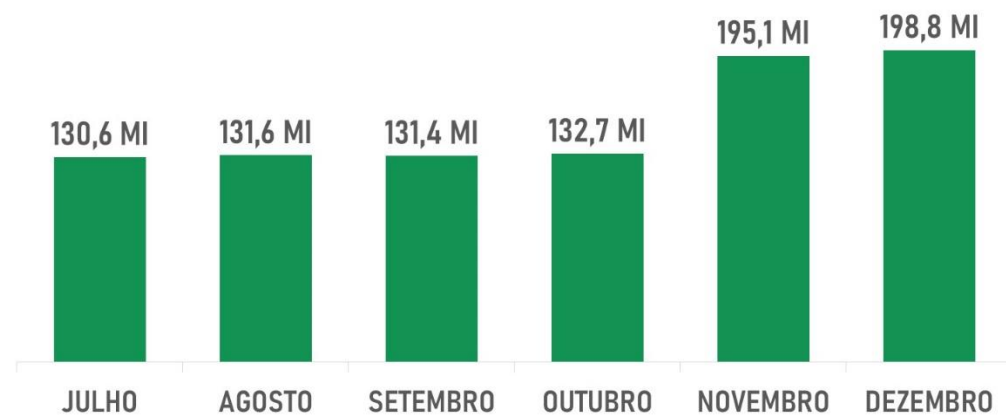
Tabela de remuneração e subsídios do MP. Os valores considerados são referentes aos tetos das carreiras. N = Nível Intermediário, NS = Nível Superior

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE/MTP

Folha de pagamento de pessoal

No período de julho a dezembro de 2022, as despesas de pessoal (ativos) oscilaram, mensalmente, entre R\$ 130,1 bilhões e R\$ 198,8 bilhões.

Gráfico 59 - Despesas da folha de pagamento de pessoal



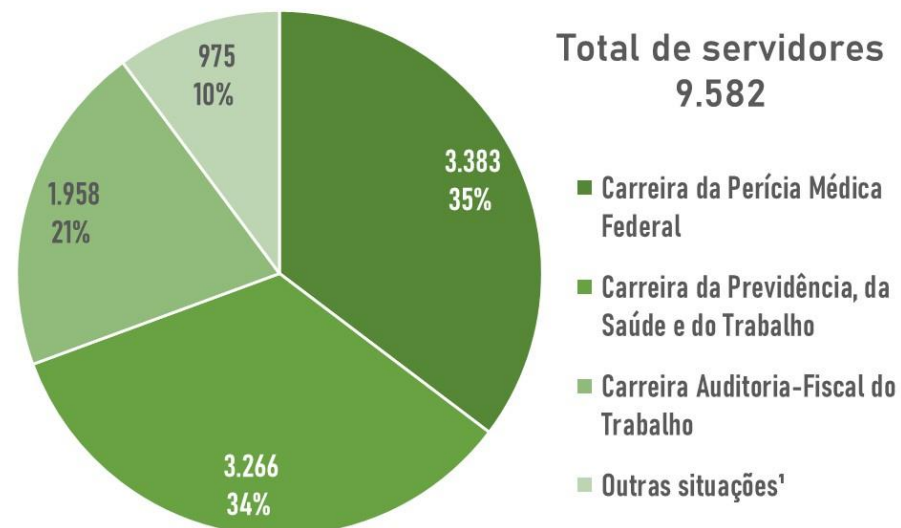
Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI

Avaliação do Quadro de Pessoal

Evolução-Força de Trabalho

A força de trabalho do MTP é composta por 9,6 mil servidores, com a seguinte distribuição:

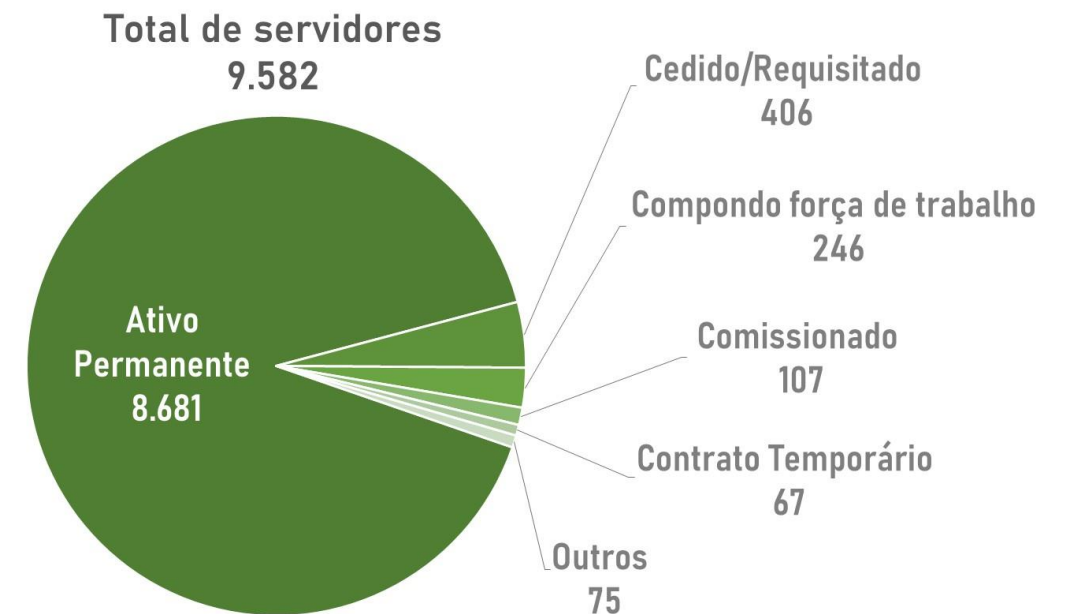
Gráfico 60 - Distribuição dos servidores por carreira



¹Cedidos, requisitados, movimentados para compor força de trabalho, anistiados, temporários, e outros cargos e carreiras que não integram o MTP.

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE

Gráfico 61 - Situação funcional dos servidores



Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE

De julho a dezembro de 2022, houve um decréscimo de 153 servidores, decorrente de aposentadorias, óbitos e exoneração pedido, tornando os cargos vagos.

Gráfico 62 - Total de servidores em atividade



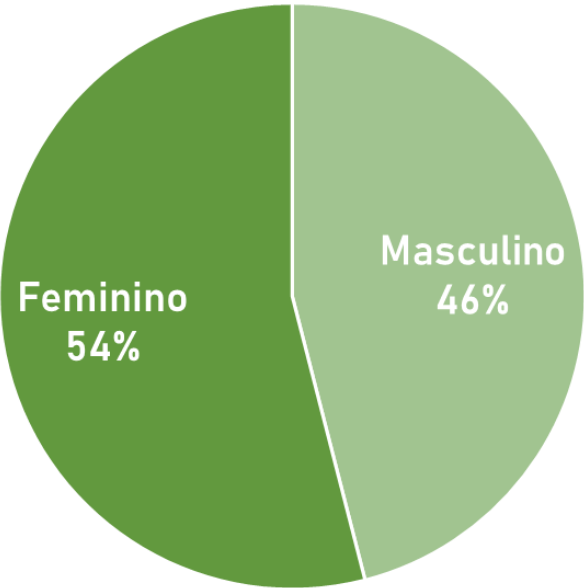
Fonte: Painel Estatístico de Pessoal do Portal de Dados abertos do Governo Federal - URL: painelpep.qvw.planejamento.gov.br/

Diagnóstico da Força de Trabalho

Perfil dos servidores

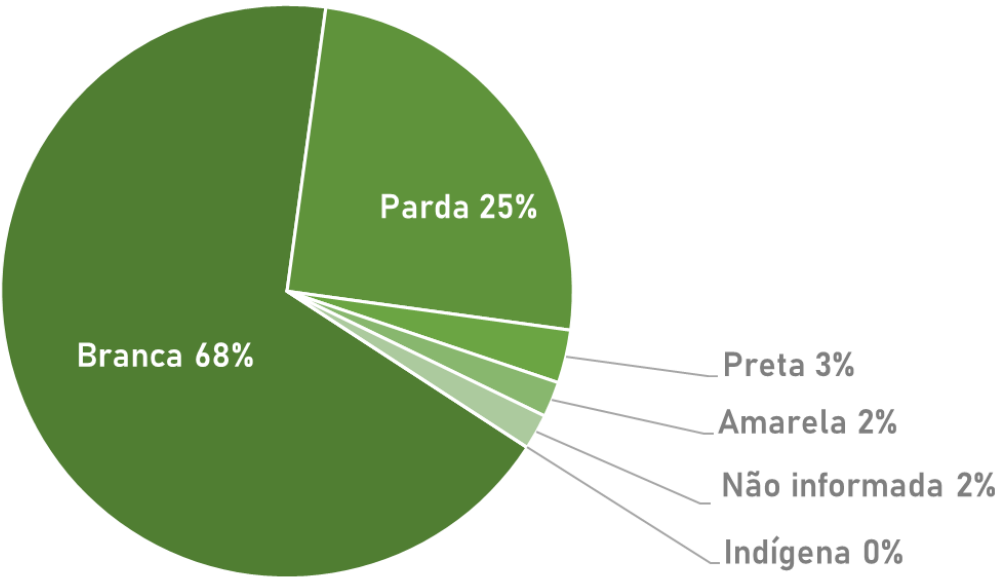
Gênero e raça

Gráfico 63 - Servidores por gênero



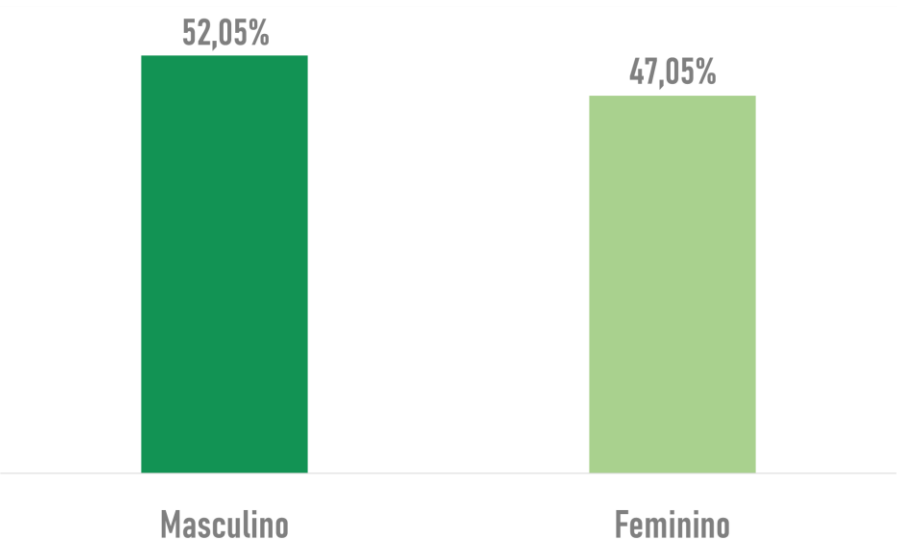
Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE

Gráfico 64 - Servidores por raça



Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE

Gráfico 65 - Proporção dos homens e das mulheres em cargos comissionados ou funções gratificadas em relação à população em cada gênero

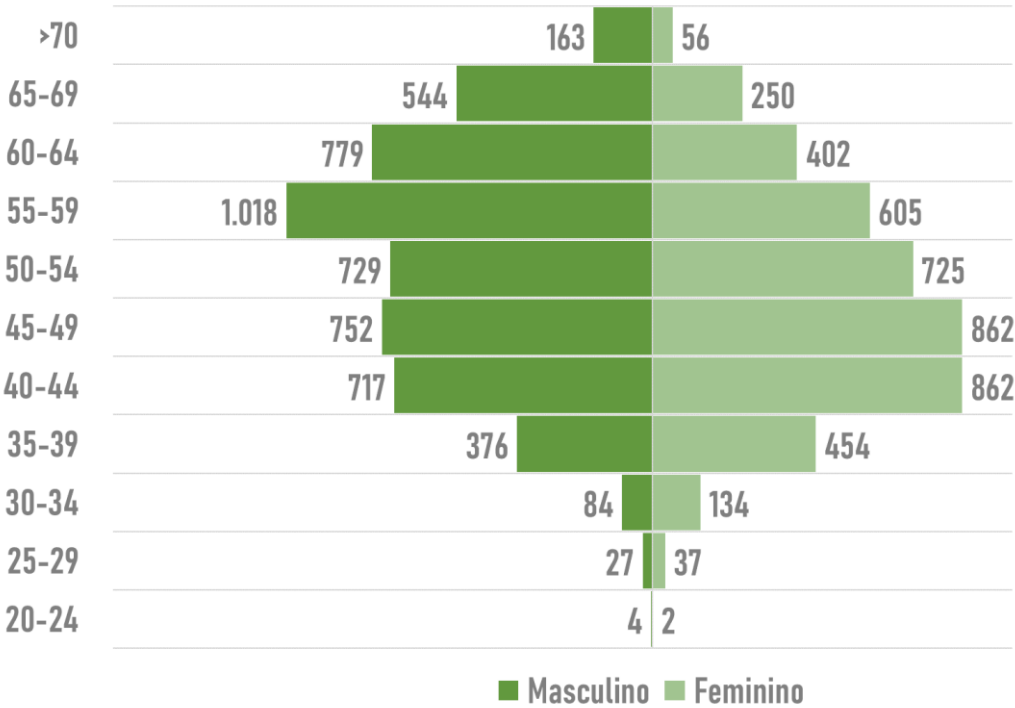


Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE

Faixa etária dos servidores

A maior parte dos servidores encontra-se na faixa etária de 50 a 64 anos de idade.

Gráfico 66 - Distribuição dos servidores por faixa etária



Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE

Portadores de deficiência

Nas carreiras do MTP, 209 servidores são portadores de deficiência, em atendimento ao que prevê a [Lei nº 8.112/1990](#), e o [Decreto nº 3.298, 20 de dezembro de 1999](#).

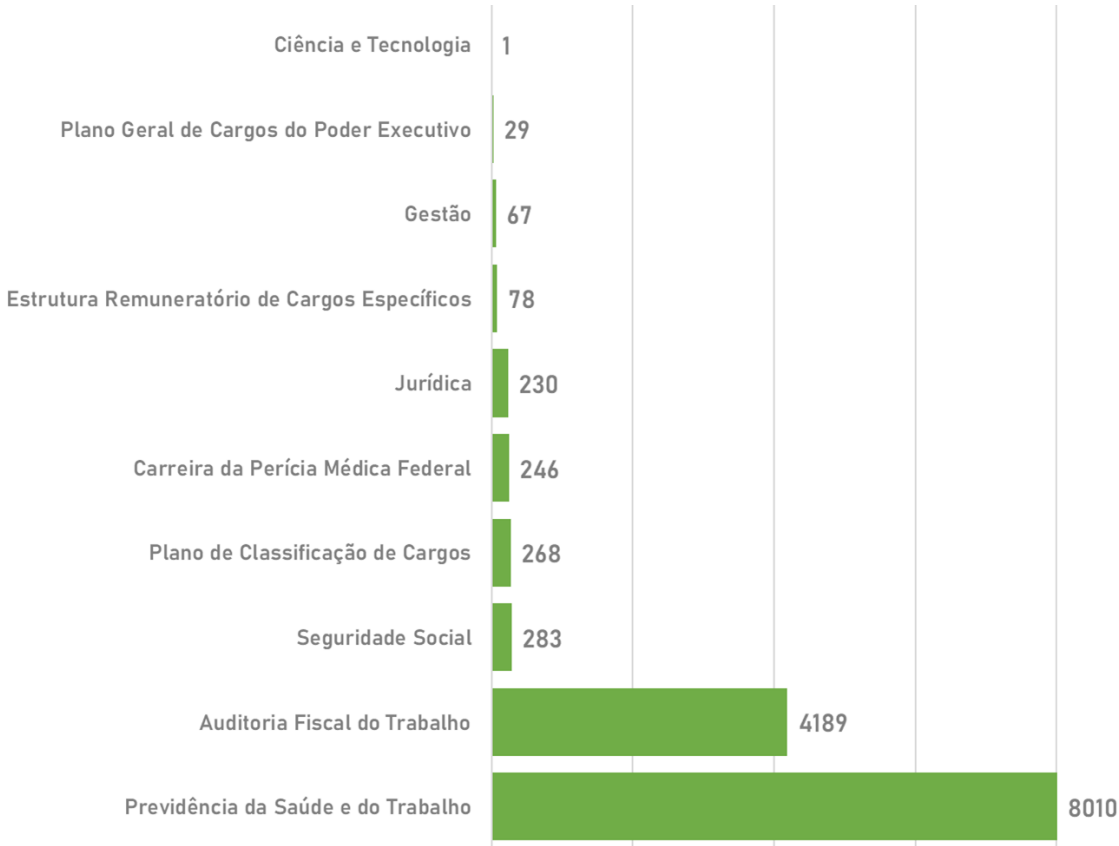
Ocupação dos cargos gerenciais

Em 2022, dos 1,9 mil cargos em comissão, Cargo Comissionado Executivo (CCE) ou Função Comissionada Executiva (FCE), 1,6 mil estiveram ocupados por servidores de carreira, 107 por servidores sem vínculo e 224 ficaram temporariamente vagos. Os 4 cargos em comissão CCE de níveis 17 e 18 foram ocupados por servidores de carreira.

Inativos por carreira

O MTP possui uma folha de inativos de 13,4 mil aposentados, distribuídos nas carreiras da pasta ministerial, sendo 8 mil da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho, 4,2 mil da Carreira de Auditor Fiscal, 268 do Plano de Classificação de Cargos (PCC), 283 da Seguridade Social, 230 Jurídica, 246 Carreira da Perícia Médica e 187 de outras carreiras.

Gráfico 67 - Servidores inativos por carreira



Fonte: Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE

Contratação Temporária

Para atender à necessidade do serviço, foi autorizado e realizado processo seletivo para contratação, por tempo determinado, de 100 profissionais para desempenhar as atividades previstas na alínea "i" do inciso VI do art. 2º da [Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993](#), relativa à prestação de contas e à TCE.

Processos Seletivos

Foram solicitadas ao ME autorizações para realização de concursos públicos para provimento de 4,6 mil vagas existentes nas Carreiras Administrativas (260 Agentes Administrativos, 250 Administradores, 25 Economistas, 25 Contadores, 20 Estatísticos e 15 Analistas Técnico de Políticas Sociais), 2,4 mil servidores para a Carreira de Perito Médico Federal e 1,6 mil para a Carreira de Auditoria Fiscal do Trabalho.

Também foram solicitadas autorizações de concurso para a Previc, Fundacentro e INSS. Registra-se que apenas o INSS teve êxito no pleito com a autorização para realização de certame com vistas ao preenchimento de mil vagas de nível médio.

Destaca-se também, como estratégia para o provimento da força de trabalho do MTP, a publicação de editais de oportunidades, visando a movimentação de servidores efetivos de outros órgãos e/ou empregados públicos para atuação neste Ministério, por meio da prerrogativa de requisição. Assim, foram realizados 6 processos seletivos com ampla divulgação, por meio da Plataforma Digital do Governo Federal "SOU GOV.BR Oportunidades".

Além disso, importa registrar que o insuficiente quantitativo de servidores no MTP impacta diretamente no cumprimento de sua missão institucional. Vale ressaltar o elevado número de processos represados, aguardando análise. Exemplificando, os processos oriundos do ME relacionados à Saúde do Servidor, tais como concessão de adicional de insalubridade, solicitação de agendamentos de perícias médicas e análise de requerimentos para fins de comprovação de pagamento de plano de saúde e ressarcimento de per capita.

Gestão do programa de Estágio Curricular

Em 2022, o MTP destinou 23 vagas de estágio de nível superior e médio em várias unidades administrativas que compõem sua estrutura organizacional, inclusive em suas unidades descentralizadas nos estados.

Avaliação de Desempenho

A remuneração dos servidores da carreira específica do MTP possui uma parcela variável, que tem como função estimular o servidor na busca da melhoria contínua de performance.

O desempenho dos servidores é aferido anualmente por meio de processo regular, utilizando como referência as metas de desempenho institucional e individual definidas para cada ciclo avaliativo.

A metodologia de avaliação dá ênfase especialmente às premissas voltadas para o foco em resultados e à perspectiva de trabalho sistêmico e cooperativo, trazendo subsídios à política de gestão de pessoas no estabelecimento de programas, projetos e ações.

A avaliação de desempenho das carreiras do MTP do ciclo de 01/10/2021 a 30/09/2022 foi finalizada com a repetição das notas apuradas no último ciclo avaliativo do qual o servidor tenha

participado, sido avaliado e que tenha gerado efeitos financeiros, devido à falta de tempo hábil para estabelecer os novos fluxos de trabalho, após a criação do Ministério. Assim, para que não houvesse prejuízo, o servidor permaneceu percebendo a respectiva gratificação correspondente às notas apuradas no último ciclo avaliativo do qual tenha participado, conforme manifestação da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, por meio da Nota Técnica nº 19.394/2022 (processo SEI 19955.100642/2022-71).

Progressão Funcional

A avaliação de desempenho gera insumos para a progressão funcional e promoção dos servidores do MTP, visto que um dos requisitos é ter, respectivamente, avaliação superior a 80% e 90%.

Em cada exercício, inicia-se o processo de progressão/promoção de todos os servidores ativos que não estão posicionados no topo da carreira. Em 2022, houve 1,6 mil progressões e 850 promoções (progressões verticais).

Desenvolvimento de Pessoal

Em 2022, a dotação orçamentária para o Programa de Trabalho 04.122.0032.2000.0001 – Plano Orçamentário TR01 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, destinado à execução das necessidades de desenvolvimento previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP 2022), foi da ordem de R\$ 706,3 mil.

Os cursos com ônus foram ofertados pelo MTP mediante a contratação de instituições privadas, execução direta por meio de instrutores internos com pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC), parceria com outros órgãos, bem como contratação junto à Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

No caso das bolsas de Pós-Graduação Stricto Sensu, foram ofertadas em parceria com o ME 3 vagas no Mestrado Profissional em Administração Pública – MAP-FGV, executado pela Fundação Getúlio Vargas. As referidas bolsas foram custeadas com recursos de 2021, tendo as aulas do curso se iniciado em agosto de 2022.

Em relação às bolsas de Pós-Graduação Lato Sensu, foram ofertadas em parceria com a ENAP um total de 50 vagas no MBA em Gestão Pública. As aulas do curso estão previstas para iniciarem em fevereiro de 2023.

Desenvolvimento de pessoas

Conforme o quadro abaixo, o valor efetivamente executado, até dezembro de 2022, foi de R\$ 706,3 mil, o que representa 124% do orçamento disponibilizado no exercício. Ainda, segundo o quadro demonstrativo, foram capacitados 2,09 mil servidores, o que representa 21,87% da força de trabalho do MTP.

Tabela 20 – Valores executados do orçamento em capacitação dos servidores (até dezembro de 2022)

Tipo	Investimentos	Nº Servidores	Presencial	EaD	Horas
Cursos com ônus	R\$ 706.366,21	1.104	419	685	215.864
Cursos sem ônus	-	962	948	14	27.170
Licenças para Capacitação	-	17	1	16	4.606
Afastamento para Estudo	-	11	11	-	2.849
Total	R\$ 706.366,21	2.094	1.379	715	250.489

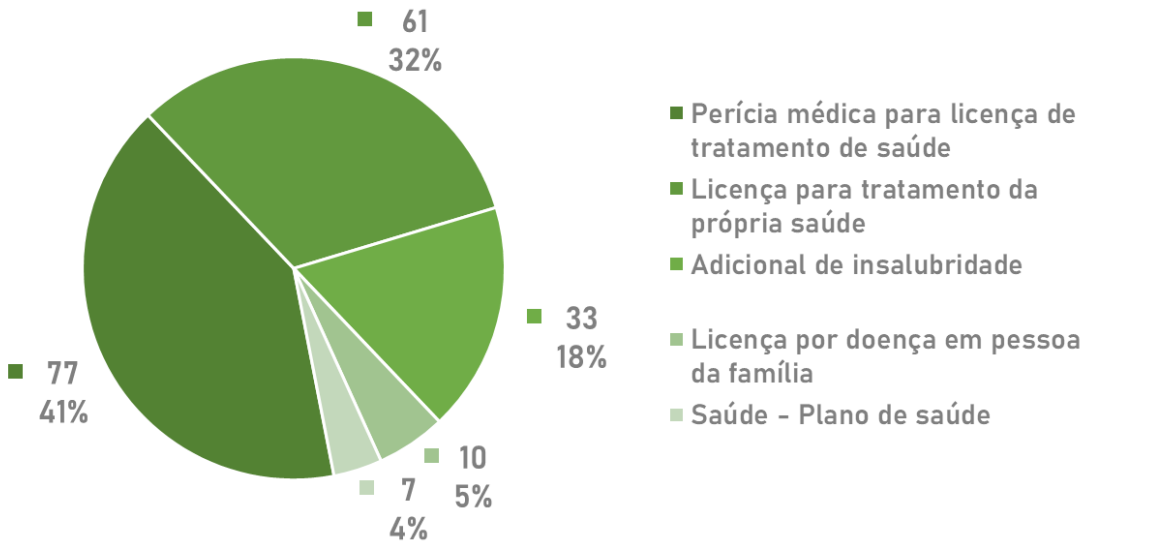
Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/SGC/MTP

Promoção à Saúde e Qualidade de Vida

Em 2022, foram priorizadas as ações de saúde ao servidor com encaminhamentos de solicitações de agendamentos de perícias para os estados, concessão de adicional de insalubridade para os peritos médicos, análise de requerimentos relacionados a saúde suplementar como adesão, cancelamento, migração, inclusão/exclusão de dependentes e ressarcimento de planos de saúde.

Importante destacar, que a ausência de perícias para avaliar os afastamentos dos servidores precisa ser tratado com atenção pela administração, visto que existem aproximadamente 3,2 mil demandas de atestados pendentes de análise.

Gráfico 68 – Quantidade de processos de saúde do servidor analisados no Sistema Eletrônico de Informações – 2022



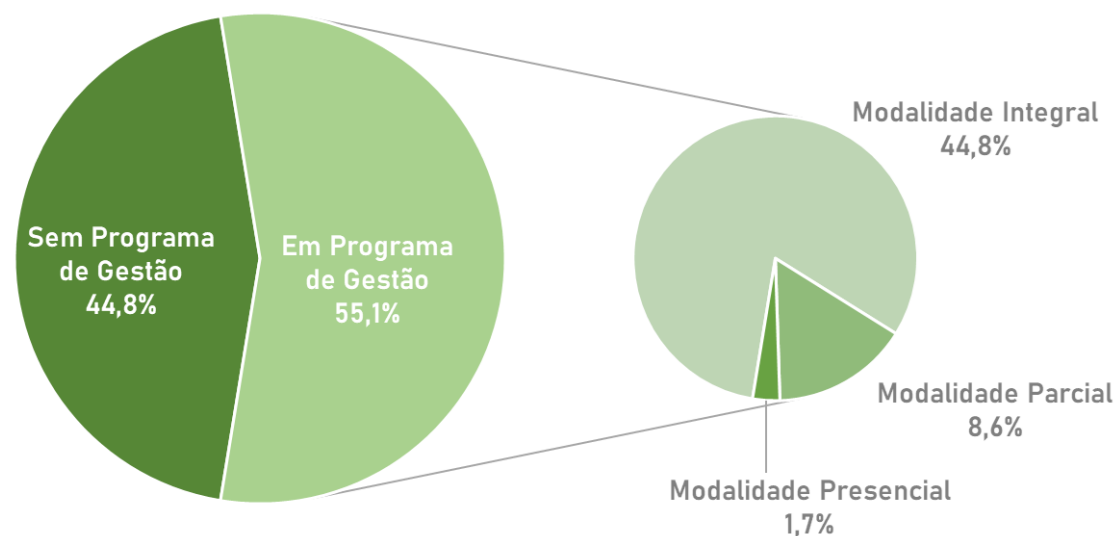
Fonte: Sistema Eletrônico de Informações – SEI

Programa de Gestão

No MTP o Programa de Gestão foi autorizado pela Portaria [MTP nº 886, de 6 de dezembro de 2021](#) e instituído por meio da [Portaria Conjunta SE/SPREV/STRAB/MTP Nº 1, de 10 de março de 2022](#), e [Portaria MTP Nº 1.566, de 6 de julho de 2022](#), que estabeleceram os procedimentos gerais para a sua execução e se apresentaram como um importante instrumento de administração da política de pessoal a fim de possibilitar melhor gerenciamento da produtividade por meio da promoção da cultura orientada para resultados e pelo incremento da eficiência, além de proporcionar melhoria na qualidade de vida dos participantes.

Aproximadamente 55% dos servidores das áreas da Administração Central aderiram ao programa de gestão, sendo 44,8% no programa integral, 8,6% no programa parcial e 1,7% no programa presencial.

Gráfico 69 - Servidores da Administração Central em Programa de Gestão - por forma de trabalho



Fonte: Sistema Eletrônico de Informações - SEI

Riscos, oportunidades e perspectivas na Gestão de Pessoas

Dentre os principais riscos do MTP, encontra-se o acompanhamento do Programa de gestão, por se tratar de um desafio que requer constante acompanhamento pelas chefias para aferição de entregas, produtividade e capacitação dos gestores para atuar no formato de equipes mistas.

A avaliação de desempenho dos servidores do MTP está sendo realizada em formulários disponibilizados no sistema SEI, o que demanda trabalho e dificulta a extração de relatórios gerenciais. Há necessidade de adoção de um sistema informatizado de avaliação de desempenho, a fim de otimizar a execução das diretrizes estabelecidas pela legislação e facilitar a gestão, acompanhamento, execução e elaboração de relatórios.

Ainda, é necessário promover a regulamentação dos atos de pessoal próprios do MTP, visto que algumas áreas ainda se utilizam de regramentos gerais do ME, tais como critérios para pagamento de GECC, bem como regulamentar as gratificações e progressões das carreiras.

Quanto ao retorno das perícias de servidor - SIASS, desde 2020, não foram realizadas perícias médicas nos servidores que se afastaram por motivo de doença. Foi editada uma Portaria retomando o serviço, em forma de piloto, apenas para servidores do INSS. Entretanto, o piloto ainda não está realizando as perícias efetivamente e, na prática, os servidores que se afastaram em decorrência de atestados médicos não foram avaliados.

O risco consiste em afastamentos potencialmente indevidos sem a adequada avaliação, prejudicando registros laborais de adoecimento do quadro de servidores.

Sobre as definições acerca da elaboração e aplicação do Perfil Profissiográfico Previdenciário e Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho, cada unidade precisa ter uma análise própria. Contudo, por indefinições normativas e falta de fluxo, essas avaliações não foram realizadas em 2022. O impacto ocorre no momento de fazer o enquadramento dos profissionais em categorias especiais (tempos diferentes para aposentadoria) e, também na definição e pagamento de insalubridade. Essa demanda também tem gerado ações judiciais pleiteando esse enquadramento.

Durante a transição das atividades do ME para o recriado MTP, foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica - ACT nº 91/2022 (processo SEI 10199.103702/2022-41), com finalidade de cooperação mútua entre os entes na fase inicial da composição das equipes de trabalho e repasse gradual das atividades e conhecimentos que foram agregados no ME.

O ACT centralizou no ME algumas atividades de logística e pessoas do MTP, e, para tanto, contou com a movimentação de servidores do MTP para o ME.

Em meados de outubro de 2022, foi identificada a necessidade de incremento de atividades no ACT, haja vista que as atividades ainda não estavam totalmente absorvidas pelas unidades administrativas do MTP, necessitando de suporte operacional, sob risco de descontinuidade de serviços.

Diante disso, foi firmado o Apostilamento nº 1/2022, com seu extrato publicado no DOU em 3 de novembro de 2022, com a atualização da lista de atividades e do rol de servidores do MTP com exercício deslocado ao ME.

O prazo inicial do ACT é de 5 anos e ele é considerado essencial para que não ocorram descontinuidades e prejuízos administrativos nos serviços operacionalizados.

O desafio é manter os servidores e serviços vinculados ao ACT nos próximos anos, garantindo a força de trabalho suficiente para fazer frente às demandas pelos serviços.

3.3. Gestão de Licitações e Contratos

A gestão de contratações do MTP tem por objetivo principal assegurar a continuidade das suas principais atividades, como a manutenção do pagamento dos benefícios do Abono Salarial e Seguro-Desemprego. Ainda, no ano de 2022, contemplou os benefícios emergenciais criados pela [Emenda Constitucional nº 123, de 14 de julho de 2022](#), aos Caminhoneiros e Taxistas.

Tabela 21 – Detalhamento dos Gastos com Funcionamento Administrativo

Objeto	Valor	Objeto	Valor
Locação de imóveis	R\$ 1.454.922,64	Telefonia móvel	R\$ 2.828,00
Energia e Água	R\$ 1.591.670,35	Combustível	R\$ 200.237,00
Apoio técnico administrativo/secretariado	R\$ 12.127.506,00	Manutenção de veículos	R\$ 352.920,00
Vigilância e brigada	R\$ 8.201.710,79	Transportadora	R\$ 100.599,00
Limpeza	R\$ 1.745.384,88	Manutenção de elevadores	R\$ 33.735,00
Manutenção de bens móveis e imóveis	R\$ 3.347.711,28	TV assinatura	R\$ 10.796,00
Locação de máquinas	Sem informação*	Técnico telefonia	R\$ 66.033,00
Diárias e Passagens	Sem informação*	Manutenção eletrônica	R\$ 96.653,40
Crachá	R\$ 16.400,00	Tradução	R\$ 65.000,00
Tratamento documental	R\$ 4.660.000,00	Eventos	R\$ 98.000,00
Carimbos	R\$ 4.800,00	Degração	R\$ 130.000,00
Almoxarifado virtual	R\$ 90.000,00	Sala cofre	R\$ 809.200,82
Taxi Gov	R\$ 50.000,00	ECT	R\$ 335.000,00
		Total Geral	R\$ 35.591.108,16

* São geridos pelo ME

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos/DAFC/SGC/SE

Situação dos contratos do MTP em 2022

Em 2022, a gestão de contratos no âmbito do MTP foi realizada de forma compartilhada com o ME, conforme disposto no [Decreto nº 11.036, de 7 de abril de 2022](#). Os contratos ainda vigentes foram executados pelo ME, considerando o período de transição estabelecido para a transferência de atividades, processos administrativos e contratos.

Tabela 22 – Situação dos contratos em 2022

Situação	Qtd de Contratos	Valor Estimado/Empenhado
Contratos Compartilhados	43	R\$ 19.238.035,55
Contratos de Responsabilidade do MTP	58	R\$ 1.597.421.787,07
Total	101	R\$ 1.616.659.822,62

Fonte: Coordenação-Geral de Licitações e Contratos/DAFC/SGC/SE

Os contratos, cuja execução foi compartilhada entre o ME e o MTP, foram destinados, primariamente, à manutenção e à prestação de serviços da sede do Ministério.

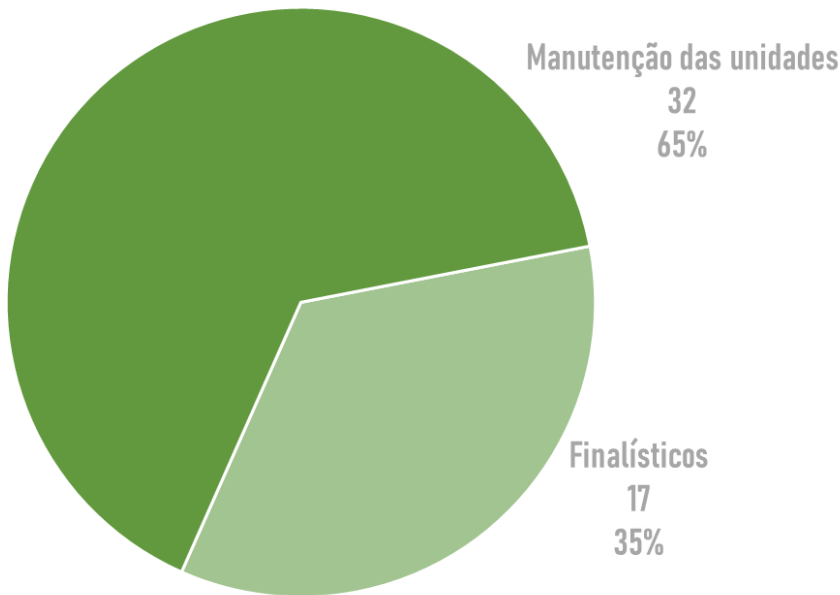
Os contratos sob responsabilidade integral do MTP destinaram-se a atender necessidades de manutenção das unidades, bem como as competências finalísticas da Pasta. Nesse escopo, destacaram-se como contratos de maior vulto:

Tabela 23 – Principais contratos sob responsabilidade integral do MTP

Contrato	Objeto	Valor Anual Estimado	% do total contratado pelo MTP
09/2018 – Caixa Econômica Federal	Prestação de serviços de habilitação e identificação dos trabalhadores com direito ao Abono Salarial, vinculados ao Programa PIS/PASEP	R\$ 509.522.693,03	31,52%
17/2021 – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (DATAPREV)	Execução de serviços técnicos especializados de tecnologia da informação e comunicações – TIC – para atender as necessidades do Ministério da Economia	R\$ 529.984.940,10	32,78%
11/2021 – Caixa Econômica Federal	Operacionalização dos pagamentos do benefício Seguro-Desemprego	R\$ 324.748.206,80	20,09%
Total		R\$ 1.364.255.839,93	84,39%

Fonte: Coordenação-Geral de Licitações e Contratos/DAFC/SGC/SE

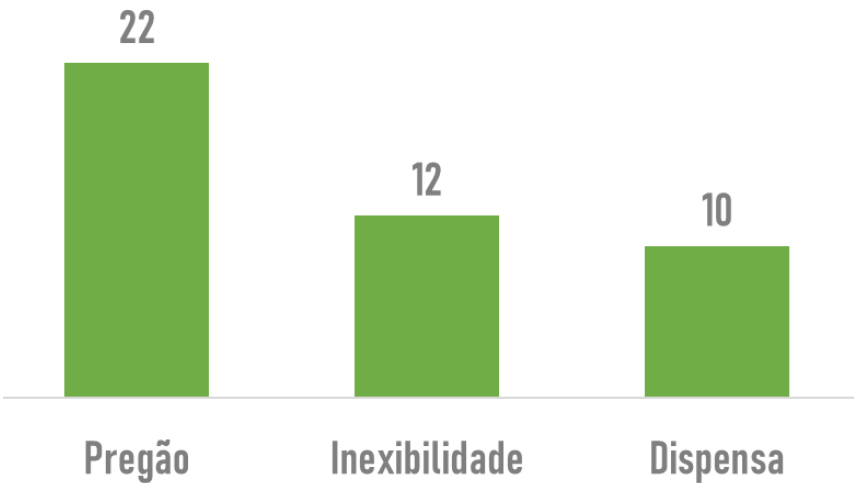
Gráfico 70 – Contratos sob responsabilidade do MTP



Fonte: Coordenação-Geral de Licitações e Contratos/DAFC/SGC/SE

Referente ao planejamento de contratações, foram iniciados 46 novos processos de contratações destinados a atender às necessidades do MTP no exercício de 2023.

Gráfico 71 – Contratações planejadas 2022–2023



Fonte: Coordenação-Geral de Licitações e Contratos/DAFC/SGC/SE

Principais entregas

- Emissão de 40 Portarias de Equipe de Planejamento da Contratação;
- Emissão de 62 Portarias de Fiscalização de Contratos;
- Elaboração de 20 Termos Aditivos;
- Efetivação de 6 reajuste/repactuação de Contratos;

3.4. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Em 2022, a gestão patrimonial do MTP teve como foco principal a implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), obrigatório em toda a Administração Pública Federal, para controle dos bens móveis. O referido sistema já está sendo utilizado na sede, bem como encontra-se disponível para utilização nas unidades descentralizadas.

O patrimônio imóvel sob gestão do MTP compreende os seguintes edifícios:

- Edifício Sede do Bloco F da Esplanada dos Ministérios em Brasília;
- Centro de Referência do Trabalhador (SIA Trecho 03, Lote 1240, Brasília)
- Superintendência Regional do Trabalho no Distrito Federal (SEPN 509, Bloco E)

- Emissão de 19 minutas de instrumentos contratuais.

Riscos, oportunidades e perspectivas na Gestão de Licitações e Contratos

Dentre os principais desafios enfrentados em 2022, destacaram-se:

- Recomposição da força de trabalho e capacitação dos servidores no que tange a planejamento de contratações, gestão e fiscalização contratual;
- Realização da adequada gestão e fiscalização dos contratos administrativos;
- Implementação de uma estrutura para a realização da fiscalização administrativa dos contratos de TI;
- Elaboração de artefatos para instrução de processos de contratação; e
- Implantação de uma rotina eficiente na gestão da administração predial e serviços gerais.

No que se refere aos riscos na gestão de licitação e contratos, ressaltaram-se:

- Falta de servidores capacitados para a realização dos planejamentos das contratações e consequentemente para a gestão e fiscalização contratual, refletindo em um maior tempo para as entregas dos planejamentos das contratações;
- Demandas reprimidas;
- Dependência de contratos compartilhados com o ME.

Para reduzir esses riscos, foi realizado processo seletivo para servidores lotados em outros órgãos. Todavia, esse recurso não foi suficiente para suprir as necessidades da gestão, visto que há grande resistência dos órgãos em ceder seus servidores.

Tabela 24 – Valor do patrimônio imóvel

Patrimônio imóvel		
Terreno*	R\$	2.640.600,11
Benfeitoria*	R\$	38.302.822,54
Unidades descentralizadas	R\$	180.421.392,46
Total do patrimônio imóvel	R\$	221.364.815,11

* Valor referente ao imóvel da Sede do MTP (Bloco F).

O Centro de Referência do Trabalhador pertence ao patrimônio do ME

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET (Imóvel Sede) e Sistema Integrado de Administração Financeira- SIAFI (Unidades descentralizadas)

Tabela 25 - Investimentos

Investimentos		
Equipamentos	R\$	571.050,00
Obras e instalações	R\$	76.616,04
Total de investimentos	R\$	647.666,04

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL/DAFC/SGC

Tabela 26 - Imóveis locados

Locação de imóveis	
Quantidade de imóveis locados	1
Valores gastos com locações de imóveis	R\$ 1.454.922,64
Valores gastos com locações de equipamentos	R\$ -

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL/DAFC/SGC

Tabela 27 - Gastos com administração predial

Administração Predial	
Quantidade de prédios geridos	3
Valor gasto com serviços/manutenção predial	R\$ 10.048.891,19

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL/DAFC/SGC

Desfazimento de ativos

3.5. Gestão da Tecnologia da Informação

Em 2022, foram conduzidas atividades de estruturação da Tecnologia da Informação (TI) do MTP, compreendendo iniciativas de infraestrutura e sistemas de informação para provimento dos serviços digitais da Pasta, e atividades de transição entre os dois Ministérios (Economia e Trabalho e Previdência), abrangendo a sub-rogação de contratos de prestação de serviços de TI, quando necessário.

Não foram realizados processos de desfazimento de ativos em 2022, sendo o último realizado em 2020.

Principais Entregas

- Transferência para o SIADS do MTP dos patrimônios de 14 Superintendências Regionais do Trabalho que estavam cadastrados no SIADS do ME;
- Concessão de acesso ao SIADS a 9 Superintendências Regionais do Trabalho que não possuíam cadastro nesse sistema;
- Implantação de procedimentos na Administração Central para realização de movimentação dos bens entre as unidades e para devolução ao depósito central, obtendo com isso maior controle sobre os patrimônios; e
- Iniciação do processo de desfazimento de bens inservíveis da Sede com o intuito de otimizar o espaço físico.

Riscos, oportunidades e perspectivas da Gestão Patrimonial e de Infraestrutura

Dentre os principais desafios destacaram-se:

- Inventário e reavaliação dos bens pertencentes ao MTP e às Unidades Descentralizadas, com vistas à conclusão da implantação do SIADS e desfazimento dos bens inservíveis;
- Reestruturação da área de Engenharia do Ministério para atendimento das diversas demandas do setor, tais como a refrigeração do Edifício Sede.
- Disponibilização de serviços de apoio logístico anteriormente atendidos pelo ME.
- Estruturação da área de documentação e Informação para tratamento do passivo documental e acervo bibliográfico;
- Implantação do sistema único de processo eletrônico (Super.GOV.BR).

No que se refere aos riscos na gestão patrimonial e de infraestrutura, ressaltaram-se:

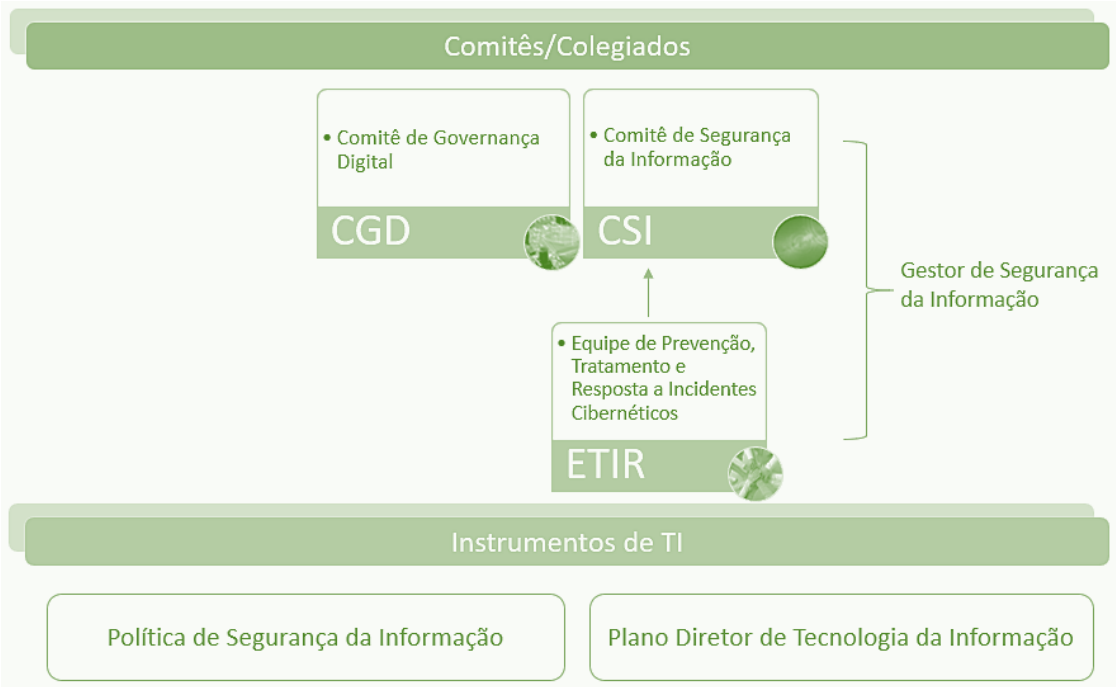
- Ausência de equipe técnica especializada para contratação e acompanhamento de obras e serviços de engenharia e consequente precarização na manutenção e conservação predial;
- Contratação dos serviços atendidos atualmente pelo ME; e
- Perda de documentos, livros e objetos com valor histórico pela precarização no tratamento da massa documental.

Modelo de Governança

O Modelo de Governança de TI do MTP foi proposto em 2022. Nesse sentido, visando estabelecer a base necessária para o desenvolvimento das demais ações de governança e gestão estratégica de TI, buscou-se empreender ações para estabelecer pilares em direção ao incremento da maturidade no tema, como a instituição do Comitê de Governança Digital, do Comitê de Segu-

rança da Informação, designação do Gestor de Segurança da Informação, da Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos e elaboração da Política de Segurança da Informação e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

Figura 11 - Modelo de Governança de TI



Plano Diretor de Tecnologia da Informação

O PDTI é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão de recursos e processos de TI, possibilitando a adequada aplicação de recursos, minimizando o desperdício e garantindo melhor gerenciamento, contribuindo para a aplicação dos recursos naquilo que é considerado mais relevante e, consequentemente, melhorando a qualidade do gasto público e do serviço prestado à sociedade.

Tendo em vista a transição entre as pastas Ministeriais (Economia e Trabalho e Previdência), em 2022, o MTP utilizou o PDTI do ME. Porém, empreendeu esforços para elaboração dos seus próprios instrumentos, a saber: o PDTI, para o período 2023-2024, juntamente com o Plano Anual de Execução de Projetos e Ações de TI, PAEP-TI 2023.

Política de Segurança da Informação

A instituição da Política de Segurança da Informação do MTP foi proposta em 2022, tendo por finalidade estabelecer princípios, diretrizes, responsabilidades e competências para a gestão da segurança da informação no âmbito do Ministério. Além disso, estabelece a estrutura do Sistema de Gestão de Segurança da Informação, que é composto por:

- Alta administração;
- Comitê de Governança Digital;
- Comitê de Segurança da Informação;

- Gestor de Segurança da Informação;
- Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos; e
- Usuários de informação.

Figura 12 - Composição do Sistema de Gestão de Segurança da Informação



Termo de Execução Descentralizada

O [Decreto nº 11.036, de 7 de abril de 2022](#), estabeleceu que até 30 de junho de 2022, o ME e o MTP realizariam ações coordenadas para a transferência de atividades, processos e contratos administrativos. Posteriormente, por meio da [Portaria Interministerial ME/MTP nº 4.861, de 27 de maio de 2022](#), essas ações foram prorrogadas até 31 de outubro de 2022. Ao término desse prazo, foi firmado o Termo de Execução Descentralizada - TED nº 5/2022, com vigência de 8 meses, iniciando-se em 1 de novembro de 2022 e finalizando em 30 de junho de 2023.

O TED prevê, por meio de contratos geridos pelo ME, a manutenção de serviços de TI para o MTP, incluindo o licenciamento de ferramentas de escritório, solução de antivírus, antispam, virtualização, desenvolvimento de sistemas, armazenamento (storage), entre outros. Nesse aspecto, destacam-se os serviços executados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), por meio do Contrato nº 65/2021, de fundamental importância para a continuidade e o bom andamento das atividades do Ministério. Também prevê a sub-rogação de contratos de serviços de impressão e serviços de suporte ao usuário, bem como o apoio em processos de respostas aos órgãos de controle e o compartilhamento de instrumentos de planejamento, governança e gestão, tais como o Plano de Contratações Anual, Plano de Dados Abertos, Plano de Transformação Digital, Política de Segurança da Informação e o PDTI.

Figura 13 – Contratos de Tecnologia da Informação

**Desenvolvimento de soluções**

Em 2022, foram realizadas as transferências das atividades de desenvolvimento e sustentação de sistemas do ambiente do ME para o MTP. Nesse contexto, realizou-se: (i) sub-rogação do Contrato nº 17/2021, que trata da contratação da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) para execução de serviços técnicos especializados de tecnologia da informação e comunicações, entre eles o desenvolvimento e manutenção de softwares; e (ii) celebração do Contrato nº 9/2022, que trata da prestação de serviços de desenvolvimento e sustentação de softwares com o uso de metodologias e equipes ágeis. Como resultado, 71 aplicações mantidas em ambiente Dataprev e em ambiente interno encontram-se sob gestão das equipes do MTP, além de oportunizar a execução de novos projetos dentro dos referidos contratos.

Em que pese as atividades supracitadas tenham sido realizadas, até que todas as atividades sejam concluídas, durante a vigência do TED nº 5/2022, o ME e o MTP compartilharão responsabilidades nas ações de desenvolvimento e sustentação de soluções digitais. Tais como as atendidas e executadas pela empresa SERPRO, por meio do Contrato nº 65/2021, e de continuidade do repasse das atividades dos projetos Sistema Integrado de Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (SIGFAT) e Novo Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES).

Foram desenvolvidas também soluções relativas ao BEm TAC e Taxista, ao abono salarial, à prova de vida (para os regimes próprios) e à implantação do eSocial.

Soluções de TI desenvolvidas

Figura 14 – Soluções de TI



Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação/SGC/MTP

Atendimento aos usuários de TI

Em 2022, a Central de Serviços do MTP atendeu cerca de 140 mil chamados de suporte ao usuário e infraestrutura de TI, considerando também os chamados do ME, visto que os contratos de suporte a usuários e infraestrutura foram compartilhados entre os órgãos durante parte do ano de 2022, sendo a média de aproximadamente 11,5 mil chamados por mês. Destaca-se que o contrato de suporte técnico ao usuário possui abrangência nacional, sendo executado em mais de 400 unidades descentralizadas.

Foi iniciado o planejamento para a contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TI, que unificará os atuais contratos de suporte vigentes. Tal contratação prevê o aumento da capacidade de atendimento aos usuários e à infraestrutura, bem como a melhoria dos processos de gerenciamento dos serviços de TI.

Principais iniciativas em Infraestrutura e Segurança da Informação

Em 2022, foram realizadas as seguintes iniciativas relacionadas à Infraestrutura e Segurança da Informação:

Infraestrutura como Serviço para o SUPER.BR

Provisionamento de infraestrutura tecnológica, por meio do Contrato nº 17/2021, firmado com a Dataprev, para instalação do Sistema Único de Processo Eletrônico em Rede – SUPER.BR do MTP. Trata-se de sistema estruturante de processo administrativo eletrônico da administração pública federal. Ele substitui todas as soluções hoje disponibilizadas pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI, no âmbito do Processo Eletrônico Nacional – PEN.

Aquisição de Switches: modernização do parque tecnológico

Aquisição de 139 Switches, por meio do Contrato nº 11/2022, para modernização do parque tecnológico do MTP.

Criação do domínio MTP.gov.br

Criação do domínio MTP.gov.br e configuração dos e-mails dos servidores do MTP. Destaca-se que o domínio ECONOMIA.gov.br ainda ficará ativo até a transição completa do serviço.

Contratação de suporte e manutenção de firewall

Condução do processo para aquisição de solução de segurança da informação Firewall para substituir a solução existente no MTP que está sem garantia e suporte.

Contratação de serviços de suporte: operação de infraestrutura e atendimento a usuários do MTP

Condução do processo de contratação de serviços de suporte para operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TI, que contemplará o atendimento de incidentes de segurança da informação, quando necessário.

União das redes Trabalho e Previdência

União das redes do Trabalho e Previdência, proporcionando maior controle e segurança no tráfego de informações dentro do Ministério.

Projeto de modernização dos serviços de Backup do MTP

Elaboração de Prova de Conceito (POC) junto ao SERPRO para avaliação de processos e ferramentas para modernização dos serviços de salvaguarda de dados do MTP.

Catálogo de Serviços de TI do MTP

Novo Catálogo de Serviços de TI disponibilizado para os usuários do MTP, incluindo a prática de pontos focais e filas de aprovações com a participação das áreas de infraestrutura, serviços e segurança.

Aquisição de Licenças Adobe

Direito de uso de licença: 100 Adobe Creative Cloud Pro, 40 Single App, 350 Adobe Acrobat Professional e 70 Adobe Stock Premium (Crédito).

Fluxo de solicitação de equipamentos de TI

Organização preliminar dos fluxos de solicitação e devolução de equipamentos de TI com a criação das planilhas para gestão dos bens de TI.

Diagnóstico da situação da TI nas Superintendências do Trabalho

Realização de diagnóstico situacional sobre TI nas Superintendências do Trabalho.

DTI Atende - Portal de Abertura de Chamados

Criação de novo portal de abertura de chamados, desvinculado do ME.

Contratos e orçamentos em TI

Entre os contratos que fornecem bens e serviços à Pasta, destacaram-se os com a Dataprev e SERPRO que, entre outros serviços, operam diversas soluções tecnológicas do MTP.

Ademais, foram identificadas necessidades das seguintes aquisições, as quais visam atender os requisitos de negócio do MTP:

Tabela 28 - Necessidade de aquisições em TI

Objeto	Fase da Contratação	Valor Estimado
Solução de Auditoria e Análise de Dados (ACL)	Contrato Assinado	R\$ 295.877,56 (2 anos)
Sustentação de Infraestrutura (N1, N2 e N3)	Enviado para publicação do Edital	R\$ 25.973.276,40 (20 meses)
Solução de Segurança de Perímetro (Firewall)	Em revisão interna	R\$ 2.000.000,00 (Custeio)
Desktops, notebooks e monitores (IRP nº 6/22)	Contrato assinado	R\$ 4.566.364,00 (Investimento)
Licenciamento Adobe	Contrato assinado	R\$ 2.661.220,00
Desktops de alto desempenho (Adesão ARP nº 20/21)	Contrato assinado	R\$ 1.314.000,00

Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação/SGC/MTP

A dotação orçamentária no exercício foi de R\$ 300,2 milhões, distribuída entre duas ações e três planos orçamentários, sendo:

Tabela 29 - Dotação orçamentária 2022

Ação orçamentária				Objeto da despesa							
Ação 2000 (recurso tesouro) - Plano orçamentário (PO) TR0A				Custeio com contratos firmados com empresas particulares, Dataprev, bem como desenvolvimento e manutenção de sistemas e investimentos no parque tecnológico do MTP.							
Ação 4741 (recurso: Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT), Plano Orçamentário (PO) 0003 e 0002				Custeio com contratos firmados com empresas particulares e Dataprev para atender demandas específicas de políticas públicas de trabalho, bem como desenvolvimento e manutenção de sistemas e investimentos no parque tecnológico do MTP.							
Unidade Orçamentária	Ação	PO	Plano Orçamentário	Natureza da Despesa	Dotação Atual		Crédito Indisponível	Despesa Empenhada		Despesa Paga	
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	4741	2	Relação Anual de Informações Sociais - RAIS	Custeio	R\$	9.000.000,00	-	R\$	9.000.000,00	R\$	729.809,55
				Investimento	R\$	1.140.000,00	-	R\$	1.140.000,00	-	
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	4741	3	Manutenção e Aperfeiçoamento dos Sistemas de Políticas de Trabalho e Emprego da Administração Pública Federal	Custeio	R\$	124.674.029,00	-	R\$	124.674.029,00	R\$	122.774.029,00
				Investimento	R\$	6.710.902,00	-	R\$	6.710.902,00	R\$	4.809,28
Ministério do Trabalho	2000	Tr0a	Gestão de Tecnologia da Informação da Setorial - Ministério do Trabalho e Previdência	Custeio	R\$	150.700.877,00	-	R\$	150.700.877,00	R\$	63.237.699,90
				Investimento	R\$	7.988.858,00	-	R\$	7.988.858,00	-	
				Total Custeio	R\$	284.374.906,00	-	R\$	284.374.906,00	R\$	186.741.538,45
				Total Investimento	R\$	15.839.760,00	-	R\$	15.839.760,00	R\$	4.809,28
				Total Geral	R\$	300.214.666,00	-	R\$	300.214.666,00	R\$	186.746.347,73

Fonte: Tesouro Gerencial – SIAFI. Extraído em 02/2023.

Riscos, oportunidades e perspectivas na Gestão de TI

Em 2022, o Ministério enfrentou o desafio de compor a força de trabalho de TI. Para tanto, contou com um processo seletivo e, ao final do exercício, tinha um quadro de 42 colaboradores.

Entre os principais desafios para 2023, destacam-se: necessidade de fortalecimento da força de trabalho de TI, a operação dos Comitês de Governança Digital e Segurança da Informação, a atuação da Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos; a execução e o monitoramento do PDTI 2023-2024 e do PAEP-TI 2023; contratação de suporte e manutenção de firewall e de serviços de suporte, modernização dos serviços de backup e da infraestrutura de conectividade do Ministério e unidades descentralizadas; e o desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação estruturantes, estratégicos e departamentais que suportam os processos de negócio do Ministério.

Além disso, outro desafio é a conclusão das sub-rogações previstas e a realização das aquisições e contratos necessários, que proporcionarão a continuidade da prestação de serviços de TI para a Pasta com a devida autonomia em relação ao ME, considerando que o TED nº 05/2022 se encerra em 30 de junho de 2023.

Diante o exposto, um dos riscos a ser enfrentado em 2023 é a eventual insuficiência dos recursos orçamentários e financeiros, que podem impactar no andamento das ações de TI, que estão apoiadas em contratos em execução, bem como em aquisições em andamento.

Por fim, entende-se que as soluções de TI têm um papel estratégico e fundamental para o aumento da eficiência dos serviços públicos. Ao permitir a automatização de processos, uma gestão mais eficaz dos dados, a integração de sistemas, e a transparência na gestão, as soluções de TI contribuem para o fortalecimento das instituições governamentais e melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Cientes da relevância que a tecnologia tem para o aperfeiçoamento institucional do setor público e dos benefícios que pode oferecer para

a sociedade mantém-se o compromisso de melhoria constante da qualidade dos serviços de tecnologia prestados ao Ministério do Trabalho e Previdência.

3.6. Sustentabilidade Ambiental

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Em todas as contratações efetivadas em 2022, houve a previsão de critérios de sustentabilidade. Foram formalizados 25 novos contratos, dentre os quais, destacaram:

- **Contratos 2/2022 e 04/2022** – aquisição de coletes balísticos para AFT. A contratada se obriga a promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias etc.
- **Contrato 3/2022** – aquisição de veículo automotor tipo picape que atenda integralmente as normas e diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve).
- **Contrato 9/2022** – Aquisição de Desktop Compacto – Alto Desempenho. A contratada deverá priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.
- **Contrato 10/2020** – contratação de serviços continuados de agenciamento de viagens, para emissões de passagens aéreas.

Os serviços deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente e atendendo aos seguintes critérios de sustentabilidade, quanto possível:

1. Selecionar materiais com baixo impacto ambiental e baixo consumo de energia, materiais reciclados ou recicláveis, com otimização dos produtos ou das técnicas, de forma a obter maior eficiência no uso de energia e menor desperdício de materiais;
 2. Otimizar o uso dos sistemas de distribuição e logística, para redução do consumo de energia de transporte e redução dos impactos ambientais (maior eficiência de energia ou uso de energia ambientalmente compatível); e
 3. Apresentar todos os serviços contratados em uma única fatura com seu detalhamento em modo eletrônico (e-mail), evitando, assim, utilização do papel.
- **Contrato 14/2022** – aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10). A contratada deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos na [Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010](#), da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG), os quais devem ser aplicados no momento da execução do objeto, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos, relativos ao fornecimento de combustíveis, e apresentar os seguintes documentos:
 - Licença ambiental de operação;
 - Comprovante de coleta de resíduos de óleo queimado;
 - Comprovante de entrega das embalagens de lubrificantes;
 - Certificado do INMETRO (Bombas);
 - Certificado do posto revendedor (ANP); e

- PCCO – Plano de Impacto Ambiental.

- **Contrato ME 38/2022** – Aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado. Ficam obrigados os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados. Vale ressaltar sobre esse assunto que o setor público é um grande consumidor e gerador de resíduos.

Assim, o MTP adota as seguintes práticas e critérios de sustentabilidade nas contratações:

1. Seleção de materiais com baixo impacto ambiental e consumo de energia;
2. Otimização dos sistemas de distribuição e logística, para redução do consumo de energia e redução dos impactos ambientais;
3. Incentivo ao uso de processos e comunicações pelos meios eletrônicos, evitando, assim, a utilização do papel;
4. Destinação final ambientalmente adequada dos bens adquiridos; e
5. Atendimento às exigências de sustentabilidade ambiental contidas na [IN nº 01/2010 da SLTI/MPOG](#), bem como no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União](#).

Ações internas que contribuíram para a redução do consumo de recursos naturais e redução de resíduos poluentes

A instituição do Programa de Gestão, ferramenta de gestão de desempenho focada em resultados, permite a realização do teletrabalho, podendo ser integral ou parcial, tem dentre os seus objetivos o de contribuir com a redução de custos no poder público.

Aquisição de aparelhos de ar-condicionado novos, com Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), na classe A, para substituição de equipamentos antigos, com redução do consumo de energia elétrica e do ruído nos locais de trabalho.

Isso contribuiu para a redução do consumo de energia e água e melhor utilização do espaço físico para alocar diversas unidades.

Tabela 30 - Consumo de energia em KW/h no Bloco F da Esplanada dos Ministérios em Brasília

Ano	Média KW/h
2018	522,75
2019	544,75
2020	360,50
2021	334,00
2022*	333,88

*Consumo parcial entre os meses de janeiro a outubro

Fonte: ME

Tabela 31 - Consumo de água em m³ no Bloco F da Esplanada dos Ministérios em Brasília

Ano	Média (M³)
2019	684,8
2020	360,3
2021	377,1
2022*	360,2

*Consumo Parcial de janeiro a novembro

3.7. Relacionamento com a sociedade

Ouvidoria

A Ouvidoria-Geral, como instância de integridade, atua na interlocução com a sociedade, contribui para o processo de melhoria da prestação de serviços públicos e a difusão da cultura da transparência no âmbito do MTP.

É importante destacar que, embora as negociações tenham sido iniciadas no segundo semestre de 2021, por força da publicação da [Portaria Interministerial ME/MTP nº 4.861/22](#), que alterou o prazo definido no art. 8 do [Decreto nº 11.036/22](#), a migração definitiva das funções de ouvidoria e acesso à informação ocorreu apenas em setembro.

Fonte: ME

Substituição de 40 veículos antigos, utilizados pela fiscalização trabalhista, por veículos novos que atendam integralmente as normas e diretrizes do Conama e do Proconve.

Redução das reuniões e eventos presenciais, que passaram a ser realizados preferencialmente de forma remota, sem a necessidade de deslocamento de pessoal.

A título de exemplo, as reuniões do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, bem como de seus grupos de apoio permanente, foram realizadas remotamente.

Descarte de lâmpadas e outros resíduos perigosos. O contrato de serviços de manutenção predial exige da contratada o correto descarte de lâmpadas, pilhas, baterias e demais resíduos sólidos.

Serviços prestados à sociedade que contribuíram para a redução do consumo de recursos naturais

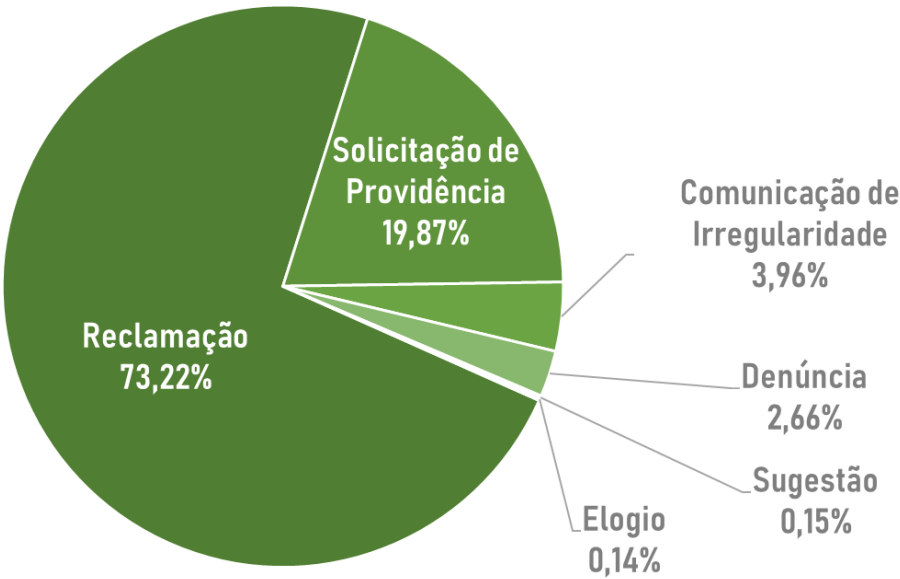
Redução significativa da emissão física de Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, em virtude da implementação da CTPS Digital. Em 2022, foram 3,16 mil CTPS físicas e 18,8 milhões de CTPS digitais. Houve uma redução de despesas com confecção de CTPS e economia de papel, insumos gráficos e energia antes despendidas com a confecção do documento. Como reflexo indireto, houve considerável redução de deslocamento de trabalhadores às unidades de atendimento do MTP, uma vez que a CTPS passou a ser emitida via internet.

A Ouvidoria do ME atuou, nesse íterim, na recepção e no tratamento das demandas de interesse do MTP. Ao longo de 2022, foram recepcionadas 166,4 mil manifestações de ouvidoria e 895 pedidos de acesso à informação.

Manifestações de Ouvidoria

Entre os tipos de manifestações de Ouvidoria, as reclamações e as solicitações de providências foram as mais recorrentes, representando 93,09% do total.

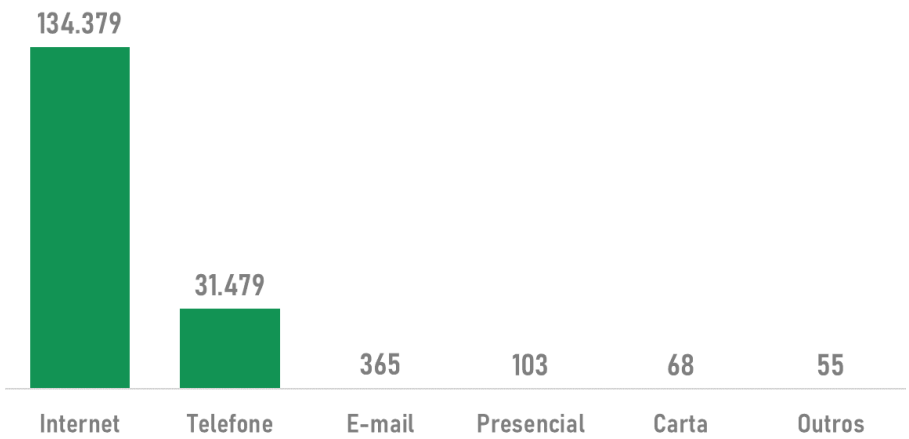
Gráfico 72 - Tipos de manifestação



Fonte: Sistemas SISOUVIDOR ME e FalaBR

O uso da internet foi o meio mais utilizado pela sociedade para interagir com a Ouvidoria-Geral, representando 80,73% em relação ao total das interações, seguido do acesso via Central de Atendimento Alô Trabalho-158, com 18,91%.

Gráfico 73 - Manifestações recebidas por canal de acesso



Fonte: Sistemas SISOUVIDOR ME e FalaBR

Entre os assuntos mais frequentes, destacam-se:

Tabela 32 - Assuntos mais frequentes das manifestações da Ouvidoria

Assunto	Manifestações
Abono Salarial	88.440
Seguro-Desemprego	18.026
Fiscalização Trabalhista	11.588
Atendimento Recurso JRPS/CAJ	11.951
Recurso Seguro-Desemprego	9.852
Total	139.857

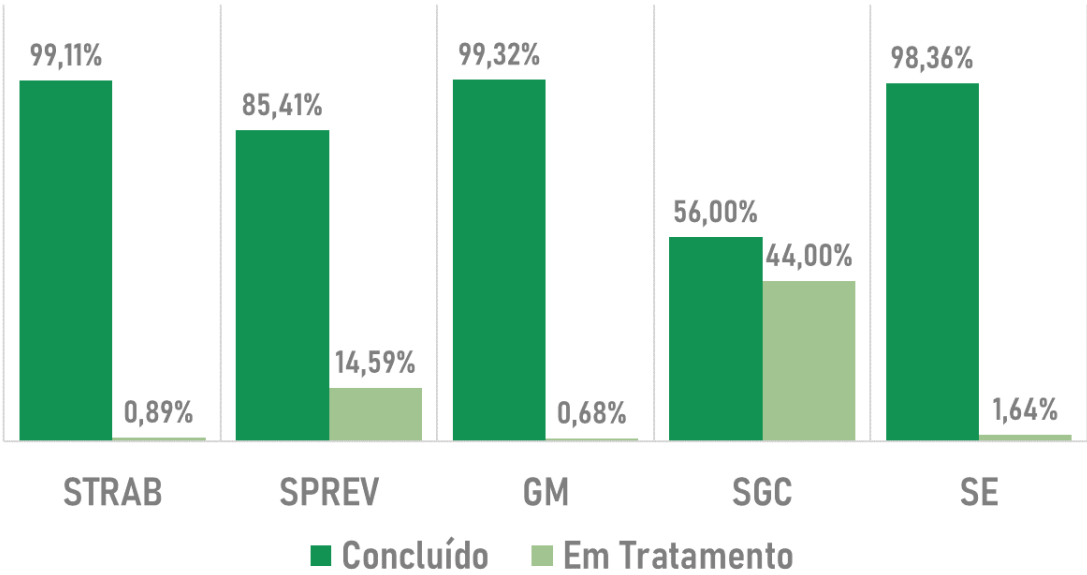
Fonte: Sistemas SISOUVIDOR ME e FalaBR

A elevação do número de registros em relação ao serviço do abono salarial se deu em virtude da transferência da gestão da base para o MTP, serviço antes executado pelos agentes financeiros, e a aplicação de cruzamentos com outras bases governamentais.

Com o processamento dos dados, um volume significativo de CPF foi inabilitado por apresentar algum tipo de inconsistência.

As reclamações relacionadas ao não recebimento do pagamento e à demora na análise do pedido de recurso administrativo, assim como os pedidos de orientação e informação sobre o tema foram os mais recorrentes.

Gráfico 74 - Tramitação de manifestação por Secretaria



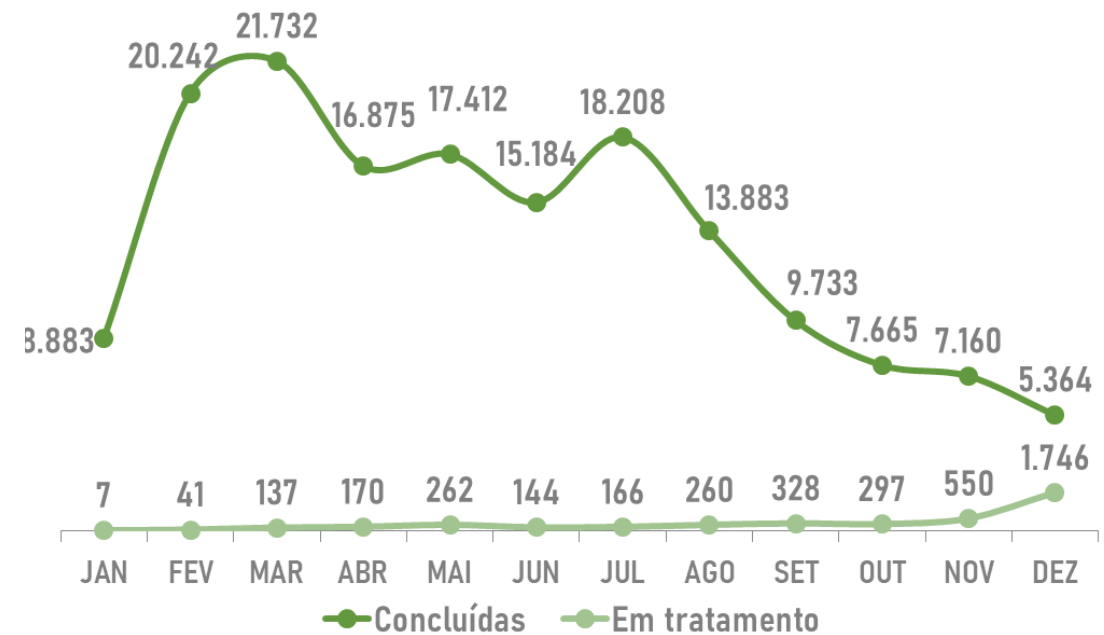
Fonte: Sistemas SISOUVIDOR ME e FalaBR

No ano de 2022, observou-se que o CRPS e a Subsecretaria de Perícia Médica foram responsáveis por 11,64% dos 11,72% de manifestações tramitadas para a Secretaria de Previdência.

Já a Subsecretaria de Políticas Públicas de Trabalho foi responsável por tratar 64,32% de assuntos relacionados à Secretaria do Trabalho, que recebeu 66,89% das manifestações no período.

O Gabinete do Ministro, a Secretaria-Executiva e a Secretaria de Gestão Corporativa, juntas, responderam pelos 21,39% restantes de manifestações recebidas.

Gráfico 75 - Manifestações finalizadas X em tratamento



Fonte: Sistemas SISOUVIDOR ME e FalaBR

Verificou-se que 98% das manifestações foram concluídas, sendo que, deste total, 2,31% das manifestações concluídas fora do estabelecido no art. 16 da [Lei nº 13.460/17](#), a qual estabelece que a decisão administrativa final deve observar o prazo de 30 dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período.

Pedidos de Acesso à Informação

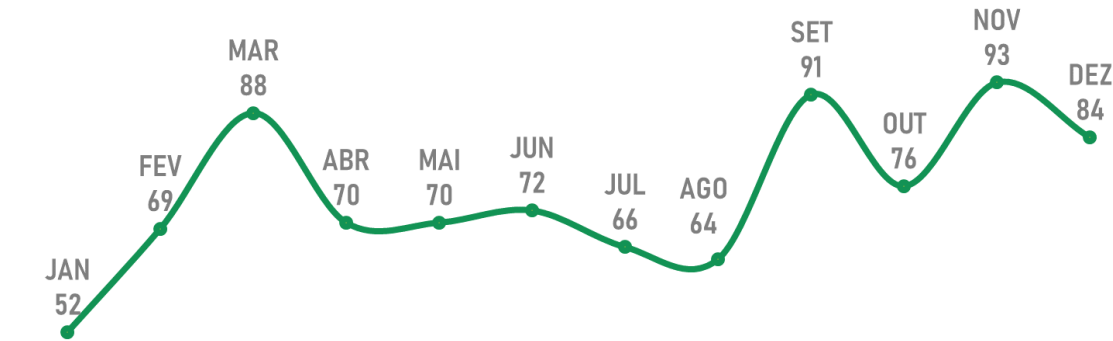
O Serviço de Acesso à Informação (SIC) recebeu ao todo 1,8 mil solicitações. Deste total, foram tratados 895 pedidos, dos quais 675 tiveram o acesso às informações pleiteadas disponibilizado integral, ou parcialmente. Destaca-se que, os acessos negados, em geral, estão relacionados à necessidade de preservação de dados pessoais, ou foram pedidos genéricos, ou que exigiriam esforço relevante de consolidação das informações.

Importa registrar que houve o encaminhamento de 39 pedidos a outros Órgãos da Administração Pública em razão de suas competências institucionais e ainda a tramitação de 886 pedidos

à Coordenação de Ouvidoria por estarem fora do escopo de pedido da [Lei de Acesso à Informação](#).

Levando em consideração apenas o volume analisado e tratado pela equipe responsável pelo SIC, observa-se que a média mensal foi de 75 solicitações.

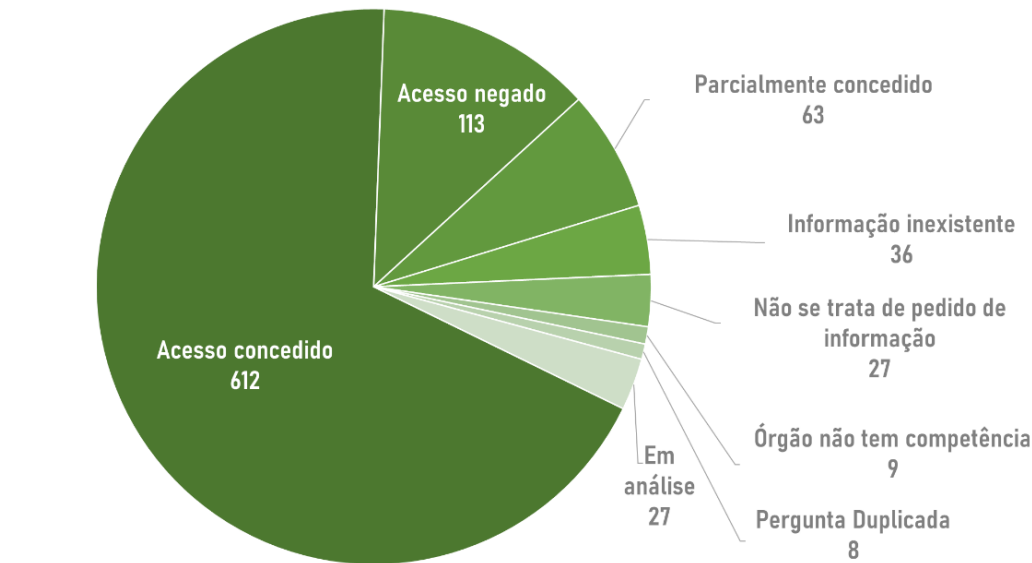
Gráfico 76 - Quantidade de registros por mês



Fonte: Sistema FalaBR

Os acessos negados, em geral, estão relacionados a necessidade de se preservar dados pessoais ou que envolvem pedidos genéricos ou que exijam trabalhos adicionais de consolidação das informações.

Gráfico 77 - Panorama dos pedidos de acesso à informação



Fonte: Sistema FalaBR

Foram impetrados o total de 132 recursos administrativos, sendo 90 de 1ª instância, 28 de 2ª instância, 14 de 3ª instância, dos quais 13 foram julgados pela CGU e 1 pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI). Ressalta-se que houve a ocorrência de uma reclamação devida ao atraso na entrega da informação, a qual foi analisada pela Autoridade de Monitoramento do ME.

As solicitações de acesso à estatística sobre vínculos trabalhistas, acesso a cópias de normativos expedidos pelo Ministério e informações sobre fiscalizações trabalhistas e de combate ao trabalho em condições análogas à de escravo foram os temas mais frequentes.

Ressalta-se que o prazo médio de resposta foi de 18 dias, abaixo do que prevê o § 1º do art. 15 do [Decreto nº 7.724/18](#), o qual estabelece que o prazo para a entrega da informação é de 20 dias, prorrogável por mais 10 dias, mediante justificativa.

Plano de Dados Abertos

O Plano de Dados Abertos (PDA) é um dos pilares para a ampliação da promoção da transparência no MTP, além de servir de estímulo à participação e ao controle social.

A publicação dos dados em formato aberto, que deve ocorrer a cada 2 anos, mediante revisão periódica, visa contribuir com a transparência e o acompanhamento das informações produzidas pelo governo, além de fomentar o desenvolvimento de serviços inovadores e oportunizar a geração de novos negócios.

Vale realçar que o PDA do ME, biênio 2021-2022, priorizou a abertura de 18 bases no âmbito da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, sendo 12 da Secretaria de Trabalho e 6 da Secretaria de Previdência.

Para atender o biênio 2023-2024, foi instituído um grupo de trabalho para a elaboração do novo PDA, cujos trabalhos encontram-se em andamento, com previsão de entrega em fevereiro de 2023.

4. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

4.1. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

Demonstrações Contábeis

A [Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#), dispõe sobre as demonstrações contábeis em seus artigos 101 a 106 e apresenta a estrutura para tais demonstrativos em seus anexos, conforme o art. 113. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), devido às competências estabelecidas pela [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal) e [Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001](#) de órgão central do Sistema de Contabilidade e de Administração Financeira Federal, estabeleceu padronização às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Fica a cargo da setorial contábil do MTP a elaboração das Demonstrações Contábeis e a emissão das Notas Explicativas, estando entre as demonstrações de obrigatoriedade o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP), o Balanço Orçamentário (BO) e o Balanço Financeiro (BF).

As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade. No setor público, essas demonstrações devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas, além da responsabilização (accountability) da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados.

Apresentam-se abaixo demonstrações resumidas e breves comentários já que os detalhes constam em notas explicativas públicas no site do MTP.

Balanço Patrimonial – BP

Segundo o MCASP (9ª edição), o BP é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Apesar da [Lei 4.320/1964](#) conferir um viés orçamentário ao BP, para atender aos novos padrões da contabilidade pela convergência da norma aos padrões internacionais, a estrutura do BP foi alterada através da [Portaria STN nº 438/2012](#).

Tabela 33 – Balanço Patrimonial Resumido

Ativo			Passivo		
			Passivo Circulante	R\$	282.570.571.052,96
Ativo Circulante	R\$	113.437.299.652,72	Passivo Não Circulante	R\$	1.561.009.187.150,33
			Patrimônio Líquido		
Ativo Não Circulante	R\$	620.335.545.803,63	Total do Patrimônio Líquido	-R\$	1.109.806.912.746,94
Total do Ativo	R\$	733.772.845.456,35	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	R\$	733.772.845.456,35

Fonte: SIAFI, referência 12/2022

Não consta na demonstração acima a coluna comparativa do ano 2021, visto que o MTP após sua criação teve sua estrutura regimental aprovada em 2022, conforme [Decreto nº 11.068, de 2022](#). A referida limitação analítica aplica-se às demais demonstrações contábeis.

O valor de R\$ 620,3 bilhões corresponde a cerca de 84,5% do ativo total está presente no grupo de ativo não circulante. Do mesmo modo, o valor de R\$ 1,5 trilhões do passivo não circulante é responsável por mais de 84,6% do passivo total, enquanto o Patrimônio líquido – PL aparece com valores negativos. Verificou-se esse saldo negativo do PL teve influência direta devido ao fruto do registro de passivo atuarial do Regime de Previdência dos servidores públicos federais.

Os gráficos abaixo demonstram a composição do ativo e passivo segregando por unidades vinculadas, quais sejam:

MTP AD – Ministério do Trabalho e Previdência Administração Direta;

Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar;

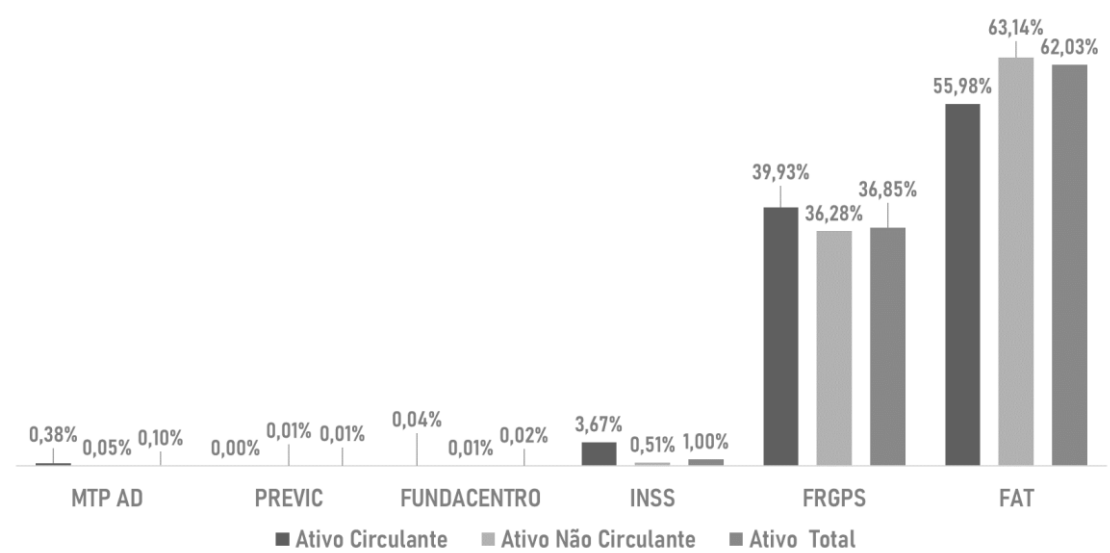
Fundacentro – Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho;

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social;

FRGPS – Fundo do Regime Geral de Previdência Social; e

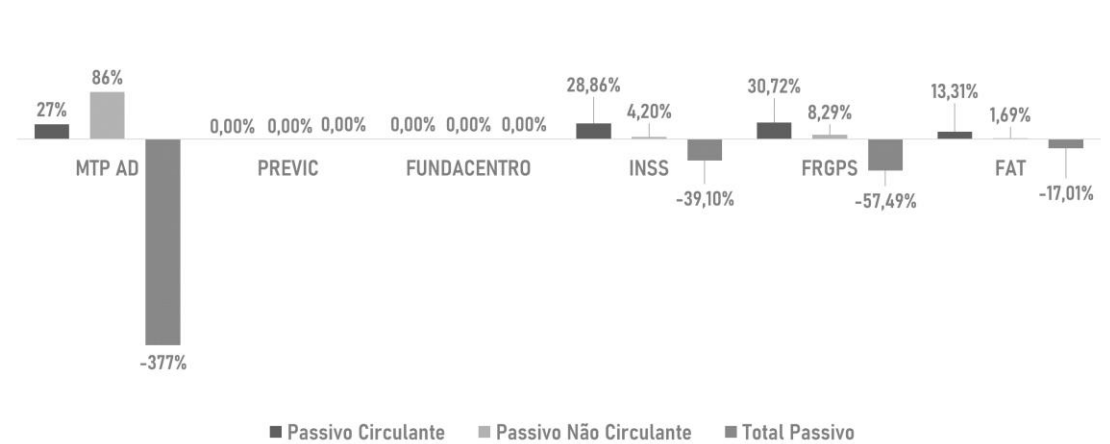
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

Gráfico 78 - Composição do ativo por unidades vinculadas



Fonte SIAFI, referência 12/2022

Gráfico 79 - Composição do passivo por unidades vinculadas



Fonte SIAFI, referência 12/2022

Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP

A DVP evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício (MCASP 9ª edição).

Através do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas é possível a apuração do resultado patrimonial, que posteriormente irá compor o saldo do BP do exercício. Por compor a organização pública, o MTP não visa lucro ou prejuízo, e sim, o quanto as políticas públicas adotadas para atender às demandas da sociedade provocam alteração no patrimônio público.

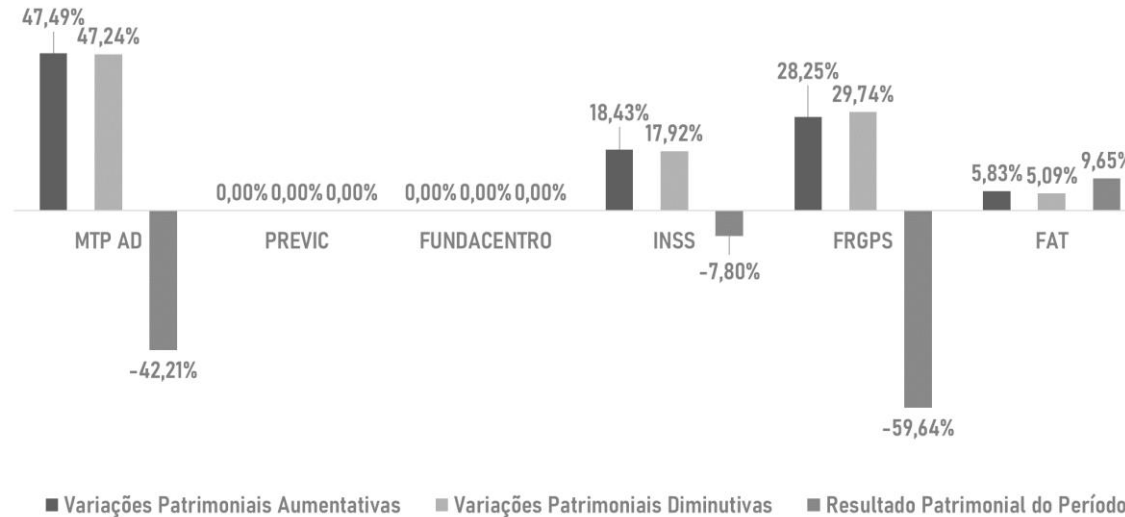
Tabela 34 - Variações patrimoniais

Variações patrimoniais quantitativas		
Variações patrimoniais aumentativa	R\$	5.037.194.726.954,95
Variações patrimoniais diminutiva	R\$	5.289.534.061.328,39
Resultado patrimonial do período	-R\$	252.339.334.373,44

Fonte SIAFI, referência 12/2022

Dos valores apresentados na DVP constatou-se que cerca de 84% das variações aumentativas recebidas pelo MTP referem-se às transferências intragovernamentais, enquanto 74,4% das variações diminutivas referem-se às transferências concedidas.

Gráfico 80 - Composição das variações patrimoniais, bem como o resultado patrimonial, por unidades vinculadas



Fonte SIAFI, referência 12/2022

Das unidades vinculadas, o FAT apresenta a maior representatividade perfazendo um percentual de 92,43% do resultado total do órgão superior.

Balanco Orçamentário

O BO, na forma da [Lei 4.320/64](#), demonstra as receitas e despesas previstas em confrontos com as realizadas. O que evidencia receita prevista, despesa fixada e suas respectivas execuções, de modo a permitir a apuração do resultado orçamentário.

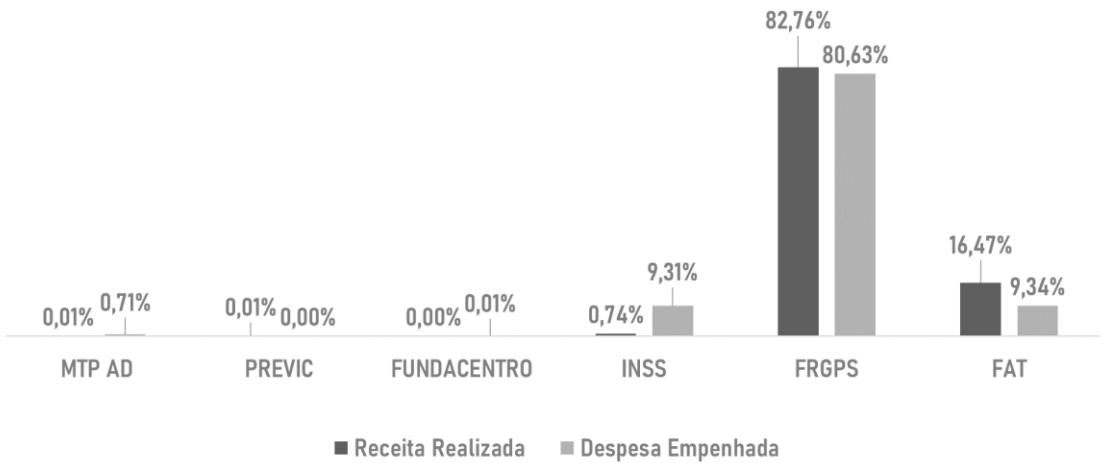
Tabela 35 – Balanço Orçamentário Resumido

RECEITA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS		SALDO
Receita Corrente	R\$ 631.198.256.235,00	R\$ 631.198.256.235,00		R\$ 645.566.829.302,66		R\$ 14.368.573.067,66
Receita Capital	R\$ 125.669.569.047,00	R\$ 125.669.569.047,00		R\$ 20.297.496,54		-R\$ 125.649.271.550,46
Total da Receita	R\$ 756.867.825.282,00	R\$ 756.867.825.282,00		R\$ 645.587.126.799,20		-R\$ 111.280.698.482,80
DEFICIT				R\$ 318.438.416.511,84		R\$ 318.438.416.511,84
Total Geral	R\$ 756.867.825.282,00	R\$ 756.867.825.282,00		R\$ 964.025.543.311,04		R\$ 207.157.718.029,04
DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Despesa Corrente	R\$ 864.476.117.873,00	R\$ 898.199.613.886,00	R\$ 940.137.086.855,83	R\$ 934.890.315.268,15	R\$ 882.863.072.193,30	-R\$ 41.937.472.969,83
Despesa de Capital	R\$ 23.887.141.969,00	R\$ 23.896.555.905,00	R\$ 23.888.456.455,21	R\$ 21.989.384.873,06	R\$ 21.989.383.152,78	R\$ 8.099.449,79
Reserva de Contingência	R\$ 161.191.433,00	R\$ 161.191.433,00				R\$ 161.191.433,00
Total da Despesa	R\$ 888.524.451.275,00	R\$ 922.257.361.224,00	R\$ 964.025.543.311,04	R\$ 956.879.700.141,21	R\$ 904.852.455.346,08	-R\$ 41.768.182.087,04
Total Geral	R\$ 888.524.451.275,00	R\$ 922.257.361.224,00	R\$ 964.025.543.311,04	R\$ 956.879.700.141,21	R\$ 904.852.455.346,08	-R\$ 41.768.182.087,04

Fonte: SIAFI, referência 12/2022

O BO apresentou um resultado orçamentário deficitário de R\$ 318,4 bilhões.

Gráfico 81 – Representatividade orçamentária de cada unidade vinculada comparando receita realizada com despesa empenhada



Fonte SIAFI, referência 12/2022

Verificou-se do total da despesa empenhada na unidade orçamentária do MTP (R\$ 964 bilhões) 80,63% foi execução do FRGPS, totalizando R\$ 777,25 bilhões com recursos voltados para pagamentos de benefícios previdenciários. Da mesma forma, a receita realizada mostra também

o FRGPS tendo o maior percentual de realização de receita em relação ao total, ou seja, do total de R\$ 645,5 bilhões, R\$ 534,2 bilhões correspondendo a 82,76%.

Balanço Financeiro – BF

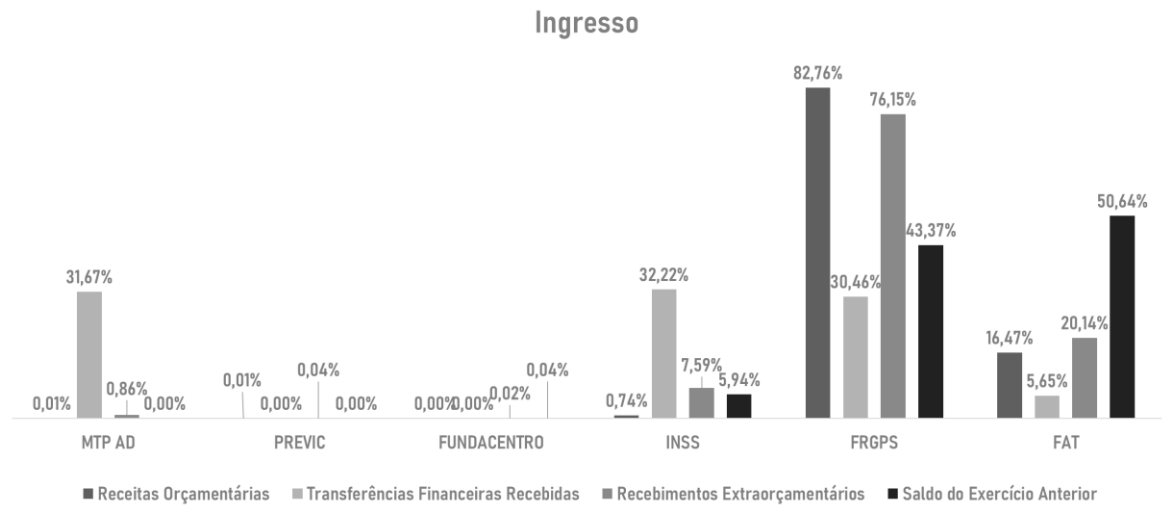
O BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Tabela 36 – Balanço Financeiro Resumido

INGRESSO			DISPÊNDIOS		
Receitas Orçamentárias	R\$	645.587.126.799,20	Despesas Orçamentárias	R\$	964.025.543.311,04
Transferências Financeiras Recebidas	R\$	2.616.407.467.370,96	Transferências Financeiras Concedidas	R\$	2.335.533.907.502,35
Recebimentos Extraorçamentários	R\$	64.498.458.530,50	Pagamentos Extraorçamentários	R\$	46.621.220.710,67
Saldo do Exercício Anterior	R\$	98.382.325.257,25	Saldo para o Exercício Seguinte	R\$	78.694.706.433,85
Total	R\$	3.424.875.377.957,91	Total	R\$	3.424.875.377.957,91

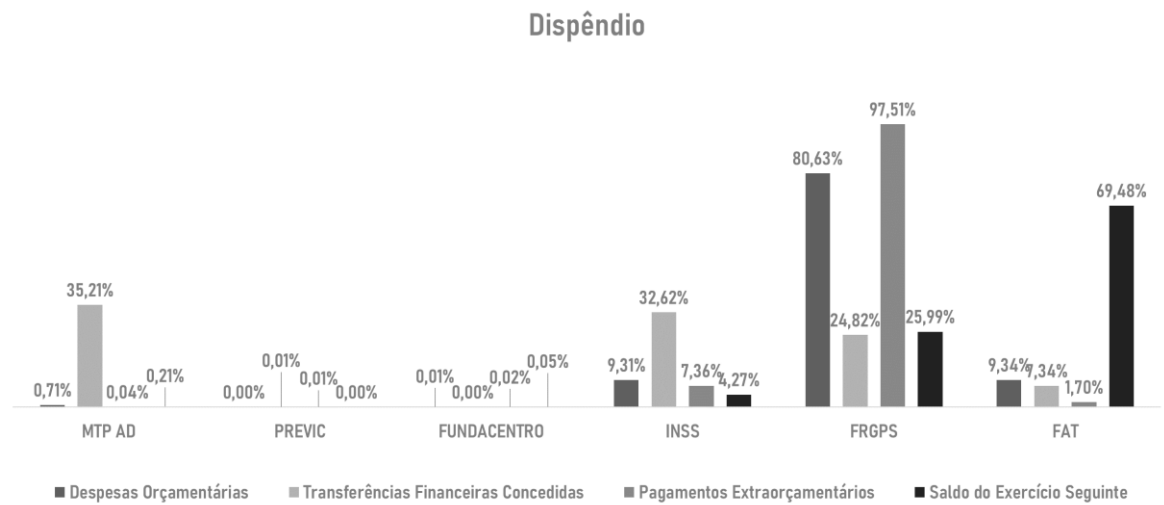
Fonte SIAFI, referência 12/2022

Gráfico 82 - Composição do BF sob aspecto das unidades vinculadas ao MTP - Ingresso.



Fonte: SIAFI, referência 12/2022

Gráfico 83 - Composição do BF sob aspecto das unidades vinculadas ao MTP - Dispêndio.



Fonte: SIAFI, referência 12/2022

Conforme apresentado no gráfico, observa-se que o FRGPS tem a maior representatividade.

Notas Explicativas

As Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP e são consideradas parte integrante das demonstrações. Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas.

Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

Por meio do endereço eletrônico <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/demonstracoes-contabeis> o usuário da informação poderá verificar as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do MTP.

Anexo I - Principais Acórdãos do TCU recebidos pelo MTP no ano de 2022

[Acórdão 684/2022 - Plenário](#)

Relator: ANTONIO ANASTASIA

Sumário: AUDITORIA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO (RPPS). ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO COM OS MILITARES INATIVOS E SEUS PENSIONISTAS (EFM). MONITORAMENTO. 1. Embora sejam as reformas e pensões militares gastos públicos materialmente previdenciários, no Brasil, por força da [EC 103/2019](#) e da [Lei 13.954/2019](#), passaram a ser, formalmente, Encargos Financeiros da União, com regência legal própria, em moldes diversos do que ocorre em relação aos servidores públicos em geral. 2. O conhecimento do exato montante dos gastos dispendidos com reformas e pensões militares constitui direito da sociedade. As futuras gerações têm o direito de saber quanto vão pagar pelas despesas que hoje se realizam com o estamento militar. O Ministério da Defesa tem o dever de informar, não só ao Congresso Nacional, mas à sociedade em geral, o exato montante dos gastos com reformas e pensões militares. 3. As características básicas das despesas com militares inativos e pensões continuam presentes, sem sofrer alterações, mesmo após o advento da [EC 103/2019](#) e da [Lei 13.954/2019](#), dispositivos que, ontologicamente, em nada alteraram as formulações dos institutos. 4. Não são os militares categoria social aparte, com privilégios injustificáveis. O custo real de todos os servidores da Administração tem de ficar explícito em cálculos atuariais. Por esta razão, o Tribunal de Contas da União tem buscado avaliar a sustentabilidade e incrementar a transparência não apenas do Regime Geral da Previdência Social, do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Civis da União, mas, também, dos Encargos Financeiros da União, com os militares inativos e seus pensionistas. 5. Cálculos atuariais são os balizadores, por excelência, da boa gestão financeira e orçamentária do Estado, garantindo à sociedade a transparência das despesas públicas, de significativa materialidade e relevância, permitindo amplo conhecimento da real materialidade dos gastos públicos. 6. Recursos do Tesouro Nacional são ordinariamente utilizados em todos os regimes previdenciários, tanto no RPPS, como no RGPS, exatamente por serem todos eles deficitários. Portanto, não há a transmutação da natureza dos pagamentos aos militares inativos por conta de eles serem simplesmente denominados Encargos. 7. Tradicionalmente, na doutrina nacional e estrangeira, a caracterização das despesas, como de natureza atuarial, ocorre a partir do direcionamento dos recursos para pagamento de benefícios pós-emprego. 8. As avaliações atuariais lançam um como jato de luz sobre regiões que sorvem abundantemente recursos públicos, para pleno conhecimento da despesa e melhor administração. É imperativo da boa-gestão, requisito, mesmo, de moralidade administrativa. 9. As especificidades inerentes à carreira militar, estatuídas no art. 142 da [CF/88](#) e em diversas normas infraconstitucionais, foram utilizadas pelo legislador para o enquadramento formal da despesa dos inativos militares e seus pensionistas como de natureza não previdenciária ([EC 103/2019](#) e [Lei 13.954/2019](#)). 10. O acompanhamento atuarial dos Encargos Financeiros da União para com militares inativos e seus pensionistas, por conta da natureza materialmente previdenciária, enquadra-se no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "b", da [Lei Complementar nº 101/2000](#), devendo ser

realizadas avaliações atuariais completas e disponibilizadas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). 11. A apresentação dos cálculos atuariais dessas despesas trará solidez, confiabilidade e acurácia às finanças públicas, permitindo ao Brasil enquadrar-se no rol de países de economias sólidas e de elevado nível de transparência, parâmetros expressamente exigidos no pleito de ingresso do país na OCDE. 12. Nada mais espúrio a critérios civilizados do que impedir o conhecimento da despesa futura, facilmente aferível, a partir da efetiva realização de estudos atuariais.

[Acórdão 1015/2022 - Plenário](#)

Relator: AUGUSTO SHERMAN

Sumário: fiscalização contínua de folhas de pagamento - 7º ciclo. Acompanhamento da atuação de 594 órgãos e entidades federais sobre a apuração de indícios de irregularidades identificados. Monitoramento do cumprimento de decisões do TCU. Acompanhamento das medidas em curso na esfera federal para a utilização do eSocial por órgãos e entidades públicas. Parte das deliberações atendidas e em atendimento. Outras insubsistentes. Continuidade do monitoramento. Ciências. Orientação à Sefip para manutenção e aprimoramento da fiscalização.

[Acórdão 1248/2022- Plenário](#)

Relator: AROLDO CEDRAZ

Sumário: RELATÓRIO DE AUDITORIA. compensação financeira entre regimes previdenciários. contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria. Avaliação. Implantação do novo sistema de compensação. Melhoria na política. Não adesão de parte dos RPPS ao sistema. Necessidades de correção de inconsistências no sistema. Recomendações. Arquivamento.

[Acórdão 1481/2022- Plenário](#)

Relator: Aroldo Cedraz

Sumário: CONTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Contas Ordinárias do exercício de 2021.

[Acórdão 2630/2022 - Plenário](#)

Relator: BENJAMIN ZYMLER

Sumário: Acompanhamento. EC 123/2022, art. 5º. Auxílio concedido aos transportadores autônomos de carga e aos taxistas em virtude do incomum aumento dos preços dos combustíveis no exercício corrente. Acompanhamento da implementação e pagamento de duas das seis parcelas previstas. Achados de auditoria. Adoção de medidas para bloqueio de pagamentos indevidos e correção dos critérios. Considerações sobre a matéria. Determinações.

Anexo II - Principais Relatórios de Auditoria Interna recebidos da CGU em 2022

Relatório de Auditoria nº 1020673

Auditoria Financeira e de Conformidade junto ao FAT – exercício de 2021.

Relatório de Auditoria nº 827846

Auditoria referente à avaliação dos controles internos do INSS relacionados aos benefícios concedidos com o uso do marcador do Despacho 09 (isenção de carência).

Relatório de Auditoria nº 906944

Avaliação do processo de compensação previdenciária entre regimes previdenciários. Escopo do trabalho – avaliação dos dados que não foi possível de ser realizada no primeiro trabalho por meio da Auditoria nº 844523, em razão da indisponibilidade desses, bem como a avaliação do processo de compensação financeira entre regimes previdenciários com a implementação do Novo Sistema Comprev.

Relatório de Auditoria nº 1107721

Abono Salarial – trata-se de trabalho de auditoria, do tipo consultoria, com enfoque no Abono Salarial, tendo como objetivo geral subsidiar o aperfeiçoamento do processo de identificação dos trabalhadores aptos ao recebimento do benefício.

Relatório de Auditoria nº 937039

Auditoria de avaliação dos controles da GFIP/SEFIP e do e-Social no contexto de incorporação das informações no CNIS e respectiva disponibilização e utilização pelo INSS pela RFB, no âmbito da concessão e/ou manutenção de benefícios previdenciários e das competências do fisco quanto à contribuição previdenciária

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Saldo de empregos e taxa de desocupação (%) mensal –jan 2018 a dez 2022	16	Gráfico 26 – Combate ao Trabalho Análogo ao de Escravo.....	46
Gráfico 2 – Benefícios do RGPS emitidos por grupo de espécie - Outubro/2022.....	17	Gráfico 27 – Verbas salariais e rescisórias pagas aos trabalhadores resgatados.....	46
Gráfico 3 – Segurados ativos e beneficiários dos RPPS por esfera do ente federativo – 2021/2022	17	Gráfico 28 – Combate ao Trabalho Infantil.....	47
Gráfico 4 – Evolução dos ativos da previdência complementar por tipo de entidade – 2013 a setembro/2022	17	Gráfico 29 – Inserção de Aprendizizes	47
Gráfico 5 – Despesa dos três regimes de previdência (valores aproximados em R\$ bilhões) – 2021.....	18	Gráfico 30 – Inserção de PCD e reabilitados.....	47
Gráfico 6 – Total de processos considerando estoque.....	31	Gráfico 31 – Combate à informalidade	48
Gráfico 7 – Canal de ingresso Intermediação de Mão de obra – IMO	33	Gráfico 32 – Fiscalização FGTS – Valores Arrecadados e Notificados	48
Gráfico 8 – Contratações via Serviço de IMO x Contratações Reportadas no Caged	33	Gráfico 33 – Ações Fiscais em Segurança e Saúde no Trabalho.....	48
Gráfico 9 – PROGER – Volume de crédito concedido	33	Gráfico 34 – Análises de Acidentes e Doenças do Trabalho	48
Gráfico 10 – PNMPQ – Volume de crédito concedido	34	Gráfico 35 – Auditorias diretas em RPPS por tipo realizadas em 2022	49
Gráfico 11 – Concessão de Parcelas Adicionais do Seguro-Desemprego – 2022, em Reais.....	35	Gráfico 36 – Resultados das auditorias diretas em RPPS realizadas em 2022.....	49
Gráfico 12 – Concessão de Parcelas Adicionais do Seguro-Desemprego – 2022.....	35	Gráfico 37 – Decisões em Processos Administrativos Previdenciários em 2022.....	49
Gráfico 13 – Valores Pagos por Parcela– Benefício Emergencial aos Taxistas e TAC.....	36	Gráfico 38 – Resultados da revisão e consolidação de atos normativos da SPREV.....	53
Gráfico 14 – Números validação dos cursos no período de janeiro a outubro de 2022.	36	Gráfico 39 – Mediações Coletivas Concluídas – 2019 a 2022.....	55
Gráfico 15 – Números de entidades habilitadas no período de janeiro a outubro de 2022.	36	Gráfico 40 – Atos administrativos publicados – Registro Sindical – 01/2021 a 11/2022	55
Gráfico 16 – Evolução do saldo acumulado no Novo Caged em 2022	37	Gráfico 41 – Instrumentos Coletivos Registrados – 2019 a 2022.....	55
Gráfico 17 – Reformas previdenciárias dos entes subnacionais com Regimes Próprios de Previdência	38	Gráfico 42 – Carteira de Trabalho Digital Habilitada – App.....	59
Gráfico 18 – Situação da instituição de RPC nos estados e municípios que possuem RPPS	39	Gráfico 43 – Acessos da Carteira de Trabalho Digital – App	59
Gráfico 19 – Evolução do Pró-Gestão	39	Gráfico 44 – Transformação Digital do Seguro-Desemprego 2019 a 2022.....	60
Gráfico 20 – Transferências de recursos do FAT aos fundos de trabalho estaduais, distrital e municipais de trabalho	41	Gráfico 45 – Quantidade de eventos processados no eSocial em 2022	61
Gráfico 21 – Performance do Sine	42	Gráfico 46 – Evolução dos requerimentos de Benefícios por incapacidade na modalidade de análise documental – 2022.....	61
Gráfico 22 – Taxa esforço de captação de vagas	43	Gráfico 47 – Tarefas realizadas pela Perícia Médica.....	61
Gráfico 23 – Taxa de adequação das vagas.....	43	Gráfico 48 – Atendimentos aos RPPS por modalidade	61
Gráfico 24 – Taxa de eficiência do encaminhamento	43	Gráfico 49 – Evolução mensal do número de processos julgados pelo CRPS	62
Gráfico 25 – Taxa de eficiência do encaminhamento do Seguro Desemprego.....	43	Gráfico 50 – Composição do Orçamento 2022	66
		Gráfico 51 – Distribuição do montante entre as Unidades Orçamentárias.....	66
		Gráfico 52 – Execução do Orçamento MTP 2022 (até dezembro/22).....	67
		Gráfico 53 – Formação do Orçamento.....	67

Gráfico 54 - Pessoal e Encargos Sociais, percentual	68
Gráfico 55 - Investimento - 2022	68
Gráfico 56 - Outras despesas correntes	69
Gráfico 57 - Execução Financeira das despesas discricionárias do PPA.....	70
Gráfico 58 - Remuneração do teto das carreiras, quantidade de servidores e percentual por carreira	71
Gráfico 59 - Despesas da folha de pagamento de pessoal	72
Gráfico 60 - Distribuição dos servidores por carreira.....	72
Gráfico 61 - Situação funcional dos servidores	72
Gráfico 62 - Total de servidores em atividade	72
Gráfico 63 - Servidores por gênero	73
Gráfico 64 - Servidores por raça	73
Gráfico 65 - Proporção dos homens e das mulheres em cargos comissionados ou funções gratificadas em relação à população em cada gênero	73
Gráfico 66 - Distribuição dos servidores por faixa etária.....	73
Gráfico 67 - Servidores inativos por carreira.....	74
Gráfico 68 - Quantidade de processos de saúde do servidor analisados no Sistema Eletrônico de Informações - 2022.....	75
Gráfico 69 - Servidores da Administração Central em Programa de Gestão - por forma de trabalho.....	76
Gráfico 70 - Contratos sob responsabilidade do MTP	77
Gráfico 71 - Contratações planejadas 2022-2023	78
Gráfico 72 - Tipos de manifestação	86
Gráfico 73 - Manifestações recebidas por canal de acesso.....	86
Gráfico 74 - Tramitação de manifestação por Secretaria.....	86
Gráfico 75 - Manifestações finalizadas X em tratamento	87
Gráfico 76 - Quantidade de registros por mês	87
Gráfico 77 - Panorama dos pedidos de acesso à informação	87
Gráfico 78 - Composição do ativo por unidades vinculadas	91
Gráfico 79 - Composição do passivo por unidades vinculadas	91
Gráfico 80 - Composição das variações patrimoniais, bem como o resultado patrimonial, por unidades vinculadas	91

Gráfico 81 - Representatividade orçamentária de cada unidade vinculada comparando receita realizada com despesa empenhada.....	92
Gráfico 82 - Composição do BF sob aspecto das unidades vinculadas ao MTP - Ingresso.....	93
Gráfico 83 - Composição do BF sob aspecto das unidades vinculadas ao MTP - Dispêndio.....	93

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Programa 2210 - Empregabilidade	22
Tabela 2 - Programa 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	23
Tabela 3 - Programa 2214 - Nova Previdência	24
Tabela 4 - Ações Orçamentárias Associadas aos Programas Temáticos	25
Tabela 5 - Quantitativo de ações.....	29
Tabela 6 - Total de processo em análise.....	31
Tabela 7 - Decisões exaradas.....	31
Tabela 8 - Abono Salarial - Calendário de Pagamento do ano de 2022 - Ano-base 2020 - Quantidade e valores de abonos (PIS e PASEP) identificados, sacados e a sacar.	34
Tabela 9 - Execução do orçamento por modalidade do Seguro-Desemprego	34
Tabela 10 - Normas Regulamentadoras revisadas e atualizadas.....	52
Tabela 11 - Cronograma de elaboração/revisão de NR.....	54
Tabela 12 - Adesão ao uso de solução digitais	60
Tabela 13 - Unidades Orçamentárias vinculadas ao órgão	66
Tabela 14 - Créditos Extraordinários e Créditos Especiais	66
Tabela 15 - Ações orçamentárias destinadas à operacionalização do Seguro Desemprego e Abono Salarial.....	67
Tabela 16 - Pessoal e Encargos Sociais, empenhado em 2022.....	68
Tabela 17 - Perfil de Investimento, empenhado em 2022.....	68
Tabela 18 - Execução Financeira das Despesas Discricionárias do PPA	69
Tabela 19 - Quantidade de normativos observados no âmbito da DGP	71
Tabela 20 - Valores executados do orçamento em capacitação dos servidores (até dezembro de 2022)	75
Tabela 21 - Detalhamento dos Gastos com Funcionamento Administrativo	77
Tabela 22 - Situação dos contratos em 2022	77

Tabela 23 - Principais contratos sob responsabilidade integral do MTP	77
Tabela 24 - Valor do patrimônio imóvel.....	78
Tabela 25 - Investimentos	79
Tabela 26 - Imóveis locados	79
Tabela 27 - Gastos com administração predial.....	79
Tabela 28 - Necessidade de aquisições em TI	82
Tabela 29 - Dotação orçamentária 2022	83
Tabela 30 - Consumo de energia em KW/h no Bloco F da Esplanada dos Ministérios em Brasília	85
Tabela 31 - Consumo de água em m³ no Bloco F da Esplanada dos Ministérios em Brasília	85
Tabela 32 - Assuntos mais frequentes das manifestações da Ouvidoria	86
Tabela 33 - Balanço Patrimonial Resumido	90
Tabela 34 - Variações patrimoniais.....	91
Tabela 35 - Balanço Orçamentário Resumido	92
Tabela 36 - Balanço Financeiro Resumido.....	92

Lista de Figuras

Figura 1 - Organograma	19
Figura 2 - Mapa Estratégico	20
Figura 3 - Descritores dos Objetivos Estratégicos -	21
Figura 4 - Modelo de Governança	27
Figura 5 - Progresso dos acordos internacionais de previdência social	40
Figura 6 - Números do Programa Caminho Digital no período de janeiro a dezembro de 2022.	42
Figura 7 - Documentos de inteligência produzidos	57
Figura 8 - Inquéritos Policiais e Ações Conjuntas	57
Figura 9 - Prejuízo identificado X economia gerada.....	57
Figura 10 - Mapeamento do Acervo de Benefícios Administrados pelo INSS	58
Figura 11 - Modelo de Governança de TI	80
Figura 12 - Composição do Sistema de Gestão de Segurança da Informação	80
Figura 13 - Contratos de Tecnologia da Informação	81
Figura 14 - Soluções de TI	81

MINISTÉRIO DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL

